

Nº

004045



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES



DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À:

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS

E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DO PARANÁ

PT 1987-228

Triênio 1.978/1.981
Eleição 10/11/77
Posse 07/01/78
Convocação de Novas Eleições
de 07/07/81 a 06/09/81

DIRETORIA EFETIVOS
Pres.: - Orlei Lopes da Silva
Vice Pres.: - Edgard Carvalho
Sec.: - Dinizar Ayrton Pan
Vice Sec.: - Diamiro Cordeiro
Fonseca
Tes.: - Francisco Gorges
VICE-TES. Irineu Marinho dos
Santos

SUPLENTE
José Soares Martins
Salvador Antônio Martins
Achilles Ferrari
Oto Dittmar
Antônio Jacob Pereira
CONSELHO FISCAL
João Falat
Arnaldo Kussek
Norival Antônio Lopes
SUPLENTE
Valmor Grosskopf
Zequias da Silva Augusto
Alceu Dias
DELEGADO REPRESENTANTE
Orlei Lopes da Silva
Francisco Gorges
SUPLENTE
Dinizar Airton Pan
Diamiro Cordeiro da Fonseca

PT 1987.228

Triênio
Eleição
Posse
Convocação de Novas Eleições
de / / a / /

DIRETORIA EFETIVOS
De acordo com o ofício S/n de
14/04/78, da entidade, o Sr. Ed
gard Carvalho, Vice Pres. da Di
retoria, demitiu-se de seu car
go.
=====

De acordo com Of Nº 133/79, de
6/3/79, comunica o pedido de
demissão do 1º Suplente, sr.
José Soares Martins.

Triênio
Eleição
Posse
Convocação de Novas Eleições
de / / a / /

DIRETORIA EFETIVOS



Triênio
Eleição
Posse
Convocação de Novas Eleições
de / / a / /

DIRETORIA EFETIVOS

2

SEÇÃO DE CONTRÔLE

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO
PARANÁ (EMPREGADORES)

Séde: - Rua ~~Emiliano~~ Pernetta nº 268 - Curitiba.-

PRESIDENTE: - DR. JOÃO OLIVEIRA FRANCO FILHO

SECRETARIO: - ZONARDY VESPASIANO RIBAS

TESOUREIRO: - ANTONIO NADI MAIA



4

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECCÃO DE CONTRÔLE

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO DO PARANÁ (EMPREGADOS)

SÉDE : - EDIFÍCIO RUY BARBOSA - PRAÇA SANTOS ANDRADE: - 5º ANDAR.-

PRESIDENTE: - MIGUEL GRUG -

SECRETARIO: - ORLANDO FANTINATO

TESOUREIRO: - ALMER FRINKEL



5
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

SECCAO DE CONTROLE

SINDICATO DAS INDUSTRIAS METALURGICAS MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DO
PARANA (EMPREGADORES)

Sede: - Rua Eneáides Perneti nº 268 - Curitiba.-

PRESIDENTE: - DR. JOÃO OLIVEIRA FRANCO FILHO

SECRETARIO: - ZONARDY VESPASIANO RIBAS

TESOUREIRO: - ANTONIO NADI MAIA



6

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

SECCAO DE CONTROLE

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E DE MA-
TETRIAL ELETRICO NO ESTADO DO PARANA (EMPREGADOS)

SÉDE : - EBITICIO RUY BARBOSA - PRAÇA SANTOS ANDRADE: - 5º ANDAR.-

PRESIDENTE: - MIGUEL GRUG -

SECRETARIO: - ORLANDO FANTINATO

TESOUREIRO: - ALMIR TRINKEL



13 - EXIGIMOS O FIM DO **CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**.

14 - EXIGIMOS O PAGAMENTO DE **50% NAS PRIMEIRAS 2 HORAS** EXTRAS APÓS O TÉRMINO DO EXPEDIENTE NORMAL E 100% NAS DEMAIS.

15 - EXIGIMOS **VESTUÁRIO GRATUITO** (MACACÃO, BOTAS, GUARDA-PÓ, ETC) E EQUIPAMENTOS DE **SEGURANÇA**.

16 - EXIGIMOS QUE TODAS AS EMPRESAS **ACEITEM OS ATESTADOS DO INAMPS**, MESMO AQUELAS QUE JÁ POSSUEM CONVÊNIO COM OUTRAS CLÍNICAS.

17 - EXIGIMOS QUE O PAGAMENTO E DESCONTO DO DOMINGO SEJAM **PROPORCIONAIS** AS HORAS TRABALHADAS DURANTE A SEMANA.

18 - EXIGIMOS **REFEIÇÕES NO LOCAL DE TRABALHO**, COM O PREÇO EQUIVALENTE A 0,1% DO V. SALARIAL, O QUE SERIA HOJE Cr\$ 5,40.

19 - EXIGIMOS QUE TODAS EMPRESAS CUMPRAM O DECRETO LEI DA CLT "SOBRE A CRIAÇÃO DE **CRECHES** EM FIRMAS COM MAIS DE 20 MULHERES EM IDADE FÉRTIL".

20 - EXIGIMOS QUE AS EMPRESAS DO RAMO METALÚRGICO **NÃO CONTRATEM** EMPREGADOS CONTRATADOS PELAS **EMPREITEIRAS DE MÃO-DE-OBRA** (PROVISÃO, GELRE, ETC).

21 - EXIGIMOS O **SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO**: (PAGAMENTO DE SALÁRIO IGUAL P. FUNCIONÁRIO QUE CUMPRAR EM FUNÇÕES DEIXADAS POR OUTROS FUNCIONÁRIOS).

22 - EXIGIMOS O **PAGAMENTO DAS FÉRIAS EM DOBRO**.

23 - EXIGIMOS **ESTABILIDADE DE 1 ANO PARA QUEM VOLTA DO SEGURO**.

ESTAS PROPOSTAS SÃO RESULTADO DAS PESQUISAS FEITAS EM MUITAS FABRICAS PELA TURMA DA OPOSIÇÃO CHAPA 2

O CUSTO DE VIDA, TODOS SABEMOS, ESTÁ MUITO ALTO (125%). O QUE PEDIMOS É MENOS, MAS É PARA PODERMOS ENFRENTAR ESTA SITUAÇÃO. O QUE CONSEGUIRMOS DOS PATRÕES A MENOS, FICARÁ COMO TÁVIA E DENÚNCIA DA EXPLORAÇÃO QUE ESTAMOS SOFRENDO. O SINDICADO DISSE QUE SÓ ENTRA COM A CARTEIRINHA DE SÓCIO MENTIRA! TODO O METALÚRGICO DEVE IR, PORQUE ESTÁ EM JOGO O AUMENTO DE TODA A CATEGORIA.

TRAGA A SUA CARTEIRA PROFISSIONAL.

TODOS À ASSEMBLÉIA. UNIDOS VOTAREMOS AS MELHORES PROPOSTAS

ATÉ SEXTA FEIRA, DIA 31, ÀS 19:00 H, NA IGREJA DO GUADALUPE, ATRÁS DA RODOVIÁRIA VELHA

TRABALHADOR UNIDO. JAMAIS SERÁ VENCIDO!



OPOSIÇÃO

CHAPA 2 INFORMA

SEXTA FEIRA, DIA 31, ÀS 19:00 h., NA IGREJA DO GUADALUPE (ATRÁS DA RODOVIÁRIA VELHA) VAI TER A ASSEMBLÉIA DO SINDICATO SOBRE A CAMPANHA SALARIAL. O NOSSO AUMENTO, A INSALUBRIDADE E OUTRAS COISAS ESTAO EM JOGO. VAMOS LÁ DEFENDER AS NOSSAS PROPOSTAS:



- 1 - SALÁRIO MÍNIMO DO METALÚRGICO Cr\$ 14.400,00
- 2 - REAJUSTE: O AUMENTO DO GOVERNO E MAIS 25% SOBRE O SALÁRIO ATUAL.
- 3 - PAGAMENTO DA TAXA DE INSALUBRIDADE PARA TODOS OS QUE TRABALHAM EM EMPRESAS METALÚRGICAS, NO SETOR DA PRODUÇÃO
- 4 - EXIGIMOS O PAGAMENTO DOS DOIS DIAS DA GREVE DO ANO PASSADO POR AQUELAS EMPRESAS QUE NÃO PAGARAM, ALÉM DOS DE MAIS DIAS DESCONTADOS (DOMINGO E FERIADOS DIA 15/11/79) EM VALORES ATUAIS.
- 5 - EXIGIMOS UM EXAME MÉDICO COMPLETO PARA OS FUNCIONÁRIOS QUE FOREM DISPENSADOS OU DEMITIDOS DO EMPREGO
- 6 - EXIGIMOS ESTABILIDADE DE 1 ANO PARA TODOS OS METALÚRGICOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DE TRABALHO.
- 7 - EXIGIMOS 1 REPRESENTANTE SINDICAL PARA CADA 100 EMPREGADOS, E 1 PARA AS EMPRESAS QUE POSSUEM MENOS DE 100 EMPREGADOS, SENDO TODOS COM ESTABILIDADE NO EMPREGO ATÉ 1 ANO APÓS O MANDATO E ELEITO PELOS PRÓPRIOS TRABALHADORES
- 8 - EXIGIMOS QUE OS REAJUSTES SEJAM DE 3 EM 3 MESES.
- 9 - EXIGIMOS ESTABILIDADE DE 2 ANOS PARA OS CIPEIROS
- 10 - EXIGIMOS QUE HAJA UMA COMISSÃO DE FÁBRICA OU EMPRESA ELEITA PELOS TRABALHADORES, COM ESTABILIDADE NO EMPREGO.
- 11 - EXIGIMOS SALÁRIO IGUAL PARA MULHERES QUE EXECUTAM AS MESMAS FUNÇÕES.
- 12 - EXIGIMOS QUE A JORNADA DE TRABALHO SEJA DE 40 HORAS SEMANAIS, SEM PREJUÍZO DO SALÁRIO

OPOSIÇÃO

10

CHAPA 2 INFORMA



SEXTA FEIRA, DIA 31, ÀS 19:00 h., NA IGREJA DO GUADALUPE (ATRÁS DA RODOVIÁRIA VELHA) VAI TER A ASSEMBLÉIA DO SINDICATO SOBRE A CAMPANHA SALARIAL. O NOSSO AUMENTO, A INSALUBRIDADE E OUTRAS COISAS ESTÃO EM JOGO. VAMOS LÁ DEFENDER AS NOSSAS PROPOSTAS:



- 1 – SALÁRIO MÍNIMO DO METALÚRGICO: Cr\$ 14.400,00
- 2 – REAJUSTE: O AUMENTO DO GOVERNO E MAIS 25% SOBRE O SALÁRIO ATUAL.
- 3 – PAGAMENTO DA TAXA DE **INSALUBRIDADE** PARA TODOS OS QUE TRABALHAM EM EMPRESAS METALÚRGICAS, NO SETOR DA PRODUÇÃO.
- 4 – EXIGIMOS O PAGAMENTO DOS **DOIS DIAS DA GREVE** DO ANO PASSADO POR AQUELAS EMPRESAS QUE NÃO PAGARAM, ALÉM DOS DEMAIS DIAS DESCOTADOS (DOMINGO E FERIADOS DIA 15/11/79) EM VALORES ATUAIS.
- 5 – EXIGIMOS UM **EXAME MÉDICO COMPLETO** PARA OS FUNCIONÁRIOS QUE FOREM DISPENSADOS OU DEMITIDOS DO EMPREGO.
- 6 – EXIGIMOS **ESTABILIDADE** DE 1 ANO PARA TODOS OS METALÚRGICOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DE TRABALHO.
- 7 – EXIGIMOS **1 REPRESENTANTE SINDICAL PARA CADA 100 EMPREGADOS**, E 1 PARA AS EMPRESAS QUE POSSUEM MENOS DE 100 EMPREGADOS, SENDO TODOS COM ESTABILIDADE NO EMPREGO ATÉ 1 ANO APÓS O MANDATO E ELEITO PELOS PRÓPRIOS TRABALHADORES.
- 8 – EXIGIMOS QUE OS REAJUSTES SEJAM DE **3 EM 3 MESES**.
- 9 – EXIGIMOS ESTABILIDADE **DE 2 ANOS** PARA OS CIPEIROS.
- 10 – EXIGIMOS QUE HAJA UMA **COMISSÃO DE FÁBRICA OU EMPRESA** ELEITA PELOS TRABALHADORES, **COM ESTABILIDADE** NO EMPREGO.
- 11 – EXIGIMOS **SALÁRIO IGUAL** PARA MULHER, HOMEM E MENOR QUE EXECUTAM AS MESMAS FUNÇÕES.
- 12 – EXIGIMOS QUE A JORNADA DE TRABALHO SEJA DE **40 HORAS SEMANAIS**, SEM PREJUÍZO DO SALÁRIO.

- 13 – EXIGIMOS O FIM DO **CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**.
- 14 – EXIGIMOS O PAGAMENTO DE 50% **NAS PRIMEIRAS 2 HORAS** EXTRAS APÓS O TÉRMINO DO EXPEDIENTE NORMAL E 100% NAS DEMAIS.
- 15 – EXIGIMOS **VESTUÁRIO GRATUITO** (MACACÃO, BOTAS, GUARDA-PÓ, ETC) E EQUIPAMENTOS DE **SEGURANÇA**.
- 16 – EXIGIMOS QUE TODAS AS EMPRESAS **ACEITEM OS ATESTADOS DO INAMPS**, MESMO AQUELAS QUE JÁ POSSUEM CONVÊNIO COM OUTRAS CLÍNICAS.
- 17 – EXIGIMOS QUE O PAGAMENTO E DESCONTO DO DOMINGO SEJAM **PROPORCIONAIS** ÀS HORAS TRABALHADAS DURANTE A SEMANA.
- 18 – EXIGIMOS **REFEIÇÕES NO LOCAL DE TRABALHO**, COM O PREÇO EQUIVALENTE A **0,1%** DO PISO SALARIAL, O QUE SERIA HOJE Cr\$ 5,40.
- 19 – EXIGIMOS QUE TODAS EMPRESAS CUMPRAM O DECRETO LEI DA CLT "SOBRE A CRIAÇÃO DE **CRECHES** EM FIRMAS COM MAIS DE 20 MULHERES EM IDADE FÉRTIL".
- 20 – EXIGIMOS QUE AS EMPRESAS DO RAMO METALÚRGICO **NÃO CONTRATEM** EMPREGADOS CONTRATADOS PELAS **EMPREITEIRAS DE MÃO-DE-OBRA** (PROVISÃO, GELRE, ETC.)
- 21 – EXIGIMOS O **SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO**: (PAGAMENTO DE SALÁRIO IGUAL P/FUNCIIONARIOS QUE EXERCEREM FUNÇÕES DEIXADAS POR OUTROS FUNCIONÁRIOS).
- 22 – EXIGIMOS O **PAGAMENTO DAS FÉRIAS EM DOBRO**.
- 23 – EXIGIMOS **ESTABILIDADE DE 1 ANO PARA QUEM VOLTA DO SEGURO**.

ESTAS PROPOSTAS SÃO RESULTADO DAS PESQUISAS FEITAS EM MUITAS FÁBRICAS PELA TURMA DA OPOSIÇÃO CHAPA 2.

O CUSTO DE VIDA, TODOS SABEMOS, ESTÁ MUITO ALTO (125%). O QUE PEDIMOS É ALTO, MAS É PARA PODERMOS ENFRENTAR ESTA SITUAÇÃO. O QUE CONSEGUIRMOS DOS PATRÕES A MENOS, FICARÁ COMO PROVA E DENÚNCIA DA EXPLORAÇÃO QUE ESTAMOS SOFREDO. O SINDICADO DISSE QUE SÓ ENTRA COM A CARTEIRINHA DE SÓCIO MENTIRA ! TODO O METALÚRGICO DEVE IR, PORQUE ESTÁ EM JOGO O AUMENTO DE TODA A CATEGORIA.

TRAGA A SUA CARTEIRA PROFISSIONAL.

TODOS À ASSEMBLÉIA, UNIDOS VOTAREMOS AS MELHORES PROPOSTAS.

ATÉ SEXTA FEIRA, DIA 31, ÀS 19:00 H, NA IGREJA DO GUADALUPE, ATRÁS DA RODOVIÁRIA VELHA

TRABALHADOR UNIDO, JAMAIS SERÁ VENCIDO !

OPOSIÇÃO

CHAPA 2 INFORMA



SEXTA FEIRA, DIA 31, ÀS 19:00 h., NA IGREJA DO
GUADALUPE (ATRÁS DA RODOVIÁRIA VELHA) VAI TER A
ASSEMBLÉIA DO SINDICATO SOBRE A CAMPANHA
SALARIAL. O NOSSO AUMENTO, A INSALUBRIDADE
E OUTRAS COISAS ESTÃO EM JOGO. VAMOS LÁ DE-
FENDER AS NOSSAS PROPOSTAS:



- 1 – SALÁRIO MÍNIMO DO METALÚRGICO: Cr\$ 14.400,00
- 2 – REAJUSTE: O AUMENTO DO GOVERNO E MAIS 25% SOBRE O SALÁRIO ATUAL
- 3 – PAGAMENTO DA TAXA DE INSALUBRIDADE PARA TODOS OS QUE TRABALHAM EM EMPRESAS METALÚRGICAS, NO SETOR DA PRODUÇÃO.
- 4 – EXIGIMOS O PAGAMENTO DOS DOIS DIAS DA GREVE DO ANO PASSADO POR AQUELAS EMPRESAS QUE NÃO PAGARAM, ALÉM DOS DEMAIS DIAS DESCONTADOS (DOMINGO E FERIADOS DIA 15/11/79) EM VALORES ATUAIS.
- 5 – EXIGIMOS UM EXAME MÉDICO COMPLETO PARA OS FUNCIONÁRIOS QUE FOREM DISPENSADOS OU DEMITIDOS DO EMPREGO.
- 6 – EXIGIMOS ESTABILIDADE DE 1 ANO PARA TODOS OS METALÚRGICOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DE TRABALHO.
- 7 – EXIGIMOS 1 REPRESENTANTE SINDICAL PARA CADA 100 EMPREGADOS, E 1 PARA AS EMPRESAS QUE POSSUEM MENOS DE 100 EMPREGADOS, SENDO TODOS COM ESTABILIDADE NO EMPREGO ATÉ 1 ANO APÓS O MANDATO E ELEITO PELOS PRÓPRIOS TRABALHADORES.
- 8 – EXIGIMOS QUE OS REAJUSTES SEJAM DE 3 EM 3 MESES.
- 9 – EXIGIMOS ESTABILIDADE DE 2 ANOS PARA OS CIPEIROS.
- 10 – EXIGIMOS QUE HAJA UMA COMISSÃO DE FÁBRICA OU EMPRESA ELEITA PELOS TRABALHADORES, COM ESTABILIDADE NO EMPREGO.
- 11 – EXIGIMOS SALÁRIO IGUAL PARA MULHER, HOMEM E MENOR QUE EXECUTAM AS MESMAS FUNÇÕES.
- 12 – EXIGIMOS QUE A JORNADA DE TRABALHO SEJA DE 40 HORAS SEMANAIS, SEM PREJUÍZO DO SALÁRIO.

- 13 – EXIGIMOS O FIM DO **CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**.
- 14 – EXIGIMOS O PAGAMENTO DE 50% **NAS PRIMEIRAS 2 HORAS** EXTRAS APÓS O TÉRMINO DO EXPEDIENTE NORMAL E 100% NAS DEMAIS.
- 15 – EXIGIMOS **VESTUÁRIO GRATUITO** (MACACÃO, BOTAS, GUARDA-PÓ, ETC) E EQUIPAMENTOS DE **SEGURANÇA**.
- 16 – EXIGIMOS QUE TODAS AS EMPRESAS **ACEITEM OS ATESTADOS DO INAMPS**, MESMO AQUELAS QUE JÁ POSSUEM CONVÊNIO COM OUTRAS CLÍNICAS.
- 17 – EXIGIMOS QUE O PAGAMENTO E DESCONTO DO DOMINGO SEJAM **PROPORCIONAIS** ÀS HORAS TRABALHADAS DURANTE A SEMANA.
- 18 – EXIGIMOS **REFEIÇÕES NO LOCAL DE TRABALHO**, COM O PREÇO EQUIVALENTE A **0,1%** DO PISO SALARIAL, O QUE SERIA HOJE Cr\$ 5,40.
- 19 – EXIGIMOS QUE TODAS EMPRESAS CUMPRAM O DECRETO LEI DA CLT “SOBRE A CRIAÇÃO DE **CRECHES** EM FIRMAS COM MAIS DE 20 MULHERES EM IDADE FÉRTIL”.
- 20 – EXIGIMOS QUE AS EMPRESAS DO RAMO METALÚRGICO **NÃO CONTRATEM** EMPREGADOS CONTRATADOS PELAS **EMPREITEIRAS DE MÃO-DE-OBRA** (PROVISÃO, GELRE, ETC.)
- 21 – EXIGIMOS O **SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO**: (PAGAMENTO DE SALÁRIO IGUAL P/FUNCIÓNIARIOS QUE EXERCEREM FUNÇÕES DEIXADAS POR OUTROS FUNCIONÁRIOS).
- 22 – EXIGIMOS O **PAGAMENTO DAS FÉRIAS EM DOBRO**.
- 23 – EXIGIMOS **ESTABILIDADE DE 1 ANO PARA QUEM VOLTA DO SEGURO**.

ESTAS PROPOSTAS SÃO RESULTADO DAS PESQUISAS FEITAS EM MUITAS FÁBRICAS PELA TURMA DA OPOSIÇÃO CHAPA 2.

O CUSTO DE VIDA, TODOS SABEMOS, ESTÁ MUITO ALTO (125%). O QUE PEDIMOS É ALTO, MAS É PARA PODERMOS ENFRENTAR ESTA SITUAÇÃO. O QUE CONSEGUIRMOS DOS PATRÕES A MENOS, FICARÁ COMO PROVA E DENÚNCIA DA EXPLORAÇÃO QUE ESTAMOS SOFRENDO. O SINDICADO DISSE QUE SÓ ENTRA COM A CARTEIRINHA DE SÓCIO **MENTIRA!** TODO O METALÚRGICO DEVE IR, PORQUE ESTÁ EM JOGO O AUMENTO DE TODA A CATEGORIA.

TRAGA A SUA CARTEIRA PROFISSIONAL.

TODOS À ASSEMBLÉIA. UNIDOS VOTAREMOS AS MELHORES PROPOSTAS.

ATÉ SEXTA FEIRA, DIA 31, ÀS 19:00 H, NA IGREJA DO GUADALUPE, ATRÁS DA RODOVIÁRIA VELHA

TRABALHADOR UNIDO, JAMAIS SERÁ VENCIDO!

concedido reajustamento proporcional de 1/12 do índice concedido aos demais empregados (item IV, retro), para cada mês ou fração superior a 14 dias, de trabalho na Empresa, não podendo, contudo, perceber salário superior aos dos empregados do mesmo cargo ou função, admitidos anteriormente à data base (ex vi do que dispõe o Prejulgado 56/76);

V - ESTABILIDADE PARA A EMPREGADA GESTANTE:

Seja concedida estabilidade para a empregada gestante, desde o início de sua gestação até 60 (sessenta dias) após o término do período de afastamento (12 semanas) da licença compulsória;

VI - ESTABILIDADE DO FGTS:

igual ao previsto na CLT;

VII - COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DO SÁBADO:

igual à convenção anterior;



VIII- ENVELOPES DE PAGAMENTO:

Deverão as Empresas fornecer, aos seus empregados, comprovante de pagamento (envelope ou documento equivalente), contendo todas as verbas pagas, bem como os respectivos descontos, registrados individualmente. Deverá constar, também, no caso de o empregado ser optante, o valor da quantia a ser depositada em sua conta vinculada ao FGTS;

IX - UNIFORMES:

que os uniformes ou equipamentos necessários ao trabalho sejam concedidos gratuitamente aos empregados, conforme legislação trabalhista vigente;

X - DELEGADOS SINDICAIS:

Sejam nomeados pelo Sindicato Profissional, delegados nas empresas, com o fim de orientar, educar, esclarecendo os associados e auxiliar a Diretoria na fiscalização do cumprimento do contrato de trabalho, consoante o disposto nos artigos 523 e 517, § 2º, da CLT, os quais somente poderão ser demitidos por cometimento das faltas previstas no art. 482, da CLT;

XI - ABONO DE FALTA PARA EMPREGADOS ESTUDANTES:

que as Empresas, desde que avisadas com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e comprovação nas 72 (setenta e duas) horas seguintes, abonem as faltas de seus empregados ocorridas em face de prestação de exames escolares que coincidam com a jornada de trabalho;

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e
Material Elétrico no Estado do Paraná

Reconhecido pelo Sr. Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio Processo
D.N.T. 12.251 de 11 de Maio de 1.942. Base Territorial - Estado do Paraná

SEDE PRÓPRIA em Curitiba, RUA LAMENHA LINS N.º 981 — CURITIBA - PARANÁ
F o n o 224-1482

COMPANHEIRO METALÚRGICO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sexta feira - 30/11 - no sindicato
— às 19 horas —

- TÊM COMPANHEIROS sendo despedidos depois da greve;
- TÊM COMPANHEIROS sofrendo pressões nas fábricas;
- TÊM FIRMAS ameaçando não pagar os 2 dias da greve - cujo paga-
mento foi assegurado pelo Tribunal Regional;
- TÊM AINDA mais problemas de injustiças;

E NÓS? VAMOS ABAIXAR A CABEÇA?

NÃO: A mesma força e união que nos levaram à VITÓRIA DA GREVE nos
levam agora a reagir.

POR ISSO:

TODOS À ASSEMBLÉIA GERAL PARA:

- DENUNCIAR AS DEMISSÕES E PRESSÕES!
- TOMAR ATITUDE CONTRA AS EMPRESAS QUE NÃO PAGAREM OS 2 DIAS
SAGRADOS E OS FERIADOS!
- TOMAR MEDIDAS CONCRETAS CONTRA INJUSTIÇAS E IRREGULARIDADES:
EXEMPLO: - Não pagamento da insalubridade;
- Férias vencidas;
- Cartão especial para horas extras, e outras...

DE AGORA EM DIANTE NINGUÉM HA' DE BRINCAR OU ABUSAR DE UM METALÚRGICO!!

É Preciso que todos venham à Assembléia nesta sexta - 30/11 às 19 horas

LOCAL: Sede do Sindicato - Rua Lamenha Lins, 981

NAO PRECISA SER ASSOCIADO, É PARA TODOS

**IMPORTANTE: Os Metalúrgicos vamos dar nosso apoio aos companheiros da Construção Civil
e de outras categorias em greve, trazendo um auxílio - 1 quilo de alimento ou
dinheiro, no dia da Assembléia.**

LOCAIS PARA ENTREGA DAS CONTRIBUIÇÕES

IGREJA N. Sra. DE GUADALUPE - OU SEDE DO SINDICATO NO DIA DA ASSEMBLÉIA.

TRABALHADOR UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO

S/



COMPANHEIRO METALÚRGICO



SEXTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO, ÀS 18,30 HORAS
NO NOSSO SINDICATO - R. LAMENHA LINHS, 981

(perto do campo do Atlético)

NOSSA ASSEMBLÉIA VAI DECIDIR SOBRE O AUMENTO.

VAMOS TODOS LÁ, PARA EXIGIR

- 1 - AUMENTO DE 83% SEM DESCONTAR A ANTECIPAÇÃO
- 2 - PISO SALARIAL DE Cr\$ 6.520,00. NINGUÉM GANHANDO MENOS QUE ISSO.
- 3 - INSALUBRIDADE PARA TODOS OS METALÚRGICOS
- 4 - CRECHE NAS FÁBRICAS COM MAIS DE 20 MULHERES.
- 5 - ESTABILIDADE POR 1 ANO PARA QUEM VOLTAR DO SEGURO.
- 6 - SALÁRIO IGUAL PARA HOMEM, MULHER E MENOR.
- 7 - REAJUSTES SALARIAIS DE 3 EM 3 MESES.
8. - ~~QUE A~~ NOSSA JORNADA SEJA DE 40 HORAS SEMANAIS.
- 9 - PAGAMENTO E DESCONTO DO DOMINGO PROPORCIONAL ÀS HORAS TRABALHADAS.



- 10 - GARANTIA DE EMPREGO A PARTIR DO 1º DIA DE TRABALHO
- 11 - TODOS TENHAM DIREITO DE SER SINDICALIZADOS, SEM SOFRER PRESSÃO DAS EMPRESAS.
- 12 - QUE HAJA UM DELEGADO SINDICAL EM CADA FÁBRICA, ELEITO PELOS SEUS COMPANHEIROS, E COM ESTABILIDADE.
- 13 - QUE HAJA UMA COMISSÃO ELEITA PELOS TRABALHADORES EM CADA FÁBRICA, COM ESTABILIDADE NO EMPREGO.
- 14 - PAGAMENTO DAS FÉRIAS EM **DOBRO** PARA QUE A GENTE POSSA **GOZAR** AS FÉRIAS.
- 15 - ESTABILIDADE PARA AS SENHORAS GRÁVIDAS.
- 16 - ESTABILIDADE PARA TODOS QUE PARTICIPAREM DE CAMPANHA SALARIAL PELO MENOS POR 1 ANO.

VÁ E LEVE A SUA TURMA!

TRABALHADOR UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!

AOS TRABALHADORES

O Partido Socialista Brasileiro (DM de Curitiba) no dia 1.º de Maio, data consagrada às lutas da classe operária pela sua liberdade e melhores condições de vida, pergunta a cada trabalhador:

- O MOVIMENTO MILITAR DE ABRIL FOI GOLPE OU REVOLUÇÃO?
- CONTOU COM SEU APOIO?
- QUAIS AS VANTAGENS QUE RESULTARAM PARA OS TRABALHADORES?
- E QUAIS AS VANTAGENS QUE TIVERAM OS "PELEGOS" PROFISSIONAIS?
- VOCÊ É MAIS LIVRE DESDE 1.º DE ABRIL DE 1964?
- VOCÊ TEM AGORA MAIS AMPLAS LIBERDADES PARA FAZER VALER SEUS DIREITOS?
- SUA FOME DIMINUIU? A MISÉRIA DESAPARECEU?
- E CONTINUAM QUERENDO CONVENCER VOCÊ DE QUE A SITUAÇÃO VAI MELHORAR?
- ENTÃO VOCÊ ESTÁ SATISFEITO?

Hoje o trabalhador brasileiro perdeu sua voz, sua ação e nem sequer pode reivindicar livremente os seus direitos. Os sindicatos estão sob intervenção e todo o movimento sindical brasileiro está dirigido por pelegos internacionais. A crise social e o desemprego em massa ameaçam todos os lares, e o próprio salário mínimo foi superado pela completamente livre ação dos especuladores.

E como se não bastasse a FARSA SINDICAL, está sendo tramada grande FARSA ELEITORAL com candidatos escolhidos contra as classes trabalhadoras.

Os socialistas, integrando a grande corrente democrática e progressista, formada pelos trabalhadores, estudantes e povo em geral, nesta data de grande significado para todos os povos do mundo, CONCLAMA À LUTA:

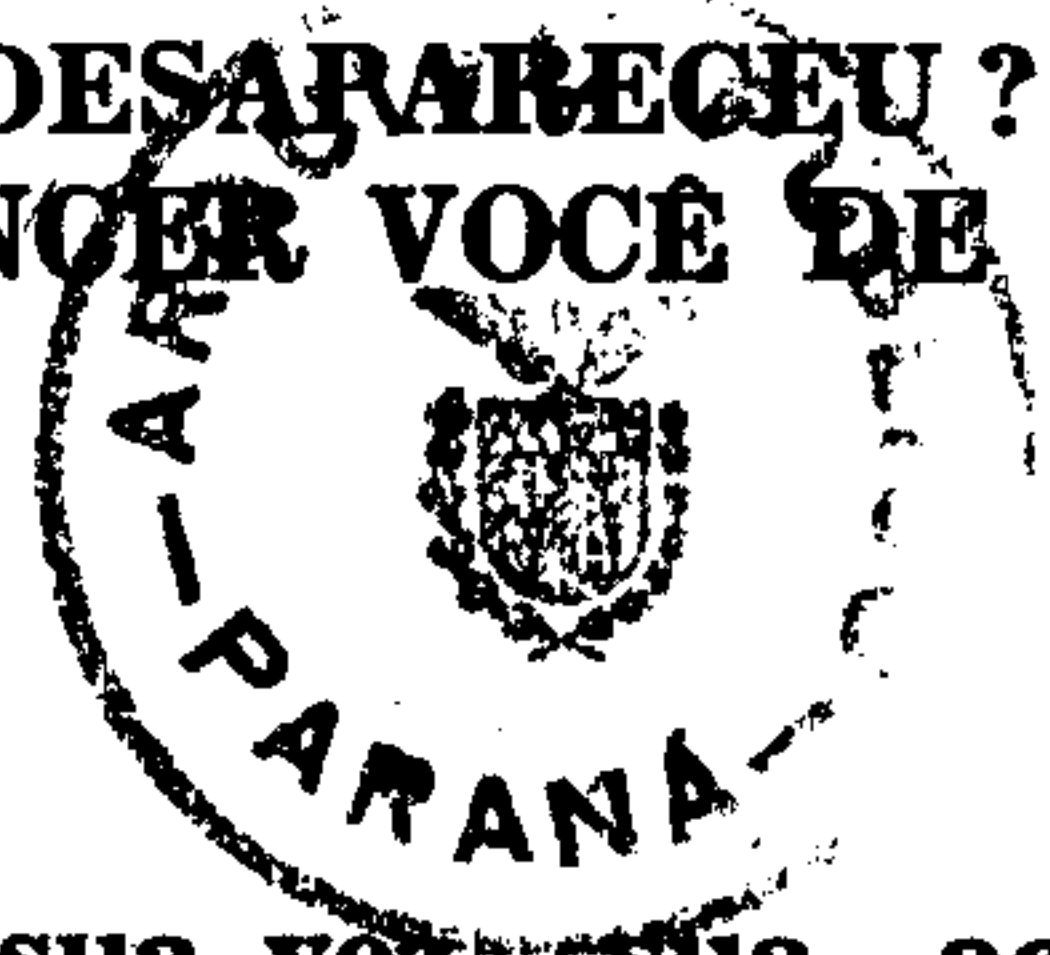
- CONTRA AS INTERVENÇÕES CORRUPTORAS DA ATIVIDADE SINDICAL.
- PELA LIVRE MANIFESTAÇÃO DAS CLASSES TRABALHADORAS.
- PELO REPÚDIO DAS CANDIDATURAS TUTELADAS PELOS INIMIGOS DOS TRABALHADORES.
- CONTRA O CONGELAMENTO DOS SALÁRIOS.
- CONTRA O PARCELAMENTO DO 13.º SALÁRIO.

**PELA SOBERANIA NACIONAL — PELA DEMOCRACIA
PELAS LIBERDADES SINDICAIS.**

AOS TRABALHADORES

O Partido Socialista Brasileiro (DM de Curitiba) no dia 1.º de Maio, data consagrada às lutas da classe operária pela sua liberdade e melhores condições de vida, pergunta a cada trabalhador:

- O MOVIMENTO MILITAR DE ABRIL FOI GOLPE OU REVOLUÇÃO ?
- CONTOU COM SEU APOIO ?
- QUAIS AS VANTAGENS QUE RESULTARAM PARA OS TRABALHADORES ?
- E QUAIS AS VANTAGENS QUE TIVERAM OS "PELEGOS" PROFISSIONAIS ?
- VOCÊ É MAIS LIVRE DESDE 1.º DE ABRIL DE 1964 ?
- VOCÊ TEM AGORA MAIS AMPLAS LIBERDADES PARA FAZER VALER SEUS DIREITOS ?
- SUA FOME DIMINUIU ? A MISÉRIA DESAPARECEU ?
- E CONTINUAM QUERENDO CONVENCER VOCÊ DE QUE A SITUAÇÃO VAI MELHORAR ?
- ENTÃO VOCÊ ESTÁ SATISFEITO ?



Hoje o trabalhador brasileiro perdeu sua voz, sua ação e nem sequer pode reivindicar livremente os seus direitos. Os sindicatos estão sob intervenção e todo o movimento sindical brasileiro está dirigido por pelegos internacionais. A crise social e o desemprego em massa ameaçam todos os lares, e o próprio salário mínimo foi superado pela completamente livre ação dos especuladores.

E como se não bastasse a FARSA SINDICAL, está sendo tramada grande FARSA ELEITORAL com candidatos escolhidos contra as classes trabalhadoras.

Os socialistas, integrando a grande corrente democrática e progressista, formada pelos trabalhadores, estudantes e povo em geral, nesta data de grande significado para todos os povos do mundo, CONCLAMA À LUTA:

- CONTRA AS INTERVENÇÕES CORRUPTORAS DA ATIVIDADE SINDICAL.
- PELA LIVRE MANIFESTAÇÃO DAS CLASSES TRABALHADORAS.
- PELO REPÚDIO DAS CANDIDATURAS TUTELADAS PELOS INIMIGOS DOS TRABALHADORES.
- CONTRA O CONGELAMENTO DOS SALÁRIOS.
- CONTRA O PARCELAMENTO DO 13.º SALÁRIO.

**PELA SOBERANIA NACIONAL — PELA DEMOCRACIA
PELAS LIBERDADES SINDICAIS.**



PT 1987-228

57



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

Ilustríssimo Senhor

[Handwritten signature]
Rua João Ferreira, 11

NESTA

[Handwritten mark]

[Large handwritten mark]

PAULO JOSÉ SILVA (Santana)

Nasc. 15/11/50 Solteiro

Data Admissão: 10.10.79

JOÃO GOMES (Francisco)

Nasc. 17/08/47 Casado

Data Admissão: 18.07.79

AIRTOM ALVES (Zezinho)

Nasc. 08/07/25 Casado

Data Admissão: 23.07.79

AMILTOM POLINSKI (Renato)

Nasc. 16/10/52 Casado

Data Admissão: 16.08.79

ARNALDO DE SOUZA (Arnaldo)

Nasc. 27/07/52 Casado

Data Admissão: 22.08.79

MÁRIO SÉRGIO SILVA (Bora)

Nasc. 14/06/48 Casado

Data Admissão: 13.09.79

J PT 1987. 228

MAT

AB B

11.666 - Paulo José Silva

10.763 - João Gomes

12.369 - Ariston Alves

13.068 - Amilton Polinski

14.309 - Arnaldo de Souza

14.593 - Mário Sérgio Silva

14.964 -

14.320 -

FIRMA - AQUELA DE QUAL O AGENTE TIVER
MELHOR CONHECIMENTO

ADMISSÃO: UM ANO E ALGUNS MESES ATÍPICO

PT 1987.228

SINDICATO TRAB. IND. MET. MEC.
MAT. ELÉT. EST. PR.

R. Lamenha Lins, 981 - Fone 224-1482 - Curitiba - Pr.

Nome

Mat

Firma:

NSM
TMI

Nascimento

/

/ 19

Est. Civil

Admissão

/

/ 19

Diretor

Sydney Leon PT 1987.228

ELEIÇÕES SINDICAIS

12C

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

SINDICATO TRAB. IND. MET. MEC.
MAT. ELÉT. EST. PR.

R. Lamenha Lins, 981 - Fone 224-1482 - Curitiba-Pr.

Nome AMILTON POLINSKI

Mat. 13.06

Firma: IND. COND. LTDA.

NSM
HTI

Nascimento 16 / 10 / 19 52 Est. Civil Casado

Admissão Seis / Agosto / 19 79.

Diretor *[Handwritten Signature]* PT 1987-1988

LEIÇÕES SINDICAIS 47 D

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

PT 1987.228 Visto

SINDICATO TRAB. IND. MET. MEC.
MAT. ELÉT. EST. PR.

R. Lamenha Lins, 981 - Fone 224-1482 - Curitiba - Pr.

Nome

NSM
TMI

Mat

Firma:

Nascimento / / 19

Est. Civil

Admissão / / 19

Diretor

Osvaldo de Souza PT 1987, 228

ELEIÇÕES SINDICAIS

17E

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

SINDICATO TRAB. IND. MET. MEC.
MAT. ELÉT. EST. PR.

R. Lamenha Lins, 981 - Fone 224-1482 - Curitiba-Pr.

Nome **MARCO ENRIQUE S. SILVA**

Mat 14 593

Firma: **IND. COND. LTDA.**

Nascimento 14 / 06 / 1948 Est. Civil Casado

Admissão Treze / Setembro / 19 79.

Diretor

Adriano Leon 17 1987, 208

ELEIÇÕES SINDICAIS

17 F

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

SINDICATO TRAB. IND. MET. MEC.
MAT. ELÉT. EST. PR.

R. Lamenha Lins, 981 - Fone 224-1482 - Curitiba-Pr.

Nome ARNALDO DE SOUZA

Mat. 14.30

Firma: IND. T. COND. LTDA.

Nascimento 27 / 07 / 19 52 Est. Civil Casado.

Admissão Vinte dois Agosto / 19 79.

Diretor

Arnaldo de Souza PT 1987-228

ELEIÇÕES SINDICAIS

176

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto



SINDICATO TRAB. IND. MET. MEC.
MAT. ELÉT. EST. PR.

R. Lamenha Lins, 981 - Fone 224-1482 - Curitiba - Pr.

Nome **AIRTON ALVES**

Mat. **12.369**

Firma: **IND. COND. LTDA.**

Nascimento **08 / 07 / 19 25** Est. Civil **Casado.**

Admissão **Vinte Tres, Julho / 19 79.**

Diretor

[Handwritten signature] PT 1987.228

RECEBUE

RECEBUE

MSM

ELEIÇÕES SINDICAIS 1911

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto



SINDICATO TRAB. IND. MET. MEC.
MAT. ELÉT. EST. PR.

R. Lamenha Lins, 981 - Fone 224-1482 - Curitiba-Pr.

Nome PAULO JOSÉ SILVA

Mat 11 660

Firma: INDUSTRIAL FONDI LTDA

MSM

Nascimento 15 / 11 / 19 50 Est. Civil Solteiro

Admissão 10 / Outubro / 19 79.

Diretor *Paulo José Silva* PT 1987.0228

ELEIÇÕES SINDICAIS 17 I

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

SINDICATO TRAB. IND. MET. MEC.
MAT. ELÉT. EST. PR.

R. Lamenho Lins, 981 - Fone 224-1482 - Curitiba - Pr.



Nome

JOÃO GOMES

Mat 10 763

Firma: I D T UNDA LTDA.

INSM

Nascimento 17 / 07 / 19 79 : Est. Civil Casado

Admissão Dezoito / Julho / 19 79.

Diretor *Julian Leon* PT 1987. 228

ELEIÇÕES SINDICAIS

135

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

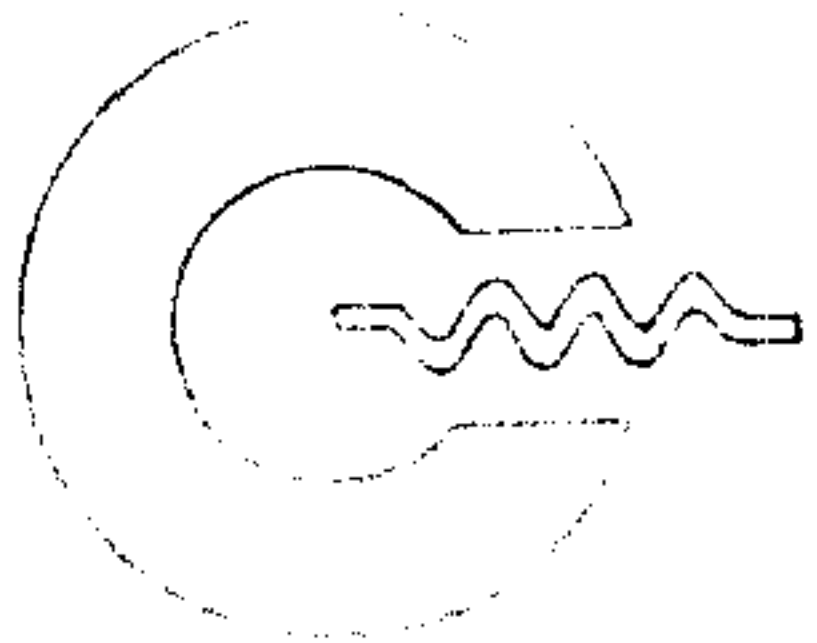
Visto

Vota na mesa n.º

Votou em de de 19

Visto

ADK



INDÚSTRIA CONDI LTDA.

Metalúrgica-eletromecânica

Honório N. Kawassaki

Gerente

Rua Ivo Leão 465 - Fone 252-5423 - Cx. Postal, 77 - CURITIBA - PR.
PT 1987-228

Metalurgicos: Padre Antonio Lazzari ^{Coordenador} da Pastoral ^{Operária} ~~da Região Sul II de CNBB~~

Ivo Augusto Abreu Pignatelli

Gilberto Corvalho

Ines Pelizoro

Edisio Franco Pappo

José ~~Augusto~~ ^{Antônio} Castella August

Apoio do Comitê de Solidariedade aos metalurgicos e do
CBA.

Marinalva Gonçalves da Silva

"Comando de Greve"



COMPANHEIRO METALÚRGICO

ENTÃO ZE BIGORNA -
A VERNEIADA TÁ ESQUENTANDO
NOSSA CRASSE NÉ

POIS É, INTE DEPUTA
DO TAMBÉM ENSI-
NANDO FAZE GREVE

E O QUE VOCE ACHA
DISSO?

ACHO QUE NÓS VAI LEVA
TUDO - E ELES SÓ
FAZEM POLITICA

ZE BIGORNA, VOCE JA FOI NAS
REUNIÕES DELES? SU FALIA JE O
DUTOR - TRABALHADOR MESMO
É POUCO E JOGAM NA BOCA
DELES AS PALAVRAS

SABE ZÉ - UM TAR ENGENHEIRO
DA SIEMENS TAMBÉM HEI E OUTROS

É MESMO - TEM INGENHEIRO ADVOGADO, ATE
MEDICO QUE VIRAR TRABALHADOR. SERA
QUE ELES PRECISA DE SALARIO? OU O NEGOCIO
DELES É OUTRO.

E O SINDICATO - TÃO QUE NEM CORVO INCIMA
DELE. PORQUE SERÁ? ACHO QUE TEM
BOI NA LINHA - E PRA NÓS VAI SUBRRAR
CHIFRE.



EC ESPANHOL BANCANDO O
BONZINHO - MAIS DISSE QUE
GANHA 40.000.00 MIR POR
MES. SERA QUE NÃO TÁ
DE GRUPO PRA CIMA DE
NÓS?

O ACORDO DA DELEGACIA DO
TRABALHO NÃO VALE NADA - TEMOS
QUE IR PRA GREVE. PATRÃO
SÓ ESPLORA O TRABALHADOR



CASTELLA
GRINGO

PRA GARANTIR NOSSO
MOVIMENTO - TEM QUE
MORRER UM DE NÓS



IVO - O
INGENHEIRO



E TAR GREVE - ONDE NÓS VAI LEVA VANT
GENISTO? DIZ QUE GREVE ILEGAL
A O PATRÃO O DIREITO DE BOTAR NÓS
COMPANHEIROS PRA RUA. E DAI?



X

20

VOLTA REDONDA: O MASSACRE CONTINUA

Em muito tempo que os operários da Construção Civil de Volta Redonda, vêm montando uma grande revolta contra as empreiteiras encarregadas das obras de construção da CSN. Através de reuniões e através das firmas para Volta Redonda milhares de operários de diferentes pontos do país que vestem suas promessas de bom trabalho com bons salários, alimentação e atendimento médico e alimentação adequada. Entretanto os patrões exigem para trabalhar os operários que tudo é mentira. O trabalho é um inferno negro.

Os operários são bebês, as horas de trabalho obrigatórias e pagas abaixo da legislação a lei, e não há nem um nem boa qualidade de comida e no atendimento médico. Muito pelo contrário. No dia de hoje dormem mais de 5.000 trabalhadores e o campo de trabalho é um campo de batalha. Os médicos são poucos e os veterinários são poucos, e a comida não serve para o povo.

Por tudo isso a revolta estourou no dia 15, segunda-feira, depois de muita luta e relação com a empreiteira a firma mais gananciosa, a Odebrecht. Em alguns pontos a repressão estava muito degradada. A comida retirada da cozinha e jogada fora e a polícia militar com a ajuda dos patrões começou a violentar dando tiros e batendo pedras em massa. Em Volta Redonda os peões correram por todas as ruas, atravessando casas e quintais, procurando abrigos. A noite quando era de 37 prisões, vários feridos, sendo muitos à beira da morte.

No dia seguinte, morria o operário **JOÃO FERREIRA** que foi levado para um hospital do Rio de Janeiro.

A luta continua acompanhando o movimento dos acontecimentos, a luta de resistência, pela melhoria da situação.

Odebrecht decretaram, após reuniões no alojamento, greve por tempo indeterminado. Exigiam aumento salarial de 70% sobre o salário atual, melhor alimentação e atendimento médico, cumprimento da legislação trabalhista com pagamento das horas extras de acordo com a lei e principalmente o fim da violência policial contra os trabalhadores.

O APOIO POPULAR

A greve dos peões das empreiteiras dominou a cidade. O bispo D. Valdir atendendo ao pedido dos operários sede os espaços da igreja Nossa Senhora Aparecida. Os patrões, o sub-delegado de trabalho, o representante do sindicato, e mais uma comissão de operários da Odebrecht se encontraram à tarde na Sub-Delegacia de Trabalho. Os patrões tentam aplicar um golpe. Com essa firma é a que paga o mais baixo salário, eles propõem a equiparação dos salários com os das outras firmas. Os operários à noite em assembleia respondem em coro: **Não. Queremos 70%.** E no dia seguinte os operários das outras empreiteiras resolvem aderir à greve. Afinal a luta é uma só, e a realidade de miséria, exploração e opressão é igual para qualquer peão. Com esta decisão os patrões da Odebrecht perdiam sua proposta. A divulgação da luta e das justas reivindicações ganhavam as comunidades que se incorporavam ao movimento, participando ativamente na distribuição de fundo de greve, panfletos e depois refeições, quando as empreiteiras e a CSN começaram a diminuir o número de refeições.

A união entre as comunidades e as entidades da cidade ou da região e os peões isolou os patrões que passaram a desencadear uma dura repressão sobre os trabalhadores. Na quinta e sexta-feira o movimento tem inúmeros grevistas presos, a polícia com batidas de choque ocupa o alojamento e as ruas vizinhas. Caminhões circulam por todas as ruas e andar sozinho ou

delegacia libertando operários presos. Na quarta-feira 5000 operários circularam à cidade. Na quinta de manhã mais de 3000 mil peões, em passeata, exigem o fim da exploração, da violência policial e o aumento de 70% sobre os salários atuais. Enquanto isso, a greve é decretada ilegal pelo DRT que, como era de se esperar, favorece mais os patrões, preferindo não investigar as denúncias apresentadas pelos operários tais como, baixos salários, contratos ilegais e a violência a que estão submetidos.

O movimento se amplia na população, em poucas horas o fundo de greve reunia mais de 10.000,00. O movimento iniciado de forma espontânea e desorganizada começa a tomar mais pé na organização. Cria-se a comissão de greve com os trabalhadores. A peçoza, a princípio de cabeça quente e disposta a se juntar e dar uns "mangos" na polícia e pelegos, esfriava a cabeça e aprendia na prática a organizar o movimento. As mulheres das comunidades se organizam nas cozinhas e várias comissões são tiradas para tratar da infra-estrutura do movimento. Na quinta-feira os patrões resolvem não comparecer às negociações. Os operários haviam rejeitado sua proposta de aumento de 35% sobre os salários de 78, prometiam melhorar a alimentação, retirar parte do políciamento do alojamento mas o principal, 70% sobre os salários atuais não atendiam. Na quinta-feira mesmo com todo o policiamento os operários da Fesisa rompiam o cerco e formavam um grupo de piquetes que correm todas as obras fazendo reuniões e decretando a greve. Em todos os canteiros a polícia comparece ostensivamente. Mas quando chega, só encontram fumaça. O sindicato, sem representatividade alguma na categoria, abandona as negociações e some.

No sábado e domingo cerca de 20.000 refeições são servidas pela cozinha na igreja, um ambulatório médico é instalado no salão da

trabalhos pelos médicos das firmas (os veterinários) são atendidos por grupos de médicos e estudantes solidários que lhes dão remédios. As comunidades de base da igreja fazem reunião sexta-feira à noite e confirmam decisivo apoio ao movimento. Organizam a alimentação para uma semana. As entidades e setores representativos da cidade se reúnem e tiram notas de apoio conchamando a população a também apoiar grevistas. O fundo de greve chega a Cr\$ 30.000,00. Começa a infraestrutura do movimento no dia seguinte em entrevista coletiva à imprensa, a comissão de trabalhadores da construção civil denuncia a rede de boatos espalhada pelos patrões, os diversos policiais a paisa na infiltração no movimento e declara a intenção dos operários de reabrir as negociações. Os operários querem trabalhar, mas querem também aumento de 70 por cento. Na madrugada de domingo mais um operário é morto, desmaiou espancado por um laço de chácara, de um bar próximo ao alojamento.

Na manhã de segunda-feira assediados pela polícia militar, amedrontados por uma nota do sindicato que se coloca descaradamente ao lado dos patrões, os peões param de cruzar os braços. Os soldados da PM, começam a baixar o cacetete, os operários resistem e se mantêm parados... A pressão dos patrões, do Ministério do Trabalho e da polícia do governo sobre os peões é muito grande. A greve suspreende a todos, alcança seu sétimo dia. Porém, mesmo que a greve seja obrigada a acabar sem a conquista pretendida dos 70 por cento, a luta continua. Nenhum peão renuncia a reivindicação do movimento. Faça-se em conquistar o indicativo. A comissão de trabalhadores da construção civil ganha representatividade na categoria e na cidade. Muitas vitórias já foram conquistadas, vitória com a união dos peões, a organização e a experiência e consciência de que só unidos e organizados os trabalhadores vencerão o sucesso

BELGO MINEIRA

A VITÓRIA DOS METALÚRGICOS

A greve dos 6.100 operários metalúrgicos da Belgo Mineira (1) em João Monlevade e Sabará, que paralisou todas as atividades da companhia durante sete dias, conseguiu arrancar dos patrões uma grande vitória.

Desde o início do movimento, a empresa gerando inclusive o protesto do presidente do sindicato dos metalúrgicos de Sabará, quando denunciou numa das negociações que, «a empresa vem negociar com a gente, na certeza da ilegalidade do movimento, passando inclusive na frente da decisão da justiça do trabalho, o que faz com que ela seja tão intransigente».

Entretanto, apesar disso, a firmeza dos operários e a sua organização, fez com que os patrões recuassem, horas antes do julgamento da greve pelo tribunal, propondo continuar as negociações.

Concretizava-se naquele momento, a primeira vitória do movimento grevista.

Reivindicando um piso salarial de Cr\$ 8.144,00 ou índice oficial mais Cr\$ 4.000,00 15% de anuênio, 15% na participação dos lucros da empresa e a instalação imediata da Comissão Paritária (reivindicação dos metalúrgicos de Monlevade), a empresa faz uma nova proposta (a primeira, antes da greve não foi aceita), para o retorno imediato ao trabalho. Ela oferecia agora, um aumento salarial de Cr\$ 2.700,00 além do índice oficial de 50%, para quem ganhasse até Cr\$ 3.100,00. Como cerca de 70% da categoria já ganhava Cr\$ 8.900,00 os salários passariam para Cr\$ 16.050,00 com um aumento de 82%.

O piso salarial seria de Cr\$ 5.200,00 e o piso profissional (depois de seis meses de trabalho) passaria de Cr\$ 4.200,00 atuais, para Cr\$ 9.000,00 o que representaria um aumento de 114%. Propuseram ainda 2% de anuênio e a complementação dos benefícios previdenciários, quando o empregado fosse afastado por motivos de doenças, durante um ano. Reajuste salarial de seis em seis meses e, em relação aos dias parados, a empresa iria descontar

dias, seria doado aos flagelados da cidade de Monlevade.

Quanto à comissão paritária, sua regulamentação continuaria sendo discutida, pois, dois pontos básicos para os trabalhadores, — que a comissão tivesse força de convenção coletiva sobre os contratos individuais de trabalho e que as penas de suspensão e dispensa por justa causa, só poderiam ser aplicadas depois de ouvida a comissão — não estavam sendo aceitas pela companhia.

Esta reivindicação é tão importante para os trabalhadores, que durante as negociações foi proposto à companhia pela direção do sindicato que abririam mão das reivindicações salariais para serem negociadas após a volta ao trabalho, desde que concordassem com a regulamentação da comissão paritária. «A comissão», explica João Paulo Pires, representante dos metalúrgicos de Monlevade junto à Federação, «significa a garantia do emprego pro trabalhador e sua garantia de defesa, pois a empresa é arbitrária, mantém um sistema coercitivo e altamente repressivo. Além disso, dar ao trabalhador uma participação nas decisões que lhes interessam de perto».

Não tendo dúvida de que todas estas conquistas representavam uma grande vitória, 3.600 trabalhadores reunidos em assembleia, aceitam a nova proposta para retornarem ao trabalho.

Agora, fica apenas uma dúvida: como existe um compromisso da empresa, e ela tem cumprido, de estender as conquistas dos metalúrgicos de Monlevade, aos companheiros da trefilaria em Belo Horizonte, será que esse compromisso vai ser cumprido? Se depender do esforço do pelego João Silveira, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte, que se negou a apoiar a luta dos operários de Monlevade e Sabará, alegando que «esse não é o meu método de trabalho», nada irá acontecer.

(1) Outras empresas do grupo Belgo... C. af. Pol.

OPERÁRIOS PROMETEM DOBRAR OS PATRÕES

São Paulo

A campanha salarial dos 500 mil metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos vai atingindo seu ponto crítico. Nas negociações realizadas na semana passada, os patrões voltaram a demonstrar sua prepotência com uma proposta considerada uma provocação pelos trabalhadores - 61% com desconto da participação de 20%.

Em São Paulo, a assembleia que contou com 3 mil operários decidiu por maioria esmagadora que não haveria outra proposta senão um desconto, e que a assembleia do dia 28 decidiria pela greve se os patrões insistissem em contra propostas que são um insulto para a classe trabalhadora. Em clima de greve a assembleia (como em Guarulhos) vaiou estrondosamente pelegos e conciliadores que tentaram aprovar a proposta de 83% com desconto. Decidiu-se também

que a comissão de negociação não pode negociar contra propostas à revelia da assembleia geral.

Quando ia se iniciar a votação das propostas, as luzes do recinto onde se realizava a assembleia foram apagadas, provocando grande tumulto. Os trabalhadores perceberam logo que era provocação dos patrões e pelegos para esvaziar a assembleia e evitar a aprovação dos 83% sem desconto, e passaram a gritar em coro "isso é traição, não

vamos embora não".

Operários dos comandos setoriais, que têm predomínio da oposição sindical, enfatizaram o grande avanço da organização pela base do movimento. Com dezenas de reuniões por fábrica, dirigidas pelos comandos setoriais, contando com a presença de até 150 trabalhadores em cada uma.

Destacaram também o grande número de operários que já se empenha na tarefa de organizar a categoria para a greve e divulgar o material de propaganda da campanha. Conclamaram os companheiros metalúrgicos a fortalecer o trabalho nas fábricas e nas sub-sedes que são a garantia da sustentação de uma greve e a certeza da vitória.

No entanto, a mobilização que está havendo nas reuniões por fábrica e nas assembleias setoriais não estão se refletindo na assembleia geral da categoria. Operários de oposição atribuem essa baixa presença, entre outros fatores, à desconfiança da classe na diretoria do sindicato, responsável direto pela derrota do ano passado. Também as manobras dos patrões (procurando promover festas e piqueniques nos dias de assembleia), demissões e

intimidações que estão sofrendo os companheiros mais combativos nas fábricas são motivos de desmobilização. Apesar disso, os operários da oposição sindical avaliam que a baixa participação nas assembleias não é sinônimo de que a categoria não esteja preparada para entrar na briga de forma decidida.

Para evitar novas traições, uma medida já foi tomada pelos metalúrgicos presentes à assembleia: a decisão da greve deve ser feita a portas abertas, devem votar e decidir todos os metalúrgicos sejam sindicais ou não.

Em Guarulhos, a assembleia que reuniu 600 trabalhadores aprovou quase por unanimidade a proposta de 83% sobre o salário atual, repudiando a contra proposta patronal. Na próxima assembleia eles decidem se paralisam suas atividades.

Já em Osasco, a assembleia com 600 operários recuou da proposta anteriormente aprovada e decidiu por 83% com desconto da antecipação. A fora isto, a assembleia delegou poderes à comissão de negociação para negociar contra propostas dos patrões. A assembleia decisiva será também no dia 28 de outubro.

Sem dúvida, as propostas diferentes nessas assembleias sindicais, trabalham no sentido de dividir os trabalhadores, e os patrões e pelegos certamente tentarão se aproveitar disso. Mas a disposição de ir à greve, se conseguirem um aumento decente fica clara em todas as assembleias.

patrões podem fazer uma contra proposta mais decente?

Eu acredito que os patrões sabem que os trabalhadores perdem com a greve, mas que os patrões perdem muito mais. Até agora eles tem feito propostas insignificantes e é possível que essa semana eles façam propostas na tentativa de fazer a gente chegar a um impasse. Queria observar que de uma maneira geral os patrões têm empurrado os trabalhadores para a greve, porque apostam nas questões que apontei acima.

Eles apostam na desmobilização?

Não só na desmobilização como também na repressão.

Será possível levar os trabalhadores à greve na assembleia de domingo?

Eu vejo que nas reuniões por setor por regiões e por fábricas o pessoal tem demonstrado que está muito afim de conquistar um aumento melhor. Isto não quer dizer que os trabalhadores querem greve. Os

trabalhadores querem dias melhores, querem salários mais elevados. Agora, há uma disposição bastante clara de ir à greve caso não saia um aumento decente.

Há perigo do Joaquim Andrade passar uma rasteira na categoria, como no ano passado?

Olha, essa tem sido uma preocupação da categoria em todas as reuniões. O pessoal levanta questões como: "E esse ano, vai haver traição? A gente vai ter que pagar os dias parados? Enfim a preocupação com o que houve no ano passado quando a diretoria manobrou exigindo votação só dos associados ficou claro para toda a categoria, que está bastante desconfiada. Para tentar contornar esse problema, adotamos uma forma de organização na campanha que se sobrepõe à diretoria. Os operários não confiam nessa diretoria e estão se preparando para caso haja algum problema, eles assumirem realmente através de seus comandos a direção efetiva do movimento.

PARANÁ

Dentro das fábricas não dá outro assunto: "Como é, é o aumento?" "Val ter greve?". É a campanha salarial dos metalúrgicos de Curitiba que também vai chegando em seus momentos decisivos. Logo na primeira assembleia mais de 2.500 aprovaram a proposta de aumento geral de 85% sem desconto e piso salarial de Cr\$ 6.500,00, lançada por um grupo de metalúrgicos descontentes com a atuação da diretoria do sindicato nos anos anteriores. A assembleia aprovou ainda a proposta de que a Comissão de Negociação com os patrões não tivesse poder para fechar nenhum acordo.

Como a notícia ocorreu, na segunda assembleia já eram mais de 3500 companheiros que compareceram, rejeitando com muita vaia a proposta dos patrões de 62% para quem ganha até 3 salários mínimos, descontando deste índice a antecipação de julho, o que daria mais ou menos 32% sobre o salário atual. Foi aprovada então a proposta de entrar em greve, caso os patrões não aceitem as reivindicações numa segunda negociação.

O QUE QUEREM OS PATRÕES?

Assustados diante da firmeza dos metalúrgicos e preocupados com a "zoeira" que corre dentro das fábricas, os patrões procuram ganhar tempo, esperando talvez a nova lei que o Governo baixe para ajudá-los a derrotar os operários. Além disso os patrões sabem que podem confiar na diretoria do sindicato, cujo presidente, o Orley,

fala abertamente que é contra a greve, desrespeitando inclusive a decisão da assembleia.

PREPARAÇÃO DA GREVE

Os trabalhadores sabem que os patrões podem dar muito mais de aumento, pois estes anos todos exploram os trabalhadores pagando um salário de fome. Por isso mesmo é que enquanto a Comissão de Salário negocia, eles se preparam para a greve, pois as lutas dos companheiros dos outros estados mostraram que este é o único argumento que os patrões entendem. O único jeito de lembrar aos patrões que sem os peões as máquinas não funcionam.

Os patrões, enquanto isso, se preparam para a greve, obrigando a peãozada a fazer hora-extra para aumentar o estoque, demitindo e ameaçando os operários. Mas os operários, no interior de cada fábrica organizam comissões de encaminhamento da luta e começa a resistência às demissões. Já houve pelo menos dois casos de firmas onde os operários impediram que os patrões demitissem companheiros.

A declaração de um companheiro operário mostra que estão dispostos a alcançar uma vitória em suas reivindicações: "Como em qualquer lugar, em Curitiba também existem, dentro das fábricas, os chefes e os encarregados puxa-sacos. Os metalúrgicos reúnem-se em volta de cada chefe e dão uma "prensa". Se o cara estiver do nosso lado a gente vê logo. Se ele vier de enrotação a gente já sabe que ele é "leiteiro" e damos um jeito nele."

Apoie as Oposições Sindicais e as Comissões de Mobilização na Campanha Salarial dos metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco, por um aumento de 83%.



— Organizar Comissões de Apoio nos bairros e locais de trabalho, que possam apoiar as categorias em luta.

— Divulgar amplamente as reivindicações e a situação dos trabalhadores que entram em campanha.

— Todo apoio material aos companheiros. Venda a rifa da Oposição Sindical Metalúrgica, colabore com as outras atividades (forrós, shows, etc.).

— Denuncie a repressão sobre os companheiros. A polícia está tentando intimidar aqueles que nas portas de fábricas buscam esclarecer os objetivos da luta e mobilizar a classe operária. Não permitir prisões e intimidações. O

CBA de São Paulo manterá um plantão para que sejam tomadas medidas concretas no caso de prisões e agressões.

— A Comissão de Apoio mantém companheiros em regime de plantão às terças e quintas-feiras no Convento do Carmo (rua Martiniano de Carvalho) para encaminhamentos, adesões ou contribuições. Não deixe de ir companheiro.

— Remeta qualquer quantia em dinheiro ou cheque nominal à Editora Avante, rua Itapeva, 28 — 01332 — São Paulo, SP.

— A hora é de solidariedade e de unidade pela base. Todo apoio!

VOLTA REDONDA: O MASSACRE CONTINUA

Ha muito tempo que os operários da Construção Civil de Volta Redonda, vêm lutando uma grande revolta contra as empreiteiras encarregadas das obras de expansão da CSN. Através de agremiações elas trazem para Volta Redonda milhares de operários de diversos pontos do país que vem sofrendo pelas promessas de bom trabalho com bons salários, alojamento confortável, atendimento médico e alimentação de boa qualidade. Entretanto quando chegam para trabalhar os peões percebem que tudo é mentira. O céu prometido é um inferno pago.

Os salários são baixos, as horas extras obrigatórias e pagas abaixo do que manda a lei, e não há conforto algum nem boa qualidade na comida e no atendimento médico. Muito pelo contrário. No alojamento dormem mais de 5.000 trabalhadores e este conhecido como campo de concentração, os médicos são chamados de veterinários ou açougueiros, e a comida não serve nem para porco.

Por tudo isso a revolta estourou no dia 15, segunda-feira, depois de muita refeição azeda e injustamente na firma mais exploradora e gananciosa, a Noberto Odebrecht. Em alguns minutos, o refeitório estava completamente depredado. A comida retirada da cozinha e jogada no rastro próximo. A polícia militar fez o chamado pelos patrões, interveio violentamente dando tiros e fazendo prisões em massa. Em desordem, os peões correram por todos os lados, atravessando casas e quintais, procurando abrigos. A noite o saldo era de 37 prisões, vários feridos, sendo muitos à bala. Na quinta-feira, morria o operário JONAS FERREIRA que foi transferido para um hospital do Rio.

A cidade inteira acompanhou o desenrolar dos acontecimentos, à noite de segunda-feira e a madrugada seguinte parlamentares, entidades e principalmente as representantes do Anistia de Volta tomaram conta da

Odebrecht decretaram, após reuniões no alojamento, greve por tempo indeterminado. Exigiam aumento salarial de 70% sobre o salário atual, melhor alimentação e atendimento médico, cumprimento da legislação trabalhista com pagamento das horas extras de acordo com a lei e principalmente o fim da violência policial contra os trabalhadores.

O APOIO POPULAR

A greve dos peões das empreiteiras dominou a cidade. O bispo D. Valdir atendendo ao pedido dos operários sede os espaços da igreja Nossa Senhora Aparecida. Os patrões, o sub-delegado do trabalho, o representante do sindicato, e mais uma comissão de operários da Odebrecht se encontraram à tarde na Sub-Delegacia do Trabalho. Os patrões tentam aplicar um golpe. Com essa firma é a que paga o mais baixo salário, eles propõem a equiparação dos salários com os das outras firmas. Os operários à noite em assembleia respondem em coro: *Não, Queremos 70%*. E no dia seguinte os operários das outras empreiteiras resolvem aderir à greve. Afinal a luta é uma só, e a realidade de miséria, exploração e opressão é igual para qualquer peão. Com esta decisão os patrões da Odebrecht perdiam sua proposta. A divulgação da luta e das justas reivindicações ganhavam as comunidades que se incorporavam ao movimento, participando ativamente na distribuição de fundo de greve, panfletos e depois refeições, quando as empreiteiras e a CSN começaram a diminuir o número de refeições.

A união entre as comunidades e as entidades da cidade ou da região e os peões isola os patrões que passaram a desencadear uma dura repressão sobre os trabalhadores. Na quinta e sexta-feira o movimento tem inúmeros grevistas presos, a polícia com batalhões de choque ocupa o alojamento e as ruas vizinhas. Camburões circulam por todas as ruas e andar sozinho ou

delegacia libertando operários presos. Na quarta-feira 5000 operários circularam à cidade. Na quinta de manhã mais de 3000 mil peões, em passeata, exigem o fim da exploração, da violência policial e o aumento de 70% sobre os salários atuais. Enquanto isso, a greve é decretada ilegal pelo DRT que, como era de se esperar, favorece mais os patrões, preferindo não investigar as denúncias apresentadas pelos operários tais como, baixos salários, contratos ilegais e a violência a que estão submetidos.

O movimento se amplia na população, em poucas horas o fundo de greve reunia mais de 10.000,00. O movimento iniciado de forma espontânea e desorganizada começa a tomar mais pé na organização. Cria-se a comissão de greve com os trabalhadores. A peãozada, a princípio de cabeça quente e disposta a se juntar e dar uns "mangos" na polícia e pelegos, esfriava a cabeça e aprendia na prática a organizar o movimento. As mulheres das comunidades se organizam nas cozinhas e várias comissões são tiradas para tratar da infra-estrutura do movimento. Na quinta-feira os patrões resolvem não comparecer às negociações. Os operários haviam rejeitado sua proposta de aumento de 35% sobre os salários de 78, prometiam melhorar a alimentação, retirar parte do policiamento do alojamento mas o principal, 70% sobre os salários atuais não atendiam. Na quinta-feira mesmo com todo o policiamento os operários da Fesisa rompiam o cerco e formavam um grupo de piquetes que correm todas as obras fazendo reuniões e decretando a greve. Em todos os canteiros a polícia comparece ostensivamente. Mas quando chega, só encontram lumaça. O sindicato, sem representatividade alguma na categoria, abandona as negociações e some.

No sábado e domingo cerca de 20.000 refeições são servidas pela cozinha na igreja, um ambulatório

tratados pelos médicos das firmas (os veterinários) são aterrorizados por grupos de médicos e estudantes solidários que lhes dão remédios. As comunidades de base da igreja fazem reunião sexta-feira à noite e confirmam decisivo apoio ao movimento. Organizam a alimentação por uma semana. As entidades e setores representativos da cidade se reúnem e tiram notas de apoio conglomando a população a também apoiar grevistas. O fundo de greve chega a Cr\$ 30.000,00. Começa a infraestrutura do movimento no domingo em entrevista coletiva à imprensa, a comissão de trabalhadores da construção civil denuncia a rede de boatos espalhada pelos patrões, os diversos policiais a paisana infiltrados no movimento e declara a intenção dos operários de reabrir as negociações. Os operários querem trabalhar, mas querem também aumento de 70 por cento. Na madrugada de domingo mais um operário é morto, desta vez espancado por um leão de chácara, de um bar próximo ao alojamento.

Na manhã de segunda-feira assediados pela polícia militar, amedrontados por uma nota do sindicato que se coloca descaradamente ao lado dos patrões, os peões batem e cruzam os braços. Os soldados da PM, começam a baixar o capacete, os operários resistem e se mantêm parados... A pressão dos patrões, do Ministério do Trabalho e da polícia do governo sobre os peões é muito grande. A greve surpreende a todos, alcança seu sétimo dia. Porém, mesmo que a greve seja obrigada a acabar sem a conquista pretendida dos 70 por cento, a luta continua. Nenhum peão renuncia a reivindicação do movimento. Faja-se em conquistar o sindicato. A comissão de trabalhadores da construção civil ganha representatividade na categoria e na cidade. Muitas vitórias já foram conquistadas, vitória com a união dos peões, a organização e a experiência e consciência de que só unidos e organizados os

BELGO MINEIRA

A VITÓRIA DOS METALÚRGICOS

A greve dos 6.100 operários metalúrgicos da Belgo Mineira (:) em João Monlevade e Sabará, que paralisou todas as atividades da companhia durante sete dias, conseguiu arrancar dos patrões uma grande vitória.

Desde o início do movimento, a empresa gerando inclusive o protesto do presidente do sindicato dos metalúrgicos de Sabará, quando denunciou numa das negociações que, «a empresa vem negociar com a gente, na certeza da ilegalidade do movimento, passando inclusive na frente da decisão da justiça do trabalho, o que faz com que ela seja tão intransigente».

Entretanto, apesar disso, a firmeza dos operários e a sua organização, fez com que os patrões recuassem, horas antes do julgamento da greve pelo tribunal, propondo continuar as negociações.

Concretizava-se naquele momento, a primeira vitória do movimento grevista.

Reivindicando um piso salarial de Cr\$ 8.144,00 ou índice oficial mais Cr\$ 4.000,00 15% de anuênio, 15% na participação dos lucros da empresa e a instalação imediata da Comissão Paritária (reivindicação dos metalúrgicos de Monlevade), a empresa faz uma nova proposta (a primeira, antes da greve não foi aceita), para o retorno imediato ao trabalho. Ela oferecia agora, um aumento salarial de Cr\$ 2.700,00 além do índice oficial de 50%, para quem ganhasse até Cr\$ 3.100,00. Como cerca de 70% da categoria já ganhava Cr\$ 8.900,00 os salários passariam para Cr\$ 16.050,00 com um aumento de 82%.

O piso salarial seria de Cr\$ 5.200,00 e o piso profissional (depois de seis meses de trabalho) passaria de Cr\$ 4.200,00 atuais, para Cr\$ 9.000,00 o que representaria um aumento de 114%. Propuseram ainda 2% de anuênio e a complementação dos benefícios previdenciários, quando o empregado fosse afastado por motivos de doenças, durante um ano. Reajuste salarial de seis em seis meses e, em relação aos dias

dias, seria doado aos flagelados da cidade de Monlevade.

Quanto à comissão paritária, sua regulamentação continuaria sendo discutida, pois, dois pontos básicos para os trabalhadores, — que a comissão tivesse força de convenção coletiva sobre os contratos individuais de trabalho e que as penas de suspensão e dispensa por justa causa, só poderiam ser aplicadas depois de ouvida a comissão — não estavam sendo aceitas pela companhia.

Esta reivindicação é tão importante para os trabalhadores, que durante as negociações foi proposto à companhia pela direção do sindicato que abrissem mão das reivindicações salariais para serem negociadas após a volta ao trabalho, desde que concordassem com a regulamentação da comissão paritária. «A comissão», explica João Paulo Pires, representante dos metalúrgicos de Monlevade junto à Federação, «significa a garantia do emprego pro trabalhador e sua garantia de defesa, pois a empresa é arbitrária, mantém um sistema coercitivo e altamente repressivo. Além disso, dar ao trabalhador uma participação nas decisões que lhes interessam de perto».

Não tendo dúvida de que todas estas conquistas representavam uma grande vitória, 3.600 trabalhadores reunidos em assembleia, aceitam a nova proposta para retornarem ao trabalho.

Agora, fica apenas uma dúvida: como existe um compromisso da empresa, e ela tem cumprido, de estender as conquistas dos metalúrgicos de Monlevade, aos companheiros da trefilaria em Belo Horizonte, será que esse compromisso vai ser cumprido? Se depender do esforço do pelego João Silveira, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte, que se negou a apoiar a luta dos operários de Monlevade e Sabará, alegando que «esse não é o meu método de trabalho», nada irá acontecer.

COMPANHEIRO ASSOCIADO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DO ESTADO DO PARANÁ.-



Iniciamos hoje a luta pela campanha do AUMENTO SALARIAL. Depende de VOCÊ, caro associado, o êxito de nossa luta por um salário humano e justo. VOCÊ que é sócio, que acreditou no SINDICATO e com ele luta pela conquista de melhores dias para a classe, necessitamos uma vez mais de seu incondicional apoio, para dentro de um clima de ordem, de respeito, e acima de tudo, sejam vocês os vigilantes da aqueles que por ventura queiram deturpar uma campanha que só interessa aos METALÚRGICOS, em especial aos que são sócios em pleno gozo de seus direitos, porque, só a estes cabe a decisão em Assembléia Geral das justas reivindicações.

Nós que integramos a diretoria do Sindicato, só temos um compromisso:- LUTAR POR UM SALÁRIO CONDIZENTE.

Para orientar os debates damos a seguir os tópicos que iremos discutir, bem como novas sugestões que poderão surgir durante os debates:

I - AUMENTO SALARIAL:

que os salários do trabalhadores abrangidos pela presente convenção sejam realustados a partir de 01.12.79, em _____

§ ÚNICO: que o reajustamento seja extensivo, também, aos trabalhadores remunerados à base de tarefa, empreitada ou comissão,

II - ANTECIPAÇÃO DE AUMENTO SALARIAL:

seja concedido em 01.06.80, uma antecipação do reajustamento salarial a ser concedido na data base, num percentual de _____

III - REMUNERAÇÃO MÍNIMA DA CATEGORIA PROFISSIONAL:

que a remuneração mínima da categoria profissional abrangida por esta convenção, seja de _____

IV - REAJUSTAMENTO PARA OS EMPREGADOS ADMITIDOS APÓS A DATA BASE (01.12.78)

Aos empregados admitidos após a data base, ou seja, após 01.12.78, seja

III

XII - OBSERVÂNCIA DO ITEM 2.DO INCISO IX,DO PREJULGADO Nº 56:

que todo empregado admitido para a função de outro dispensado sem justa causa, seja remunerado de forma idêntica ao de menor salário naquela função, sem que se considerem vantagens pessoais;

XIII - GRATIFICAÇÃO POR OCASIÃO DAS FÉRIAS:

Seja concedida aos empregados que durante o período aquisitivo de férias não tenham dado nenhuma falta ao serviço, justificadas ou não, e por ocasião do gozo das mesmas, uma gratificação igual à 1 (hum) salário mínimo regional vigente;

XIV - PRAZO PARA A QUITAÇÃO DAS VERBAS DEVIDAS EM CASO DE RESCISÃO CONTRATUAL:

Que em ocorrendo a rescisão do contrato de trabalho, as verbas devidas ao empregado lhe sejam pagas, no máximo, até o 10º dia útil após aquela data, sob pena de não o fazendo, a Empresa ficar obrigada a pagar ao empregado, também, uma multa igual a 50% (cincoenta por cento) do valor de referência regional vigente se o fizer em 30 dias e, após este prazo, de 1 (HUM) valor de referência regional, mesmo já tendo havido ajuizamento da competente reclamação trabalhista;

XV - REVERSÃO SALARIAL:

A critério da Assembléia, ressaltando que às Empresas que não efetuarem o recolhimento na época certa, será aplicado o disposto no artigo 600, da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei de 11.12.74;



XVI - PENALIDADE:

A violação de quaisquer dos direitos do empregado, oriundos desta convenção, dará ensejo, quando a cobrança dos mesmos, em juízo ou fora dele, à uma multa igual a 10% (dez por cento) do salário piso da categoria, em seu favor, com a aplicação, quanto à esta, do disposto no art. 600, da CLT, sendo que o coeficiente de correção monetária aplicável ao caso, será decretado para os débitos trabalhistas;

XVII - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO:

Que seja doado pelo Sindicato da categoria econômica, ao Sindicato Profissional, um equipamento odontológico completo, visando uma melhor condição para os empregados, integrantes da categoria.

Atenciosamente

A DIRETORIA



CARTA ABERTA AO MISTER COOK

Caro Sr Mister Cook :



Na carta que voce deu prá nós voce só falou uma verdade. É mesmo um grupo de oposição ao sindicato que está fazendo o nosso movimento pelo aumento.

E isto é mais que claro porque a pelegada do sindicato estão do lado dos patrões e nunca fizeram nada por nós. E nunca vão fazer. Se fosse por eles , já tinha acertado os 56% com desconto dos 22,5% que voces ofereceram da primeira vez.

O resto da sua carta, desculpe a franqueza mais foi tudo mentira.

Primeiro, que a New Holland num tá atendendo os seus funcionários coisa nenhuma , pois não deu nem a antecipação de 22,5% que as outras firmas tiveram em junho passado. Ela deu só 10,5%.

Segundo que a New Holland não deixa os funcionarios se sindicalizar, porque proibe o desconto da mensalidade do sindicato em folha, o que é contra a lei.

E terceiro, que voces só querem é produção, não importando a saúde dos peão, pois não pagam nem insalubridade que é de lei. E quando alguém vai reclamar no ministério voces arrumam uma justa causa prá ele.

E prá finalizar, vai o nosso recado pro senhor:

NÃO ADIANTA AGORA VIR FAZER FOFOCA QUE A TURMA TÃO UNIDOS NOS 85% !!

OU DÁ OU DESCE !

falo bicho ?

assinado

José Bigorna e a peãozada
da Sperry

R E I N V I D I C A Ç Õ E S

1 - ARTIGO DE:

- 1 - Para quem ganha até 4 salários mínimos
- 80 - Para quem ganha acima de 4 salários mínimos

PISO SALARIAL: R\$ 6.120,00

- 2 - Fundação de creches que beneficiarão diversas empresas situadas em pontos estratégicos e mantidos pelas próprias empresas.
- 3 - Igualdade de salários em uma mesma função, para ambos os sexos/ independente da idade da pessoa.
- 4 - Que o tenor aprendiz receba um salário mínimo regional e trabalhe na função exata a que se destina seu curso.
- 5 - Que todos os trabalhadores possam usufruir do direito que confere a Lei, de associar-se ao sindicato de classe, sem a oposição em contrário das empresas.
- 6 - Que cada empresa possa ter pelo menos um delegado sindical, com estabilidade conforme determina a legislação sindical.



PARA O TRABALHADOR:

Não aceite uma proposta que já nasceu derrotada, aceite a mais realista e melhor preparada.

52



C O N V I T E

PREZADO AMIGO TRABALHADOR, está convidado a participar do ENCONTRO que se realizará na IGREJA DE SÃO JOSÉ DA VILA FELIZ, ponto final do ônibus do Capão Raso.

Estará presente DOM CLÁUDIO HUMMES, COORDENADOR DA PASTORAL OPERÁRIA PELA CNBB, BISPO DE SANTO ANDRÉ, SÃO PAULO.

DIA: DOMINGO, 8 DE DEZEMBRO

HORÁRIO: 14:00 HORAS

A EQUIPE DA PASTORAL DO TRABALHO
DE CURITIBA

PT 1987.228

Feito Encto nº 20/79
aos 0.1 da arbor.

Em 06-12-79

PT 1987.228

~~Feito Encto nº 20/79~~

Arquivo univ. - 2117-001
Arquivo da Anistia
Em 06-12-79

26

ANISTIA A LUTA CONTINUA



- EM FLORIANÓPOLIS, ESTUDANTES ESTÃO PRESOS, INCOMUNICÁVEIS E ENQUADRADOS NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL.
- EM CURITIBA A REPRESSÃO PRENDE TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MECÂNICOS, GARIS E OUTRAS CATEGORIAS.
- A VIOLÊNCIA DA REPRESSÃO SE ABATE SOBRE OS TRABALHADORES EM SEUS MOVIMENTOS POR MELHORES SALÁRIOS — NA LUTA CONTRA A FOME!
- A REPRESSÃO POLÍTICA JÁ MATOU 9 OPERÁRIOS, EM TODO O BRASIL, DEPOIS DE DECRETADA A ANISTIA PARCIAL.
- MUITOS BRASILEIROS CONTINUAM NOS CÁRCERES. MUITOS AINDA ESTÃO NO EXÍLIO. OS ANISTIADOS NÃO FORAM REINTEGRADOS EM SEUS EMPREGOS E SÃO CONSTANTEMENTE AMEAÇADOS DE PRISÃO.
- O APARATO REPRESSIVO ARMADO CONTRA O POVO PERMANECE INTACTO. A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL AMEAÇA DE PRISÃO TODOS OS OPOSITORES DO REGIME.

COMITÉ BRASILEIRO PELA ANISTIA
CURITIBA

PT 1987.228

ATO PÚBLICO

**Em protesto pelas prisões de
estudantes em Santa Catarina.**

**Em protesto pela violenta re-
pressão policial em Florianópolis e em
todo o Brasil.**

**7 DE DEZEMBRO
ÀS 17:00 HORAS
Na Rua Ébano Pereira, 114**

CDA - CURITIBA

COMPANHEIROS DA CONSTRUÇÃO CIVIL:

A comissão eleita na Assemblêia realizada nesta data, reunida com a Comissão de Justiça e Paz, formulou as reivindicações da categoria para serem apresentadas aos patrões:

- 80% de aumento sobre o salário atual.
- Piso salarial mínimo para os serventes de Cr%6.500,00
- Pagamento dos dias parados
- Não punição dos grevistas

Decidiram levar a proposta aos patrões através da Delegacia Regional do Trabalho.

Assemblêia para discussão do resultado das negociações, amanhã dia 22 às 16:00 horas na Concha Acústica (frente ao Campo do Atlético)

Vamos nos organizar.

A greve continua!

A Comissão.



LC PT 1987.228

COMPANHEIROS DA CONSTRUÇÃO CIVIL:

A comissão eleita na Assembléia realizada nesta data, reunida com a Comissão de Justiça e Paz, formulou as reivindicações da categoria para serem apresentadas aos patrões:

- 80% de aumento sobre o salário atual.
- Piso salarial mínimo para os serventes de Cr%6.500,00
- Pagamento dos dias parados
- Não punição dos grevistas

Decidiram levar a proposta aos patrões através da Delegacia Regional do Trabalho.

Assembléia para discussão do resultado das negociações, amanhã dia 22 às 16:00 horas na Concha Acústica (frente ao Campo do Atlético)

Vamos nos organizar.

A greve continua!

A Comissão.



80 PT 1987.228

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná.

Séde propria: "Edifício Banco Nacional do Comercio"

Rua Monsenhor Celso, No. 154, 12º andar.

Conjunto: No. 1201/1202 e 1203.

29

DIRETORIA:

Presidente: Engº João de Oliveira Franco Filho, brasileiro, casado, industrial metalúrgico.

Secretario: Zonardy Vespasiano Ribas, industrial, brasileiro, casado, sócio gerente da firma Mueller Irmãos Ltda.

Tezoureiro: Jost Sigel, comerciante, brasileiro, ~~industrial metalúrgico~~ gerente da firma Sigel, Industria e Comercio Ltda.

Cba., 1º-12-1961. Ribas.

Elementos fornecidos ao Snr. Dr. Delegado Licio Bley Vieira.

Ribas



PT 1987.228

Endereço do Presidente dos
 Metalurgicos: Patronais
 Rua Imaculada Conceição: 181
 Fone: 4-5771
 Fone: 4-5771

Endereço do Secretário:-
 Escritório da Firma
 Müller Somoos
 Fone: 4-74 M
 Residência Fone: 4-7228



Presidente dos Empregados
 nos Industrias Metalurgicas
 Miguel Krug
 sede Edifício Rui Barbosa
 Praça Santos Andrade



-CÓPIA EM INTEIRO TEÓR -

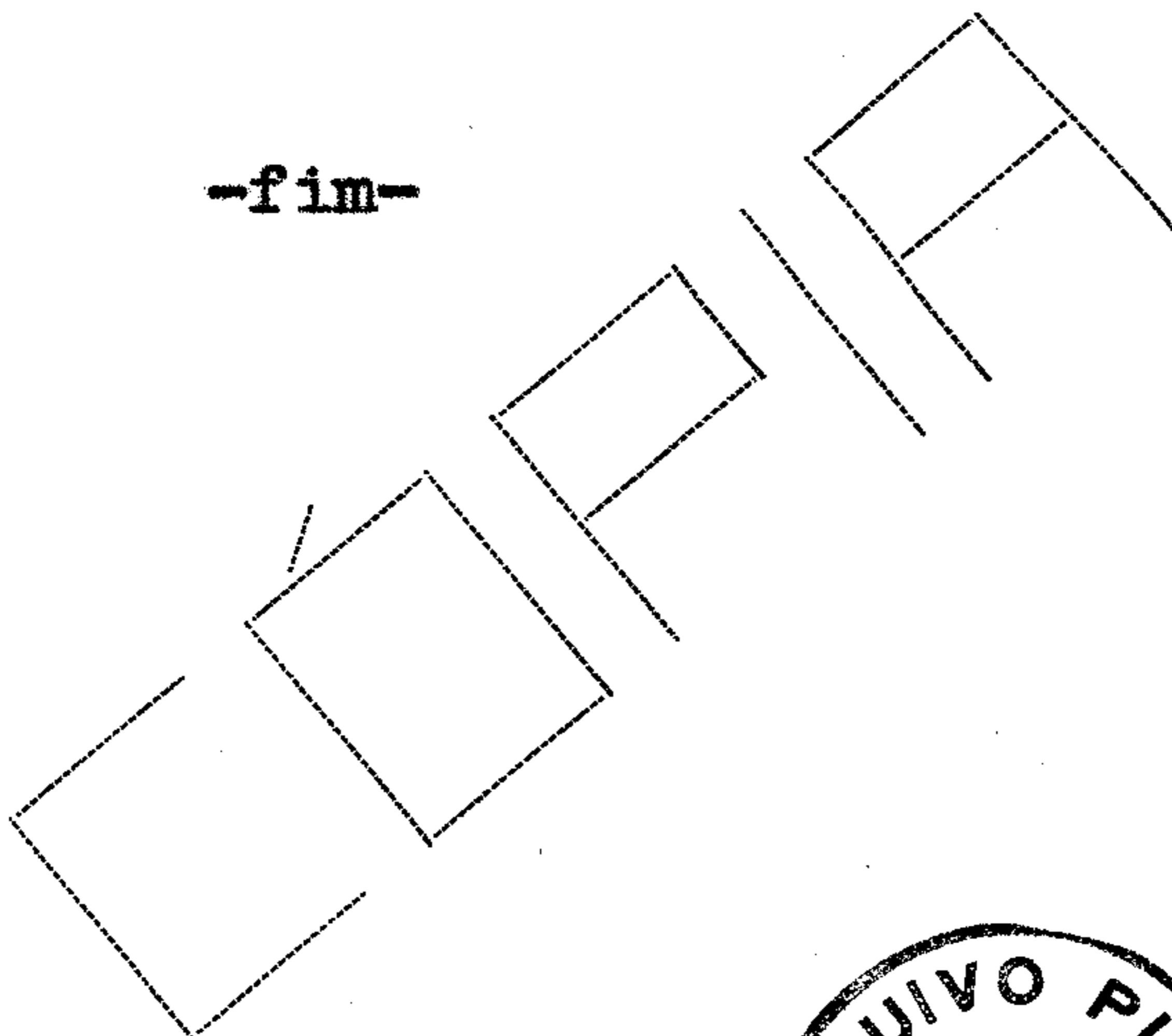
=DEPARTAMENTO DES CORREIOS E TELEGRAFOS - TELEGRAMA

Nº DE EXPEDIÇÃO: 20.534 - SINDICATO DOS METALURGICOS DO PARANÁ
PRAÇA SANTOS ANDRADE 39 - 5º ANDAR -
CURITIBA-PR.

PREÂMBULO - 15,00 MCW 145 - LONDRINA-PR 4003 28 21 1500
O PREÂMBULO CONTEM AS SEGUINTE INDICAÇÕES DO SERVIÇO: ESPECIE DO
TELEGRAMA, ESTAÇÃO DE ORIGEM, NÚMERO DO TELEGRAMA, NÚMERO DE PARA
VRAS, DATA E HORA DA APRESENTAÇÃO.

" COMPANHEIRO BUUNKO PEDIMOS CONFIRMAÇÃO ENCONTRO METALURGICOS DIA
7 OUTUBRO EM PONTA GROSSA SAUDAÇÕES SINDICAIS - GENEY".

-fim-





Estado do Paraná

-CÓPIA EM INTEIRO TEOR -

=DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS - TELEGRAMA

Nº DE EXPEDIÇÃO: 20.534 - SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO PARANÁ
PRAÇA SANTOS ANDRADE 39 - 5º ANDAR -
CURITIBA-PR.

PREÂMBULO - 15,00 NCY 145 - LONDRINA-PR 4003 28 21 1500

O PREÂMBULO CONTEM AS SEGUINTE INDICAÇÕES DO SERVIÇO: ESPECIE DO
TELEGRAMA, ESTAÇÃO DE ORIGEM, NÚMERO DO TELEGRAMA, NÚMERO DE PALA
VRAS, DATA E HORA DA APRESENTAÇÃO.

" COMPANHEIRO BUUNCO PEDIMOS CONFIRMAÇÃO ENCONTRO METALURGICOS DIA
7 OUTUBRO EM PONTA GROSSA SAUDAÇÕES SINDICAIS - GENEY".

-fim-



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico no Estado do Paraná

Reconhecido pelo Sr. Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio.

Processo D. N. T. 12.251 de 11 de Maio de 1942. Base Territorial Estado do Paraná.

Com Sede em Curitiba: Praça Zacarias n.º 36 - 7.º andar sala 703

CURITIBA

Aos 31 dias do mes de Outubro de 1937, reuniu-se o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico no Estado do Paraná, na sede do Sindicato dos Bancários, para estudar a contra-proposta apresentada pelos Empregadores.

Diversos oradores fizeram uso da palavra no decorrer da reunião, inicialmente falou o consultor jurídico, João Régis Teixeira, que explicou minuciosamente todo o teor da contra-proposta dos Empregadores, a seguir falaram os seguintes associados.

Attilio Polcop, que propôs um aumento geral, de 40% sem distinção de profissão de Junho de 1936 para cá, computando todos os aumentos expontaneous, manifestaram-se diversos companheiros a respeito, falando pró e contra a proposta, a seguir com a palavra Antonio Langner que sugeriu a seguinte proposta, 20% para o operario especializado e 10% ao braçal sobre o salario actual, sem qualquer desconto, finalmente veio a proposta de associado João Konchinski, 20% em geral sobre o salario actual, sem qualquer desconto.

Iniciados os debates, diversos presentes pediram consignasse-se em ata o seguinte, se o resultado da actual assembleia nao sair em quinze dias, ir-se imediatamente a greve, com violencias gerais.

Nesta oportunidade o sr. Miguel Krug comunicou a classe a presença no plenário de observadores de São Paulo, que deverão dirigir a greve, se necessário fosse, receberam calorosa salva de palmas.

A seguir o sr. Presidente colocou as sugestões em votação, por chamada nominal a assembleia, apurados os votos, decidiu o seguinte:

Proposta de 20% sobre os salarios atuais sem distinção de profissão 297 votos.

Sugestão de 40%, computados os aumentos expontaneous de Junho de 1936, sem distinção de profissão, 209 votos.

Sugestão de 20% para os trabalhadores especializados e 10% para os braçais, sobre o salario actual. 43 votos

Decidiu ainda a assembleia rejeitar frontalmente a cláusula de assiduidade, por ser humilhante e por já ter o empregador outros meios para capturar os operarios faltosos.

Por outro lado, decidiu-se dar á assembleia caracter permanente e colocar nas mãos da diretoria e do departamento jurídico, a solução do caso como achar de maior proveito a classe.

Constatado um voto de louvor, ao Exmo. Sr. Abilon de Sousa Neves, presidente do S.T.B. do Paraná, pelos relevantes serviços prestados aos Metalurgicos, concedendo recentemente as passagens aos delegados Paranaenses ao Congresso dos Metalurgicos do Brasil, no Rio Grande do Sul.

Nada mais havendo a tratar, eu Orlando Fantinato lavrei a presente ata, a qual passo á assinar com o sr. Presidente

Miguel Krug
Miguel Krug - Presidente

Orlando Fantinato
Orlando Fantinato - Secretario



Delegacia de Ordem Política e Social

34

ORDEM DE SERVIÇO N.º 8

Ao Investigador N.º KRESKO

Em 30 de novembro de 1961

NATUREZA DO SERVIÇO Localizar a sede do sindicato ,
especificar a diretoria atual e localizar as indústrias em

que trabalham os sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores

nas indústrias Metalúrgicas e material elétrico de Curitiba

sede: Edifício Ruy Barbosa - Praça Santos Andrade - 5º andar

patrões: sede: rua Emeliano Pernetta nº 268



Delegado

PT 1987.228

D. J. to the Hon. Justice

Re: In re: ... 181

... ..

... ..

...

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico no Estado do Paraná.

DOPS

Curitiba, 11 de janeiro de 1965.
(Of. Circular nº 2/65)

Senhor: DR. LICIO BLEY VIEIRA

Com o presente temos a satisfação de levar ao conhecimento de V.Sa., que em data de 9 de janeiro do ano em curso, tomou posse a nova Diretoria desta Entidade, eleita para o biênio de 1965 a 1967.

A Diretoria empossada tem a seguinte constituição:

Diretoria

Presidente :	Ladislau Leão Bucenco	Suplente	Flávio Bolicenha
Vice-Pres. :	Aloisio F. Reicher	"	Antonio Woickiewicz
1º Secret. :	José Nilton Lopes	"	Hipólito L. de Souza
2º Secret. :	Thadeu J. Kempa	"	José de Souza Gomes
1º Tezrº. :	Attilio Racioppe	"	Manoel dos R. Arcanjo
2º Tezrº. :	Waldemar Rodrigues	"	Sérgio Szenczuk

Conselho Fiscal

Presidente :	Carlos Tauchmann	Suplente	Edelseu Thomazi
Membro :	Afonso Tozzo	"	Odair Rios
Membro :	Agostinho O. dos Santos	"	Angelo Antonietto

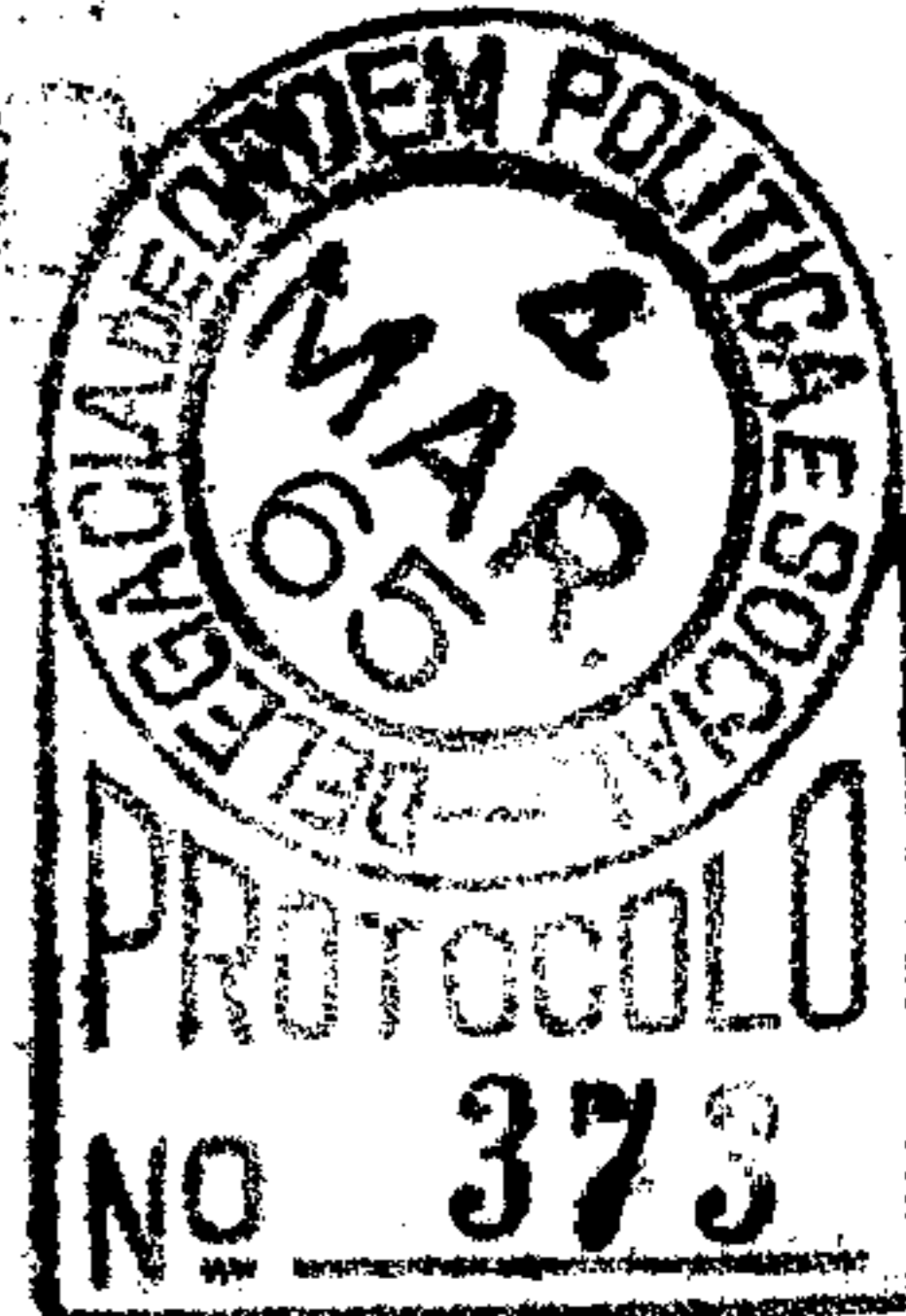
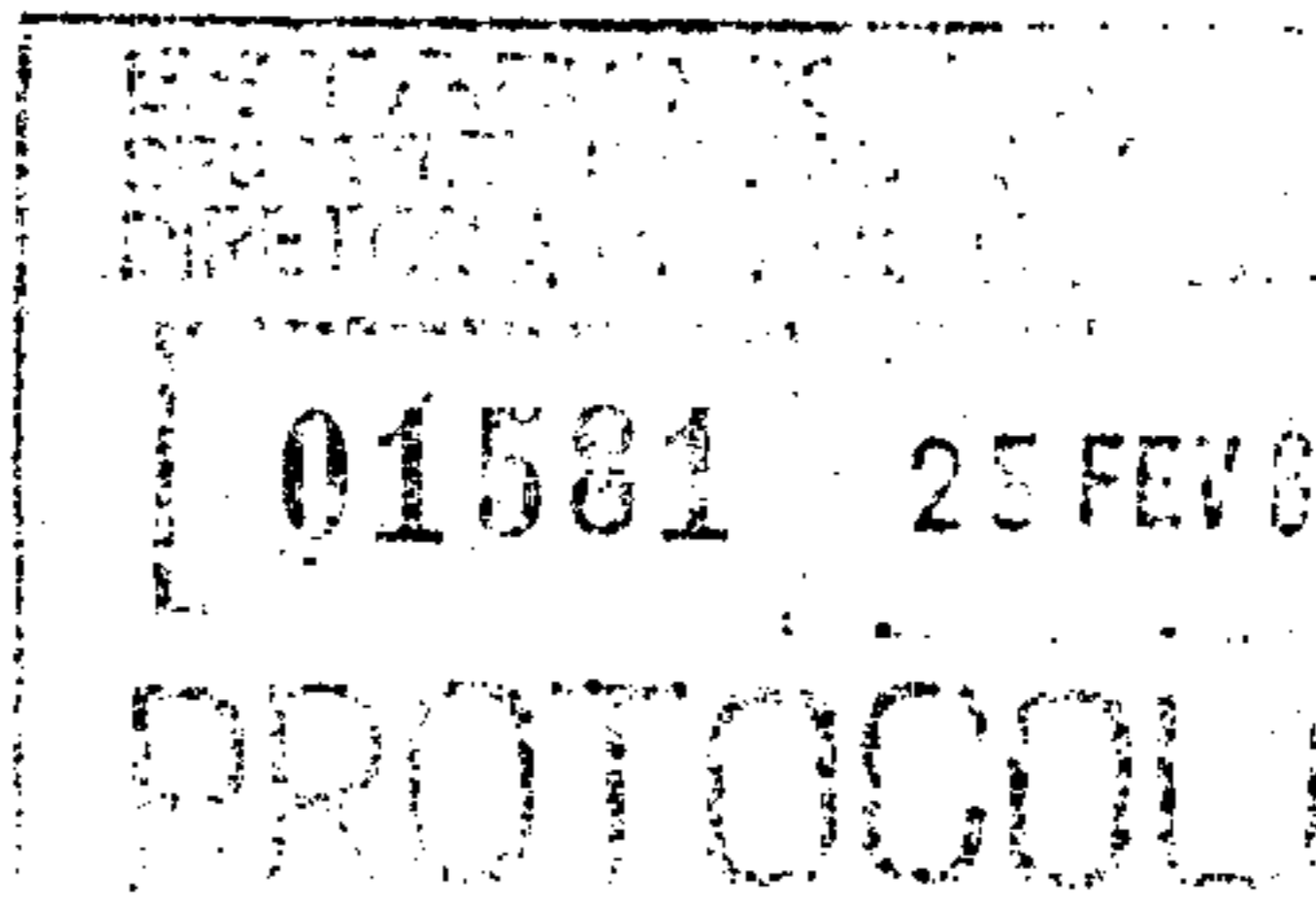
Delegados Junto a Federação

Ladislau Leão Bucenco	Suplente	José Perle Filho
José Nilton Lopes	"	Bertolino Portela
Eugenio Monteiro	"	Thadeu João Kempa

Ladislau Bucenco
Ladislau Leão Bucenco - Presidente



ILMO. SR.
DR. LICIO BLEY VIEIRA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA



EM 11.2.65

*Execução feita
a D.O.P.S. por meio
de decisão da Direção
Pol. Exp.*

Em 26/2/65

Dir. Pol. Exp.

Anote-se
A D.O.P.S., para os
devidos fins.
Curitiba, 3 de 3 de 1965
DELEGADO





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO, NO PARANÁ



Of. DRT-SS-632/65.-

Em 26/novembro/1 965

Do Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná.-

Ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, do Estado.-

Assunto: comunicação.-

Ao Diretor da Polícia Civil

Em 27/11/1965

Senhor Secretário.

y

Comunico a V.Ex^a., para os efeitos das disposições contidas no parágrafo único do art. 17 da Lei nº. 4 330 de 1º de junho de 1 964, que o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO DO PARANÁ, segundo decisão da Assembléia Geral Extraordinária realizada em data de 22 de novembro corrente, / deverá entrar em greve a partir do dia 30 de novembro de 1965, em virtude de não ter sido possível qualquer acôrdo nas reuniões conciliatórias realizadas nesta Repartição.-

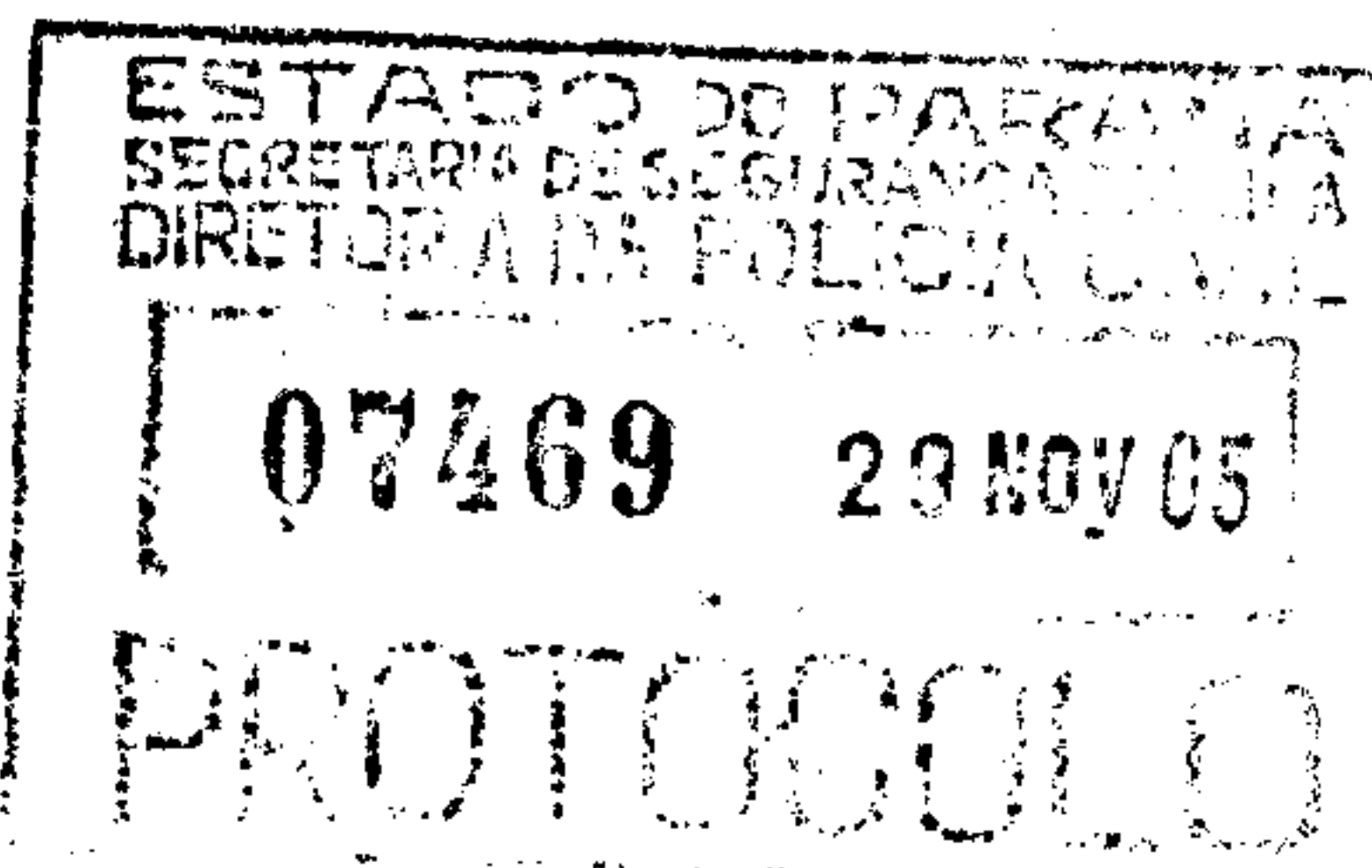
Aproveito a oportunidade para reiterar a V.Ex^a. os meus sinceros protestos de estima e consideração.-

= ALCIDES SEGURADO =

Delegado Regional do Trabalho Substituto



als/.-



Em, 2/12/65

Henrique Goni Neto,
Chefe da S.C.

V A.D.O.P.S. por antec. de
do do D. de F. de T. de F. de T.
Especializada.

Ex - XI - 65
[Handwritten signature]

Anotar-se	
A.D.O.P.S. para os	
os devidos fins.	
Curitiba, 29 de	11 de 1965
N P Parana	
DELEGADO	

A.S.C. p/ anota e arquivar

Em, 10/12/65.

[Handwritten signature]

Em cumprimento ao despacho supra, informo que foi anotada que antes dia 12/12/65 foi suspensa a greve na determinação do Presidente do Tribunal do Trabalho, de São Paulo, o qual julgou o processo de Dissídio Coletivo, dando 40% a classe dos trabalhadores, acôrde este referente ao ultimo acôrdo firmado em outubro de 1964.

F 1 110 f. 44-0

Recortes de jornais

Fls. n^{os} 37, 39, 40, 42, 50 a 60

63, 66 a 74, 79 a 90, 92 a 97, 103, 107 a 115

37



ALUGAM-SE

TEMPORADA COPACABANA

Alugamos apartamento, mobiliados inclusive geladeira m 1 = 2 e 3 dormitórios, diárias a partir de Cr\$ 8.000, de- detalhes: — LINNCO LTDA, Westphalen 15 — 17.º an-

PRAÇA OSÓRIO

Magnifico apartamento de esquina, com acabament em o mármore, azulejo até o teto, living, sala de almoço dormitórios cozinha BWC em cores, lavabo social de para empregada área de serviço e garagem play- round e calefação: demais detalhes: LINNCO LTDA, West- phalen, 15 — 17.º andar.

VILA NOVA

Apartamento, terceiro andar, de frente para Voluntários Pátria, com 3 dormitórios, living cozinha dependência de gada, área de serviço, BWC com azulejos até o teto calefação e playground, parcialmente mobiliado, demais dee s: — LINNCO LTDA. — Westphalen, 15 — 17.º andar

5/12/15
 Foz de Iguaçu

ARGO - IMÓVEIS

Cresci n.º 123

RUA SANTA CATARINA, 1807
 AO CRISTOVÃO — V. GUAIRA
 EM A VENDA

Guaíra —
 e esquina,
 em frente
 com en-
 Cr\$ 80.000

— Casa
 o lote me-
 s Gerais,
 \$ 4.200.000
 saldo em

- Boa casa
 sanitária,
 de poço,
 10.000 e o

com seis
 dois lotes
 is 30x29,
 a de Cr\$

VILA SÃO PAULO — Ótimo barracão para oficina, medindo 7x17, mais uma meia água com 3.50x6.50 para residência ou escritório, lote magnifico com pequena caída para frente, medindo 12.50x40. Preço Cr\$ 2.750.000 com entrada de Cr\$ 1.600.000 e o saldo Cr\$ 100.000 por mês. Aceita-se carro no negócio.

-X-

RUA RIO GRANDE DO NORTE — Vila Guaíra — Casa de madeira com cinco peças, bom lote medindo 14x45.50 nos fundos do E.C. Água Verde, próximo do Cinema e da Igreja São Cristovão. Preço Cr\$ 2.500.000 com entrada de Cr\$ 1.500.000 e o saldo Cr\$ 60.000 por mês.

-X-

BAIRRO MONTE CASTELO — Casa de madeira com quatro peças, mais um puxado medindo 15,00x6,00 lote alto e seco; água de poço com bomba manual. Preço Cr\$ 2.800.000 com entrada de Cr\$ 1.300.000 e o saldo Cr\$ 50.000 por mês.

-X-

— Cr\$ 4.500.000 — entrada Cr\$ 1.500.000 e Cr\$

- Cr\$ 1.800.000 — entrada Cr\$ 900.000 e Cr\$ 50.00 por mês.
- 1.400.000 — entrada Cr\$ 500.000 e Cr\$ 40.000 por mês.
- \$ 1.400.000 — entrada Cr\$ 400.000 e Cr\$ 30.000 por mês.
- \$ 2.000.000 — entrada Cr\$ 800.000 e Cr\$ 50.000 por mês.
- \$ 1.500.000 — entrada Cr\$ 400.000 e Cr\$ 40.000 por mês.
- \$ 1.500.000 — entrada Cr\$ 500.000 e Cr\$ 50.000 por mês.
- 1.000.000 — entrada Cr\$ 500.000 e Cr\$ 50.000 por mês.

— Cr\$ 700.000 — entrada Cr\$ 400.000 e Cr\$ 15.000 por mês.

Guaíra —
e esquina,
m frente
com en-
Cr\$ 80.000

— Casa
o lote me-
as Gerais,
4.200.000
saldo em

- Boa casa
sanitária,
de poço.
0.000 e o

com seis
dois lotes
30x29.
de Cr\$

VILA SÃO PAULO — Ótimo barracão
para oficina, medindo 7x17, mais uma meia
água com 3.50x6.50 para residência ou escritó-
rio, lote magnífico com pequena calçada para
frente, medindo 12.50x40. Preço Cr\$ 2.750.000
com entrada de Cr\$ 1.600.000 e o saldo Cr\$
100.000 por mês. Aceita-se carro no negócio.

—X—

RUA RIO GRANDE DO NORTE — Vila
Guaíra — Casa de madeira com cinco peças,
bom lote medindo 14x45.50 nos fundos do
E.C. Água Verde, próximo do Cinema e da
Igreja São Cristóvão. Preço Cr\$ 2.500.000 com
entrada de Cr\$ 1.500.000 e o saldo Cr\$ 60.000
por mês.

—X—

BAIRRO MONTE CASTELO — Casa de
madeira com quatro peças, mais um puxado
medindo 15,00x6,00 lote alto e seco; água de poço
com bomba manual. Preço Cr\$ 2.800.000 com
entrada de Cr\$ 1.300.000 e o saldo Cr\$ 50.000
por mês.

—X—

— Cr\$ 4.500.000 — entrada Cr\$ 1.500.000 e Cr\$
Cr\$ 1.800.000 — entrada Cr\$ 900.000 e Cr\$ 50.00 por mês.
1.400.000 — entrada Cr\$ 500.000 e Cr\$ 40.000 por mês.
1.400.000 — entrada Cr\$ 400.000 e Cr\$ 30.000 por mês.
2.000.000 — entrada Cr\$ 800.000 e Cr\$ 50.000 por mês.
1.500.000 — entrada Cr\$ 400.000 e Cr\$ 40.000 por mês.
1.500.000 — entrada Cr\$ 500.000 e Cr\$ 50.000 por mês.
1.000.000 — entrada Cr\$ 500.000 e Cr\$ 50.000 por mês.

— Cr\$ 700.000 — entrada Cr\$ 400.000 e Cr\$ 15.000 por mês.

PONTO CENTRAL

Transfere-se magnífica loja térrea, de esquina
em ponto central, excelente localização par
qualquer tipo de comércio. contém inclusive
finas instalações, bem como móveis, utensílios
telefone, etc., para escritório.

Tratar a rua Emiliano Pernetá, 235 fone 4-156

1403—00

LOTES SEM ENTRADA

Nas Mercês Barreirinhas e outros bairros condição
etc. Aproveite a oportunidade adquirindo hoje mesmo
seu lote pronto para construir. Vendas e informações
Edifício Pitucas — 20. andar — Sala 2018 — CIBRA.

TERRENO EM GUARATUBA

Vende-se magnífico lote de esquina central 10x40
com planta para fina construção Capacidade para duas
casas. Aceita-se automóvel. Tratar à Rua Emiliano
Pernetá, 251. (0790.0.00)

diâde 13x50 Preço e condições em BERTOLI
LTD. IMÓVEIS à Rua Mal. Floriano 96 —
10.º andar — 103/4 — Tel.: 4.8686.

Terreno no Município de S. José dos Pl
nhais 460m2. Em condições Cr\$ 350.000

TERRENO NO JARDIM CENTENÁRIO

Na Rua Jaime Veiga 350 m2. Cr\$ 5.000.000
em condições. Tratar em BERTOLI LTD.

IMÓVEIS à Rua Mal. Floriano, 96 — 10.º —
Conj. 103/104 — Tel.: 4-8686.

ALTO DA RUA ITUPAVA

4.100 m2 (8 lotes) em esquina. Ótima
para p/ indústria leve). Residencial — Su-
per Mercado — Cinema para um futuro
imediato. — Preço e condições em BERTOLI
LTD. IMÓVEIS à Rua Mal. Floriano,
96 — 10.º — Conj. 103/104 — Tel.: 4.8686.

DOIS TERRENOS COM CASA NO ALTO CAJURÚ

2 Terrenos medindo ambos 30x60 m., com
uma casa de madeira com 2 quartos, sala de
visita, copa, cozinha e banheiro.

Preço e condições em BERTOLI LTD.
IMÓVEIS, à Rua Mal. Floriano, 96 — 10.º —
Conj. 103/104 — Tel.: 4.8686.

ALUGA-SE

EDIFÍCIO BANTIBA

Na esquina das Ruas Mal. Deodoro e Mal.
Floriano alugamos em conjunto para escritó-
rio com 2 sala e 2 BWCs.

No mesmo edifício alugamos três conjun-
tos com 150m2 Tratar em BERTOLI LTD.
IMÓVEIS à Rua Mal. Floriano 96 — 10.º an-
dar 103/4 — Tel.: 4.8686.

Direito do Trabalho

Metalúrgicos: qual o resultado da greve?

JOÃO REGIS FASSBENDER TEIXEIRA

(Professor de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná)

A maioria tem conhecimento dos motivos principais que determinaram a greve dos metalúrgicos de Curitiba. Alto do custo de vida, desvalorização do salário, a cada dia; vale repetir a lição objetiva de MATHEWS: "Strike the result of the parties inability to make a bargain." (autor citado in "Labor Relations and the Law"). Sim, a greve, em derradeira análise, é a falência das partes quando há possibilidade de conciliação.

Na verdade por detrás dos bastidores, na história desta greve, há muita coisa que não foi contada; e nem vai ser, pelo menos nos limites mínimos desta coluna. Certo é que os empregados e empregadores metalúrgicos há muitos anos vêm vivendo na mais completa harmonia. De longa data havia sido criada uma «comissão paritária», composta de empresários e assalariados, e a cada ano os estudos deste grupo heterogêneo determinavam qual seria o aumento devido. Em outubro de 1965 dita Comissão concluiu seus estudos apontando necessidade de elevar os salários da categoria em 57%, tendo como data base os vencimentos do ano anterior.

As Assembléias — dos patrões, e dos empregados — concordaram com a percentagem encontrada; mas não foi possível um entendimento quanto a modalidade de pagamento. Obreiros queriam os 57% agora inteiramente. Empresários desejavam dar quarenta por cento em outubro, e o saldo a partir de janeiro do ano próximo.

E por esta pequena disputa, mínima mesmo, apenas questão de bormenot amistosos companheiros de superadas mesas redondas se transformaram em irreconciliáveis inimigos antagônicamente colocados chegando mesmo ao extremo de uma paralização de trabalho que foi vitória operária e que causou indiscutíveis prejuízos econômicos das grandes empresas atingidas pelo movimento.

O Tribunal do Trabalho, Segunda Região, com rapidez realmente surpreendente, julgou o Dissídio em apenas dois dias; segundo notícias, ainda sem confirmação quando redigíamos estas notas, concedeu majoração de QUARENTA POR CENTO sobre os salários de outubro de 1964.

A partir do julgamento — realizado dia 1.º de dezembro ao fim da tarde — deveriam os trabalhadores retornar ao trabalho; significa que a partir do dia 2 do último mês do ano o labor deveria ser reiniciado normalmente.

Indiscutivelmente a greve foi "legal", pois obedecidos foram todos os requisitos da lei 4330, de junho de 1964: a reivindicação obreira atendida, — embora em parte sendo concedido um aumento de salário. Desta maneira «os dias de greve», mesmo para aqueles que aderiram ao movimento e que não trabalharam deverão ser pagos integralmente, sequer se admitirá desconto dos mesmos nas férias estando enquadrados naquelas «ausências legais», tão distintas das «faltas ao serviço», tão bem estudadas por RUSSOMANO.

Nenhuma penalidade poderá ser imposta aos empregados pela participação pacífica no movimento paradiário não se constituindo, assim, falta grave que possa possibilitar demissão sem as indenizações legais; se algum grevista cometeu excessos puníveis estará sujeito — conforme a gravidade de cada caso — às penalidades de advertência, suspensão disciplinar (até trinta dias) ou rescisão de contrato de trabalho. Sendo imputada ao grevista prática de ilícito penal (em função ou no decorrer da greve), poderá o empresário suspendê-lo até decisão da Justiça Criminal; mas sendo o empregado absolvido das imputações poderá OPTAR ou pela volta ao emprêgo com tôdas as vantagens devidas, ou pela percepção, em dôbro, dos salários correspondentes ao tempo de suspensão, sem prejuízo das indenizações de lei. Neste parágrafo e no anterior, sintetizamos os artigos 20, 25 e 27 da Lei de Greve, em um rápido apinhado que, suponho, responde a maioria das indagações dos interessados.

Terminada a reirêga, resta computar o que houve de positivo e de negativo em todo movimento.

Muito de positivo, por sem dúvida; em primeiro os operários metalúrgicos apresentaram verdadeiro exemplo de unidade e persistência. O Sindicato obreiro, embora conquistando aumento mo-

Indiscutivelmente greve foi "legal", pois obedecidos foram todos os requisitos da lei 4330, de junho de 1964: a reivindicação obreira atendida, — embora em parte sendo concedido um aumento de salário. Desta maneira «os dias de greve», mesmo para aqueles que aderiram ao movimento e que não trabalharam deverão ser pagos integralmente, sequer se admitirá desconto dos mesmos nas férias estando enquadrados naquelas ausências legais», tão distintas das «faltas ao serviço», tão bem estudadas por RUSSOMANO.

Nenhuma penalidade poderá ser imposta aos empregados pela participação pacífica no movimento paralisando a não se constituindo, assim, falta grave que possa possibilitar demissão sem as indenizações legais; se algum grevista cometeu excessos puníveis estará sujeito — conforme a gravidade de cada caso — às penalidades de advertência, suspensão disciplinar (até trinta dias) ou rescisão de contrato de trabalho. Sendo imputada ao grevista prática de ilícito penal (em função ou no decorrer da greve), poderá o empresário suspendê-lo até decisão da Justiça Criminal; mas sendo o empregado absolvido das imputações poderá OPTAR ou pela volta ao emprego com todas as vantagens devidas, ou pela percepção, em dobro, dos salários correspondentes ao tempo de suspensão, sem prejuízo das indenizações de lei. Neste parágrafo e no anterior, sintetizamos os artigos 20, 25 e 27 da Lei de Greve, em um rápido apinhado que, suponho, responde a maioria das indagações dos interessados.

Terminada a refrêga, resta computar o que houve de positivo e de negativo em todo movimento.

Muito de positivo, por sem dúvida; em primeiro os operários metalúrgicos apresentaram verdadeiro exemplo de unidade e persistência. O Sindicato obreiro, embora conquistando aumento modesto saiu da luta fortalecido e consciente a categoria de que se aumento maior não houve não o foi por culpa da entidade operária, mas por força da atual situação econômico-financeira do país.

Em segundo lugar ficou comprovado que a Lei 4330, revolucionária, nascida do gênio de jurista de ARNALDO SUSSEKIND, e chancelada pelo Presidente Castello Branco tem perfeita, condições de funcionamento muito embora alguns prazos (o de conciliação, por exemplo) sejam muito longos, e certa exigências um pouco superadas («quorum» elevado demais). Ao mesmo tempo as autoridades federais deixaram comprovado que há liberdade de fazer ou não fazer greve, não se apresentando no decorrer da greve qualquer interferência, ou pressão estranha.

Além neste mesmo sentido merece destaque a atuação tranquila e eficiente do Delegado da DOPS, Dr. Osias Algauer, que soube contornar situações difíceis sem malhar quem quer que fosse, sem tolher a liberdade dos interessados.

De negativo pouco ficou; em primeiro o prejuízo das empresas durante dois dias de paralisação e ainda com o ônus de pagar as horas de greve, o que além de oneroso traz o cravo amargo da derrota. Depois há que se falar da indiscutível animosidade que reina hoje entre empregados e patrões da categoria metalúrgica. Recordar-se que durante todo governo anterior quando a autoridade até estimulava paralizações de trabalho, dando às greves toda cobertura, nunca os operários metalúrgicos se valeram da situação para impor aumentos escorchantes. Poderiam tê-lo feito, todos sabemos — nem os próprios patrões, o podem negar. Mas não o fizeram.

E assim agiam porque, por princípio, obedeciam ao resultado encontrado pela Comissão paritária.

Mudados os tempos, inverteram-se os papéis; hoje os patrões têm predominância plena; negativos, várias para desculpar a falta de possibilidades para aumentar salários — algumas aceitáveis, outras irresponsáveis, algumas completamente descabidas. E o Sindicato dos trabalhadores que sempre cooperou com as empresas, aceitando a opinião encontrada em comum, viu frustrados os seus anseios, e descumprido o trato por tanto anos mantidos.

Sómente o tempo apagará estas diferenças. De um lado ficam os empregados vitoriosos, mas com um aumento irrisório; do outro os empregadores, vencidos, mas obrigados a majorar salários em ordem mínima. Talvez boa vontade dos empregadores, um pouco de psicologia, um pouco de compreensão ajudem a minorizar o antagonismo existente.

Esperemos que a greve dos metalúrgicos que foi a primeira a eclodir, no Paraná, depois da Lei 4330 não sirva de exemplo para outras categorias. Que assalariados e patrões que estão com revisões salariais à vista compreendam que com boa vontade e espírito humano, se poderá evitar a repetição de episódios tão desagradáveis quanto improdutivos.

*d. a greve após
deslocada*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *Correio Notícias*
 Pasta: *Sind. Met. Pa.*
 Data: *28/09/79* Estado *PR*

39

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



Metalúrgicos pedem 83% de reajuste

Também os metalúrgicos paranaenses estão em movimento por aumento salarial. A assembléia da categoria será realizada hoje às 18h30min na sede do sindicato (Lamenha Lins, 981). Eis os pontos principais da reivindicação:

- 1 - Aumento de 83% sem desconto da antecipação
- 2 - Piso salarial de Cr\$ 6.520
- 3 - Creche nas fábricas com mais de 20 mulheres.
- 4 - Estabilidade por 1 ano para quem voltar do seguro
- 5 - Salário igual para homem, mulher e menor.
- 6 - Reajustes trimestrais
- 7 - Taxa de insalubridade para todos os metalúrgicos
- 8 - Jornada semanal de 40 horas.
- 9 - Pagamento e desconto do domingo proporcional às horas trabalhadas.

Segundo os dirigentes sindicais a

reivindicação dos 83% é de caráter nacional. O argumento é de que a taxa de inflação acumulada até setembro alcançou 52% e a categoria no Paraná não obteve, como aconteceu com outros sindicatos do país, a reposição salarial decorrente da manipulação dos índices em 1973.

Sindicalistas estão denunciando que alguns empresários, a pretexto de reter carteiras profissionais para anotações, estão segurando esse documento, indispensável para o comparecimento na assembléia. Apesar de no mesmo horário haver a festa do Operário Padrão no Sesi há empenho para o máximo comparecimento.

Conforme o edital, a primeira convocação será às 17h30min com a presença de 2/3 dos associados e em segunda convocação às 19h30min com um mínimo de 1/8.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Op. Estado Novo*
Inst. Sind. Met. Pa.
Data *29 09 79* pág. *22*

40

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

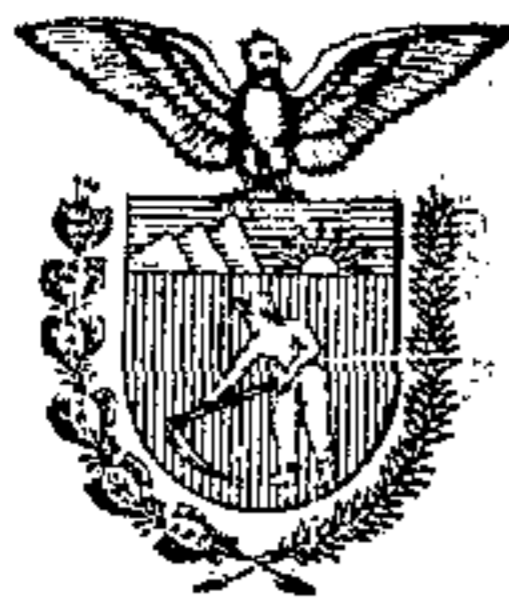
RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



ENTRELINHAS

METALURGICOS DO PARANÁ estiveram reunidos ontem em Assembléia Geral, na sede do Sindicato, em Curitiba. O encontro deu início a uma campanha salarial e de reivindicações mais dignas para a classe. Trata-se de um fato novo (e até histórico) em Curitiba, pois enquanto que seus colegas de outros Estados já se mobilizavam há alguns meses, chegando a impasses entre patrões e empregados e fazendo inclusive greve para conseguir seus objetivos, os metalúrgicos paranaenses praticamente desconheciam esta nova realidade brasileira. Eles agora dizem que chegou a vez do Paraná, entretanto ao que parece a situação encontrará bom termo sem a necessidade de medidas exacerbadas.



Secretaria de Segurança Pública

DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *Folha de Londrina*
Redator: *Synd. Jos. Mt. R.*
Data: *26/10/79* Estado *PR*

42

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

DATA, / /

1 ASSUNTO

2 ORIGEM

Metalúrgicos de Curitiba partem para greve legal

CURITIBA (Da sucursal) —Toda a classe de metalúrgicos de Curitiba está se movimentando para a greve e a assembléia geral de votação para a deflagração do movimento está marcada para o próximo dia 4, às 14 horas, no Ginásio de Esportes do Atlético em primeira convocação. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, de Material Elétrico e Mecânica de Curitiba, Orlei Lopes da Silva, já noticiou a procuradoria Regional do Trabalho sobre o movimento, no sentido de torná-lo legal. De acordo com a CLT, após esta notificação a classe deverá aguardar 10 dias (a vencer no próximo dia 4), quando votarão, secretamente, se aprovam ou não a greve. Se a aprovação vencer, a classe poderá deflagrar o movimento após cinco dias. Até agora, a classe metalúrgica da Capital já realizou duas assembléias (dias 28 e 12 passados). Eles pedem um reajuste de 85 por cento sobre os salários atuais e um piso de Cr\$ 6.520. A contraproposta patronal no entanto, reduz o aumento para 65 por cento sobre os salários de 78 e um piso de Cr\$ 3.500.

Na campanha salarial dos metalúrgicos, porém, a classe vem sendo grandemente representada por um grupo de oposição sindical, que acusa a atual diretoria de "estar omissa aos casos de demissões ocorridas, de não mobilizar e não informar as bases, além de manter uma posição errônea de que "defender o empregado significa entrar em conflito com o patrão". Esse grupo, composto por aproximadamente 100 pessoas, foi o responsável pela presença de quase 2 mil e 500 metalúrgicos na última assembléia, quando —segundo ele —ano passado, menos de 150 discutiram o aumento". O grupo de oposição assumiu o problema ocorrido na Britânia, onde 15 operários foram demitidos por terem distribuídos boletins de convocação entre os colegas e estão pedindo apoio às diversas entidades, além de divulgar as injustiças. Segundo os empregados demitidos que procuraram o Sindicato, o presidente negou-se a apoiá-los sob alegação de que os bo-

letins não eram de sua autoria, mas sim de um grupo de "agitadores".

Ontem o advogado e presidente da Comissão de Justiça e Paz, Wagner D'Angelis esclarecia, que, de acordo com o artigo 19 —parágrafo único, da CLT, os empregados não podem ser despedidos em época de campanha salarial, embora os metalúrgicos da Britânia não estejam enquadrados neste Artigo de lei porque distribuíram os boletins antes da convocação da assembléia para o dia 4 de novembro.

IGREJA APOIA TRABALHADORES

Os metalúrgicos curitibanos e toda classe trabalhadora que esteja em campanha salarial em confronto com os patrões, estão recebendo apoio da Regional Sul II da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil —CNBB —que durante reunião da presidência, realizada na última terça-feira, decidiu solidarizar-se com "as justas reivindicações que vêm se desenvolvendo em clima pacífico por parte dos operários". Em documento distribuído ontem, durante entrevista coletiva à imprensa, a CNBB denuncia "as estranhas demissões, medidas de intimidação e outras formas de pressão tomadas por empresas contra empregados envolvidos nas campanhas salariais". Trata-se, principalmente, da fábrica Britânia, de eletrodomésticos, que no final da última semana despediu 15 metalúrgicos que distribuíam boletim de convocação para a assembléia geral da classe, e da Sperry New Holland, cujo gerente geral tem intimidado os empregados através de boletim, distribuído dentro da fábrica, alertando a não entrarem em greve.

A CNBB, juntamente com a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz —Seção Paraná, pretendem encaminhar os operários demitidos a escritórios trabalhistas para que se orientem e pleiteiem sua readmissão na empresa, além de fazer um trabalho de divulgação com objetivo de conscientizar a sociedade com relação à posição da Igreja, "em

auxílio permanente aos oprimidos e marginalizados, conforme o presidente da CPJP, Wagner D'Angelis. No documento distribuído ontem, a CNBB denuncia as demissões como fatos antievangélicos, "contra a dignidade humana e seus justos interesses". Assinado pelo presidente da Regional Sul II —arcebispo Dom Pedro Fedalto, e pelos bispos Dom Luiz Colussi de Londrina; Dom Jaime Luiz Coelho, de Maringá e Dom Domingos Wisniewski, de Cornélio Procópio, o documento termina lembrando a mensagem de Puebla, e retomando as palavras do Papa, afirma que a Igreja "apoia inspirações dos operários e agricultores que desejam ser tratados como homens livres e responsáveis, chamados a participar nas decisões que concernem à sua vida e ao seu futuro, e anima a todos na sua superação".

PARA TODAS AS CATEGORIAS

Segundo o subsecretário da Regional Sul II, padre Miguelângelo, a campanha salarial dos metalúrgicos de Curitiba está sendo especialmente lembrada pela sua atualização, "mas estamos comprometidos com todas as classes trabalhadoras que reivindicam melhores salários e melhores condições de trabalho em todo o Brasil, já que o que está acontecendo no Paraná, é simplesmente o reflexo do que ocorre em todo o Brasil". Para o presidente regional da CPJP, a lei de greve existente no Brasil "é subjetiva e capciosa, pois protege os patrões à medida em que desmobiliza os empregados. Quando os empresários pretendem aumentar a renda, simplesmente aumentam o preço do produto ou diminuem a qualidade, sem que haja fiscalização para esse abuso que prejudica toda sociedade. Quando os trabalhadores é que reivindicam, são barrados por uma lei antigreve que os coíbe". Wagner D'Angelis, lembrando a última reunião nacional da Comissão, afirmou que enquanto as reivindicações dos trabalhadores se fizerem em clima ordeiro e de pacificação, a Igreja estará com eles".





SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *O Estado do Paraná*
 Pasta: *S. C. 147*
 Data: *30/10/79* Estado: *PR*

50

Metalúrgicos tentam conciliação salarial

- 1 ASSUNTO
- 2 ORIGEM
- 3 CLASSIFICAÇÃO
- 4 DIFUSÃO
- 5 REFERÊNCIAS

A última tentativa de conciliação entre os metalúrgicos e a classe patronal será na próxima quinta-feira, na Delegacia Regional do Trabalho, às 9 horas, já dentro das determinações da nova lei de reajustes salariais semestrais. Na opinião do delegado regional do Trabalho, general Adalberto Massa, se a categoria trabalhadora tivesse conseguido acordo "ganhará de qualquer forma", mas agora vai depender do índice de produtividade a ser fixado, para ver se consegue porcentagem de aumento maior do que o proposto pela classe patronal, 65 por cento sobre os salários do ano passado.

A reivindicação dos 30 mil metalúrgicos de Curitiba (na classe estão incluídos os mecânicos e os trabalham com material elétrico) é de 85 por cento de reajuste sobre os salários atuais, e um piso de Crs 6.520,00. O presidente do sindicato patronal, Gilberto Borges, afirma que os patrões já estão propondo quase onze por cento a mais do que o reajuste estipulado pela nova lei, conforme o percentual determinado pelo IBGE sobre o custo de vida. O sindicato dos empregados convocou assembléia para o próximo domingo, às 14 horas, no Ginásio do Atlético, para votação de proposta de greve, caso não haja conciliação na quinta-feira.

Mas segundo o movimento de oposição sindical, em reunião realizada no último sábado, com 300 participantes, é quase certo que a greve, caso os patrões não aceitem as reivindicações, seja decidida dia 7 próximo, em segunda votação. Uma vez que consideram ter sido a data para a primeira votação estrategicamente escolhida, por seguir ao feriado de Finados, quando dificilmente estarão presentes os dois terços da classe em condições de votar, total estimado em quatro mil pessoas.

FORMAÇÃO DE COMITÊ

Entendem que a votação da greve possivelmente se dará dia 7, na segunda convocação, quando será necessário a presença de apenas um oitavo dos metalúrgicos em condições de votar, estimando-se em 500 pessoas. Amanhã, às 10 horas, no Dascisa, haverá uma reunião aberta para discussão da formação do Comitê de Solidariedade ao Movimento dos

Metalúrgicos. Participarão representantes das entidades que já se solidarizaram com o movimento dos metalúrgicos, como CBA, Comissão de Justiça e Paz, Regional Sul da CNBB, Movimento das Mulheres, Comunidades de Base.

Os 350 mil metalúrgicos de São Paulo já estão em greve desde domingo à noite, pois rejeitaram a proposta patronal de 66 por cento de aumento, reafirmando o pedido de 83 por cento sobre os salários atuais, que significariam 123% sobre a data base (novembro de 1978). O delegado regional do Trabalho não quis arriscar um palpite sobre se a greve ocorrerá em Curitiba também, lembrando que tudo vai depender do cálculo do índice de produtividade, que será uma média das empresas, mas como calcula-lo ele parece não saber, pois afirmou: "só Deus me ajudando".

DEFASAGEM SALARIAL

A oposição sindical está distribuindo um novo boletim aos metalúrgicos, onde afirma que a campanha salarial que estão desenvolvendo "é um acontecimento da maior importância, que beneficia não só os 30 mil metalúrgicos e suas famílias, mas interessa também a todo o povo, porque a inflação e os baixos salários pesam sobre todo o povo". Justificam o pedido de aumento de 85 por cento sem desconto com os aumentos que ocorreram nos gêneros de primeira necessidade, que ficou em 775 por cento, enquanto os salários aumentaram 630 por cento, nos últimos seis anos.

O boletim distribuído pela oposição pede à população para organizar todas as formas de apoio e solidariedade aos operários, como o apoio material, através do levantamento de recursos para a campanha e a organização de um fundo de greve. Observa o grupo que "esse fundo é muito importante para garantir a resistência e a confiança dos operários em luta, e a ajuda aos companheiros que estão sendo demitidos, como os da Britânia, New Holand e Omeco". O presidente do sindicato patronal assevera que essas demissões "não estão ligadas à participação na organização do movimento reivindicatório, "e que só soube de demissão de empregado "parado em frente à máquina".

ÇÃO

PR,

N.º



COMPANHEIRO

POR UM GOVERNO DOS TRABALHADORES

Cr\$ 10

QUINZENÁRIO NACIONAL Nº 15 DE 24 DE OUTUBRO A 6 DE NOVEMBRO DE 1979

PT: ORGANIZANDO A LUTA POLÍTICA

COMO ENTRAR PARA O PT, NAS PÁGINAS 4 E 5

Só a luta econômica não resolve.

Porque da ditadura dos patrões nada

de bom se pode esperar para os

trabalhadores. Em Volta Redonda,

mais dois operários foram assassinados

É para responder a isto, para

responder às reformas do governo,

que avança a organização do Partido

dos Trabalhadores.



PORQUE O MASSACRE CONTINUA

33

ÚLTIMA PÁGINA

A LUTA ARMADA NO PINDARÉ-MIRIM

NOVAS REVELAÇÕES DE MANOEL DA CONCEIÇÃO

EM SÃO PAULO E CURITIBA:

METALÚRGICOS NO CAMINHO DA GREVE

PÁGINA 3



EL SALVADOR

CAI UMA DITADURA, ENTRA OUTRA

PÁGINA 7

DOCA STREET:

A JUSTIÇA MACHISTA DOS PATRÕES

PÁGINA 2

A RESPOSTA DOS TRABALHADORES À REFORMA PARTIDARIA

A ditadura adapta-se aos novos tempos. Procurando substituir a dominação de classe, até agora baseada fundamentalmente na força bruta, por um sistema de coligações partidárias, que lhe permita uma melhor dominação também através das idéias, o regime impõe agora seu projeto de reformulação partidária.

Para alcançar seus objetivos, a ditadura não vacila em usar os expedientes mais sórdidos e todo o tipo de manobra e artifícios que lhe permita assegurar o controle absoluto da situação.

Se a Arena e o MDB não interessam mais, a mesma mão que os fez nascer agora vai sepultá-los. Para extingui-los a ditadura chega ao ridículo de fazer um artigo na lei que proíbe partidos, cuja sigla não comecem com a letra P.

Para impedir que funcionem livremente os partidos políticos de esquerda, a ditadura os acusa de manter ligações com o comunismo internacional, e depois afirma num artigo do seu projeto que: Não serão permitidos partidos que mantenham vinculação de qualquer natureza com governos, entidades ou partidos estrangeiros.

Se o partido dos trabalhadores se coloca como uma alternativa de organização política dos trabalhadores, na sua luta contra a ditadura e a exploração, o regime tenta impedir seu funcionamento acrescentando ao projeto que "Os partidos não poderão utilizar designação partidária, nem se fará arregimentação de adeptos com base em credos

religiosos ou sentimentos de raça ou Classe".

Para que um partido entre a curto prazo em funcionamento, a lei impõe que ele tenha 101 fundadores, dos quais 6 são senadores e 42 deputados. Com isso o regime pretende fazer surgir partidos de sua conveniência e com participação estritamente parlamentar. Nesse campo o controle da ditadura é quase total e ela pretende se ver livre de incômodos partidos que lutem por uma efetiva participação popular. Com toda a sorte de impecilhos o regime se propõe a conter a liberdade de organização partidária.

O mais provável é que com uma ou outra emenda, a ditadura vai fazer passar o seu projeto. Mas como os trabalhadores já passaram por cima da lei de greve, fazendo greve, saberão organizar o Partido dos Trabalhadores, apesar de mais essa lei espúria.

É hora de formar os núcleos do PT, é hora do movimento pró-PT ganhar as ruas, em comícios, concentrações e manifestações, repudiando o projeto do governo, denunciando a repressão e as arbitrariedades do regime e lutando pela legalização do PT. Enfim, marchar junto com os trabalhadores na sua luta contra a miséria e a exploração.

A mais essa farsa da ditadura, é preciso responder com uma campanha unitária de todas as forças realmente comprometidas com os interesses dos trabalhadores pela mais ampla liberdade de organização para os partidos operários e populares.

OLHO VIVO

KLASSMANN E PERES:
A PRIMEIRA VITÓRIA NA JUSTIÇA

O juiz Mário Rocha Lopes, da 1ª Vara da Fazenda Pública, em Porto Alegre, rejeitou no dia 12 passado, a liminar ao mandato de segurança impetrado pelo secretário geral interino da Arena, Manuel Augusto Godoy Bezerra, contra a posse dos vereadores Marcos Klassmann e Glênio Peres, cassados pelo AI-5 e reempoados após a anistia.

Inconformado, Godoy Bezerra — que é radialista, comentarista de esportes e se diz "revolucionário convicto" — reclama que seus companheiros de partido o deixaram sozinho. Na verdade, o ex-udenista entrou sozinho nessa luta para impedir que Klassmann e Peres reassumissem seus mandatos. Sem consultar ninguém, Godoy Bezerra formalizou na Justiça uma tese segundo a qual "os dois emedebistas tinham seus mandatos extintos e não podiam recuperá-los com a anistia". Ele acha também que a presença dos dois opositoristas na Câmara de Vereadores de Porto Alegre "representa um desafio aos atos da Revolução".

De fato, o que mais parece preocupar o secretário interino da Arena portoalegrense é que a volta de Marcos Klassmann e Glênio Peres à tribuna significa, além de uma vitória para a oposição, a recuperação do quórum de dois terços para o MDB. "Não podemos ficar acorrentados ao capricho da maioria deles", resmungava Bezerra depois de tomar conhecimento da decisão judicial.

Bezerra se queixava também de que a questão não fora examinada pela direção do partido. Mas foi desmentido pela correligionária Dercy Furtado, deputada estadual: "Há um mês realizamos uma reunião da executiva para debater o assunto. O presidente, eu e o líder da bancada votamos para não intervir na questão do retorno dos emedebistas à Câmara. Só o secretário Godoy Bezerra foi a favor".

A questão agora vai ser decidida pela Justiça, provavelmente na primeira quinzena de novembro. Depois dessa primeira intervenção e da revelação do posicionamento dos líderes arenistas, é provável que o resultado seja favorável à permanência dos dois emedebistas em seus cargos. Klassmann e Peres já estão reintegrados à bancada emedebista da Câmara de Porto Alegre há mais de um mês.

EM VITÓRIA, OS TRABALHADORES
DA LOGASA ESTÃO EM GREVE

340 operários da Logasa — Louças Gagiato S.A, uma indústria de médio porte situada em Carapina, a oito quilômetros de Vitória, no Espírito Santo, estão em greve desde o dia 15 de outubro passado. Os trabalhadores não possuem vínculo com nenhuma entidade sindical e organizaram o movimento de forma independente. Eles exigem reajuste de 45% nos salários; piso de Cr\$ 6 mil (a média salarial na Logasa é em torno de Cr\$ 2.300,00); maior prêmio por produção, pagamento integral de horas extras; adicional de insalubridade, e imediata reintegração de nove funcionários demitidos no primeiro dia da greve.

A empresa não reintegra os demitidos, mas os trabalhadores exigem a readmissão e ameaçam a continuidade da greve até que esta reivindicação seja satisfeita.

Na cidade comenta-se que é quase certo que todos os trabalhadores das indústrias situadas no Centro Industrial de Vitória, sigam o exemplo dos operários da Logasa, entrando também em greve. Eles contam com um fundo de greve constituído para a construção civil, com a solidariedade de diversos setores e julgam poder sustentar a greve até por 30 dias, ou mais.

ENCHENTE DE NOVO NO SUL

Todos os anos, em outubro, as regiões gaúchas das Missões, Alto Uruguai e Fronteira Oeste, além de parte da região da Lagoa dos Patos, sofrem o efeito das fortes chuvas, que caem no período, em todo o estado.

Todo os anos, a história se repete e, mais uma vez, milhares de seres humanos foram obrigados a abandonar seus lares, abrigando-se onde podiam e onde lhes era oferecido. Pessoas desapareceram (em sua maioria crianças), por viverem junto às margens dos rios que banham aquelas zonas. Cada vez que os rios sobem, todos os que moram nas periferias de cidades como Uruguaiana, Ijuí e Rio Grande, transformam-se em flagelados. Todos os anos a história é sempre a mesma. Por que?

Em momento algum, as autoridades governamentais tomaram medidas quanto à situação, ou se fizeram, foi no sentido de prometer que o mesmo não mais aconteceria (confiando provavelmente em papai do céu). Os milhares de habitantes da região não conseguiram ainda garantias de providências. Sómente em Itaqui, município com cerca de 50 mil habitantes, mais de 1.500 pessoas foram obrigadas a fugir de suas casas, em Alegrete, o mesmo se repetiu e assim por diante. Não há perspectiva de que o momento será apurado pelas

A CRECHE QUE QUEREMOS — II

Quando dizemos a todo momento que não queremos depósitos de crianças e sim locais onde nossos filhos tenham boas condições de desenvolvimento, pensamos em dotar nossas creches de bom espaço físico, cuidados e brinquedos que possam ser utilizados com poucos recursos, como é o caso de muitas creches construídas em sistema de mutirão nas periferias das grandes cidades.

Nesse sentido publicamos a continuação da entrevista da psicóloga Fulvia Rosemberg que, no número anterior de nosso jornal, falou sobre a estimulação necessária à criança, salientando a participação de adultos de várias idades no trabalho diário de lidar com os bebês.

A creche deve ser construída pensando-se em ambientes específicos para cada faixa de idade em certas horas do dia. Os bebês precisam de muito sono, já os mais velhos, não. Assim, não se deve pensar em adaptar os pequenos ao barulho dos grandinhos — o que seria uma solução de comodidade que só prejudicaria os nenês — e sim dar condições para que uns durmam em lugar silencioso e outros brinquem à vontade.

— Esta separação, necessária em certos momentos, e mesmo os limites das crianças devem ser quanto mais possível atribuídos ao espaço físico e não ao adulto vigilante e repressor. Nas brincadeiras ao ar livre, por exemplo, conta Fulvia, muitas vezes os maiores podem machucar os menores, nessas horas, separa-se o espaço com caixotes. E retiram-se os caixotes quando houver brincadeiras sem risco para os menores — como cantigas de roda, por exemplo.

No entanto, na hora de separar as crianças, o critério não deve ser o de idade, mas sim o do desenvolvimento de cada uma, principalmente nos aspectos de mobilidade. Bebê que não engatinha, que engatinha, que começa a andar, que anda já firme, que corre etc. E se deve estimular o convívio dos mais velhos com os menores, capazes de amar e proteger os bebês.

BRINQUEDOS DE SUCATA

A creche deve lembrar que em casa a diversidade de estímulos é muito grande. São ruídos, cores, objetos, pessoas os mais

diversificados. A creche deve, portanto, pensar numa estimulação semelhante à de casa, em situações em que o adulto seja menos necessário para evitar perigos.

— Quando o bebê começa a engatinhar e se por de pé, precisa de móveis onde possa se segurar para ficar de pé. Em casa são cadeiras que têm o perigo de tombar. Na creche podem ser móveis fixos nos quais ela se apóie sem pedir ajuda.

— É importante — frisa Fulvia — trazer objetos quotidianos para dentro da creche. Painéis, tampas de panelas, colheres, objetos de cozinha que não ofereçam perigo em geral. Objetos que a criança possa empilhar, por uma coisa dentro da outra e materiais que ela possa lidar sozinha, sem auxílio de adultos.

— É possível fazer muitos brinquedos com poucos recursos, utilizando sucata como latas de cerveja — para fazer boliches ou chocalhos — bolas de meia com papel dentro, potinhos de plástico, caixas de papelão que a criança possa puxar quando começa a andar ou mesmo constuir, garrafas plásticas de água mineral.

— Duas coisas são fundamentais: um tanque de areia, cujo perigo de sujeira se supera facilmente: basta cobri-la com uma lona à noite e água — uma piscininha ou mesmo uma mangueira são adorados pelas crianças.

— As atividades têm que ser pensadas visando estimular os olhos, o tato e o ouvido. Para o bebê, por exemplo, pode-se



prender um fio no berço e amarrar nele um trapo de pano colorido (sem fios), argolas, guisos, pensando sempre em materiais diversos como pano, plástico, madeira. Coisas que a criança possa por na boca sem perigo de engolir ou aspirar, pois ela descobre o mundo pela boca. Evita-se o risco da contaminação dando a cada criança um saquinho com seus objetos.

ESTÓRIAS X TELEVISÃO

Os livros são estímulos importantes e devem ser dados aos bebês a partir de 8 meses. Como os livros são caros, pode-se fazer livros com recortes de revistas velhas, que tragam imagens que a criança possa identificar no seu dia a dia.

Na parte externa da creche são inúteis os escorregas, gangorras, etc, que apenas rotinizam os movimentos e substituem mal as árvores, bancos, escadas e rampas, muito mais divertidos e que as crianças podem usar como querem, inventando brincadeiras, sem rotina.

— Além das brincadeiras coletivas — afirma Fulvia — deve-se dar condições para a criança se isolar, quando assim quiser. É muito importante dar atenção para as tendências individuais da criança e permitir campo para suas iniciativas.

— As crianças adoram se fantasiar. Não é preciso comprar fantasias prontas e caras. Um pano de prato vira capa, um cinto, um chapéu velho e outros recursos baratos permitem que a criança se fantasie à vontade.

A televisão, tão comum em creches financiadas por Lions e Rotary's Clubes, é, segundo Fulvia, o grande componente da creche-depósito.

— Trata-se de uma solução de facilidade. As crianças ficam quietas, passivas diante de mensagens que atuam no subconsciente e frente às quais não têm controle algum. Ela pode até ser usada com muito critério, em hora de descanso. Mas a tendência geral é abusar dela. Como alternativa à televisão, porque não contar estórias ou cantar?

ANISTIA IRRESTRITA...

obrigadas a fugir de suas casas, em Alegrete, o mesmo se repetiu e assim por diante. O número de mortos, não conseguiu até o momento ser apurado pelas autoridades "competentes", mas passa de 50, em todo Rio Grande do Sul.

METALÚRGICOS DEMITIDOS NO RIO DE JANEIRO

Depois de todo aparato repressivo usado pela ditadura durante o período da greve dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, os patrões lançam mão de sua já tão conhecida arma "a demissão". Já são 725 demitidos, na maioria dos casos por "justa causa". Mas uma vez os patrões usam da arbitrariedade para conseguir seus objetivos, quando alegam "justa causa" por baixa produção, item que não consta nos artigos das leis trabalhistas vigentes.

Com tais demissões afastam das fábricas as lideranças do movimento, tentando mais uma vez desmobilizar a categoria.

Como se tudo isso não bastasse, os demitidos não conseguem emprego nas outras fábricas, onde seus nomes já estão relacionados na tal "Lista negra".

Atos arbitrários como este não vão passar despercebidos. Os operários demitidos, contando com a solidariedade daqueles que "ainda" não foram mandados embora, estão realizando reuniões, buscando a melhor forma para solucionar o problema. E os patrões que aguardem, porque a resposta, certamente virá.

O ENCONTRO DAS OPOSIÇÕES EM BELO HORIZONTE

Foi realizado em Belo Horizonte, nos dias 21 e 22 de outubro, o encontro das oposições, que teve por objetivo discutir a atuação das oposições d o momento político do País, sem no entanto ter um caráter deliberativo.

Contando com a participação de 29 cidades do interior e mais de 500 pessoas, entre elas operários, bancários, deputados, entidades estudantis, associações, além do sindicato dos Petroleiros, das Assistentes Sociais e da União dos Trabalhadores de Ensino de Minas Gerais, alguns pontos importantes foram tirados nesse encontro.

Foi discutida a necessidade de organizar um encontro estadual de todos os trabalhadores mineiros e, marcado para o dia 11 de novembro, o encontro das associações de bairro, para a criação da Federação de Associações de Bairro.

No encontro propôs-se tirar uma pessoa para participar do Ato Público dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia, a ser realizado no dia 29 de outubro.

BRIGADA GAÚCHA AGRIDE TECELÕES EM GREVE

A Brigada Militar gaúcha agrediu membros de um piquete formado por trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem de Porto Alegre que entraram em greve no dia 16 passado, reivindicando 75% de aumento salarial, piso salarial de Cr\$ 4.500,00, pagamento de horas extras e delegado sindical, além de outras 28 reivindicações. No terceiro dia de greve, 98% dos 2.400 operários tecelões de Porto Alegre (a maioria mulheres) haviam aderido ao movimento, decidido em assembléia geral por mais de mil dos 1.200 associados do sindicato.

A greve foi decretada após 45 dias de negociações em que os patrões se mantiveram irredutíveis na proposta irrisória que haviam feito no início da mobilização dos tecelões (pouco mais do que o índice oficial). Agora os tecelões da capital — dirigidos por um comando de greve de 30 membros — estão organizando o recolhimento de fundo de greve junto à população (que sempre se mostrou simpática aos movimentos grevistas) e esperam a adesão de colegas de Esteio e Caxias do Sul.

Na tarde de quarta-feira, dia 17, a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul usou de violência para dispersar um piquete de 50 pessoas que tentava pacificamente convencer alguns fura-greves a não entrar na fábrica Rio Guahyba, no bairro Navegantes. Um operário foi preso enquanto uma colega, que tentava defendê-lo, foi agredida por um policial que lhe quebrou um braço e uma costela.

PARA A BURGUESIA MACHISTA

O juiz encarregado do processo foi entrando na sala e dizendo "cuidado com a televisão, vão dizer que a moça era prostituta, que fazia isto e aquilo... se passar alguma imoralidade para os telespectadores, eu processo vocês; esses julgamentos são proibidos para menores de 18 anos". Estavam sendo abertas as cortinas de um novo espetáculo: o julgamento de Doca Street. E não faltaram os componentes de um grande espetáculo: 200 jornalistas presentes, e a Rede Globo que mandou para o local dois caminhões, meia dúzia de peruas e uma diligente equipe de 50 funcionários. Senhas anteriormente distribuídas pelo juiz encarregado chegaram a ser vendidas por 5 mil cruzeiros. Na sala onde deveriam caber 250 pessoas, acabaram se espremendo 400.

Ficou difícil saber quem era a estrela principal: seria Doca ou o seu famoso advogado de defesa, Evandro Lins e Silva, ex-procurador da Justiça, ex-Ministro das Relações Exteriores? E a vítima, quem seria? Doca o assassino, ou Ângela Diniz, a assassinada?

Colocada nesses termos a coisa parece bem simples, pelo menos dentro do espírito das leis que regem esses tribunais: quem matou... bem, quem matou tem que pagar. Mas nem sempre são os fatos que são julgados, ou melhor, sempre são as pessoas que são julgadas e não os fatos. Isso ficou claro quando Ângela foi taxada de "uma prostituta de alto luxo, da Babilônia, que com suas garras arranhou os homens que passaram pela sua vida". Num outro momento

surgiu uma frase que dá margem a várias interpretações interessantes: "Ângela foi uma mulher que sempre viveu na horizontal".

Nesse julgamento foram "julgados" todos, menos a realidade dos fatos, o próprio júri que passou por várias impugnações, as testemunhas, que segundo o advogado de defesa não mereciam fé porque eram "pretas", "empregadinhas" ou insinuando que eram prostitutas porque trabalham nos motéis. O depoimento de uma das testemunhas foi lido pelo relator em tom de voz que imitava um homossexual, com a nítida pretensão de denegrir a imagem da pessoa, segundo os padrões de moralidade que cercaram o julgamento.

O júri que acabou sendo aprovado também foi submetido a julgamento, só que aí erraram, pois várias pessoas disseram que ele iria desfavorecer o Doca, na medida em que era composto por pessoas idosas e de comportamento tradicional. Erraram porque não há nada mais tradicional que esse julgamento. A única novidade foi a televisão, os jornais, a cobertura dada ao julgamento. Se por um lado tal comportamento não tem nada de ilógico — pois afinal, o clima criado trazia uma grande força promocional, ficou mais claro ainda o esquema de prioridades que se dá aos temas levantados. Para Doca os canais estão abertos. Mas para dezenas de pessoas que morrem fruto da violência policial, da repressão, nas greves; para as mulheres que são estúpidas diariamente ou mesmo para as

calamidades públicas, quando um esquema de solidariedade precisa ser montado — para esses casos, um repórter, uma máquina de filmar e alguns minutos "no ar" já bastam.

"JULGARAM TODOS; MENOS DOCA"

Entrou de tudo nesse julgamento. Menos os fatos. Menos a imagem de uma mulher assassinada, por quatro tiros à queima roupa. Ela, por ser mulher podia ser taxada de prostituta e os advogados que pediam a condenação também usaram de argumentos semelhantes, como quando taxaram Doca de gigolô. A defesa da mulher, não enquanto Ângela Diniz — mas enquanto sexo que a própria legislação que norteia toda a palhaçada desses julgamentos permite que seja oprimido — mulher que muitas vezes por ser bonita, ou simplesmente por ser mulher, passa de vítima a acusada. É o que ocorre nos casos cotidianos de estupro, nos gracejos nas ruas, nas passadas de mãos nos ônibus lotados. As que reclamam, gritam, rompendo o papel de submissão que lhes é imposto, essas logo são taxadas de prostitutas; se ficam quietas, aí então é porque estão gostando de serem vistas como objeto sexual, materialização das fantasias eróticas construídas com sua simples imagem. Um corpo de numa revista erótica. Atentado à Moral. A moral deles, a mesma moral que essas revistas e a prostituição ajuda a preservar. A moral deles, mas não a nossa. Por que para nós é imoral um

julgamento com esse descalabro, a cara de pau das 50 cartãs de milionários que apoiaram Doca. Inclusive Adolfo Lindenberg, o mesmo que financiou as torturas...

Para nós é imoral mulheres serem violentadas sem direito de defesa. Para nós é imoral a fome e a miséria, a prisão dos trabalhadores e de suas lideranças. Para nós é imoral tudo isso, que a televisão não mostra, ou quando mostra é para ir contra. Mas a favor de sua própria moral.

Poderiam perguntar então, quem somos nós. Somos aqueles que tem o interesse em derrubar essa moral, a moral burguesa; em não participar da farsa de julgamentos como esse, onde os labirintos muitas vezes incompreensíveis das leis permitem que sejam sempre beneficiados os mais poderosos, os ricos, os patrões.

Julgamentos como esse deixam bem claro que não é dentro dos limites dessas leis que se vai construir nada de novo. "Excesso culposo" foi o veredito, "não usou moderadamente os meios necessários à sua defesa". E no caso do operário Aézio, morto por torturas na prisão, sem qualquer culpa formada, enquanto Doca vivia nas praias de Cabo Frio, e os operários mortos em Minas, poderemos considerar isso também um excesso na defesa de que e de quem? Ou será que se absolve os policiais por estarem no cumprimento do dever? Defender o que, defender o que aí está é manter a miséria e a exploração, é manter o domínio de uma classe sobre a outra. Essa é a função de tribunais como esse.

Augusto Lampréia.

COMPANHEIRO

QUINZENÁRIO NACIONAL ANO 1 Nº 15 DE 24 DE OUTUBRO A 6 DE NOVEMBRO DE 1979

Diretores Responsáveis: Rosana Pinheiro e Tânia Coelho.

Consultoria Jurídica: Idilal Almeida Piveta e Paulo Gerab.

Companheiro é uma publicação da Editora Avante Ltda.

Rua Itapeva, 28 — Bela Vista — 01332, São Paulo, SP. Tel. 251-0477

Redação: Aguinaldo Meyer, Basílio Miranda, Beto Borges, Ite Leon, Hermes Jacchuen, Inaiana Cardoso

José de Angelo, José Carlos Varlotta, José Roberto Siracusa, Leila Stein, Luis Antonio Bongiovanni, Luiz

Antonio Carvalho, Luis Diniz, Maria Bernardette Entratice, Maria Margatet Lopes, Olenka Aires Barreira,

Sérgio Squilanti, Vitória Facchina.

Rio de Janeiro: cartas para Rua Riachuelo, 42 — Sala 801 — 20.000 Rio de Janeiro, RJ.

Redação: André Luiz J. de Campos, Ângela Matos, Carlos Escovedo, Custódio Coimbra, Erika Franziska,

Francisco Lameirão Jr., Frida Albuquerque, José Ricardo Cardoso, Leni Rocha, Luis Arnaldo Campos, Luis

Ricardo Barbuda, Marcelo Fragt, Maria Lúcia Abreu, Olga Severini, Rubens Figueiredo, Sérgio Cardoso, Sérgio

Provisano, Simone Katz.

Belo Horizonte: cartas para Rua Guajajaras, 890 — 30.000 Belo Horizonte, MG.

Redação: Aurélio Silby, Célia Gontijo, George Abner, Maria Luzia, Ronaldo Siqueira, Ângela Capobianco,

Wladimir e Maria Eugénia.

Porto Alegre: Ademar Vargas, Antonio Soave, Clarissa Berry Veiga, Ivanir Zandoná, Marco Aurélio da Cunha

Poli, Neuzi Ribeiro, Rubens Turkienicz.

Salvador: cartas para Travessa Bocanera Junior, 8 — Barris — 40.000 Salvador, BA.

Redação: Carlos A. Leite Caricchio, Danilo Peixoto, Jorge Fernandez, Jorge Ramos, Rosane Simas Moreira.

Fortaleza: Daniel Colares, José Auto Filhos, Joaquim Cartas, Saraiva Jr., Verônica Guedes.

Vitória: cartas para Rua Santa Cecília, 7 — 29.000, Vitória, ES.

Correspondentes em: Aracajú, Curitiba, Manaus, Recife, Puno (Peru), Bruxelas e Paris.

Programação Visual / Gráfica: Lúcio Leal Comunicações.

Composição e Impressão: Empresa Jornalística AFA — Av. Liberdade, 704 — São Paulo, SP.



LEIA,
CRITIQUE,
RECORTE,
DISCUTA,
CONTRIBUA E
ASSINE

COMPANHEIRO

Uma imprensa que luta contra a ditadura e a exploração

Semestral Cr\$ 120,00

Anual Cr\$ 240,00

Anual para o exterior US\$ 70

Cheque nominal para Editora Avante Ltda.

Rua Itapeva, 28 — Bela Vista.

CEP 01332 — São Paulo

Nome
Profissão
Endereço Bairro
CEP Cidade Estado

VOLTA REDONDA: O MASSACRE CONTINUA

Há muito tempo que os operários da Construção Civil de Volta Redonda, vêm juntando uma grande revolta contra as empreiteiras encarregadas das obras de expansão da CSN. Através de agenciadores elas trazem para Volta Redonda milhares de operários de diversos pontos do país que vem atraídos pelas promessas de bom trabalho com bons salários, alojamento confortável, atendimento médico e alimentação de boa qualidade. Entretanto quando chegam para trabalhar os peões percebem que tudo é mentira. O céu prometido é um inferno pago.

Os salários são baixos, as horas extras obrigatórias e pagas abaixo do que manda a lei, e não há conforto algum nem boa qualidade na comida e no atendimento médico. Muito pelo contrário. No alojamento dormem mais de 5.000 trabalhadores e ele é conhecido como campo de concentração, os médicos são chamados de veterinários ou açougueiros, e a comida não serve nem para porco.

Por tudo isso a revolta estourou no dia 15, segunda-feira, depois de mais uma refeição azeda e justamente na firma mais exploradora e gananciosa, a Noberto Odebrecht. Em alguns minutos, o refeitório estava completamente depredado. A comida retirada da cozinha e jogada no riacho próximo. A polícia militar e civil chamada pelos patrões entrevistou violentamente dando tiros e fazendo prisões em massa. Em desordem, os peões correram por todos os lados, atravessando casas e quintais, procurando abrigos. À noite o saldo era de 37 prisões, vários feridos, sendo muitos à bala. Na quarta-feira, morria o operário JONAS FERREIRA que foi transferido para um hospital do Rio.

A cidade inteira acompanhou o desenrolar dos acontecimentos, à noite de segunda-feira e a madrugada seguinte, parlamentares, entidades e principalmente os representantes do núcleo pró-Anistia de Volta Redonda, tomaram conta da delegacia de polícia exigindo a libertação de todos os peões presos. Na manhã seguinte os operários da

Odebrecht decretaram, após reuniões no alojamento, greve por tempo indeterminado. Exigiam aumento salarial de 70% sobre o salário atual, melhor alimentação e atendimento médico, cumprimento da legislação trabalhista com pagamento das horas extras de acordo com a lei e principalmente o fim da violência policial contra os trabalhadores.

O APOIO POPULAR

A greve dos peões das empreiteiras dominou a cidade. O bispo D. Valdir atendendo ao pedido dos operários sede os espaços da igreja Nossa Senhora Aparecida. Os patrões, o sub-delegado do trabalho, o representante do sindicato, e mais uma comissão de operários da Odebrecht se encontraram à tarde na Sub-Delegacia do Trabalho. Os patrões tentam aplicar um golpe. Com essa firma é a que paga o mais baixo salário, eles propõem a equiparação dos salários com os das outras firmas. Os operários à noite em assembleia responderam em coro: *Não, Queremos 70%*. E no dia seguinte os operários das outras empreiteiras resolvem aderir à greve. Afinal a luta é uma só, e a realidade de miséria, exploração e opressão é igual para qualquer peão. Com esta decisão os patrões da Odebrecht perdiam sua proposta. A divulgação da luta e das justas reivindicações ganhavam as comunidades que se incorporavam ao movimento, participando ativamente na distribuição de fundo de greve, panfletos e depois refeições, quando as empreiteiras e a CSN começaram a diminuir o número de refeições.

A união entre as comunidades e as entidades da cidade ou da região e os peões isola os patrões que passaram a desencadear uma dura repressão sobre os trabalhadores. Na quinta e sexta-feira o movimento tem inúmeros grevistas presos, a polícia com batalhões de choque ocupa o alojamento e as ruas vizinhas. Camburões circulam por todas as ruas e andar sozinho ou mesmo em grupo passa a ser perigoso para os peões. Parlamentares correm da igreja à

delegacia libertando operários presos. Na quarta-feira 5000 operários circularam à cidade. Na quinta de manhã mais de 3000 mil peões, em passeata, exigem o fim da exploração, da violência policial e o aumento de 70% sobre os salários atuais. Enquanto isso, a greve é decretada ilegal pelo DRT que, como era de se esperar, favorece mais os patrões, preferindo não investigar as denúncias apresentadas pelos operários tais como, baixos salários, contratos ilegais e a violência a que estão submetidos.

O movimento se amplia na população, em poucas horas o fundo de greve reunia mais de 10.000,00. O movimento iniciado de forma espontânea e desorganizada começa a tomar mais pé na organização. Cria-se a comissão de greve com os trabalhadores. A peãozada, a princípio de cabeça quente e disposta a se juntar e dar uns "mangos" na polícia e pelegos, esfriava a cabeça e aprendia na prática a organizar o movimento. As mulheres das comunidades se organizam nas cozinhas e várias comissões são tiradas para tratar da infra-estrutura do movimento. Na quinta-feira os patrões resolvem não comparecerem às negociações. Os operários haviam rejeitado sua proposta de aumento de 35% sobre os salários de 78, prometiam melhorar a alimentação, retirar parte do policiamento do alojamento mas o principal, 70% sobre os salários atuais não atendiam. Na quinta-feira mesmo com todo o policiamento os operários da Fesisa rompiam o cerco e formavam um grupo de piquetes que correm todas as obras fazendo reuniões e decretando a greve. Em todos os canteiros a polícia comparece ostensivamente. Mas quando chega, só encontram fumaça. O sindicato, sem representatividade alguma na categoria, abandona as negociações e some.

No sábado e domingo cerca de 20.000 refeições são servidas pela cozinha na igreja, um ambulatório médico é instalado no salão da paróquia e vários peões feridos ou mesmo doentes que nunca são

tratados pelos médicos das firmas (os veterinários) são atendidos por grupos de médicos e estudantes solidários que lhes dão remédios. As comunidades de base da igreja fazem reunião sexta-feira à noite e confirmam decisivo apoio ao movimento. Organizam a alimentação para uma semana. As entidades e setores representativos da cidade se reúnem e tiram notas de apoio conclamando a população a também apoiar as grevistas. O fundo de greve já passa de Cr\$ 30.000,00. Cresce a infraestrutura do movimento, no domingo em entrevista coletiva à imprensa, a comissão de trabalhadores da construção civil denuncia a rede de boatos espalhada pelos patrões, os diversos policiais a paisana infiltrados no movimento e declara a intenção dos operários de reabrir as negociações. Os operários querem trabalhar, mas querem também aumento de 70 por cento. Na madrugada de domingo mais um operário é morto, desta vez espancado por um leão de chácara, de um bar próximo ao alojamento.

Na manhã de segunda-feira assediados pela polícia militar, amedrontados por uma nota do sindicato que se coloca descaradamente ao lado dos patrões, os peões comparecem às obras, batem o cartão, mas cruzam os braços. Os soldados da PM, começam a baixar o cacete, os operários resistem e se mantêm parados... A pressão dos patrões, do Ministério do Trabalho e da polícia do governo sobre os peões é muito grande. A greve surpreende a todos, alcança seu sétimo dia. Porém, mesmo que a greve seja obrigada a acabar sem a conquista pretendida dos 70 por cento, a luta continua. Nenhum peão renuncia a reivindicação do movimento. Faia-se em conquistar o sindicato. A comissão de trabalhadores da construção civil ganha representatividade na categoria e na cidade. Muitas vitórias já foram conquistadas, vitória como a união dos peões, a organização e a experiência e consciência de que os trabalhadores conseguirão sucesso no combate à miséria e a exploração.

BELGO MINEIRA

A VITÓRIA DOS METALÚRGICOS

A greve dos 6.100 operários metalúrgicos da Belgo Mineira (1) em João Monlevade e Sabará, que paralisou todas as atividades da companhia durante sete dias, conseguiu arrancar dos patrões uma grande vitória.

Desde o início do movimento, a empresa gerando inclusive o protesto do presidente do sindicato dos metalúrgicos de Sabará, quando denunciou numa das negociações que, «a empresa vem negociar com a gente, na certeza da ilegalidade do movimento, passando inclusive na frente da decisão da justiça do trabalho, o que faz com que ela seja tão intransigente».

Entretanto, apesar disso, a firmeza dos operários e a sua organização, fez com que os patrões recuassem, horas antes do julgamento da greve pelo tribunal, propondo continuar as negociações.

Concretizava-se naquele momento, a primeira vitória do movimento grevista.

Reivindicando um piso salarial de Cr\$ 8.144,00 ou índice oficial mais Cr\$ 4.000,00 15% de anuênio, 15% na participação dos lucros da empresa e a instalação imediata da Comissão Paritária (reivindicação dos metalúrgicos de Monlevade), a empresa faz uma nova proposta (a primeira, antes da greve não foi aceita), para o retorno imediato ao trabalho. Ela oferecia agora, um aumento salarial de Cr\$ 2.700,00 além do índice oficial de 50%, para quem ganhasse até Cr\$ 3.100,00. Como cerca de 70% da categoria já ganhava Cr\$ 8.900,00 os salários, passariam para Cr\$ 16.050,00 com um aumento de 82%.

O piso salarial seria de Cr\$ 5.200,00 e o piso profissional (depois de seis meses de trabalho) passaria de Cr\$ 4.200,00 atuais, para Cr\$ 9.000,00 o que representaria um aumento de 114%. Propuseram ainda 2% de anuênio e a complementação dos benefícios previdenciários, quando o empregado fosse afastado por motivos de doenças, durante um ano. Reajuste salarial de seis em seis meses e, em relação aos dias parados, a empresa iria descontar três dias no salário dos operários e o pagamento dos outros quatro

dias, seria doado aos flagelados da cidade de Monlevade.

Quanto à comissão paritária, sua regulamentação continuaria sendo discutida, pois, dois pontos básicos para os trabalhadores, — que a comissão tivesse força de convenção coletiva sobre os contratos individuais de trabalho e que as penas de suspensão e dispensa por justa causa, só poderiam ser aplicadas depois de ouvida a comissão — não estavam sendo aceitas pela companhia.

Esta reivindicação é tão importante para os trabalhadores, que durante as negociações foi proposto à companhia pela direção do sindicato que abririam mão das reivindicações salariais para serem negociadas após a volta ao trabalho, desde que concordassem com a regulamentação da comissão paritária. «A comissão», explica João Paulo Pires, representante dos metalúrgicos de Monlevade junto à Federação, «significa a garantia do emprego pro trabalhador e sua garantia de defesa, pois a empresa é arbitrária, mantém um sistema coercitivo e altamente repressivo. Além disso, dar ao trabalhador uma participação nas decisões que lhes interessam de perto».

Não tendo dúvida de que todas estas conquistas representavam uma grande vitória, 3.600 trabalhadores reunidos em assembleia, aceitam a nova proposta para retornarem ao trabalho.

Agora, fica apenas uma dúvida: como existe um compromisso da empresa, e ela tem cumprido, de estender as conquistas dos metalúrgicos de Monlevade, aos companheiros da trefilaria em Belo Horizonte, será que esse compromisso vai ser cumprido? Se depender do esforço do pelego João Silveira, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte, que se negou a apoiar a luta dos operários de Monlevade e Sabará, alegando que «esse não é o meu método de trabalho», nada irá acontecer.

(1) Outras empresas do grupo Belgo Mineira: Samitri, Samareo, Cimaf, Pohl, Heckel, BMD, CAF e ABASA.

delegacia de policia exigindo a libertação de todos os peões presos. Na manhã seguinte os operários da

mesmo em grupo passa a a perigosos para os peões. Parlamentares correm da igreja à

medico e instalação no salão da paróquia e vários peões feridos ou mesmo doentes que nunca são

trabalhados, es conseguiram sucesso no combate a miséria e a exploração.

parados, a empresa iria descontar três dias no salário dos operários e o pagamento dos outros quatro

(1) Outras empresas do grupo Belgo Mineira: Samitri, Samarco, Cimaf, Pohlig, Heckel, BMD, CAF e ABASA.

OPERÁRIOS PROMETEM DOBRAR OS PATRÕES

São Paulo

A campanha salarial dos 500 mil metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos vai atingindo seu ponto crítico. Nas negociações realizadas na semana passada, os patrões voltaram a demonstrar sua prepotência com uma proposta considerada uma provocação pelos trabalhadores - 61% com desconto da antecipação de 20%.

Em São Paulo, a assembleia que contou com 3 mil operários decidiu por maioria esmagadora que não haveria outra proposta senão sem desconto, e que a assembleia do dia 28 decidiria pela greve se os patrões insistissem em contra propostas que são um insulto para a classe trabalhadora. Em clima de greve a assembleia (como em Guarulhos) vaiou estrondosamente pelegos e conciliadores que tentaram aprovar a proposta de 83% com desconto. Decidiu-se também

que a comissão de negociação não pode negociar contra propostas à revelia da assembleia geral.

Quando ia se iniciar a votação das propostas, as luzes do recinto onde se realizava a assembleia foram apagadas, provocando grande tumulto. Os trabalhadores perceberam logo que era provocação dos patrões e pelegos para esvaziar a assembleia e evitar a aprovação dos 83% sem desconto, e passaram a gritar em coro "isso é traição, não

vamos embora não".

Operários dos comandos setoriais, que têm predomínio da oposição sindical, enfatizaram o grande avanço da organização pela base do movimento. Com dezenas de reuniões por fábrica, dirigidas pelos comandos setoriais, contando com a presença de até 150 trabalhadores em cada uma.

Destacaram também o grande número de operários que já se empenha na tarefa de organizar a categoria para a greve e divulgar o material de propaganda da campanha. Conclamaram os companheiros metalúrgicos a fortalecer o trabalho nas fábricas e nas sub-sedes, que são a garantia da sustentação de uma greve e a certeza da vitória.

No entanto, a mobilização que está havendo nas reuniões por fábrica e nas assembleias setoriais não estão se refletindo na assembleia geral da categoria. Operários de oposição atribuem essa baixa presença, entre outros fatores, à desconfiança da classe na diretoria do sindicato, responsável direto pela derrota do ano passado. Também as manobras dos patrões (procurando promover festas e piqueniques nos dias de assembleia), demissões e

intimidações que estão sofrendo os companheiros mais combativos nas fábricas são motivos de desmobilização. Apesar disso, os operários da oposição sindical avaliam que a baixa participação nas assembleias não é sinônimo de que a categoria não esteja preparada para entrar na briga de forma decidida.

Para evitar novas traições, uma medida já foi tomada pelos metalúrgicos presentes à assembleia: a decisão da greve deve ser feita a portas abertas, devem votar e decidir todos os metalúrgicos sejam sindicalizados ou não.

Em Guarulhos, a assembleia que reuniu 600 trabalhadores aprovou quase por unanimidade a proposta de 83% sobre o salário atual, repudiando a contra proposta patronal. Na próxima assembleia eles decidem se paralisam suas atividades.

Já em Osasco, a assembleia com 600 operários recuou da proposta anteriormente aprovada e decidiu por 83% com desconto da antecipação. A fora isto, a assembleia delegou poderes à comissão de negociação para negociar contra propostas dos patrões. A assembleia decisiva será também no dia 28 de outubro.

Sem dúvida, as propostas diferentes nessas assembleias sindicais, trabalham no sentido de dividir os trabalhadores, e os patrões e pelegos certamente tentarão se aproveitar disso. Mas a disposição de ir à greve caso não consigam um aumento decente ficou clara em todas as assembleias.

PEREIRINHA (OPOSIÇÃO SINDICAL — SP):

DIAS MELHORES PARA OS TRABALHADORES

Para avaliar as más intenções dos patrões frente a greve iminente dos metalúrgicos e a preparação da categoria para a conquista de suas reivindicações, **COMPANHEIRO** entrevistou Pedro Pereira Nascimento — Pereirinha —, membro da oposição sindical e presidente da atual comissão de negociação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

O que pretendem os patrões quando insistem em propostas de índice que vocês acham um insulto para a categoria?

Eu estou vendo claramente que há uma manobra, que é um desejo de prorrogar de protelar, de esperar exatamente, primeiro, a data base que se aproxima, segundo, a aprovação do projeto salarial do governo onde eles estão apostando que vai ter uma repercussão na categoria. Terceiro, uma outra coisa que eles estão enganados é que estão apostando na desmobilização da categoria.

Você acha que esta semana os

patrões podem fazer uma contra proposta mais decente?

Eu acredito que os patrões sabem que os trabalhadores perdem com a greve, mas que os patrões perdem muito mais. Até agora eles tem feito propostas insignificantes e é possível que essa semana eles façam propostas na tentativa de fazer a gente chegar a um impasse. Queria observar que de uma maneira geral os patrões têm empurrado os trabalhadores para a greve, porque apostam nas questões que apontei acima.

Eles apostam na desmobilização?

Não só na desmobilização como também na repressão.

Será possível levar os trabalhadores à greve na assembleia de domingo?

Eu vejo que nas reuniões por setor por regiões e por fábricas o pessoal tem demonstrado que está muito afim de conquistar um aumento melhor. Isto não quer dizer que os trabalhadores querem greve. Os

trabalhadores querem dias melhores, querem salários mais elevados. Agora, há uma disposição bastante clara de ir à greve caso não saia um aumento decente.

Há perigo do Joaquim Andrade passar uma rasteira na categoria, como no ano passado?

Olha, essa tem sido uma preocupação da categoria em todas as reuniões. O pessoal levanta questões como: "E esse ano, vai haver traição? A gente vai ter que pagar os dias parados? Enfim a preocupação com o que houve no ano passado quando a diretoria manobrou exigindo votação só dos associados ficou claro para toda a categoria, que está bastante desconfiada. Para tentar contornar esse problema, adotamos uma forma de organização na campanha que se sobrepõe à diretoria. Os operários não confiam nessa diretoria e estão se preparando para caso haja algum problema, eles assumirem realmente através de seus comandos a direção efetiva do movimento.

PARANÁ

Dentro das fábricas não dá outro assunto: "Como é, e o aumento?" "Vai ter greve?". É a campanha salarial dos metalúrgicos de Curitiba que também vai chegando em seus momentos decisivos. Logo na primeira assembleia mais de 2.500 aprovaram a proposta de aumento geral de 85% sem desconto e piso salarial de Cr\$ 6.500,00, lançada por um grupo de metalúrgicos descontentes com a atuação da diretoria do sindicato nos anos anteriores. A assembleia aprovou ainda a proposta de que a Comissão de Negociação com os patrões não tivesse poder para fechar nenhum acordo.

Como a notícia ocorreu, na segunda assembleia já eram mais de 3500 companheiros que compareceram, rejeitando com muita vaia a propostas dos patrões de 62% para quem ganha até 3 salários mínimos, **descontando deste índice a antecipação de julho, o que daria mais ou menos 32% sobre o salário atual.** Foi aprovada então a proposta de entrar em greve, caso os patrões não aceitem as reivindicações numa segunda negociação.

O QUE QUEREM OS PATRÕES?

Assustados diante da firmeza dos metalúrgicos e preocupados com a "zoeira" que corre dentro das fábricas, os patrões procuram ganhar tempo, esperando talvez a nova lei que o Governo baixe para ajudá-los a derrotar os operários. Além disso os patrões sabem que podem confiar na diretoria do sindicato, cujo presidente, o Orley,

fala abertamente que é contra a greve, desrespeitando inclusive a decisão da assembleia.

PREPARAÇÃO DA GREVE

Os trabalhadores sabem que os patrões podem dar muito mais de aumento, pois estes anos todos exploram os trabalhadores pagando um salário de fome. Por isso mesmo é que enquanto a Comissão de Salário negocia, eles se preparam para a greve, pois as lutas dos companheiros dos outros estados mostraram que este é o único argumento que os patrões entendem. O único jeito de lembrar aos patrões que sem os peões as máquinas não funcionam.

Os patrões, enquanto isso, se preparam para a greve, obrigando a peãozada a fazer hora-extra para aumentar o estoque, demitindo e ameaçando os operários. Mas os operários, no interior de cada fábrica organizam comissões de encaminhamento da luta e começa a resistência às demissões. Já houve pelo menos dois casos de firmas onde os operários impediram que os patrões demitissem companheiros.

A declaração de um companheiro operário mostra que estão dispostos a alcançar uma vitória em suas reivindicações: "Como em qualquer lugar, em Curitiba também existem, dentro das fábricas, os chefes e os encarregados puxa-sacos. Os metalúrgicos reúnem-se em volta de cada chefe e dão uma "prensa". Se o cara estiver do nosso lado a gente vê logo. Se ele vier de enrolação a gente já sabe que ele é "leiteiro" e damos um jeito nele."

Apoie as Oposições Sindicais e as Comissões de Mobilização na Campanha Salarial dos metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco, por um aumento de 83%.



— Organizar Comissões de Apoio nos bairros e locais de trabalho, que possam apoiar as categorias em luta.

— Divulgar amplamente as reivindicações e a situação dos trabalhadores que entram em campanha.

— Todo apoio material aos companheiros. Venda a rifa da Oposição Sindical Metalúrgica, colabore com as outras atividades (forrós, shows, etc.).

— Denuncie a repressão sobre os companheiros. A polícia está tentando intimidar aqueles que nas portas de fábricas buscam esclarecer os objetivos da luta e mobilizar a classe operária. Não permitir prisões e intimidações. O

CBA de São Paulo manterá um plantão para que sejam tomadas medidas concretas no caso de prisões e agressões.

— A Comissão de Apoio mantém companheiros em regime de plantão às terças e quintas-feiras no Convento do Carmo (rua Martiniano de Carvalho) para encaminhamentos, adesões ou contribuições. Não deixe de ir companheiro.

— Remeta qualquer quantia em dinheiro ou cheque nominal à Editora Avante, rua Itapeva, 28 — 01332 — São Paulo, SP.

— A hora é de solidariedade e de unidade pela base. Todo apoio!

TRABALHADORES CONTRA A POLÍTICA SALARIAL DO GOVERNO

Nesta semana, o projeto que institucionaliza a nova política salarial do governo vai ser aprovado a toque de caixa no Congresso. O essencial deste projeto são os reajustes automáticos semestrais, baseados em um índice nacional de preços e escalonados segundo faixas salariais e um aumento anual negociado entre patrões e empregados, baseado no aumento da produtividade.

O SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELO MDB

Embora com algum atraso, alguns parlamentares do MDB apresentaram uma contra-proposta que contém algumas reivindicações já antigas dos trabalhadores. Esse substitutivo é um produto das pressões de sindicalistas combativos sobre os parlamentares e dificilmente será aprovado. De qualquer forma os sindicalistas preparam a ida a Brasília de 500 companheiros para pressionar os deputados durante a votação do projeto. Esse tipo de pressão, semelhante ao feito pelos vários movimentos pela anistia — quando da votação da anistia restrita do governo — serve para maior divulgação das reivindicações populares e para a denúncia da farsa parlamentar da ditadura.

Os pontos básicos deste substitutivo são:

- 1) todos os salários serão reajustados trimestralmente;
- 2) o índice de reajuste automático será calculado para cada um dos estados e não nacionalmente;
- 3) haverá apenas dois níveis distintos de reajustes automáticos. Até três salários mínimos o reajuste será 10% superior ao índice do aumento do custo de vida. E acima deste salário o reajuste automático será igual ao índice;
- 4) extensão destes reajustes ao funcionalismo público, funcionários de autarquias, e aposentados;
- 5) revisão do conceito de salário mínimo, de modo que este salário seja realmente suficiente para a manutenção de uma família;
- 6) negociação coletiva entre patrões e empregados como forma de se obter aumentos reais de

contra a repressão da ditadura sobre os trabalhadores, os sindicatos organizaram duas manifestações públicas na semana passada. Uma no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos, e outra na Praça da Sé, promoção conjunta de vários sindicatos.

O comparecimento às manifestações foi pequeno, por volta de duas mil pessoas em cada uma, mas os vários oradores foram veementes na denúncia da farsa parlamentar e da violência da ditadura e ficou claro que as reivindicações dos trabalhadores só serão conquistadas por suas próprias lutas.

O pequeno comparecimento dos trabalhadores veio demonstrar o impasse vivido pelo movimento sindical, quando é obrigado a dar passos no caminho da ação política.

De qualquer forma, a participação majoritária dos trabalhadores nos dois atos públicos, depois de presenciarmos tantos outros limitados quase que somente a estudantes, como também a iniciativa da formação do PT, mostra que já está havendo um despertar para a ação política, por parte dos trabalhadores.

MAIS GREVES E MAIS VITÓRIAS

Os protestos contra a nova e atual política do governo não se limitaram aos atos públicos. Durante a semana passada, ocorreram uma série de greves e movimentos reivindicativos que puseram por terra mais uma vez as leis da ditadura.

Após dois dias de greve, os trabalhadores da indústria de cimento em Sorocaba, São Paulo, conseguiram aumentos de até 63%, bem como o pagamento dos dias parados.

Os trabalhadores do setor de bebidas em São Paulo conseguiram aumento de 65% para toda a categoria, 15% superior ao índice governamental.

Em Minas Gerais, os metalúrgicos da Belgo Mineira conseguiram após 7 dias de greve a maior vitória das últimas

A reforma partidária proposta pela ditadura proíbe a organização dos Partidos dos Trabalhadores. A melhor resposta a ela é organizar o PT. Esta organização avançou muito nos últimos 15 dias: aconteceu no dia 13 em São Bernardo do Campo uma reunião que congregou membros do movimento pelo PT vindos de todo o país.

Nesta reunião, o movimento pelo PT deu um passo no sentido de sua própria unificação, condição indispensável para que ele cumpra sua tarefa fundamental que é a de unificar os trabalhadores e o povo numa ampla frente política contra a ditadura e a exploração.

Avançou porque juntou duas iniciativas que na prática vinham caminhando paralelas: aquela que unia os sindicalistas que lançaram a proposta do PT e que vinham até aqui propagandeando essa idéia e, por outro lado, aqueles que vinham trabalhando no sentido de levar de maneira concreta o movimento pelo PT para as bases.

Juntos, foram tirados alguns critérios para que o movimento pelo PT realize um trabalho unitário e sistemático de recrutamento e intervenção na luta política.

Para esse recrutamento e essa intervenção foram aprovados dois documentos fundamentais: uma declaração política e uma carta de princípios (parte do documento divulgado no dia 1.º de maio), os quais transcrevemos abaixo.

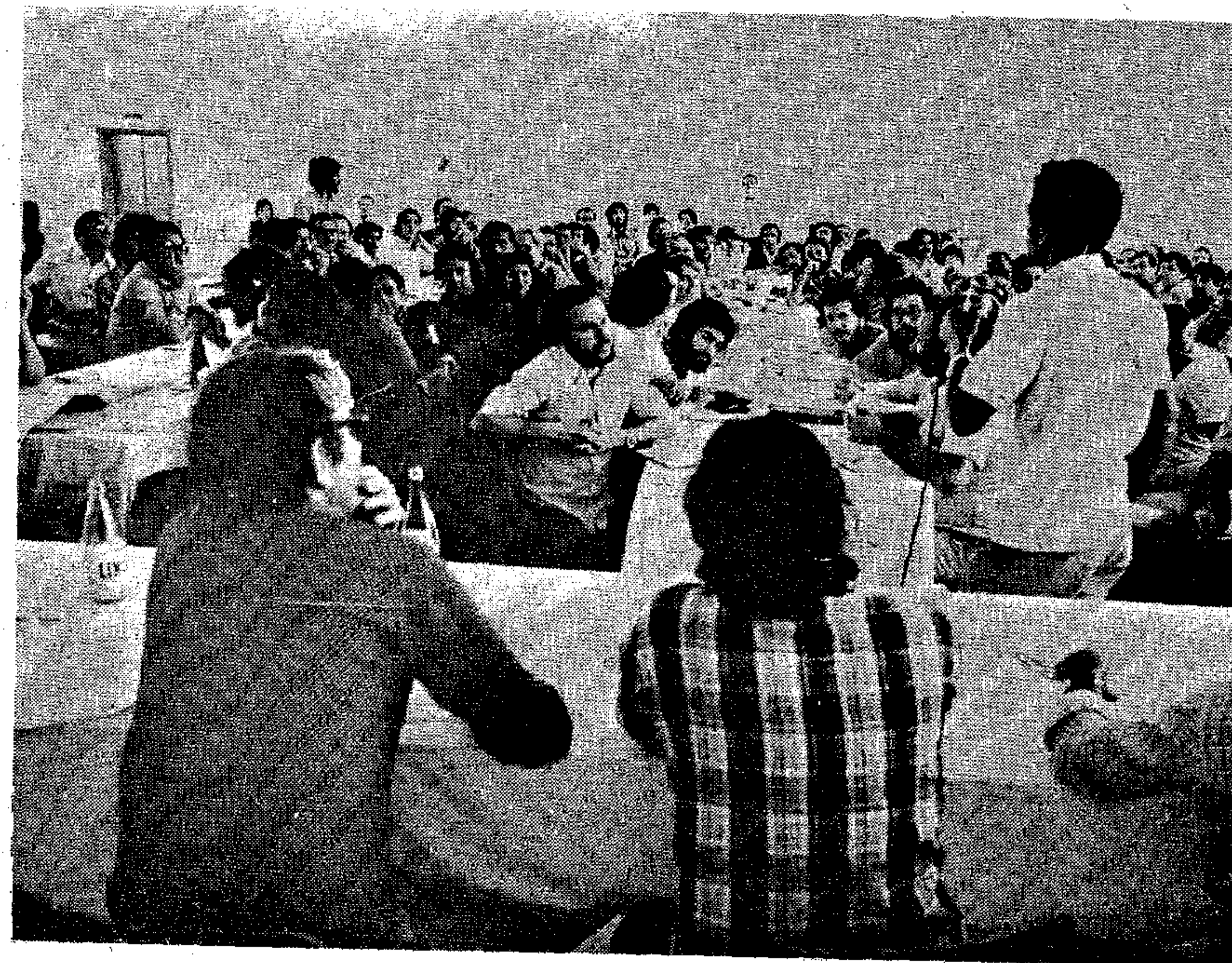
Por outro lado tirou também algumas normas transitórias que regulam o recrutamento e funcionamento do Movimento. Os estados já estão tirando consequências destas propostas. Em Minas Gerais, numa reunião realizada no dia 14 de outubro foi eleita uma comissão com representantes de todos os setores que participam do movimento pelo PT em Minas; e no próximo dia 28, serão escolhidos seus dois representantes na Coordenação Nacional Provisória do Movimento

pelo PT. O mesmo encaminhando está sendo feito no Rio de Janeiro, em Curitiba e outros estados. Em São Paulo, a realização da primeira plenária regional já está sendo articulada.

No plano político, a reunião de São Bernardo serviu para definir melhor o caráter da frente política que se está construindo. O PT não se define, como bem o mostra sua declaração, como uma mera repetição da frente política reunida no MDB. Ele surge para responder à necessidade de dar aos trabalhadores uma expressão política própria e independente. Nesta frente cabem todos aqueles que se comprometam com os interesses mais imediatos dos trabalhadores.

Resumindo, todos os que apoiam os trabalhadores na sua luta cotidiana contra a miséria social, a exploração e a opressão. Esta luta não termina com o fim da ditadura aberta dos patrões e a instauração de uma "democracia" onde os que mandam hoje continuem mandando. Para que isso ficasse claro viu-se a importância de colocar na declaração política, não a palavra socialismo que muitos poderiam não entender e outros poderiam manipular mas sim uma definição clara de que o PT luta para que o controle da economia, e da política esteja na mão dos trabalhadores, organizados democraticamente e pela base. Em outras palavras a ditadura dos patrões só termina quando for substituída por um governo dos trabalhadores que acabe de vez com qualquer forma de exploração e opressão.

Uma outra questão importante e que foi esclarecida é a relação entre o PT e a luta sindical. O PT apóia os trabalhadores em todas as suas lutas econômicas. Entretanto a unificação da luta sindical depende da construção de uma Central Única dos Trabalhadores, organizada pelas bases e comprometida com o combate à atual estrutura sindical atrelada.



Os núcleos do PT e o PT como um todo não se constituem, assim, para lutar pela água, pelo esgoto, pela creche, por melhorias salariais. Ele se constitui, para, apoiando todas essas lutas, dar-lhes um sentido político. Para o PT deverão vir todos os que compreenderem que essas lutas econômicas só terão uma solução definitiva no interior da luta política de todos os exploradores e oprimidos contra a ditadura e pelo socialismo.

Isso significa que só os que compreendem o sentido profundo da luta pelo socialismo virão para o PT? Não. Para o PT devem vir todos os que querem acabar com a miséria social, independentemente de suas convicções políticas ou religiosas. Neste sentido o PT é uma frente ampla e aberta. Aberta a todos os que compreenderem que os trabalhadores têm o direito e o dever de se organizarem politicamente e de maneira independente. Nesta frente só não entram os patrões e seus representantes políticos. Quem explora não pode levar até o fim a luta contra a exploração.

O programa dessa frente está em discussão. Devemos todos nos

integrar com entusiasmo à luta pela constituição dos núcleos do PT em todo o país, condição básica para sua transformação numa ampla frente de massa.

Dentro destes núcleos contribuir para o debate político de forma que o Encontro Nacional a se realizar dentro de 120 dias represente um golpe profundo na ditadura dos patrões.

Para o cumprimento desta tarefa, os socialistas revolucionários, sem exclusividade, têm de ser um exemplo, de combatividade, espírito de união e comprometimento com a democracia operária. Para tanto devemos ter claro que o PT se afirmará no movimento de massas não como algo voltado para si mesmo, mas pelas ações políticas concretas que deverá encaminhar. O melhor núcleo não é o que fez apenas as discussões mais brilhantes, mas aquele que na luta concreta contra a ditadura, melhor representou os interesses dos trabalhadores.

A ditadura proíbe o PT? Viva o Partido dos Trabalhadores.

PT: ORGANIZANDO

COMO ORGANIZAR

patroes e empregados como forma de se obter aumentos reais de salários, participação nos núcleos das empresas, fixação do salário mínimo profissional e representação sindical dentro da empresa;

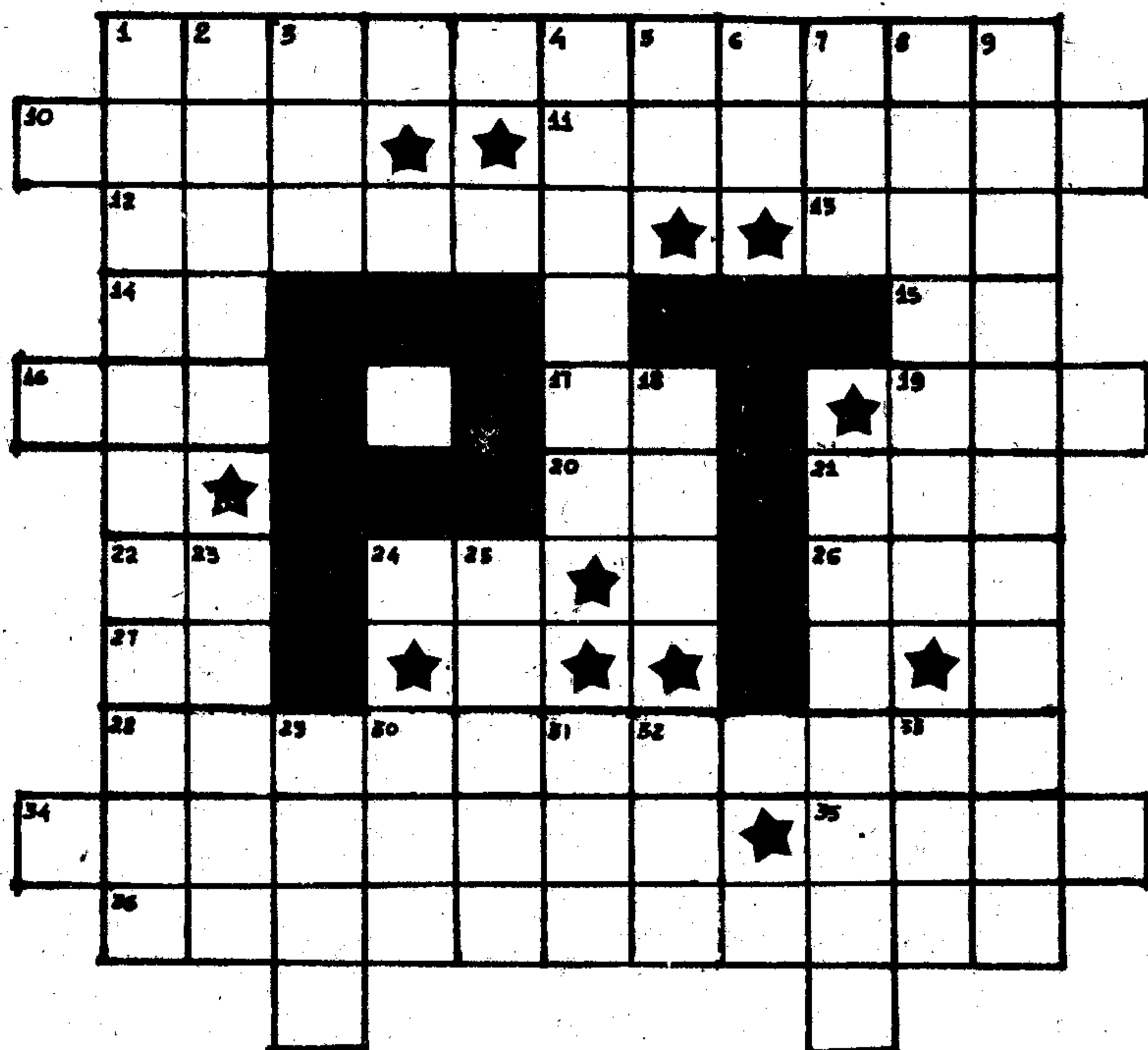
7) garantia do direito de greve. TRABALHADORES NAS RUAS CONTRA O GOVERNO

Para protestar contra o projeto da nova política salarial do governo e

conseguiram após 7 dias de greve a maior vitória das últimas mobilizações sindicais, arrancando 82% de aumento dos patrões e um piso profissional de 9 mil cruzeiros.

Estas são as últimas respostas dos trabalhadores à política salarial da ditadura e dos patrões. Os atos públicos foram apenas os primeiros passos contra o projeto de reajustes semestrais do governo.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS:

- 1— Os defensores das reformas, os que não querem sair do MDB;
- 10— Muita gente tem medo da organização política dos trabalhadores;
- 11— Sofrem aborto propostas artificiais de cúpula;
- 12— São ocas e sem sentido muitas das críticas ao PT;
- 13— Central Operária Boliviana (sigla);
- 14— O contrário de «off» em inglês;
- 15— Bolo fofo; pão de...;
- 16— No seio do movimento pró-PT precisa haver debate entre cada tendência;
- 17— Atmosfera
- 19— Não aceitamos reorganização partidária por atitude de força do regime;
- 20— Sétima nota musical;
- 21— «Vida» sem «i»;
- 22— Sigla do Amazonas;
- 24— Avançar na mobilização agora
- 26— «Doi» de trás pra frente;
- 27— A proposta de «MDB popular» é um verdadeiro «...cego»
- 28— Frente dos explorados, do que trabalha;
- 34— Quem queria transformar o MDB em popular tá igual o Maluf que quer explorar o líquido petrolífero onde só tem água;
- 35— Unificam;

36— Os defensores da classe operária; os que defendem a socialização dos meios de produção.

VERTICAIS:

- 2— Causam revolta as manobras do regime;
- 2— Do verbo «emanar»;
- 3— Muita gente disse que fazia mas não... nada;
- 4— Unidade do povo se dá pela base, é unidade das...;
- 5— Instituto Brasileiro (sigla);
- 6— Antes... do que mal acompanhado;
- 7— Tribunal Regional da Corrupção (sigla);
- 8— Quem vacila muito cai no atoleiro;
- 9— Os que defendem anistia pela metade são os que sabotam a luta do povo;
- 18— gargalhar;
- 21— Tem gente querendo fazer uma ponte entre explorados e exploradores;
- 23— O MDB já nasceu defunto;
- 25— São os trabalhadores quem faz abalar o regime;
- 29— A proposta do PTB é do «... da-velha»;
- 30— Para o MDB a classe não passa de «... de-piranhã»;
- 31— Legalidade Exploradora não é Legítima (sigla);
- 32— «Ol» com «h»;
- 33— «Ano» ao contrário.

HORIZONTAIS: 1— Emar, 3— Fez, 4— Massa, 5— IB, 6— S4, 7— TRC, 8— Atchido, 9— Sabota, 10— Fm, 11— Rm, 12— Fm, 13— Fm, 14— Fm, 15— Fm, 16— Fm, 17— Fm, 18— Fm, 19— Fm, 20— Fm, 21— Fm, 22— Fm, 23— Fm, 24— Fm, 25— Fm, 26— Fm, 27— Fm, 28— Fm, 29— Fm, 30— Fm, 31— Fm, 32— Fm, 33— Fm, 34— Fm, 35— Fm, 36— Fm. VERTICAIS: 2— Emar, 3— Fez, 4— Massa, 5— IB, 6— S4, 7— TRC, 8— Atchido, 9— Sabota, 10— Fm, 11— Rm, 12— Fm, 13— Fm, 14— Fm, 15— Fm, 16— Fm, 17— Fm, 18— Fm, 19— Fm, 20— Fm, 21— Fm, 22— Fm, 23— Fm, 24— Fm, 25— Fm, 26— Fm, 27— Fm, 28— Fm, 29— Fm, 30— Fm, 31— Fm, 32— Fm, 33— Fm, 34— Fm, 35— Fm, 36— Fm.

COMO ORGANIZAR

SUGESTÕES PARA NORMAS TRANSITÓRIAS DE FUNCIONAMENTO

A presente proposta tenciona apresentar algumas normas de funcionamento de caráter preliminar, com vistas a superar a inorganicidade prevalecente no atual estágio do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido é importante frisar que as formas orgânicas aqui sugeridas são não apenas transitórias como substituíveis por outras segundo as características locais e regionais defrontadas pelo Movimento pelo PT.

Por outro lado, é sempre bom enfatizar que as formas definitivas de organização do PT, que assegurem a plena democracia interna, deverão ser discutidas num primeiro momento no Encontro Nacional abaixo mencionado e, em caráter definitivo, no Congresso Nacional a ser realizado oportunamente.

Seguem-se as sugestões:

1

O MOVIMENTO PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES, desde já democrático e aberto à participação dos trabalhadores da cidade e do campo, dos camponeses, dos posseiros, dos profissionais liberais, dos professores e bancários, dos pequenos proprietários rurais e

urbanos, etc., proclama sua decisão de lutar pela sua legislação.

2

Com esse objetivo, o Movimento pelo PT pretende agora iniciar a criação de sedes, a confecção de fichas de seus militantes e promover campanhas de finanças;

3

O PT deverá iniciar oportunamente uma campanha de assinaturas através de uma ampla mobilização de massas visando divulgar suas propostas. As listas de assinaturas deverão ser nacionalmente uniformes;

4

O militante do Movimento pelo PT se define por sua inscrição num dos núcleos da organização, por sua participação nas reuniões e no trabalho desse mesmo núcleo, e pelo apoio aos pontos essenciais da carta de princípios de 1.º de maio de 79 e da Declaração Política de 13/10/79;

5

Os militantes deverão contribuir financeiramente mediante critérios a serem definidos pela coordenação nacional provisória;

6

Os núcleos serão reconhecidos como tais, para efeito de representatividade proporcional, quando contarem com um n.º mínimo de 21 membros, e forem formados a partir do local de trabalho, locais de moradia e das categorias de trabalhadores;

7

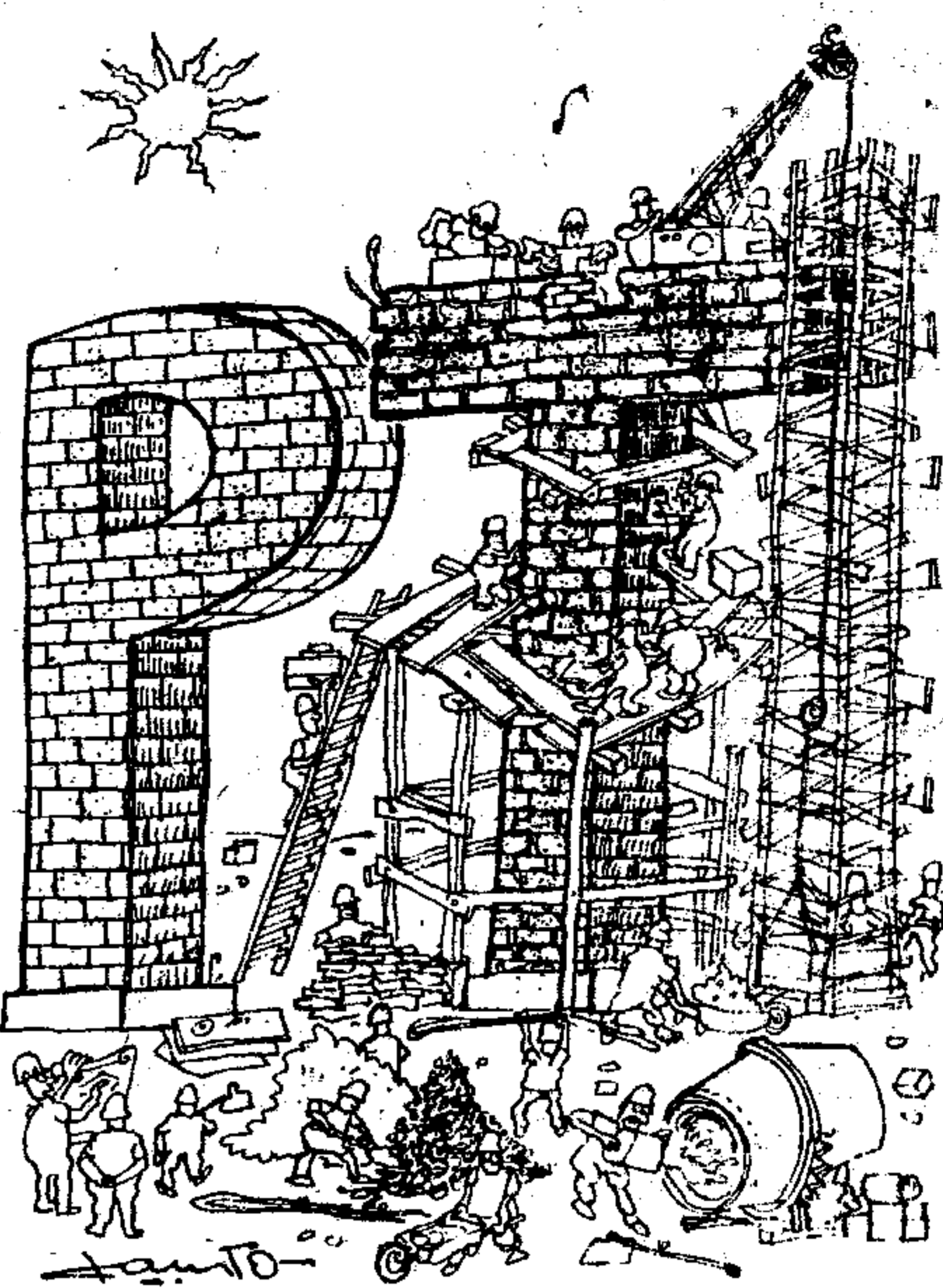
Ainda transitoriamente, cada núcleo deverá eleger um secretário e um suplente de secretário, cuja função será a de estabelecer os enlaces com os organismos superiores do movimento; que se criem coordenações de nucleação a nível regional e municipal e uma diretoria provisória nacional. Será reconhecido o direito de expressão ao núcleo em formação;

8

É recomendável que cada núcleo fixe endereço para correspondência e, na medida do possível, até mesmo adquira uma caixa postal;

9

Fica convocado o 1.º Encontro Nacional de Militantes do Movimento do PT no prazo máximo de 120 dias, com a realização prévia de encontros regionais. O Encontro



Nacional terá por pauta mínima a aprovação de um Documento Básico de Orientação Política;

10

Fica formada uma Comissão Nacional Provisória, composta da atual representantes dos camponeses e de 2 representantes, no máximo, de cada estado. Estes dois representantes serão eleitos pelos militantes de cada estado, no prazo de 15 dias. A Comissão Nacional Provisória poderá convocar outros companheiros para efeito de agilitação dos trabalhos.

São Bernardo, 13 de outubro de 1979.

O ÚLTIMO TANGO DO MDB

As recentes convenções estaduais do MDB transcorreram completamente à margem do movimento popular. Afinal de contas mesmo aqueles que defendiam a "transformação do MDB num partido popular" não foram capazes de apresentar nenhuma proposta de efetiva mobilização do povo em torno dos problemas concretos vividos pela massa trabalhadora.

As convenções não trouxeram nada de novo. Na verdade foram reafirmados os resultados das convenções municipais e distritais realizadas anteriormente: adesistas e liberais continuam sendo os donos da bola no MDB.

No Rio de Janeiro, os defensores do "MDB Popular" foram à convenção apenas para um protesto simbólico. Pois a convenção no Rio foi mais uma festa de

confraternização entre Chagas Freitas e seu grupo de adesistas e bicheiros, que contavam com o controle de 24 diretórios (de um total de 25). E os chaguistas fizeram questão de demonstrar que a casa era mesmo deles: partiram para a agressão física em cima dos defensores do "MDB Popular", entre eles o deputado Raimundo de Oliveira.

Em São Paulo o adesismo botou as mangueiras de fora organizando para a convenção a "chapa das bases", também conhecida como a "chapa do Maluf". Contra a "chapa das bases" organizaram-se duas chapas: a "Unidade contra a extinção" e a "Unidade Popular".

A chapa "Unidade contra a extinção" consistiu numa dupla farsa: de um lado porque é um verdadeiro saco de gatos que conseguiu "unir" desde Franco

Montoro até Orestes Quécia. De outro lado porque, não contando com nenhuma proposta de efetiva mobilização popular (nem seria isso possível numa frente tão ampla e desconjugada como essa), a palavra de ordem "unidade contra a extinção" não tinha muitos meios de realmente se opor à extinção do MDB. O fato de ter sido vitoriosa na convenção do MDB não influi em nada quanto a isso, já que a própria convenção foi um fato politicamente isolado, sem qualquer repercussão. Na verdade a "unidade contra a extinção" visava juntar o máximo de forças para estar dentro da reorganização partidária do regime, sem grandes preocupações em relacionar isso com a organização do movimento popular.

Já a chapa "Unidade Popular" partia de um pressuposto diferente: o de que o MDB está falido não pela

reforma do regime, mas por sua própria composição. Esta chapa procurava assim marcar posição quanto à necessidade de se organizar um partido que venha de baixo para cima, que expresse a unificação dos movimentos populares. Não se definia entretanto quanto à forma concreta de realizar essa tarefa.

Em todo o caso a experiência do MDB, ao longo da sua sinuosa história, sempre trouxe algum proveito: o de mostrar que não adianta "unir" em abstrato todas as "oposições". Ao invés de se conseguir mais torças para a luta contra o regime, conseguiu-se apenas um grande peso morto, um "pântano" onde nada se encaminha, nada se faz, entre um e outro discurso bombástico para consumo interno do parlamento.

T 1987.228

A LUTA POLÍTICA

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Diante da crescente repercussão que o MOVIMENTO pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES vem alcançando em diferentes setores da sociedade brasileira, levantando, pela primeira vez, após várias décadas de história brasileira, um debate amplo e inovador entre as bases dos movimentos populares, a sua Comissão Coordenadora Provisória julgou conveniente dar a público alguns pontos preliminares de suas posição política.

Esta declaração quer, portanto, contribuir para a ampliação desse debate e especialmente, para a organização política de todos aqueles que estão interessados em participar, democraticamente, da construção desse novo instrumento e em lutar pelo fim do atual regime ditatorial.

Portanto, declara:

1 SOBRE AS ORIGENS DO PT:

Após vários anos de resistência democrática, o fato mais novo vivido pela sociedade brasileira é a grande luta das massas trabalhadoras, nos últimos anos, pela conquista de melhores condições de vida para a população brasileira das cidades e dos campos. A prática dessas lutas — que a ditadura não conseguiu impedir — criou as condições para os primeiros passos na quebra de alguns dos mecanismos repressivos em que se apoiou o regime de 1964: o arrocho salarial e a proibição do direito de greve.

Foi com o desenvolvimento dessas lutas que surgiu a proposta do PT, pois tendo de enfrentar o peso brutal da concentração do poder do Estado, que se voltou abertamente contra os seus mais legítimos interesses, tornou-se claro para os trabalhadores que a sua luta econômica, ainda que muito importante, é insuficiente para garantir as aspirações de melhoria de vida para a maioria do povo brasileiro.

Provocando uma série de confrontos com os legítimos instrumentos de luta dos trabalhadores, como no caso das

com um projeto político próprio.

A idéia do PARTIDO DOS TRABALHADORES surgiu, com o avanço e fortalecimento desse novo e amplo movimento social, que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às Comunidades Eclesiais de Base; dos Movimentos Contra a Cereia às associações de moradores; do movimento estudantil às associações profissionais; do Movimento dos Negros ao Movimento das Mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas.

Surgiu, portanto, como a necessidade de:

— criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e, de todos os setores explorados pelo capitalismo;

— construir uma organização política dos que lutam nos mais variados movimentos sociais que são, frequentemente, divididos pelas suas próprias diferenças internas e por uma luta reivindicatória que nem sempre alcança a expressão política de que são capazes;

— e, finalmente, conquistar a política como uma atividade própria das massas populares que desejam participar, legal e legitimamente de todas as esferas de poder na sociedade, não apenas nos momentos das disputas eleitorais, mas também, principalmente, nos momentos que permitem, a partir da sua prática no dia a dia, a construção de uma nova forma de democracia, com raízes nas bases da sociedade e sustentada pelas decisões das maiorias.

Assim, o MOVIMENTO pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES pretende ser uma organização nacional de massas, formada por todos os setores interessados na transformação da atual ordem econômica, social e política. Cabe citar, a demais dos setores que atualmente o apóiam, alguns parlamentares do MDB mais comprometidos com as lutas das grandes maiorias da Nação e os

provisórias e imediatas às massas trabalhadoras, mas antes, criar as condições para uma luta de médio e largo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas. O PT luta para que todo o poder, econômico e político, venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de por fim à exploração e a opressão. Em consequência, construirá uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiadas que garantam, efetivamente, a sua direção política e o seu programa a partir das decisões das suas bases.

2 O MOVIMENTO PELO PT E OS SINDICATOS:

Tendo nascido nas lutas reivindicatórias dos trabalhadores, o projeto de constituição do PT não se confunde, entretanto, com o Movimento Sindical. Defendemos, intransigentemente, a autonomia e a independência dos sindicatos e de todos os movimentos sociais, não só em relação ao Estado, como também em relação aos partidos políticos.

Dessa forma, o MOVIMENTO pelo PT considera também que a luta por uma *Central Única dos Trabalhadores* é uma reivindicação fundamental de todos os que vivem dos seus salários, mas entende que a sua construção passa, necessariamente, pela derrubada da atual estrutura sindical atrelada ao Estado. Portanto, a CUT não pode ser o resultado de articulações de cúpula; ela se fará pela vontade e pela ação de todos os trabalhadores.

3 O PTE A "REFORMULAÇÃO PARTIDÁRIA"

A proposta do PARTIDO DOS TRABALHADORES não nasceu do projeto de "Reformulação Partidária" do Governo. Sua legitimidade vem das bases operárias e populares que se juntam na sua construção e não das leis outorgadas de cima para baixo, à margem da soberania popular.

O MOVIMENTO pelo PT

na sociedade. Não há democracia sem liberdade de organização política, e organização política é um direito de todos.

4 O MOVIMENTO PELO PTE A QUESTÃO DA FRENTE:

Repudiamos, portanto, a extinção dos atuais partidos políticos ou a criação de novos por ato de força do regime — que não consegue enfrentar politicamente os seus adversários — e defendemos a mais ampla liberdade de organização e de expressão política. Com esse objetivo, chamamos todas as forças democráticas para que organizem uma *ampla frente de massas* contra o regime ditatorial.

Julgamos, entretanto, ser indispensável preservar-se o direito de cada corrente política de se organizar independentemente e de acordo com seus princípios próprios. Este direito é, em realidade, uma condição de fortalecimento dessa frente, que, hoje, mais do que necessária, é urgente para que se possa romper o isolamento político que o regime quer impor às diferentes forças sociais e políticas de oposição. Às iniciativas divisionistas do regime, opomos o aprofundamento da organização das forças democráticas e populares. Será nesse terreno que a sua unidade poderá se redefinir, de modo a se retirar das mãos dos dirigentes do Estado as iniciativas que lhe permitem, no momento, o controle do atual período de transição.

— CONTRA A EXTINÇÃO ARBITRÁRIA DOS ATUAIS PARTIDOS POLÍTICOS E PELA MAIS AMPLA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E PARTIDÁRIA.

— CONTRA A POLÍTICA SALARIAL DO GOVERNO E PELA CONTRATAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.

— POR UM SALÁRIO MÍNIMO REAL NACIONAL UNIFICADO.

— ESTABILIDADE NO EMPREGO.

— LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL

ANISTIA: UMA LUTA QUE CONTINUA

As lutas contra o projeto de anistia parcial do governo e pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, ganharam as praças, as ruas, os bairros, as fábricas. Contribuíram decisivamente para desgastar ainda mais o regime militar. Contribuíram para impedir que o governo Figueiredo transformasse seu projeto de anistia parcial numa vitória política. E contribuíram também para que se desse mais um passo à frente a favor da unificação das lutas populares, na luta política contra a ditadura.

Apesar de todos esses saldos, com a aprovação do projeto do governo temia-se que esse importante movimento unitário viesse a perder fôlego e não mais contasse com a simpatia e apoio de diversos setores do movimento popular.

Mas nestas lutas, os CBAs se fortaleceram e a força do Movimento pela Anistia, conseguiu arrastar ou neutralizar setores atrasados ou vacilantes, pois até o MDB foi obrigado a se pronunciar no Congresso pela Anistia Ampla e na votação da emenda que na prática poderia garantir essa medida, houve uma diferença muito pequena de votos a favor do governo. A força conquistada e o próprio avanço da organização de núcleos de anistia em bairros e setores populares se mantem de pé e é com base nisso que se prepara agora a realização do 2º Congresso da Anistia, marcado para Salvador, nos dias 15, 16, 17 e 18 de novembro, com o objetivo de traçar as metas de prosseguimento dessa luta.

Não faltam aqueles que pretendem dar um caráter festivo ao Congresso, querendo com isso expressar o encerramento de uma luta. Mais que uma festa pela alegria da volta de muitos companheiros, esse Congresso é um marco que representa a nova qualidade da luta pela Anistia hoje.

Pois se a anistia parcial já representa uma vitória das lutas populares, ninguém se esqueceu de que ela integra o projeto mais amplo de reformas da ditadura, que visa simplesmente aprimorar a forma de poder e o regime político dominante.



com tanta truculência que já causou a morte de operários. Isso tudo demonstra o quanto está por se fazer para que a anistia de fato atenda não só aqueles que no passado foram presos ou enquadrados em lei de exceção, mas que atenda aos que hoje lutam e aos que agora são vítimas principais da violência da polícia comum ou das ações repressivas e medidas dos patrões contra as justas lutas dos trabalhadores. Para isso é importante a organização nos bairros populares de núcleos de fiscalização, agitação e mobilização contra as violências da polícia comum, contra as intervenções nos sindicatos, contra a repressão aos movimentos grevistas, contra a prisão de sindicalistas e trabalhadores em greve.

O CBA E A QUESTÃO PARTIDÁRIA

Outra questão que se coloca hoje na ordem do dia, em continuidade aos planos de reforma da ditadura é a rearticulação partidária. E também frente a essa questão o CBA não pode se omitir. Como não poderia deixar de ser, também essa medida do governo não está voltada para as classes trabalhadoras e o povo, que continuarão sem sua plena liberdade de organização política.

Ao CBA cabe encampar a luta contra a forma arbitrária com que a ditadura pretende se desvencilhar dos partidos que ela mesma criou e manteve enquanto lhe foram úteis. Contra essa reforma partidária que

instrumentos de luta dos trabalhadores, como no caso das intervenções sindicais, a ação repressiva do Estado provocou o impasse e levou a que grandes massas de trabalhadores percebessem a necessidade de intervir organizadamente na sociedade, em condições próprias e

comprometidos com as lutas das grandes maiorias da Nação e os setores da Igreja mais comprometidos com a libertação social.

O MOVIMENTO pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES não deseja, portanto, apenas propor soluções

de cima para baixo, a margem da soberania popular.

O MOVIMENTO pelo PT reivindica, no entanto, o direito democrático de se constituir como partido legal e considera, por isso mesmo, indispensável que esta legalidade seja estendida a todas as correntes de pensamento existentes

LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL — PELO DIREITO DE GREVE — POR UMA ANISTIA QUE ATINJA A TODOS OS PERSEGUIDOS DO REGIME.

São Bernardo, 13 de outubro de 1979

CARTA DE PRINCÍPIOS

1 A sociedade brasileira vive hoje uma conjuntura política altamente contraditória, e, sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo prazo.

Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas material e politicamente em nosso país, e principais vítimas do regime autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida. Dentre as tendências auspiciosas, destaca-se a emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes.

Esse é, sem dúvida alguma, o elemento inovador e mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no Brasil, hoje.

Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem também perigosos riscos que podem levar as lutas populares a novas e fragorosas derrotas. Aqui, cabe destacar que o processo chamado de "abertura política" está sendo promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise.

Com a evidente exaustão de amplos setores sociais com o regime vigente no país, e com a crise econômica que abalou a estabilidade dos grupos dominantes que controlam o aparelho de Estado, os detentores do poder procuram agora, e até este momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer, pretendem reformar alguns aspectos do regime mantendo o controle do Estado, afim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico que só a eles interessa e que se baseia sobretudo na super-exploração das massas trabalhadoras, através do modelo econômico de onde sobressai o arrocho salarial.

O que significa estado de direito com salvaguardas? O que pretendem com anistia restrita? O que visam com a proclamação da reforma da CLT e da lei de greve ardidamente secretamente? Qual o sentido da diminuição das penas previstas na Lei de Segurança Nacional e a preservação do espírito que informa essa mesma Lei?

Já está demais evidente que o novo governo militar pretende manter a continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria, material e a opressão política sobre a população trabalhadora tenderão a se manter e aprofundar.

Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos opositores, com vistas a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, expressem organizadamente a sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os "de cima", incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos "de baixo", as massas trabalhadoras do campo e da cidade.

2 Estas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Também pretendem ignorar a existência entre seus quadros de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares.

Isto, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o MDB - partido de exclusiva atuação parlamentar - impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular.

O MDB, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e pedes, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis, e onde logicamente prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de "tomar de assalto" o MDB é muito mais que insensata; é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

Aglomerado de composição altamente heterogênea, e sob controle e direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. Está na memória dos trabalhadores a conduta vacilante de parcelas significativas de seus quadros quando da votação da emenda Accioly e da lei antigreve e de outras medidas de interesse dos trabalhadores.

Apegado a uma crítica formalista e juridicista do regime autoritário, o MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam de fato nos interesses das massas trabalhadoras.

Amplos setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população têm afirmado que "não souo a hora" de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora de extração social privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a "frente das oposições" se mantenha às custas do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva. Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva frente de luta dos verdadeiros democratas. O P.T. considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do país e na luta contra o domínio do capital monopolista, unifiquem sua ação, estabelecendo Frentes Interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional.



3 O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente que tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do estado em geral como molas mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais à sua função de atendimento das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores que sabem a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

O P.T. entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem o nosso povo, e pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação - tão comuns na história brasileira. Por isso, o P.T. proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável são as massas exploradas do campo e das cidades.

O P.T. entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o P.T. proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão à seu objetivo maior que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

O P.T. não surge para dividir o Movimento Sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política uni-

tária e independente na sociedade. E é nessa medida que o P.T. torna-se inevitavelmente um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical.

O P.T. proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela Independência Política destes mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o Governo dos Trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta.

Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o P.T. se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país.

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo sobretudo as manipulações próprias do regime-pré-64, o P.T. recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradas. Vale dizer, O PARTIDO DOS TRABALHADORES É UM PARTIDO SEM PATRÕES!

As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que hoje sejam anunciadas, "sem erros do passado" ou "de baixo para cima", não passam de propostas de arremetimento dos trabalhadores para defesa de interesses de "setores do empresariado nacional". Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido político apelando para sua própria clientela nada temos a opor, porém, denunciemos suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos demagógicos, e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos.

O P.T. não pretende criar o nacionalismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se programaticamente como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.

O P.T. define-se também como parti-

do das massas populares, unindo ao lado dos operários, vanguarda de toda população explorada, todos os outros trabalhadores - bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes, etc. - que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas, e por participação política.

O P.T. afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo.

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática, tem que ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o P.T. se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressalvando apenas que as inscrições serão individuais.

Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência das massas; que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o P.T. irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma a que se integrem nas discussões:

- lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido;
- todos os militantes, trazendo inclusive para o interior do debate partidário, proposições de quaisquer setores organizados da sociedade, e que se considere relevantes com base nos objetivos do P.T.

O P.T. declara-se comprometido e empenhado com a tarefa de colocar os interesses populares na cena política, e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o P.T. dos Trabalhadores pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões.

O P.T. manifesta alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo.

forma de poder e o regime político dominante.

O governo que caminha para uma redemocratização, conservando o máximo de ditadura militar, se não mais tortura e mata presos políticos como fazia antes, por outro lado não abre mão do seu aparato repressivo e parte com tudo para reprimir o movimento de massas que se organiza.

É deste ponto de vista que o movimento pela anistia continua:

Opondo à anistia parcial o prosseguimento de campanhas de esclarecimento público dos casos dos desaparecidos, de liberdade para os presos e perseguidos não anistiados pelo governo, de reintegração imediata de operários, camponeses, professores, soldados e outros aos cargos de que foram demitidos, supressão da LSN, prisão e julgamento popular dos torturadores e responsáveis pelos crimes da ditadura, desmantelamento dos órgãos de repressão política.

Avançando na sua ligação com as classes trabalhadoras. Nos bairros pobres, sob o pretexto de combate ao crime, a polícia comete as maiores arbitrariedades contra mulheres, crianças e trabalhadores. Nos movimentos grevistas, sindicatos são ocupados, suas diretorias cassadas, centenas de trabalhadores são presos, milhares são despedidos. A polícia ataca grevistas e manifestações de massa

dos partidos que ela mesma criou e mateve enquanto lhe foram úteis. Contra essa reforma partidária que possibilita apenas maior liberdade para os partidos burgueses se organizarem, enquanto mantém os trabalhadores debaixo da violência, da repressão, das leis que tentam impedi-los de se manifestarem independentemente.

Na luta pela liberdade de organização partidária, cabe ao CBA, enquanto movimento político unitário, não o posicionamento por um partido ou outro, que venha a se organizar, mas sim a defesa da ampla liberdade de organização política aos trabalhadores, da liberdade aos partidos operários e populares. Bem como, aprofundando a luta pela anistia, no que diz respeito à reintegração à vida política dos banidos, dos cassados, dos exilados, dos presos, a defesa intransigente das organizações revolucionárias hoje clandestinas, e da luta pela sua legalização.

Continuar e fortalecer a luta pela anistia hoje, é avançar na luta contra a ditadura e suas reformas. Que o Congresso de Salvador seja um vigoroso não à política de conciliação de classes dos que se contentam em seguir as reformas do regime ajudando os donos do poder a construir uma nova forma de dominação sobre a maioria do povo.

EM MINAS

Com objetivo de fortalecer a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e também preparar para o 2º Congresso da Anistia, o CRA—MG comemorando um ano de luta agora no dia 26, convida todos aqueles que lutam pela anistia para participarem de uma programação a ser realizada no salão nobre da Faculdade de Direito da UFMG, contando com a participação de ex-exilados, banidos e presos políticos, entre eles, Manoel da Conceição,

Vladimir Palmeira, Elza Monerat.

Programação:

- dia 25: Homenagem aos mortos e desaparecidos políticos
- 26: Debate sobre Anistia com os convidados
- 27: Debate sobre Anistia e Novos Partidos
- 28: SHOW com os mineiros Celso Adolfo, Naquele Tempo, Tadeu e Paulinho Moraes (SP), para arrecadação de fundos.

ELA É BRASILEIRA. ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

O GOVERNO BRASILEIRO E CADA UM DE NÓS É RESPONSÁVEL.

LIBERDADE PARA FLÁVIA



Este anúncio será publicado por este jornal até o dia da libertação de Flávia. C.B.A.

SECUNDARISTAS ORGANIZAM O 1º ENCONTRO NACIONAL

Nos dias 3 e 4 de novembro vai se realizar, em Belo Horizonte, o 1º Encontro Nacional de Estudantes Secundaristas. A convocação deste encontro é de iniciativa da União Municipal dos Estudantes Secundários de Belo Horizonte, de acordo com as deliberações da 1ª Reunião Nacional, realizada no primeiro semestre deste ano. Já confirmaram a presença de estudantes e entidades secundaristas de estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul e Pará; além de várias cidades do interior de Minas Gerais e colégios da grande BH.

COMPANHEIRO ouviu a diretoria da UMES-BH, sobre como anda o Movimento Secundarista (MS) e a preparação do Encontro:

O que vocês têm feito na UMES-BH?

Como a participação dos estudantes era pequena, começamos nosso trabalho com poucos companheiros, o que fez com que as eleições se realizassem precariamente. Começamos a desenvolver e fortalecer os trabalhos que existiam em algumas escolas, incentivar a criação de jornais e Grêmios Livres e, nas escolas onde era possível, participar das eleições dos Centros Cívicos com o objetivo de torná-los independentes. Entretanto, o movimento se fortaleceu mesmo, a partir da greve dos professores. Na primeira Assembléia, levamos nosso apoio, cedendo nossa sede para o Comando Geral de Greve-CGG e passamos a distribuir notas e percorrer as escolas, esclarecendo aos estudantes sobre a greve e propondo a formação de comitês de apoio. Eles foram de uma importância vital para a paralisação das aulas em algumas escolas, como o Estadual Central, D. Cabral, Instituto de Educação etc. A partir daí, os secundaristas assumem outro papel muito importante, que foi a participação em Ato Público e na organização do fundo de greve.

Acabada a greve dos professores, houve várias mobilizações contra o repasse e pela reposição das aulas. No Colégio D. Cabral houve assembleias e paralisações parciais

quando 60 alunos foram ameaçados de expulsão. Na semana passada, conseguimos mais uma importante vitória, quando os estudantes do Colégio Fernão Dias barraram um aumento de 20%, depois de três dias de greve. E agora, com a proximidade das eleições da UMES-BH, organizamos uma chapa, agora muito mais forte, que é a chapa ORGANIZANDO.

Como os estudantes estão recebendo a UMES?

Com o trabalho desenvolvido este ano, a UME está conquistando os estudantes, que passaram a nos procurar quando têm algum problema, ou mesmo para discutir sua organização. E, com o apoio que demos aos professores, conquistamos seu respeito, assim como entre os comerciantes, funcionários públicos e enfermeiros. Cedemos nossa sede para suas reuniões e apoiamos suas lutas como podíamos. Isso tudo ajudou no fortalecimento da UMES, não só entre os estudantes, como também junto à população.

O que vocês esperam deste Encontro Nacional?

Entendemos que este Encontro é muito importante para o MS nacional. Nele vamos preparar a nossa atuação para o ano que vem e tirar uma política para o movimento, porque é nas lutas que travamos hoje; é no 1º ENES, onde estaremos discutindo e organizando o movimento, que iremos preparar o futuro do MS e a reconstrução da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), fortalecendo o nosso trabalho de base.

Quais as principais lutas que os secundaristas pretendem encaminhar a nível nacional?

O passe escolar para todos os estudantes é uma importante luta a ser travada, pois ela está ligada à luta pelo Ensino Público e Gratuito e ao aumento constante do custo de vida. O passe escolar diminui os gastos dos estudantes com o ensino. Lutar também por mais vagas nas Universidades, contra o autoritarismo nas escolas e pela liberdade de organização e manifestação para os estudantes secundaristas.

DIA DO PROFESSOR

A AULA FOI NAS RUAS

Os professores de 1.º e 2.º grau que nos dois últimos anos fizeram greve em 11 Estados haviam prometido no I Encontro Nacional realizado em 28 e 29 de julho, um dia diferente para o dia 15 de outubro, dia do professor. E de fato foi. Ao invés de salgadinhos, refrigerantes ou comemorações esportivas foram para a rua e transformaram o seu dia num dia de luta por um ensino público e gratuito, pela reintegração às atividades docentes e discentes, de todos os alunos punidos por atos de excessão, contra as intervenções nas entidades e por melhores condições de ensino e trabalho nas escolas públicas e particulares.

Essa foi a primeira vez que tal fato ocorreu nas comemorações do dia do professor.

Em São Paulo, a mobilização não se limitou ao dia 15 de outubro. Desde o dia 9 os professores já se mobilizavam nos bairros com cartazes e megafones e mesmo com grupos de teatro denunciando as péssimas condições de ensino e a política do governo de rebaixamento dos salários.

Mas no dia 15 de outubro, desde cedo, os professores buscaram o contato direto com a população. Na Praça do Teatro Municipal, convidavam os populares a se manifestarem. O megafone corria de mão e mão depois que o professor Paulo Fratesqui berrou: "e o senhor aí; o que tem feito para melhorar a situação nas nossas escolas?" Ao mesmo tempo espalharam grandes folhas de papel pelos calçadões, convidando a população a opinar sobre o ensino. Crianças, pais e mães deixaram seu protesto por escrito. Um menino escreveu:

"chega de fubá e cebolinha que dizem que é a nossa merenda". Um pai: "desculpe os erros de português, mas daqui um tempo nem com erros nossos filhos vão escrever".

No Rio de Janeiro, o encerramento da Semana



também terminou em passeata. Cerca de 400 professores protestaram no centro da cidade contra o não atendimento às suas reivindicações, contra o ensino pago, e exigindo a suspensão da intervenção no Centro Estadual dos Professores (CEP) — entidade que foi dissolvida por decreto presidencial.

Na caminhada, os professores convocaram a população para um ato público no próximo dia 24, contra as intervenções do governo não só no CEP mas também no Sindicato dos Bancários.

No dia 28 de outubro, os professores cariocas, ignorando a ocupação de sua sede, realizaram as eleições para a diretoria do CEP, reafirmando assim sua confiança nas formas de organização conquistadas nas greves, e a legitimidade que alcançaram nas lutas.

Em Belo Horizonte, uma pesada chuva impediu a

passeata que estava proibida pelo Secretário da Segurança. Mesmo assim, cerca de 200 professores dirigiram-se para o Palácio dos Despachos e entregaram ao secretário do governo um memorial com mais de 15 mil assinaturas solicitando a efetivação de 73 mil professores contratados e um novo estudo no orçamento para a educação, já encaminhado à Assembléia Legislativa para sua aprovação. O ato público foi feito no próprio palácio, onde reafirmaram sua disposição de luta e a necessidade de construir uma unidade a nível nacional para enfrentarem os problemas que não são só de Minas, mas de todos os estados. (veja entrevista com Luis Soares, nesta página).

Em Belem do Pará, a manifestação do dia 15 contou com 5 mil professores. Depois do ato público, quando os professores já se dispersavam, um policial se aproximou da presidente da Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA) e sem que ninguém

percebesse empurrou-a para dentro de um carro. Presa, ela começou a gritar para os companheiros, sendo então jogada para o chão do carro.

Os policiais sentaram-se em cima dela e a levaram para o DOPS. Os professores imediatamente se reorganizaram e foram exigir a sua libertação. Horas mais tarde, depois de tachada de subversiva, foi libertada e voltou novamente à praça pública onde denunciou a violência policial.

A mobilização nos vários estados do país mostrou a disposição de luta dos professores, a sua negação às festividades escolares, a sua busca de aproximação com a população e o potencial de unidade a nível nacional trazido pelo I Encontro. Agora, os professores pretendem dar toda a força para o II Encontro Nacional, em fevereiro de 1980, quando pretendem a unificação da campanha salarial em todo país.

houve várias mobilizações contra o repasse e pela reposição das aulas. No Colégio D. Cabral houve assembleias e paralisações parciais

autoritarismo nas escolas e pela liberdade de organização e manifestação para os estudantes secundaristas.

erros nossos filhos vão escrever".

No Rio de Janeiro, o encerramento da Semana

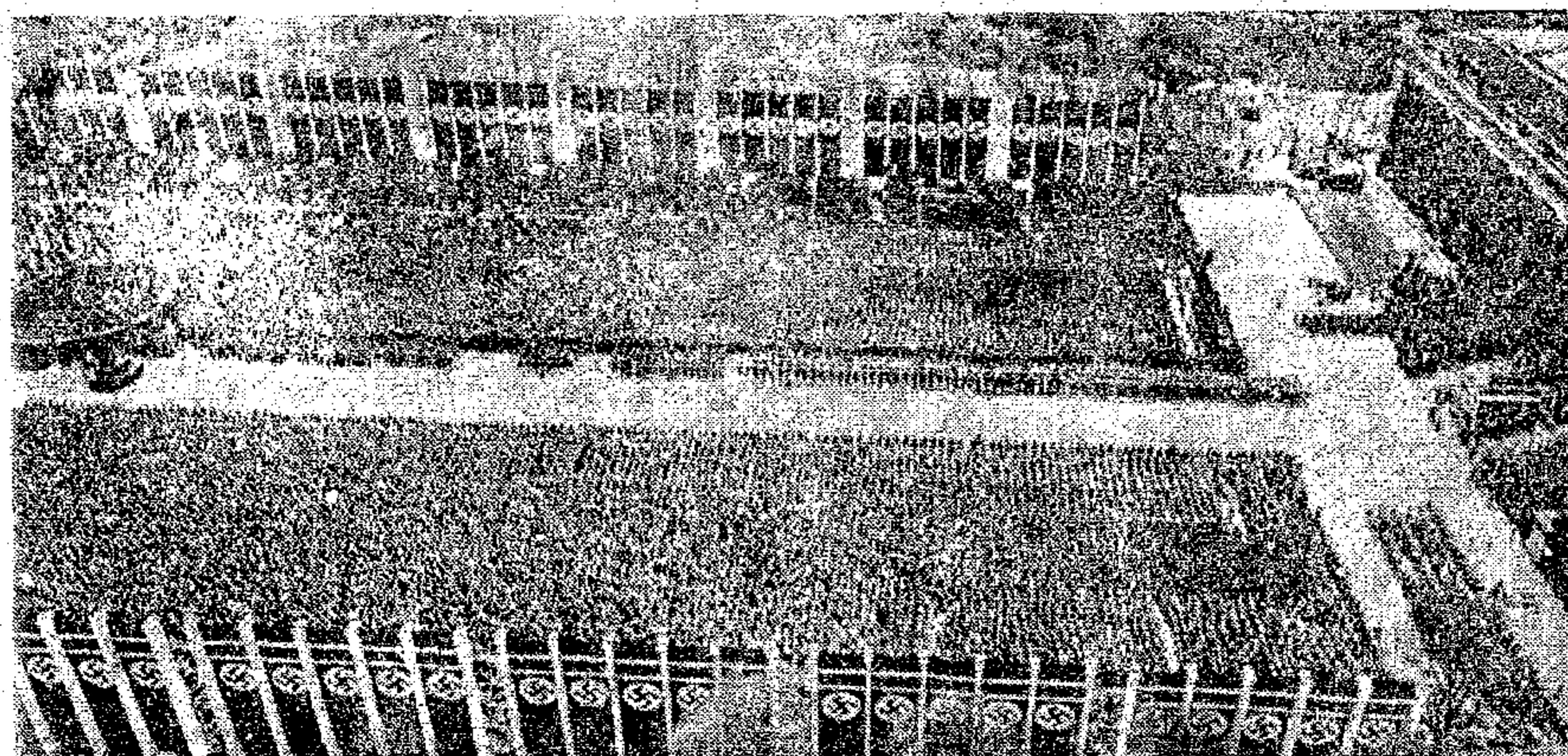
organização conquistada greves, e a legitimidade que alcançaram nas lutas.

Em Belo Horizonte, uma pesada chuva impediu a

professores já se dispersaram, um policial se aproximou da presidente da Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA) e sem que ninguém

teja a força para o Encontro Nacional, em fevereiro de 1980, quando pretendem a unificação da campanha salarial em todo país.

OVO DA SERPENTE: SALVE-SE QUEM PUDER?



Ingmar Bergman, cineasta sueco, é frequentemente acusado por setores progressistas de realizar obras "individualistas", "existencialistas"; isto é, filmes cuja característica seria a ausência de "preocupações sociais". Entretanto, sua penúltima realização "O Ovo da Serpente" (1978), atualmente em exibição em São Paulo e Rio, possui um tema eminentemente político-social: a Alemanha nos primeiros dias de novembro de 1923, às voltas com uma inflação estonteante (um maço de cigarro custando 4 bilhões de marcos), desemprego em massa, ascensão do anti-semitismo, tentativa de golpe de Estado por parte de Hitler.

O tom do filme pode ser percebido pelas palavras do narrador na cena inicial: "o alemão médio não tem mais confiança no presente, nem no futuro; ele compartilha de um temor difuso, próximo à loucura." Este clima próximo à loucura é construído passo a passo, com imenso brilhantismo, até explodir de maneira absoluta no final, nas sequências em que Abel (David Carradine), ex-trapezista americano, assiste aos filmes das experiências de controle de comportamento humano efetuadas pelo médico Hans Vergerus, que levaram seu irmão Max ao suicídio. Neste ponto a platéia se rende à maestria demonstrada em todos os seus filmes, com que Bergman trabalha as emoções humanas. O espectador sai da sala de projeção com as pernas bambas, totalmente absorvido pelo clima aterrorizante do "Ovo da Serpente": o nazismo está em toda parte, o nazismo é inevitável. "Será mesmo?"

A ALEMANHA DENTRO DO OVO: FATALISMO

Normalmente ao se assistir um filme que trate da época imediatamente anterior à tomada do poder por Hitler, é um pouco difícil não ficarmos ofuscados pelas imagens do nazismo; tal a quantidade de produções cinematográficas que se referem ao nazismo, ainda que boa parte seja apenas pretexto para a "heroificação" da participação americana na Segunda Guerra. E Bergman ao invés de se contrapor a esta tendência, mostrando as especificidades históricas do período pré-hitler, prende o público num círculo vicioso; a impressão que se tem é a de que o período pré-nazista já era nazista.

Cenas associáveis ao nazismo são uma constante: imensas filas desde a madrugada para a compra de alimentos, a tentativa de fuga da polícia e o espacamento sofrido por Abel, a destruição do Cabaret onde trabalhava Manuela (Liv Ullmann) ex-mulher de Max; a violência contra os judeus, a passagem de tropas militares durante a madrugada, as experiências com seres humanos: "como num ovo de serpente, através da fina casca já se percebe nitidamente o réptil".

Entretanto, a imagem mais adequada para a concepção fatalista do processo histórico que Bergman possui, é a de que a Alemanha estaria assistindo o nascimento da serpente de dentro do próprio ovo; assistindo de maneira totalmente passiva, estando todos dominados pelo medo, desde a velhinha doente de quem Manuela era inquilina até o inspetor da polícia. E quem na verdade parece assistir o nascimento da serpente fora do ovo, protegido pela casca ainda que fina, é o próprio Bergman que teve a idéia de fazer o filme a partir de lembranças de suas idas a Alemanha, entre 1936-39 na adolescência. Para o povo alemão não havia saída, já estavam frente a frente com o monstro, tampouco há para o espectador que é jogado para dentro do ovo pela técnica cinematográfica do cineasta sueco.

Se Bergman não mostra a existência de resistência e revolta contra o surgimento dos nazi-fascistas, isto não quer dizer que elas não tenham ocorrido e que a vitória do nazismo era inevitável. Não obstante a Classe Operária tivesse sofrido uma grande derrota com o esmagamento da Revolução Espartaquista em 1919, a penetração de idéias socialistas-revolucionárias permanecia grande, tanto é que em 1930 o P. C. alemão teve uma votação bastante expressiva, só sendo afogado em sangue devido à sua política aventureira de colocar a Social-Democracia, e não o fascismo, como o inimigo principal da Classe Operária; esquecendo-se da importante base operária da Social-Democracia, devidendo o operariado, ao invés de praticar o princípio da unidade na ação, enfim, permitindo que a Classe Operária fosse presa fácil do Terror Nazista.

Luiz Augusto

LUIZ SOARES (UTE-MG)

EFETIVAÇÃO IMEDIATA DOS PROFESSORES

Após as greves, umas vitoriosas outras não, continuam os professores, nos vários estados, encaminhando suas lutas específicas e buscando fortalecer e ampliar sua organização para novos combates. Logo após a manifestação do dia dos professores, em Belo Horizonte, COMPANHEIRO entrevistou Luiz Soares, diretor da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE-MG), que falou sobre estas questões.

Qual foi a conversa de vocês com o secretário do governador?

Entregamos um abaixo-assinado, em defesa da efetivação dos atuais professores contratados na rede escolar. Aproveitamos também para advertir que dificilmente, com a dotação orçamentária que está na assembleia, os professores e alunos de Minas vão ter condições para um relacionamento harmonioso com o poder público, no ano de 1980, e deixar de ser incisivos nas nossas reivindicações e na defesa dos interesses da educação. Os professores desse estado e todo o pessoal do magistério e todos os trabalhadores de ensino de Minas, consideram insuficiente o total orçamentário previsto para a educação.

Qual seria, em termos numéricos, o orçamento para a educação em 80?

Me parece que são 8% do

sofrer necessariamente uma expansão, o que levará a piorar ainda mais as condições de ensino em relação ao ano anterior.

E como você viu esse contato com o secretário do governo?

Eu vi como um contato mais ou menos tradicional nesse sentido. O secretário remeteu a solução dos problemas à secretaria, de onde o problema foi remetido para o governador, ou deve ser remetido.

Você quer dizer o jogo de empurra?

Mais ou menos. Talvez o secretário não tivesse nesse momento, hoje condições de dizer vão ser efetivados tantos mil professores, de tal grau. Mas eu acredito que ele tivesse condições de dizer pelo menos se a solução vai ser por efetivação, como nós estamos reivindicando desde o início da nossa luta. Nunca entramos em entendimento a favor de concurso público, caso em que a indignação do magistério pode levar a níveis incontroláveis e inaceitáveis.

Quando hoje vocês tiveram com o secretário de segurança, para discutir o passeio pela educação, ele fez uma previsão dizendo que, ele não jogaria água, mas que São Pedro estaria do lado dele. Que comentários você faria sobre essa declaração?

O Coronel Armando Amaral, possivelmente avaliando que seria junto à opinião pública uma medida

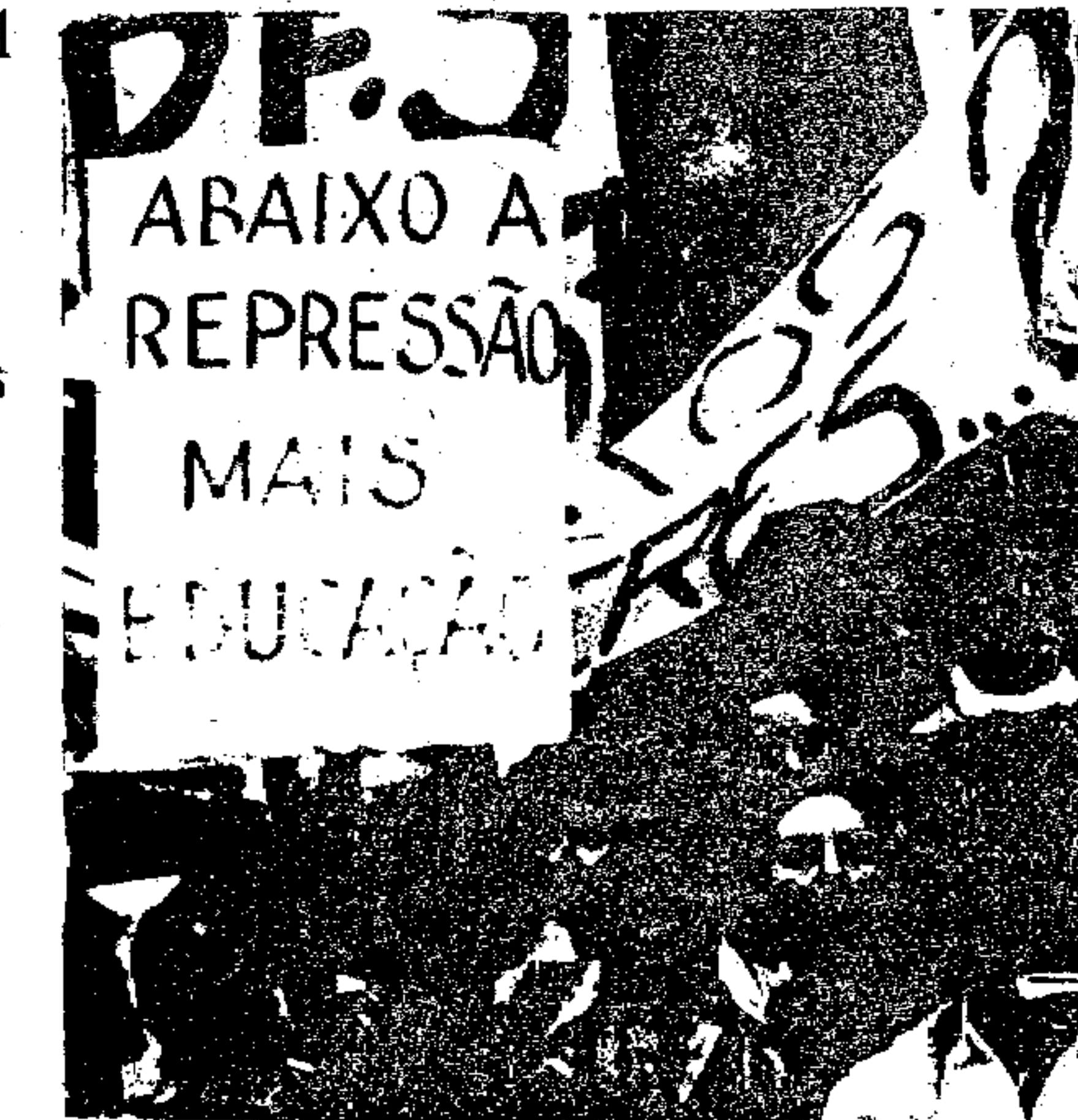
extremamente arbitrária e irracional agredir professores numa orçamento total, mas não sei informar o que significa isso em números reais. O orçamento mantém os mesmos índices previstos para o ano passado, o que significa um decréscimo de recursos porque o sistema de ensino nesse período vai manifestação pacífica, apelou então para a ajuda da natureza. A forte chuva que caiu no momento marcado para a manifestação, veio impedir o que havíamos programado.

Luiz, como está o movimento dos professores nas cidades do interior?

O movimento no interior está bom se a gente considerar que os professores estão repondo quase 40 dias de greve e que um período letivo é diferente de um período de greve, pois já conseguimos organizar 28 sedes no interior, coisa que nenhuma associação do magistério em Minas jamais teve. E que até o final do ano teremos entre 80 a 100 sedes municipais do nosso organismo.

A UTE sofreu há pouco tempo uma repressão, quando alguns dos seus membros foram presos. A repressão ainda continua atuando contra vocês?

Que eu saiba, fora as prisões de tres professores (segundo o governo, não por problemas ligados à luta do magistério, também não deram as



razões) não houve repressão direta, mas continua havendo a repressão do sistema de ensino sobre o professor.

Em termos da categoria e da sua organização, como ela vai se colocar no caso de um impasse nas suas reivindicações?

Eu acho pouco possível que haja esse problema de impasse, nessa situação. Ou o governo adota uma medida impopular, contrária aos interesses do magistério e, nesse caso, a gente vai ter que tomar uma medida drástica de repúdio, denúncia e combate ao governo ou ele adota a medida que estamos propondo, no caso, efetivação imediata de todos os professores e uma alteração no orçamento proposto para a educação no ano de 1980.

Assine Brasil Mulher, o «nativo» da mulher trabalhadora. Com seu apoio este jornal vai ficar melhor ainda. A imprensa independente depende de vocês: colabore!

Nome: Profissão:

Endereço:

CEP: Cidade: Estado:

Observações:

Basta enviar um cheque nominal ou vale postal endereçado à Sociedade Brasil Mulher: Rua Fidalga, 548, sala 16, Vila Madalena, São Paulo (SP)

Assinatura anual: Cr\$ 100,00, semestral: Cr\$ 50,00
Apoio: Cr\$ 200,00
Exterior: assinatura semestral US\$ 8.00
anual US\$ 15.00

Leia em especial: CONTRIBUIÇÃO A HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA 1960 - 1979

ASSINE

EM TEMPO:



Nome Profissão:

Endereço: Bairro:

Cidade: Estado: CEP:

Estou enviando o cheque nº do Banco:

Aproveito a oportunidade, desejo receber gratuitamente os números anteriores da série sobre a esquerda brasileira.

Por uma assinatura: ANUAL Cr\$ 800,00 US\$ 120,00

Rua Mateus Grou 57, Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05415 - Fones: 853-6680 - 280-4759

AT 19.87.228

GOLPE MANTÉM A TIRANIA

Um golpe militar derrubou o governo do General Romero. O grupo de militares que assume o poder suspende todas as já reduzidas garantias constitucionais, decretando estado de sítio, o fechamento do congresso, toque de recolher, etc. Como medidas militares desencadeiam a ocupação de todo o país, invadem as fábricas ocupadas pelos operários em greve, assassinando e prendendo. Ao mesmo tempo os golpistas se dizem "revolucionários e democratas moderados", falam em anistia e eleições livres para "logo que seja possível". De imediato, receberam o reconhecimento e satisfação dos EUA, bem como o apoio do Arcebispo de São Salvador, Monsenhor Oscar Romero, que vinha até então se dizendo franco opositor do regime deposto.

O golpe militar ou como denunciou o Bloco Popular Revolucionário — BPR "apenas um auto-golpe de estado onde a tirania continua como antes" foi para onde convergiram os interesses da oligarquia dominante (treze famílias donas da agricultura, do comércio e da indústria) e do imperialismo Norte-Americano. Ele vem da séria ameaça imposta ao regime dominante pelo crescente descontentamento popular. As fórmulas de "abertura" propostas por Romero e Carter não davam em nada. A crise econômica em que o país se precipitou e o objetivo da

burguesia em fazer com que os trabalhadores arcassem com as consequências não se conciliavam com as vazias demagogias propagandeadas (o desemprego no país atinge 56% da população economicamente ativa, que vive em condições de sub-emprego). Sem falar do pretenso respeito aos direitos humanos contrastando com as prisões, mortes e torturas praticadas pelos aparatos militares ou grupos paramilitares. Como a UGB (Unión de los Guerreros Blancos) e a ORDEN (Organización Democrática Nacional) esta última composta por

camponeses comprados com distribuição de terras pelo estado, que se encarrega das invasões de casas de camponeses queimando plantações e desaparecendo com muitos deles.

A ORGANIZAÇÃO POPULAR ISOLA O REGIME

Frente ao desgaste da ditadura militar o movimento de massas abre espaços, tanto no engrossamento dos atos de protestos como no desenvolvimento de sua organização. Formam-se organizações revolucionárias político militares, como a FPL — Forças Populares de Libertação, FARN — Forças Armadas de Resistência Nacional, ERP — Exército Revolucionário do Povo e outras.

A FPL — Farabundo Martí surge em 1971 de uma cisão do partido Comunista tendo como estratégia a luta político-militar, uma estratégia de guerra popular prolongada, onde a luta armada joga um papel fundamental. Na fase inicial da organização, existia apenas o núcleo central e ao redor seus núcleos armados. Estes tinham como função desenvolver tarefas militares e de massa. Depois desenvolvem-se grupos de apoio que eram o vínculo entre a organização e a massa, chegando com uma organização político-militar de caráter marxista-leninista, que tem como objetivo a formação do partido. Vinculado a esta se desenvolve uma Frente de massa, o BPR, a maior organização do país, aglutinando setores de massa tais como sindicatos, organizações de professores e estudantes, a federação de camponeses comitês de familiares de presos políticos e outras. A partir de 74 cresce e

passa a formar uma poderosa força que impulsiona combativamente amplos setores da população. Com esta situação, a cada dia o regime militar vai se isolando, criando um impasse, obrigando os EUA, e a Oligarquia local, que não querem que se repitam os acontecimentos da Nicarágua, a tomarem medidas.

O GOLPE COMO ÚNICA SAÍDA

Com ajuda dos EUA (do próprio embaixador) passa-se a selecionar alguns militares mais jovens, ditos progressistas. É formada uma junta com a presença de alguns civis e arma-se a farsa: a revolução sem derramamento de sangue". A camarilha parte de alguns quartéis do interior. É comunicado ao bispo que transmita a Romero que deve deixar o país. Imediatamente desencadeia-se uma ofensiva contra os movimentos populares, ao mesmo tempo que se acena com amplas reformas. A Igreja, que constitui uma força a considerável (teve vários padres mortos por grupos para militares) passa, através do arcebispo de São Salvador, a apoiar os golpistas. Mas as organizações de esquerda não se deixam levar pelos apelos "à paz e à cooperação com o governo e a deposição das armas". Vários atentados, ações armadas como protesto se sucederam ao golpe, mostrando que a situação não esta definida. Oscar Bonilla, um dos principais dirigentes do BPR, após denunciar veementemente as manobras da junta afirmou "quanto a nós nossa luta continua para instaurar um verdadeiro governo popular revolucionário com a hegemonia do proletariado".

A FPL E A REVOLUÇÃO

Publicamos alguns trechos de "Esbozo sobre las Fuerzas Populares de Libertación — Farabundo Martí (FPL)".

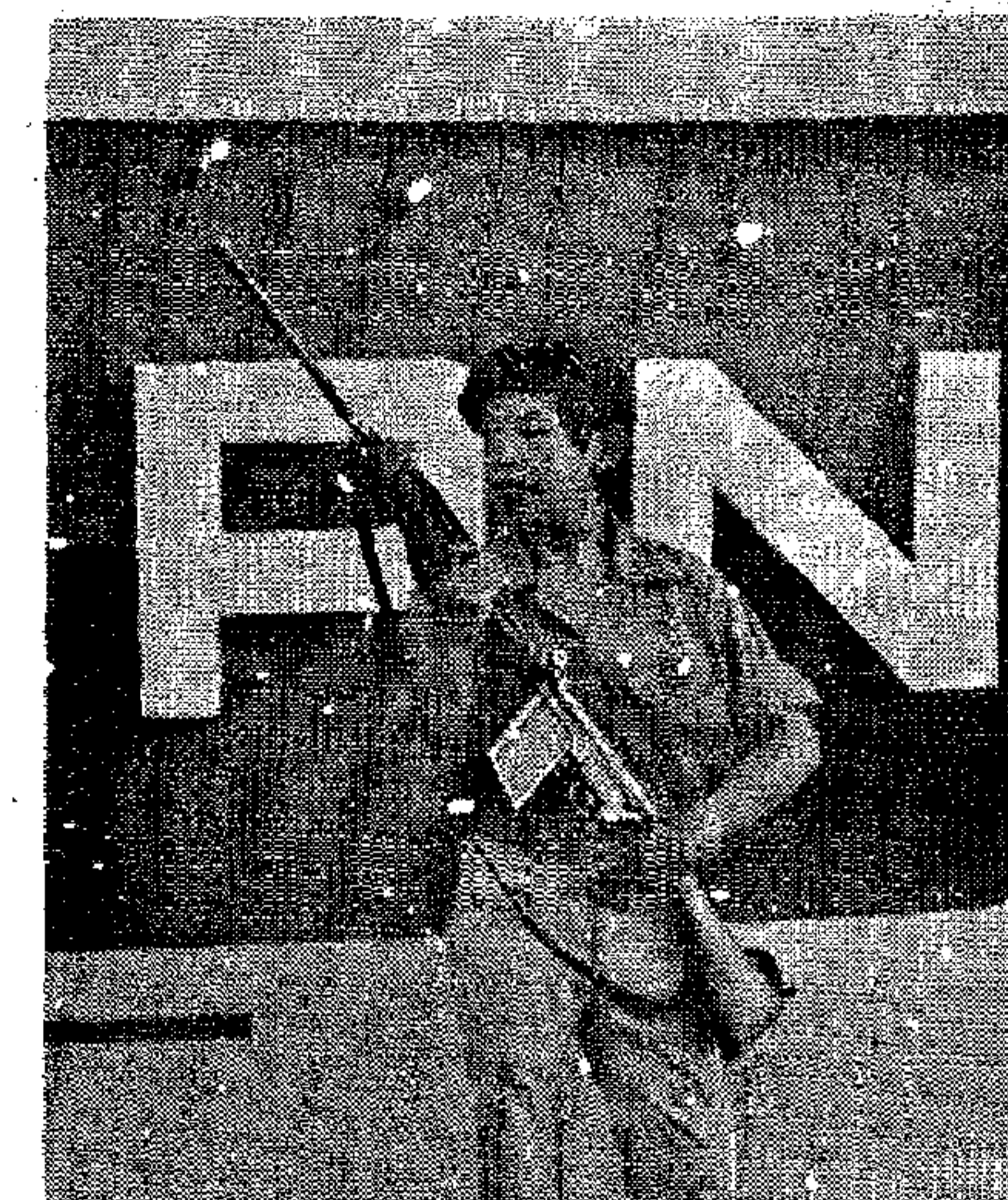
A LUTA INTEGRAL DO POVO SALVADORENHO

— Simultaneamente com o surgimento e o desenrolar da guerrilha, estava a firme convicção de que só o povo é o criador de sua própria história e o elemento decisivo em todo o processo revolucionário. A guerrilha isolada do povo é incapaz de levar ao triunfo definitivo da revolução e, portanto, é parte de todo um esforço revolucionário global.

— 1973, especialmente 1974 e os anos seguintes foram anos de grande ascenso do movimento de massas até as concepções de forma de luta revolucionária. Isto permitiu o aumento da criatividade do povo, formando suas organizações revolucionárias de massa, que impulsionaram a elevação de sua consciência política, de sua consciência política, da luta por suas reivindicações imediatas.

— Em El Salvador não estamos frente ao caso de um movimento guerrilheiro isolado do povo, mas sim enormes massas conscientizadas e dispostas a chegar ao final: o triunfo da revolução popular no socialismo.

— Enquanto isto, a burguesia local e o imperialismo Yanqui através da tirania militar e seus instrumentos armados contra-revolucionários, intensifica sua escalada repressiva num esforço para deter o avanço revolucionário popular.



A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA EM PRÁTICA.

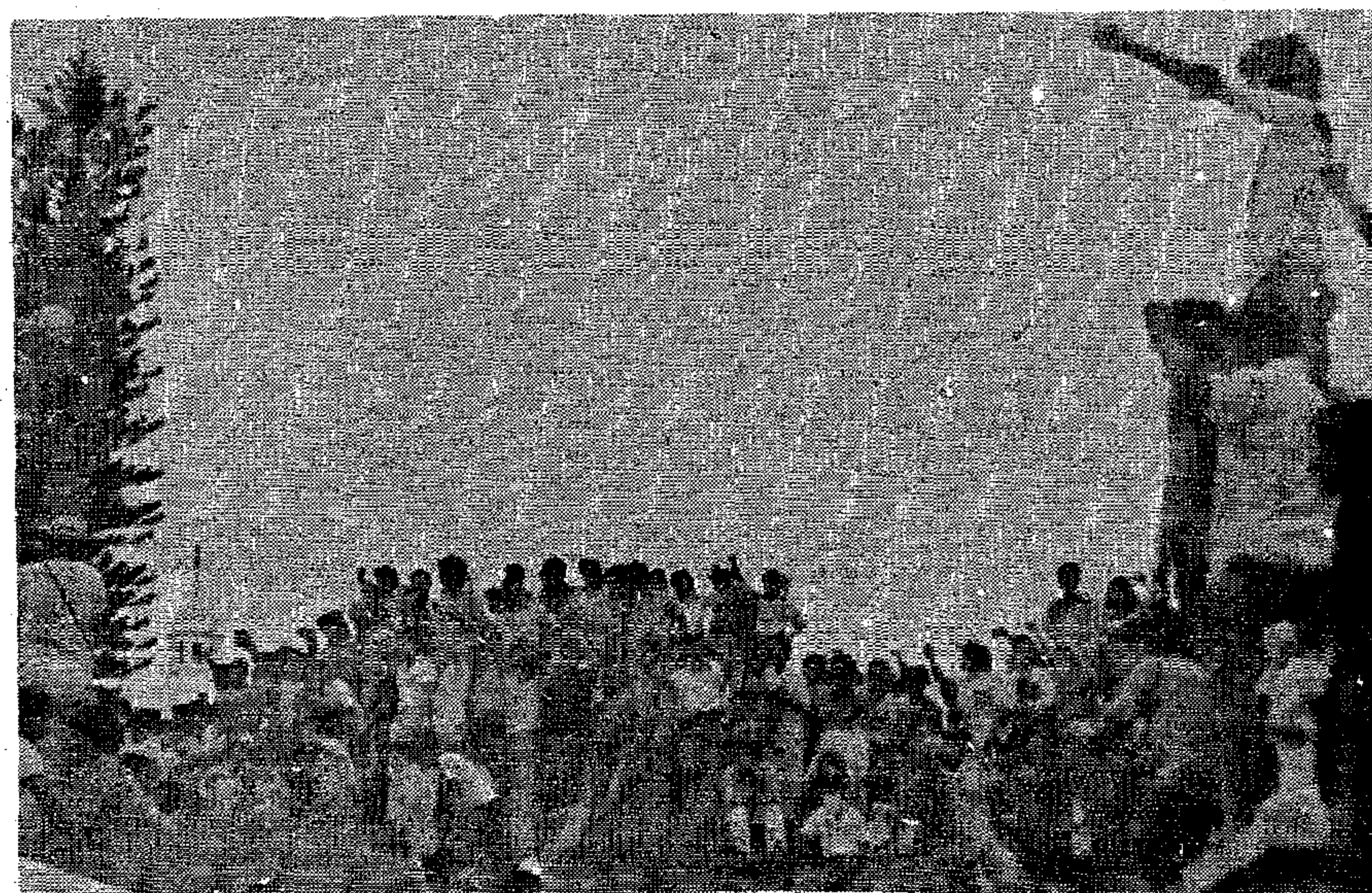
— A Estratégia Revolucionária de Guerra Prolongada é global e chega a sua completa prática através de todo um processo de aplicação.

— O grande movimento combativo das massas inicia na prática a construção da aliança operário-camponesa, pilar da grande aliança de forças revolucionárias que irá desenvolvendo-se para chegar a um governo popular revolucionário, com hegemonia proletária.

— O desenvolvimento da guerrilha urbana e suburbana projeta a formação do Exército Popular de Libertação.

— O desenvolvimento de milícias populares e o armamento das massas eleva sua violência revolucionária organizada, orientando suas insurreições parciais e gerais.

— E como síntese dialética e histórica de todo este ascendente processo, a grande projeção das FPL converte-se em partido marxista-leninista do proletariado e do resto do povo, com crescente capacidade para dirigir suas lutas no caminho do socialismo.



Manifestação popular em El Salvador

CUBA: HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO II

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 26 DE JULHO



A publicação da história recente de Cuba, tem o objetivo de retomar uma das experiências revolucionárias mais significativas do século XX e a mais importante experiência de luta da América Latina. A atualidade do tema está viva no exemplo de Nicarágua e do movimento popular em El Salvador. Além do mais, cumpre o papel de desmascarar a rede de mentiras que, no Brasil, se criou em torno da experiência do Socialismo em Cuba, pintado pela classe dominante e por seus meios de comunicação como um regime violento e arbitrário.

Continuando com a série sobre a Revolução (ver COMPANHEIRO nº 14), discutimos nesse número o começo da vida política de Fidel Castro e o assalto ao quartel de Moncada, onde ele e vários companheiros são presos.

Poucas semanas após o golpe militar desfechado em 10 de março de 1952 pelo coronel Fulgêncio Batista, um jovem advogado de 25 anos compareceu ao Tribunal de Urgência de Havana. Apresentava uma petição, provando que Batista e seus cúmplices haviam violado seis artigos do código de Defesa Social, sendo passíveis de penas de 108 anos, de prisão. O advogado, chamado Fidel Castro, exigia que os juízes cumprissem a lei.

Fidel era membro do Partido Ortodoxo, uma agremiação política de classe média, que tinha como líder Eduardo Chibás. A inspiração política deste partido vinha oficialmente de José Martí, o herói da independência cubana, e seu programa tinha como elementos essenciais a reforma econômica e social radical, assim como o nacionalismo, dentro de um marco político democrático.

Evidentemente que o Tribunal de Urgência de Havana ignorou a petição de Fidel Castro e talvez tenha sido por este motivo que Fidel compreendeu que seria impossível derrubar a ditadura através dos tribunais. "Surge a idéia de iniciar a

luta na província de Oriente, considerando para isto as tradições combativas da população, a topografia do terreno, a geografia do país, a distância da capital e da maior parte das forças repressivas que teriam de ser obrigadas a percorrer grandes trajetos para chegar ao Oriente. A ação militar estaria unida à intenção de levantar o povo numa greve geral revolucionária. Era um gérmen da idéia de tudo o que efetivamente se realizou mais tarde desde a Sierra Maestra". (1).

Em meados de 1953, Castro já era o centro de um grupo cujo objetivo político era derrubar a ditadura através da luta armada. Organizaram um plano de ataque ao quartel de Moncada, a segunda fortaleza do país. Este ataque, segundo o próprio Fidel Castro, tinha por objetivo "apoderar-nos, de surpresa, do quartel e das armas, convocar o povo, em seguida reunir os militares e convidá-los a abandonar a odiosa bandeira da tirania". (2)

Pelo seu próprio caráter voluntarista e espontaneísta, o ataque fracassou e vários militantes

foram mortos no local. Aqueles que foram presos viveram a tortura e a morte dentro do quartel. Um grupo menor conseguiu fugir para a Serra, onde, depois de vários dias de perseguição, foram capturados pelo Exército. A ditadura, a partir daí, reprime ainda mais a oposição, inclusive os setores dos partidos burgueses que eram contrários à luta armada.

A IMPORTÂNCIA DE MONCADA COMO DEFINIÇÃO DE LUTA POLÍTICA

Com o golpe de 1953, produziu-se um profundo vazio político da oposição. A questão que se colocava então era: que classes e que dirigentes assumiriam este vazio? O assalto a Moncada e Bayamo vêm dar resposta a estas questões. Embora fracassado, o assalto teve uma imensa repercussão política. Três questões se apresentaram então, como respostas políticas à ditadura:

- 1.º assumia a vanguarda da luta antiditatorial setores radicalizados da pequena burguesia.
- 2.º o Movimento 26 de julho surge como nova direção no campo oposicionista.
- 3.º propunha-se a luta armada para derrubar a ditadura.

No seu julgamento, Castro apresenta como defesa um discurso intitulado "A História me absolverá", onde se pode perceber a essência do pensamento político que iria orientar todo o movimento durante a década de 1950. Como o próprio Fidel reconheceu, "A História me absolverá", "não é a manifestação de um marxista, mas de um jovem que caminha para o marxismo e começa a atuar como marxista" (3). De fato, entre seus argumentos contra a ditadura e em defesa da luta armada, Fidel usa um vocabulário extraído do ideário liberal-burguês. Acusava Batista de "suspender a Constituição", de "violiar as normalidades democráticas" etc. Admitindo a luta armada e a revolução como fonte de direito, cita autores como Locke, Rousseau, São Tomás de Aquino e Lutero, além da Declaração Francesa dos Direitos do Homem, para justificar o que ele chamava de "direito de rebelião" contra os tiranos. Ao mesmo tempo, reconhece que o pensamento político de seu grupo "está influenciado pelas correntes socialistas do mundo atual, que consagram o princípio da função social da propriedade" (4), sem

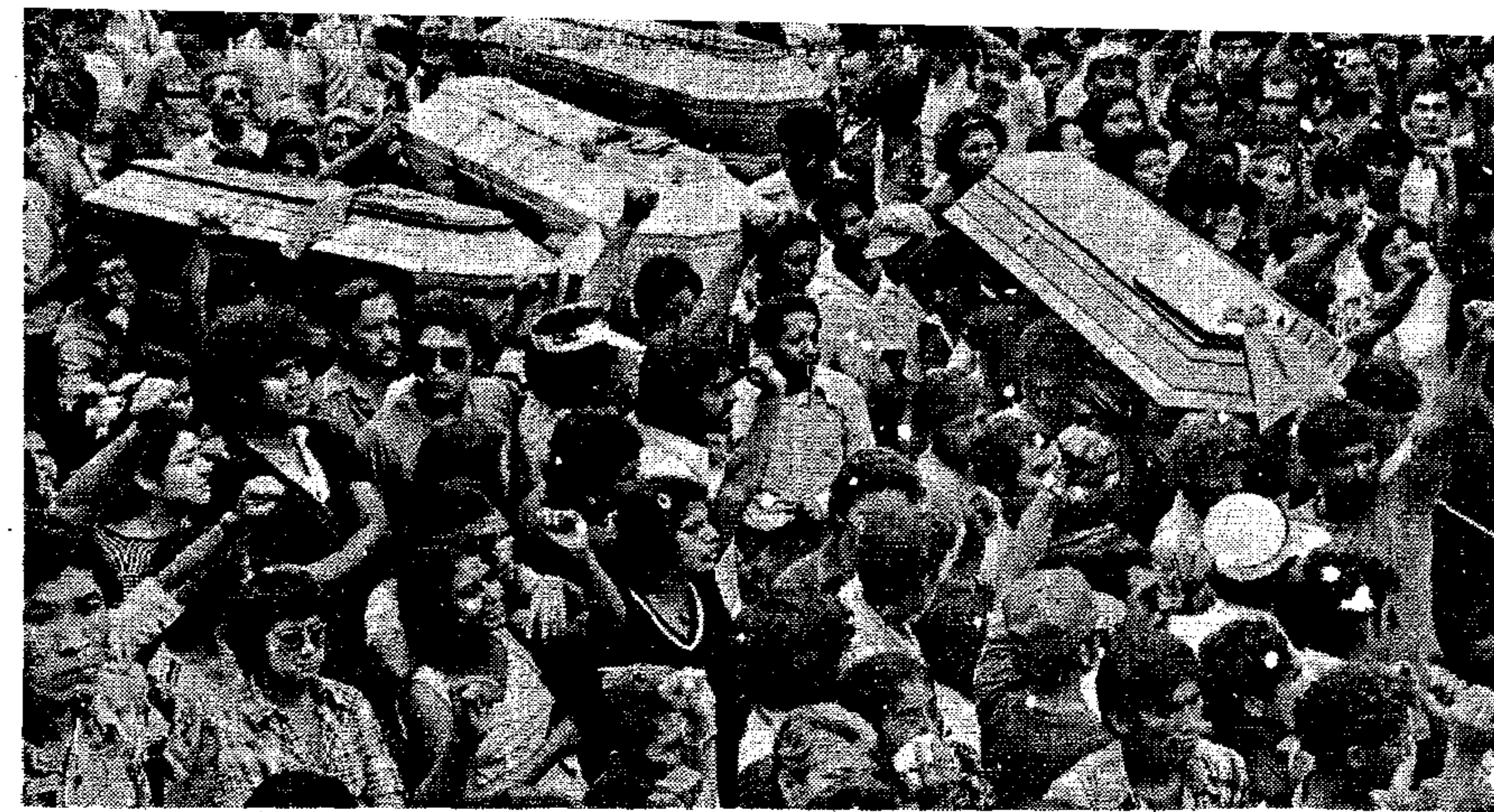
definir, entretanto, quais eram estas correntes socialistas, nem o que seria a "função social da propriedade". Um discurso com uma ideologia difusa, sem definição precisa do caráter de classe da revolução que pretendiam fazer. Quando Fidel se refere "às amplas camadas da população", inclui dentro delas, desde camponeses e operários até profissionais liberais e pequenos comerciantes, excluindo a grande burguesia, que ele chama de "setores acomodados da nação". Ao mesmo tempo, o programa de Moncada era perfeitamente cabível dentro dos marcos do Capitalismo. Este programa mínimo se condensava nas "5 leis revolucionárias" que deveriam ser proclamadas imediatamente após a derrubada do regime. São elas:

- 1.º o restabelecimento da Constituição de 1940.
- 2.º concessão da propriedade da terra a todos os colonos, parceiros e arrendatários, com indenização do Estado aos antigos proprietários das terras.
- 3.º o direito dos operários participarem de 30% dos lucros das empresas.
- 4.º o direito dos colonos participarem de 55% do rendimento da cana
- 5.º confisco de todos os bens dos dilapidadores públicos.

No discurso, ainda se aponta outras leis que deveriam vir: a reforma agrária (não especificada), a reforma do ensino, a nacionalização do Truete da eletricidade e do telefone (ITT). Refere-se ainda à "fragilidade da economia agrária de Cuba", à necessidade de industrializar o país e diversificar as culturas; à "tragédia da habitação", ao desemprego, à corrupção e aos "privilegios dos ricos".

Fidel foi condenado a quinze anos de prisão, e mandado para a ilha de Pinos. Entretanto, em 1955, a conjuntura eleitoral que "elegeria" Batista candidato único à presidência, propiciou a oposição um certo espaço político, onde se desenvolveu uma luta pela anistia. Interessado em ganhar popularidade, Batista assina uma lei de anistia em 15 de maio de 1955, que beneficiou Fidel e seus companheiros. A anistia de Batista foi portanto, ampla, geral e irrestrita.

Ameaçado constantemente, Fidel é obrigado a exilar-se no México, onde passa a organizar a oposição armada.



Mortos de 8 de maio na catedral de El Salvador

SUGESTÕES

Zapata

BASTA ESCREVER PEDINDO

- | | |
|--|---|
| <p>A. KOLLONTAI E OUTROS</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> A libertação da mulher, Cr\$ 90,00 <input type="checkbox"/> ALBERTO PASSOS GUIMARÃES <input type="checkbox"/> A Crise agrária, Cr\$ 200,00 <input type="checkbox"/> ANTONIO CARLOS FON <input type="checkbox"/> Tortura, Cr\$ 70,00 <input type="checkbox"/> ANTONIO GRAMSCI <input type="checkbox"/> Maquiavel e o estado moderno, Cr\$ 150,00 <input type="checkbox"/> AUGUSTO BOAL <input type="checkbox"/> Milagre no Brasil, Cr\$ 180,00 <input type="checkbox"/> DARCY RIBEIRO <input type="checkbox"/> Maira, Cr\$ 180,00 <input type="checkbox"/> EDUARDO GALEANO <input type="checkbox"/> Veias abertas da A. Latina, Cr\$ 190,00 <input type="checkbox"/> FERNANDO MORAIS <input type="checkbox"/> A ilha, Cr\$ 80,00 <input type="checkbox"/> FIDEL CASTRO <input type="checkbox"/> A história me absolverá, Cr\$ 120,00 <input type="checkbox"/> FLORESTAN FERNANDES <input type="checkbox"/> Mudanças sociais no Brasil, Cr\$ 180,00 <input type="checkbox"/> GEORG LUKACS <input type="checkbox"/> Marx e Engels como hist. da literat. Cr\$ 192,00 <input type="checkbox"/> GEORGES POLITZER <input type="checkbox"/> Princípios element. de filos., Cr\$ 216,00 <input type="checkbox"/> GREGÓRIO BEZERRA <input type="checkbox"/> Memórias, 2 vols., Cr\$ 450,00 <input type="checkbox"/> HELONEIDA STUDART <input type="checkbox"/> Mulher, objeto de cama e mesa, Cr\$ 50,00 <input type="checkbox"/> IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO <input type="checkbox"/> Zero, Cr\$ 200,00 <input type="checkbox"/> JORGE AMADO <input type="checkbox"/> Farda, fardão, Cr\$ 200,00 <input type="checkbox"/> JORGE ESCOSTEGUY <input type="checkbox"/> Cuba hoje, Cr\$ 185,00 <input type="checkbox"/> JOSEPH STÁLIN <input type="checkbox"/> Questões de política, Cr\$ 130,00 <input type="checkbox"/> JULIO JOSÉ CHIAVENATTO | <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Genocídio americano, cr\$ 160,00 <input type="checkbox"/> K. MARX E F. ENGELS <input type="checkbox"/> Sobre o colonialismo, Cr\$ 210,00 <input type="checkbox"/> LEÓN TROTSKY <input type="checkbox"/> A revolução desfigurada, Cr\$ 120,00 <input type="checkbox"/> MANUEL SCORZA <input type="checkbox"/> Cantar de Agapito Robles, C.\$ 140,00 <input type="checkbox"/> MARIA TERESA NIDELCOFF <input type="checkbox"/> A escola e a compr. da realidade, Cr\$ 90,00 <input type="checkbox"/> MÁXIMO GORKI <input type="checkbox"/> A mãe, Cr\$ 130,00 <input type="checkbox"/> MOEMA VIEZZER <input type="checkbox"/> Se me deixam falar..., Cr\$ 130,00 <input type="checkbox"/> OTAVIO IANNI <input type="checkbox"/> Ditadura e agricultura, Cr\$ 290,00 <input type="checkbox"/> PABLO NERUDA <input type="checkbox"/> Canto geral, Cr\$ 250,00 <input type="checkbox"/> PAULO FRANCIS <input type="checkbox"/> Cabeça de Negro, Cr\$ 180,00 <input type="checkbox"/> PAULO FREIRE <input type="checkbox"/> Educação c/prática da liberdade, Cr\$ 130,00 <input type="checkbox"/> RICARDO MARANHÃO <input type="checkbox"/> Sindicatos e democratização, Cr\$ 95,00 <input type="checkbox"/> ROBERT LINHART <input type="checkbox"/> Greve na fábrica, Cr\$ 125,00 <input type="checkbox"/> RICARDO BUENO <input type="checkbox"/> Por que os preços sobem, Cr\$ 50,00 <input type="checkbox"/> SAMORA MACHEL <input type="checkbox"/> Estabelecer o poder popular, Cr\$ 65,00 <input type="checkbox"/> TORQUATO NETO <input type="checkbox"/> Os últimos dias de Paupéria, Cr\$ 130,00 <input type="checkbox"/> V. LENIN <input type="checkbox"/> Teses de abril, Cr\$ 90,00 <input type="checkbox"/> WILHELM REICH <input type="checkbox"/> Combate sexual da juventude Cr\$ 102,00 |
|--|---|

Assinale os livros que você deseja ler e remeta este recorte, com nome e endereço, para a Livraria Zapata:

- Rua Dr. Cesário Mota Jr., 285, tel. 222-2861
- Rua Dr. Homem de Melo, 446, tel. 864-0077
- CEP 012221 e 05007 — SÃO PAULO, SP

Nome.....
Endereço.....
Cidade..... CEP.....



PINDARÉ MIRIM: 12 ANOS DE LUTAS NO CAMPO

“De 62 a 64 criou-se no Maranhão 48 sindicatos rurais. Havia na época duas concepções de sindicalismo. Uma era aquela que chegava nos municípios, conchavava com o prefeito, com o delegado municipal, convocava uma assembléia geral e na hora mesmo escolhia a diretoria e etc e tal. Associava os trabalhadores rurais no sindicato e depois dizia: “O sindicato luta pela conquista da terra. É um instrumento legal dos trabalhadores e qual é o papel de vocês? Vir às assembléias gerais quando tiver, pagar as mensalidades e reivindicar do Governo a execução da reforma agrária. Nosso presidente está comprometido com ela.”

«Levantou 100 mil trabalhadores usando as armas que tinha pra enfrentar jagunço, gado e patrão».

O Exército brasileiro também, e quanto mais assembléias gerais, mais sindicatos, mais pressão, vai ajudar o presidente a tomar o nosso partido. Temos

que fazer pesar muito o lado de cá pra ele pender pra cá.” Nunca se dizia pro camponês no caso dele não pender o que é que se faria. A única perspectiva era a reforma agrária que sairia a partir do presidente da república. Jango Goulart. Vai sair na lei ou na marra, diziam. Se os inimigos da reforma agrária botarem a cabeça de fora, nós estamos preparados para esmagá-los. Mas nós quem? Os camponeses não estavam preparados pra isso.

Começamos então a trabalhar em sindicatos a partir da criação de pequenas escolas rurais autônomas nas aldeias. A casa, a escolha da professora, seu salário, tudo era feito pelo pessoal dos povoados. À noite, escola para os adultos. Durante o dia, para as crianças. Na escola dos adultos o principal problema não era aprender a ler, escrever, mas discutir problemas do local, da região. Ao mesmo tempo discutir uma perspectiva sindical.

Morávamos em terras devolutas. Terras do Estado. Terras sem dono. E o gado dos grandes fazendeiros sendo solto cada vez em maior quantidade. Esse gado destruiu

MANOEL DA CONCEIÇÃO. Líder sindical e político dos trabalhadores do Maranhão. No exílio desde 1974. Hoje de volta. De volta pra participar do processo de organização da massa trabalhadora.



a plantação dos trabalhadores do campo. Comia tudo. Deixava na terra tudo morto feito seca. Eu tinha vindo do município de Pirapemas, expulso pelos latifundiários da área. Houve resistência. Um dia então chegaram em nossa casa policiais e jagunços, que pra nós é a mesma coisa. Tanto que tem jagunço localizado, distrital e municipal. Fomos expulsos. Daí fui pro vale do Mearim e lá passei a trabalhar em associações rurais. Já na primeira assembléia mataram 7 pessoas. Inclusive uma velhinha de 70 anos e uma criança de 3. O jagunço pegou nos pés da criança, sacudiu na parede e rachou sua cabeça. Ai começou minha revolta. Daí fui pro Pindaré Mirim. A gente sabia que o trabalhador precisava defender a roça do gado, e o preço dos produtos com relação ao comerciante. Essa era a questão.

«Quando formos 200, 300 homens descemos à noite pra daí pegar esse prefeitozinho. Raspa a cabeça dele e soca na cadeia».

bastante boa. O sindicato ocupado. A gente preso, e assim mesmo a massa camponesa ficou sempre se reunindo pra saber o que ia fazer. O plano foi o seguinte; vamos convidar todos os companheiros pra ir pra mata. Lá botamos uma roça coletiva. O dinheiro da venda dos produtos vamos comprar em armas e quando formos 200, 300 homens, descemos à noite pra daí pegar mesmo esse prefeitozinho, rapar a cabeça dele e socá na cadeia. Essa era a lógica. Parece engraçado, mas se comparado com o foco guerrilheiro da cidade, era como se fosse um focão.

Nessa época eu era crente. Logo que começamos com a roça coletiva, o pastor achou o negócio fabuloso. Ai começou a dizer, irmão é melhor o senhor acabar com esse negócio de sindicato e fundar aqui uma pequena igreja. E pouço a pouço a idéia inicial desaparece e se transforma numa comunidade religiosa. Por volta de 65 me encontro com antigos companheiros de esquerda. Os companheiros de Ação Popular. Montamos um curso. Convidei todos companheiros pro diabo

“Morreu muita gente no Maranhão nas lutas do vale do Pindaré Mirim. Morreu policia é verdade. Lá morreu soldado. Morreu sargento. Lá morreu gente de exército. Morreu tudo. Mas quem morreu mais? Não foram os camponeses? E quem foi lá agredir? Os camponeses brigavam por suas terras. Eu apoiei as lutas dos camponeses do Maranhão e me sinto orgulhoso com isso. Um traidor da classe eu seria se não tivesse apoiado.

Não me sinto diminuído porque conspirarei contra o regime. Acho que era o nosso dever. Eles não tomaram o poder pela violência? Pela força das armas? Rompendo com tudo? Com todas as leis que eles mesmos fizeram. Então? Porque eu não posso me defender? Eu tenho mesmo é que conspirar contra isso que está ai. Conspirei e digo mais, vou continuar conspirando, até que acabe um dia esse sistema de ditadura e capitalismo monopolista que nos domina. É minha obrigação. Não tenho nenhuma revisão a fazer. A revisão que faço é dos erros que cometi durante essa conspiração. Erros que prejudicaram o povo. Mas por ter conspirado? Nunca. Devemos revisar se as formas de lutas estavam corretas ou não em relação às lutas dos trabalhadores. Não em relação à conspiração em si contra a Ditadura.”

policia em 69 entra na região e prende um conjunto danado de companheiros. As lutas de massas caem. Só em 70 que a gente retoma os contatos, mas o erro se aprofunda. Agora sim, temos que propagandizar a guerra popular imediata. Ai emperrou mesmo. Emperrou de tal maneira que só ficaram uns grupinhos de companheiros com essa propaganda, e prá grandes massas nada. Rapaz, na época eu fiquei um dogmático de tal maneira que via o feudalismo em tudo. Toda coisa tinha feudalismo. O cara bateu na mulher? Concepção feudal. Cara que cobra a renda da terra? Feudalismo. Cara que trabalha com enxada e vai lá com o patrão arrumar uma ferramenta? Feudalismo. Tudo era feudalismo. Hoje eu entendo que luta armada quer dizer um impasse de lutas políticas e econômicas que as massas chegam. O desenvolvimento das lutas

aos partidos. É justamente a defesa dessa autonomia que nos distingue e nos destaca. Quem quer dirigir a massa de fora pra dentro não quer autonomia, quer manipulações. Esses estão fora da jogada. Agora quem quer realmente participar do processo de organização da massa trabalhadora, considerando-se parte dela, vai estar dentro da massa, defendendo a autonomia enquanto uma necessidade vital dos trabalhadores.

«O PT tem uma marca de classe bem definida: Partidos dos Assalariados. Partido dos Trabalhadores e explorados».

A esquerda não atrelada ideologicamente às correntes políticas internacionais, aquela que tem um respeito pelos problemas internacionais e respeito pelo seu povo tem

COMPANHEIRO

POR UM GOVERNO DOS TRABALHADORES

A LUTA ARMADA QUE INTERESSA

“A revolta dos camponeses se deu por que? O gado comia a roça do

trabalhador, na terra onde está, tenha o direito sagrado de nela

“A revolta dos camponeses se deu por que? O gado comia a roça do trabalhador rural. Porque ele estava sendo massacrado pouco a pouco em cada aldeia pelos policiais e jagunços.

A solução seria então a reforma agrária? Bem, aí tem que ver. Havia companheiros que diziam: a terra tem que ser dividida e entregue a cada camponês um pedaço de terra. Mas não viá que o monopólio dos preços dos produtos quem determina são os patrões na compra e na venda para os camponeses. No Maranhão o posseiro tem lá um pedaço de terra e, em nada é diferente de um trabalhador rural que vive nas terras do latifúndio pagando renda. Os dois são miseráveis. Pobríssimos.

Com o golpe militar veio o estatuto da terra e aí aparece uma questão essencial: Os proprietários, a primeira medida que tomaram foi dizer o seguinte: não aceitamos que nenhum trabalhador construa na nossa terra uma casinha melhor, nem plantar nenhum pé de fruteira de longa duração, laranja, manga, banana. Que ele faça apenas uma casinha miserável, uma chopanazinha, e que plante arroz, milho, as coisas do ano”. O latifundiário dizia: Olha, daqui prá frente a gente não vai mais cobrar a renda da terra não, a gente dá a terra a vocês. Não paga nada. Agora, em compensação vocês plantam, lá na mesma terra o capim pro gado. Assim, o camponês foi se desenraizando da terra e o proprietário cada vez mais se apossando de tudo. Chegou num ponto que não tinha mais alternativa senão sair daquele pedaço de terra onde não cabia mais a roça, cercada de gado por todo lado. E ele deixava a terra. Em todo canto do Brasil, onde houve resistência camponesa, você pode ir

«O camponês não se acha dono da terra. Ele se acha dono dos benefícios que fez na terra».

lá, o cara tinha mais que uma chopanazinha que só durava um ano. O cara tinha lá um pé de laranja, de manga, um pé de fruta que servia de alimentação prá ele, pro filho e às vezes prá vender no mercado.

A reforma agrária no meu modo de ver, não é simplesmente dizer que temos de dar um pedaço de terra pro camponês. Que ele está satisfeito com isso. Não é essa a questão. É preciso garantir que o

trabalhador, na terra onde está, tenha o direito sagrado de nela trabalhar e se enraizar. É esse enraizamento que pode levá-lo a tomar a terra e a lutar por ela. A resistência é fruto desse enraizamento e também de sua organização autônoma de massa. Não conheço nenhuma briga em nenhum canto do Brasil que o camponês brigasse simplesmente porque a terra tava lá livre. O camponês briga porque tem uma razão. Ele tem lá o pé de arroz, o milho, a mandioca, o feijão. Tanto é que as brigas nas regiões onde o cara só tem o milho, o feijão, acontecem quando ele está com a roça plantada e o gado vem e come ou quando o grileiro quer tomar o pedaço de terra. Aí sim ele pega no fuzil e briga. Mas na hora que acaba de tirar o último pé de arroz, pronto, ele desocupa a terra e vai embora sem muita resistência. Ele não se acha dono da terra. Ele se acha dono dos benefícios que fez na terra, as coisas que ele plantou e construiu. É essa questão que eu coloco aos companheiros há muito tempo e quero brigar por ela. É preciso organizar o trabalhador prá que ele na terra se sinta dono de seu casebre, do pé de laranja, de manga. Que ele não tem que sair de graça da terra não.

O camponês de Pindaré Mirim foi capaz de se organizar em grande quantidade por que? Porque o gado solto prejudicava todo mundo. Quem tentava resolver sozinho ia preso. Perdia tudo. Apanhava. Percebeu que o sindicato ajudava a organizar a luta. Que o trabalho nas escolas era importante e por aí a fora mesmo com todos os erros que a gente cometeu.

Ser corajoso apenas não basta. A luta não é resultado de um grupo de homens heróicos que querem libertar o povo. Se o povo não tem condições de pegar em armas, vamos trabalhar prá que ele chegue a essas condições. Veja a Nicarágua. O povo lá depois de muita luta econômica e política percebeu que só através das armas ia conseguir derrubar o Somoza.

Luta armada, apesar do profundo respeito pelos companheiros que fizeram a guerrilha no Araguaia, não é como briga de galo. Fica só os galos brigando e povo em volta faz torcida prá saber quem vai ganhar, não participa da briga.

Não basta apenas ter coragem. Essa coragem tem que estar ligada a uma perspectiva de luta de massa. Luta armada, é luta de massa”.

prá daí pegar esse prefeizinho. Raspa a cabeça dele e soca na cadeia».

Tinha uma outra visão de sindicato. Todos os povoados eram responsáveis pela criação das escolas, da delegacia sindical e da escolha dos delegados sindicais, eleitos pela massa. Junto dele se organizava grupos com o pessoal que se destacava na luta. Grupos de cinco, seis, dez pessoas. Eram comissões de apoio às delegacias sindicais.

Em fevereiro de 64 a luta se generalizou atingindo até o Vale do Mearim. Levantou 100 mil trabalhadores usando as armas que tinha prá enfrentar jagunço, gado e patrão. Ocupamos algumas cidades. Pindaré Mirim ficou em estado de sítio, mas estado de sítio decretado pelos trabalhadores. Autoridade não saía, não entrava. Hoje não entra ninguém aqui nessa botina. Na assembleia geral, 3 mil pessoas reunidas. A diretoria do sindicato passou a desarmar os trabalhadores. Dessa forma se rompe com a lei, diziam. Facão, espingarda, cacete. Tomava da massa e enchia armazém. Quando voltamos prá cidade desarmados, com as mãos abanando, foi um massacre. Foi nessa época que eu fui eleito presidente do sindicato de Pindaré.

A revolta se deu por quê? Porque o gado comia a roça do trabalhador. Porque ele denunciou prá autoridade municipal e não houve providência. Porque ele mandou então delegação a São Luiz denunciar pra governos, secretários de justiça, tudo que era autoridade, parlamento. Não apareceu ninguém. A solução foi ocupar a cidade. A cidade de Pindaré Mirim se tornará então o foco das atenções de todo o Vale, atingindo em toda região 100 mil trabalhadores. Em abril com o golpe militar o sindicato de Pindaré sofre intervenção. A gente de imediato ficou na oposição. A grande massa camponesa que ficava fora da cidade nem ficou sabendo que o golpe era contra a gente. Por que? Por que a gente não tinha de fato um trabalho de politização dos trabalhadores. Era um trabalho de mobilização em cima dos problemas locais. No entanto nós tínhamos uma política de organização

de 65 me encontro com antigos companheiros de esquerda. Os companheiros de Ação Popular. Montamos um curso. Convidei todos companheiros pro diabo desse curso. Éramos 60 caras. Fizemos o curso. Era aquela concepção foquista. Se estudava as obras de Guevara, Debray, Fidel Castro. Em sindicato não se falava mais. Sindicato é merda. Não valeu nada. Agora é montar grupo de guerrilha. Tinha 80 grupos organizados de sete, oito e até doze pessoas. Cada um dos grupos com seu comandante. Com seu bonezinho. Como mandava o figurino. A gente lia os papéis, fazia treinamento, depois ia prá casa. E o resto da massa? Daí que a gente voltou a pensar no diabo do sindicato. Em 66 o sindicato sai com sangue novo. Ele tinha grupos organizados que pensavam uma estratégia mais a longo prazo. E esses grupos começaram a aumentar.

O sindicato foi organizado na seguinte política. Gado come roça, come bala. Iamos ganhando a confiança dos camponeses e organizando uma estrutura militarista, não uma estrutura política. Em 68 quando eu perdi essa minha perna veio um erro gravíssimo.

«A luta era contra a Ditadura mas a gente não distinguia seus agentes. A burguesia que estava lá».

Ao invés de um trabalho de politização com os grupos, assimilamos mal o marxismo que na época se reduzia ao maoísmo, e fazíamos propaganda da luta armada. Coisa de doutrinário sabe? Não de massa. Tratava-se de preparar a guerra popular. Aí é que o negócio passou a degradingolar. Mas degradingolou mesmo! As lideranças não tinham uma visão global nem uma análise precisa que definisse os inimigos e as forças revolucionárias. As forças dos trabalhadores.

A luta era contra a ditadura mas a gente não distinguia seus agentes. A burguesia que tava lá. Em vez de pegarmos o trabalho de formação política e de integração com os trabalhadores, ficamos na propaganda aberta da guerra popular. Um verbalismo revolucionário e um conteúdo profundamente de direita. A

entendo que luta armada quer dizer um impasse de lutas políticas e econômicas que as massas chegam. O desenvolvimento das lutas econômicas e políticas chegam a um ponto que a única alternativa que se coloca é a luta armada mesmo. E aí a importância de uma vanguarda consciente e, essa vanguarda no Brasil ainda não está organizada.

«Eu vejo o PT como uma escola política dos trabalhadores. Uma escola política de formação de lideranças».

Hoje, eu vejo o PT, Partido dos Trabalhadores, não ainda como essa vanguarda, mas vejo ele como uma escola política dos trabalhadores. Uma escola política de formação de lideranças. Entro no PT com essa perspectiva. Ele hoje tem seus erros, seus defeitos, mas foi aquilo que os trabalhadores lançaram. Não existe partido do proletariado hoje no Brasil. Se os trabalhadores reivindicam um partido, não tem porque não apoiar e contribuir prá que ele possa ser realmente um partido que represente os trabalhadores.

Tenho consciência que o trabalhador do campo tem ainda baixo o nível de consciência e organização. Mas penso em chegar nas aldeias e começar a fazer reuniões com trabalhadores, reuniões sindicais e outras. Fazer reuniões prá discutir o Partido dos Trabalhadores. Eu sei que vai vir cristão, protestante, católicos dos mais variados, até talvez macumbeiros. Desde que o trabalhador delegue poder a ele, confie nesse cara, ele vem pro PT. Uma vez no PT, vai ter debate político. Ele vai discutir de forma mais ampla os problemas dos trabalhadores. A massa deve garantir que caso esse cara fique costurando bainha, errando, tenha o poder imediato de substituí-lo.

A esquerda tradicionalista teve sempre uma visão dogmática de revolução e de partido. Nunca defendeu a autonomia dos trabalhadores frente aos partidos da burguesia. Sempre jogou os trabalhadores a reboque dos partidos burgueses. Essa esquerda populista considera que a massa trabalhadora não deve ter autonomia em relação

ideologicamente às correntes políticas internacionais, aquela que tem um respeito pelos problemas internacionais e respeito pelo seu povo tem futuro. Um futuro brilhante. Tem contribuições importantes a dar ao debate na escola política que será o PT. Devemos trazer a massa pro debate. Debate dentro do PT. Dentro das oposições sindicais. Dentro dos sindicatos. Ninguém está com a posição pronta e acabada. As massas só aprendem através da experiência. Devemos criticar as posições incorretas mas não deixar de botar em prática aquilo que a massa decide como justo. Por aí você cobra autocrítica da massa, vocês erraram, prá bem da unidade a gente foi junto. Olha aí no que deu. E agora? Vocês tem autocrítica ou não a fazer? O PT tem uma marca de classe bem definida. Essa classe, é verdade, é classe em si, não é ainda uma classe no seu conjunto consciente. Mas tem uma marca que o distingue. Partido dos assalariados. Partido dos Trabalhadores e explorados.

O PT não se coloca apenas a nível parlamentar. Ter um lado que é fundamental: a militância política. Entro pro PT porque quero ser um de seus militantes. Sei que ele tem condições de reunir na cidade e no campo, grandes quantidades de trabalhadores. O PT não pediu licença ao regime para lançar o movimento pela sua construção. Ela depende da mobilização que fizermos nas fábricas, nos bairros e nas aldeias. Tudo isso se coloca desde já. A luta contra a exploração cria desde hoje os anti-corpos anti-capitalistas. Fazer primeiro a revolução democrática prá depois falar em socialismo é besteira. As roças coletivas são exemplos desses anti-corpos. O PT tende a se transformar num instrumento de massas. A proposta de um governo dos trabalhadores tem que descer a nível de base para ser discutido. É preciso que as propostas políticas sejam legitimadas pelos trabalhadores. Eu quero realmente que a gente chegue lá um dia e o PT diga o seguinte: Um Partido dos Trabalhadores que luta por um Governo dos Trabalhadores e pelo socialismo. Antes porém, companheiros, a proposta tem que ser ganha nas bases.

Metalúrgicos de Curitiba voltarão à greve

CURITIBA (Da sucursal) — Os trinta mil metalúrgicos de Curitiba paralisarão suas atividades a partir da próxima segunda-feira, exigindo um aumento de 85 por cento sobre os salários de julho e um piso salarial de 6 mil e 520 cruzeiros. A decisão foi tomada ontem durante assembleia geral no Ginásio de Esportes do Atlético, que contou com a presença de mais de mil trabalhadores, dos quais mais de 70 por cento votaram, secretamente, a favor da deflagração da greve. Por ser este um movimento legal, os metalúrgicos terão que esperar mais cinco dias para iniciar o movimento paredista, prazo em que a Delegacia Regional do Trabalho terá para tentar novas negociações com os patrões, a fim de se chegar a um acordo. Hoje à noite o sindicato patronal volta a se reunir com a comissão de negociação, para um reestudo na contraproposta dos patrões, já unanimemente recusada pela categoria, e que dava um aumento de 68 por cento sobre os salários de dezembro de 78. Enquanto isso, o grupo de oposição do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Curitiba, já começam a se movimentar no sentido de preparar a greve e os instrumentos de aliciamento.

ATÉ A MADRUGADA

A assembleia geral dos metalúrgicos, durante a qual foi votada a greve, teve início às 19 horas e estendeu-se até a madrugada de ontem. Presidida por um membro designado pela Justiça do Trabalho, Avelino de Souza, os 919 metalúrgicos, de 125 empresas de Curitiba, votaram nas 10 urnas colocadas no Ginásio do Atlético, um processo que demorou cerca de 2 horas.

Conforme prevê a legislação, só puderam votar os trabalhadores sindicalizados, o que tumultuou o início da assembleia, pois, fora do ginásio, mais de 500 trabalhadores exigiam participação e eram barrados por fiscais do sindicato e da Justiça Trabalhista. Impossibilitados de votar, os metalúrgicos acusavam o sindi-

cato de ter-lhes boicotado ou dificultado a filiação e só foram acalmados pelos membros da oposição sindical, que conseguiram convencê-los da inutilidade de tumultos, já que a votação poderia ser anulada. A oposição preocupou-se também com um grupo de pessoas que conseguiu a permissão para entrar e, embora não pertencessem a nenhuma firma metalúrgica, permaneceram dentro do estádio até o final da reunião.

A apuração teve início por volta das 10 horas, e duas urnas tiveram seus votos anulados, pois os mesários, por falta de orientação, não recolheram assinaturas dos votantes. O episódio quase levou à anulação total das votações, já que sem aqueles votos a assembleia não teria quorum (eram necessários 864 votos e a ausência daqueles resultaria em apenas 811). Finalmente, porém, o representante da Justiça Trabalhista, Avelino de Souza, reconheceu-os apenas para efeito de quorum, e a apuração foi realizada, com mais de 500 tendo se manifestado a favor da greve.

TUDO DENTRO DA LEI

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos, Orlei Lopes da Silva, não permaneceu até o final da assembleia de votação da greve. Abandonou o local no início das apurações, deixando o andamento por conta do representante da Justiça Trabalhista, Avelino de Souza, e a fiscalização a cargo dos membros de oposição sindical. Ontem à tarde, na sede do sindicato, Orlei disse apenas que o movimento foi bom e a greve dará resultado se eles (os trabalhadores) se mantiverem fielmente dentro da lei. Ele negou boicotes de filiação a empregados, conforme foi acusado, alegando que só não o fez nos últimos dias, por estar envolvido nos preparativos da assembleia. Negou também as acusações de ser contrário à greve e acusou de mentirosas

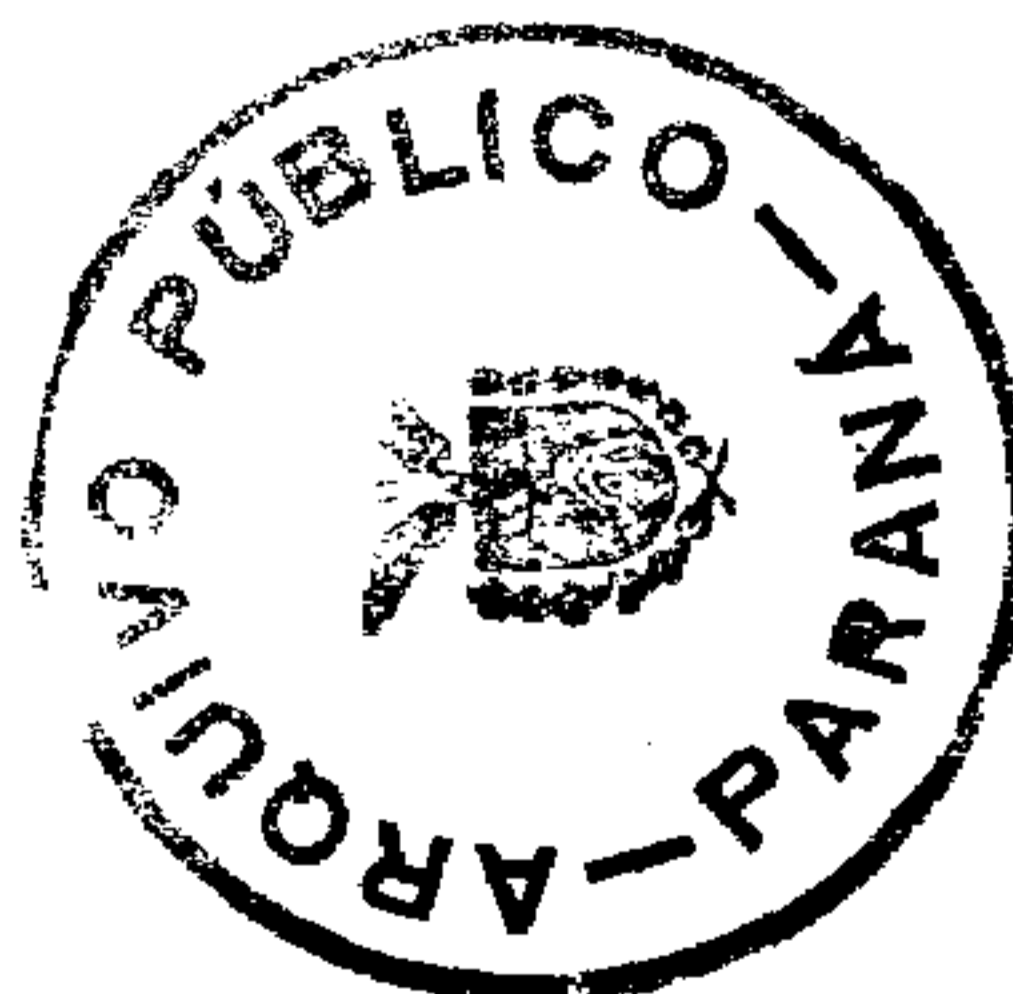
as notícias dos jornais que noticiaram sua posição contrária às greves metalúrgicas paulistas do ano passado. Lembrou ainda que em Curitiba existem 30 mil metalúrgicos e que apenas 1.000 compareceram na assembleia: "os outros 29 mil certamente são contra o movimento e por isso não apareceram para votar".

NEGOCIAÇÕES

O presidente do Sindicato das Empresas Metalúrgicas de Curitiba, Gilberto Borges, disse ontem acreditar que as negociações entre patrões e trabalhadores metalúrgicos, cheguem a uma conciliação antes da data prevista para o início da greve. Afirmou que provavelmente a sua categoria lhe dará poderes para estudar um outro índice salarial "desde que seja viável e que parta da comissão de negociações dos empregados, pois até agora nós, os patrões, já subimos quatro vezes nossas propostas, enquanto eles ficaram firmemente fixados nos 85 por cento".

Embora não acredite numa paralisação total dos trabalhadores metalúrgicos, o presidente do Sindicato Patronal ressaltou que se ela for mesmo deflagrada, o prejuízo nas empresas será incalculável: "Os empregados estão propensos a uma greve porque a comissão de comando não está interessada em reajuste salarial, mas sim em fazer política. Mas eu não acredito que consigam parar todas as fábricas, já que a assembleia contou com apenas mil trabalhadores, quando existem 35 mil".

A comissão de negociação patronal se reuniu ontem à noite para estudar qual a decisão a ser tomada, embora um novo encontro com os empregados dependerá da convocação da Delegacia Regional do Trabalho. A greve dos metalúrgicos de Curitiba será a primeira da categoria depois de 14 anos. A última — conforme lembrou Gilberto Borges — foi em 11 de novembro de 1965, quando os metalúrgicos pararam durante um dia, reivindicando aumento do piso salarial.



JORNAL Folha de Londrina
P. Sind. Met.
Data 09/10/79 Estado PR

PT 1987-228



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Comunidade Notícias*
 Ponta Grossa, Paraná
 Data 11/10/79 Estado PR
 53

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



• SINDICALISMO •

Metalúrgicos podem para

A contraproposta patronal, decidida a portas fechadas, pode levar os metalúrgicos à greve, uma decisão que será tomada em assembleia amanhã

A contraproposta patronal para Curitiba e Interior é uma só: reajustamento parcelado de até 62% incidente sobre a data-base de 1.º de dezembro do ano passado e, um piso para os trabalhadores de Cr\$ 3.300,00. Depois de seis horas de negociações, iniciadas às 20 horas de terça-feira e conduzida a portas fechadas, finalmente foi conhecida a **contraproposta** patronal às reivindicações dos trabalhadores em indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico do Estado. Com ela aumentou consideravelmente a possibilidade de uma greve geral em todo o Paraná, decisão que poderá ser tomada amanhã, em Assembleia Geral extraordinária dos empregados, com início às 20 horas, no Ginásio do Atlético.

Os trabalhadores participantes das negociações afirmaram que a reunião foi uma das mais duras enfrentadas até o momento pela classe, uma vez que os industriais demonstraram forte resistência em ceder por um índice maior, pretendido pela classe dos metalúrgicos. Por seis horas, a reunião terminou às 2 horas de ontem, as comissões dos empregados, representando os quatro sindicatos existentes (Curitiba, Ponta Grossa, Maringá e Londrina), e dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Indústria, tentaram persuadir os patrões, alertando-os para um movimento grevista que se forma. A comissão do sindicato patronal no entanto, afirmou estar concordando com um índice superior ao aprovado na Assembleia da categoria, de quarta-feira à tarde, não aceitando nada além dos 62 por cento sobre os salários vigentes a partir de 1.º de dezembro passado.

A **contraproposta** é a do parcelamento: para quem percebia, até julho deste ano, três salários mínimos (Cr\$ 4.788,00), um reajuste de 62%. Acima de três a cinco, 58%. Entre cinco e dez



Mesa redonda, impasse quadrado

salários, 54%. E finalmente, para os que recebem um salário superior a dez salários regionais, reajuste de 46%. O que os metalúrgicos de Curitiba querem é um aumento salarial de 85% sobre os salários atuais (o mesmo reivindicado por Ponta Grossa e Maringá), e piso de Cr\$ 6.520,00 (hoje é Cr\$ 2.317,00). Ponta Grossa e Maringá votaram por Cr\$ 4.500,00. Nem a mais tímida das propostas foi aprovada: a de Londrina, que pede 80% sobre o dissídio de dezembro e um piso de 50% sobre o mínimo regional.

A comissão patronal à mesa de negociações foi integrada por Gilberto Borges (presidente do Sindicato), Henrique A. Israel, Carlos Vivaldi Rodrigues, Wilson M. Meiler, Sérgio Marcos Prodócimo, Antonio Bento Rodrigues Pon-

tes, Rovani Dietrich, Odilon de Loyola Hatspach, José Canisso, João de Lima e Larry Helm, com assessoramento jurídico de Rogério Cercel e Leonardo Ne-grais.

Por sua vez, os trabalhadores foram representados por José Antonio Castella, Juarez Ferreira Guimarães, João Roberto Zeigra, Matias Martins, Epifanio Magalhães de Oliveira, Orlei Lopes da Silva (presidente do Sindicato dos Empregados de Curitiba), Dinizar Pan, Francisco Gorges, Beno Bohnon, João Maria Maciel de Souza, Rubens Saboia Mendes, Silvio Ribeiro, Evaldo Tramontini, Vilmar Fagundes, Antonio Luiz Ribeiro e Alfani Alves. Os advogados dos trabalhadores foram: Paulo Cesar Bastos e Edésio Franco Passos.

Logo no início da manhã de ontem o

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias tratou de expedir o edital de convocação aos associados à Assembleia Geral Extraordinária amanhã, a partir das 20 horas, no Ginásio do Atlético para votar pela aprovação ou não da proposta patronal. No encontro da categoria de Curitiba, hoje em número de 30 mil operários, estarão presentes os líderes dos sindicatos do Interior para a unidade estadual em caso de uma decisão mais drástica. Como os metalúrgicos, que têm data base para aumento salarial em 1.º de dezembro, foram atingidos frontalmente pelo projeto do governo sobre reajustes semestrais, pretendem fechar a convenção antes da vigência da lei que tramita pelo Congresso. O projeto prevê que os vencimentos dos trabalhadores devem ser corrigidos com um percentual de 22%, o que não interessa à categoria.

Empregados e patrões deveriam se encontrar ontem, na Delegacia Regional do Trabalho para fechar o acordo em dissídio coletivo. O sindicato dos empregados não compareceu pois só tomará a medida ditada pela Assembleia de amanhã.

A Assembleia dos patrões aprovou algumas das propostas encaminhadas pelos trabalhadores de Curitiba. **Recusou a maioria. "Pedimos que cada metalúrgico analise a proposta dos patrões e tome sua própria decisão"**, diz parte da mensagem de convocação, assinada pelo líder da classe trabalhadora, Orlei Lopes da Silva: "Não sejam conduzidos por outros pois no final quem pode sair prejudicado é aquele que ganha pouco, a grande maioria dos companheiros". Alerta o Sindicato ainda que não terá acesso ao salão da assembleia o sócio não portador da carteira profissional ou carteira de sócio do Sindicato. "Os não sócios que venham munidos de sua carteira de trabalho. Querendo participar

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES



• SINDICALISMO •

Metalúrgicos podem parar

A contraproposta patronal, decidida a portas fechadas, pode levar os metalúrgicos à greve, uma decisão que será tomada em assembleia amanhã

Proposta patronal para Curitiba é uma só: reajustamento de até 62% incidente sobre o piso de 1.º de dezembro do ano de 1978. Depois de seis negociações, iniciadas às 20 horas da tarde e conduzida a portas fechadas, finalmente foi conhecida a proposta patronal às reivindicações dos metalúrgicos em indústrias mecânicas e de material elétrico do Estado. Com ela aumentou a possibilidade de greve em todo o Paraná, dependendo de ser tomada amanhã, na Assembleia Geral extraordinária convocada, com início às 20 horas, no Ginásio do Atlético.

Os trabalhadores participantes das negociações afirmaram que a reunião foi a mais dura enfrentada até agora pela classe, uma vez que os empregados demonstraram forte resistência por um índice maior, pela classe dos metalúrgicos. Porém, a reunião terminou às 20 horas e, ontem, as comissões dos empregados representando os quatro sindicatos (Curitiba, Ponta Grossa e Londrina), e direção da Federação dos Trabalhadores na Indústria tentaram persuadir os empregados a aceitar a proposta em sua forma. A comissão do sindicato patronal no entanto, afirmou concordando com um índice superior ao aprovado na Assembleia da categoria quarta-feira à tarde, não se limitando além dos 62 por cento sobre os salários vigentes a partir de 1.º de dezembro.

A proposta é a do parcelamento em 12 meses, até julho deste ano, com reajuste de 62%. Acima disso, 58%. Entre cinco e dez



Mesa redonda, impasse quadrado

salários, 54%. E finalmente, para os que recebem um salário superior a dez salários regionais, reajuste de 46%. O que os metalúrgicos de Curitiba querem é um aumento salarial de 85% sobre os salários atuais (o mesmo reivindicado por Ponta Grossa e Maringá), e piso de Cr\$ 6.520,00 (hoje é Cr\$ 2.317,00). Ponta Grossa e Maringá votaram por Cr\$ 4.500,00. Nem a mais tímida das propostas foi aprovada: a de Londrina, que pede 80% sobre o dissídio de dezembro e um piso de 50% sobre o mínimo regional.

A comissão patronal à mesa de negociações foi integrada por Gilberto Borges (presidente do Sindicato), Henrique A. Israel, Carlos Vivaldi Rodrigues, Wilson M. Meiler, Sérgio Marcos Prosdócimo, Antonio Bento Rodrigues Pon-

tes, Rovani Dietrich, Odilon de Loyola Hatspach, José Canisso, João de Lima e Larry Helm, com assessoramento jurídico de Rogério Cercel e Leonardo Negrais.

Por sua vez, os trabalhadores foram representados por José Antonio Castella, Juarez Ferreira Guimarães, João Roberto Zeigra, Matias Martins, Epifanio Magalhães de Oliveira, Orlei Lopes da Silva (presidente do Sindicato dos Empregados de Curitiba), Dinizar Pan, Francisco Gorges, Beno Bohnon, João Maria Maciel de Souza, Rubens Saboia Mendes, Silvio Ribeiro, Evaldo Tramontini, Vilmar Fagundes, Antonio Luiz Ribeiro e Alfani Alves. Os advogados dos trabalhadores foram: Paulo Cesar Bastos e Edésio Franco Passos.

Logo no início da manhã de ontem o

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias tratou de expedir o edital de convocação aos associados à Assembleia Geral Extraordinária amanhã, a partir das 20 horas, no Ginásio do Atlético para votar pela aprovação ou não da proposta patronal. No encontro da categoria de Curitiba, hoje em número de 30 mil operários, estarão presentes os líderes dos sindicatos do Interior para a unidade estadual em caso de uma decisão mais drástica. Como os metalúrgicos, que têm data base para aumento salarial em 1.º de dezembro, foram atingidos frontalmente pelo projeto do governo sobre reajustes semestrais, pretendem fechar a convenção antes da vigência da lei que tramita pelo Congresso. O projeto prevê que os vencimentos dos trabalhadores devem ser corrigidos com um percentual de 22%, o que não interessa à categoria.

Empregados e patrões deveriam se encontrar ontem, na Delegacia Regional do Trabalho para fechar o acordo em dissídio coletivo. O sindicato dos empregados não compareceu pois só tomará a medida ditada pela Assembleia de amanhã.

A Assembleia dos patrões aprovou algumas das propostas encaminhadas pelos trabalhadores de Curitiba. Recusou a maioria. "Pedimos que cada metalúrgico analise a proposta dos patrões e tome sua própria decisão", diz parte da mensagem de convocação, assinada pelo líder da classe trabalhadora, Orlei Lopes da Silva: "Não sejam conduzidos por outros pois no final quem pode sair prejudicado é aquele que ganha pouco, a grande maioria dos companheiros". Alerta o Sindicato ainda que não terá acesso ao salão da assembleia o sócio não portador da carteira profissional ou carteira de sócio do Sindicato. "Os sócios que venham munidos de sua carteira de trabalho. Querendo participar

da Assembleia estará à disposição a proposta de sócio para dar a todos os companheiros condições legais para validar a Assembleia", informa Lopes da Silva.

Os trabalhadores pediram que a antecipação de reajustamento salarial fosse de três em três meses. Foi recusada. Propuseram que o aprendiz ganhe salário mínimo e trabalhe na função exata: os patrões se propuseram a cumprir o que determina a CLT, na estabilidade para a empregada gestante desde o início da gestação até 60 dias após o período de afastamento, os empregadores garantiram o emprego até os 60 dias, ficando entendido que não representa estabilidade provisória; num dos itens, os trabalhadores pediram a criação do delegado sindical com as garantias do dirigente sindical: foi negada; abono de faltas aos estudantes em face de prestação de provas que coincida com a jornada de trabalho: "Desde que estejam em curso superior; profissionalizante ou compatível com sua função na empresa, ministrado por entidade oficial ou devidamente reconhecida"; os industriais aceitaram o pagamento através de envelopes contendo todas as verbas inclusive FGTS ao empregado optante (muitas firmas não respeitavam esse aspecto); pediram que a empresa pague o uniforme quando o exigir: foi aceita; negada a gratificação por ocasião das férias; os trabalhadores reivindicam prazo para quitação das verbas devidas em caso de rescisão contratual: "Aceitamos desde que o Sindicato intime a empresa a pagar dentro de 48 horas; o pedido de taxa insalubridade foi aceito dentro dos termos da Lei, idem o pedido de creches em firmas com mais de vinte empregadas; foi recusada a proposta de garantia de emprego e estabilidade; quanto à liberdade de sindicalização, foi aceita.



Metalúrgicos vão para a greve legal

Estad

NO

FIL

PRO

RES

Os metalúrgicos de Curitiba estão tomando todas as precauções para que sua greve seja legal. Ontem o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico do Paraná, Orlei Lopes da Silva, assessorado pelo secretário da Federação dos Trabalhadores na Indústria, Matias Martins, procuraram a Procuradoria Regional do Trabalho. Foram notificar pessoalmente o Poder Judiciário. O Sindicato publicou edital de convocação para a assembleia de greve que se realizará em 4 de novembro, às 14 horas, no Ginásio do Atlético, em primeira convocação. Também no TRT os dois líderes se entrevistaram com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, juiz Luiz José Guimarães Falcão.

Toda a classe metalúrgica de Curitiba, hoje aproximadamente 30 mil trabalhadores, passa a se movimentar efetivamente para a greve. A Regional Sul 2 - da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB vai apoiar as reivindicações da categoria. Para isso convocou a imprensa para uma entrevista coletiva hoje, às 14h30min, na sede da CNBB. A Comissão Pontifícia de Justiça e Paz também se fará representar. Não será esta a primeira vez que o Clero se posicionará em favor de movimentos reivindicatórios. No ano passado, quando da assembleia permanente dos professores do Paraná, o Clero apoiou a paralisação, ainda que não oficialmente, mas trabalhando nas igrejas em defesa dos interesses do professorado. A CNBB e a CJP repudiarão, possivelmente, a atitude da indústria de eletrodomésticos Britânia, pela demissão, no último sábado de quinze de seus funcionários quando estavam distribuindo boletins de greve.

Durante a assembleia do próximo dia 4 (domingo), os metalúrgicos vão apreciar e discutir a proposta de reivindicações decididas nas assembleias de 28 de setembro e 12 deste mês: 85% de reajuste sobre os salários atuais e um piso de Cr\$ 6.520,00 (proposta da categoria), contra uma proposta patronal de 65% de aumento

sobre os salários de 78 e um piso de Cr\$ 3.500,00, obtidas segundo o edital de convocação assinado pelo presidente do Sindicato, "após exaustivos encontros de diretorias e comissões especialmente designadas".

Caso os metalúrgicos continuem se negando a aceitar a contraproposta patronal a assembleia passará para a votação da greve, seguindo-se a Lei nº 4.330, de junho de 1974. Os trabalhadores votarão numa cédula contendo "sim" ou "não" à greve. Posteriormente, a votação secreta será apurada e presidida por um designado do Ministério Público do Trabalho.

Chamada para a "briga", a atual diretoria do Sindicato responde às acusações de omissão feitas pela "oposição sindical", o grupo responsável pela mobilização de base. No verso do edital de convocação distribuído, faz uma sutil insinuação de que houve rompimento das decisões das assembleias, partindo de um dos líderes de base, o metalúrgico João Castella (membro da comissão de negociação). Explica: "Não há novidade em relação à proposta patronal. Continua a mesma: piso de Cr\$ 3.500,00; 65% até três salários mínimos; 60% de três a cinco salários mínimos; 55% de cinco a oito salários; e 50% acima de oito. Porém, não está fechada a negociação com a classe patronal para que possa aquele sindicato apresentar uma nova contraproposta aos trabalhadores, desde que nosso Sindicato possa negociar" (a assembleia não delegou poder de decisão de acordo à comissão de salário). Continua explicando, e é neste parágrafo que se dá a sutileza: "Só houve uma proposta isolada, do Castella que disse nas reuniões com os empregadores ser possível um acordo de 80% até três salários mínimos; 75% de três a cinco salários; e um piso entre Cr\$ 4.000,00 a Cr\$ 4.500,00. Fora isto, o sindicato se mantém na posição que a assembleia deliberou. Só tomará qualquer medida após a votação. A todos os companheiros associados que desejam esclarecimentos, podem marcar reunião no Sindicato ou fora dele. Nós iremos discutir a respeito".



Juiz adverte e esclarece

Quais os caminhos para que a greve dos metalúrgicos, se consumada, seja declarada legal pelo Ministério Público do Trabalho? O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região (que em janeiro deste ano fez valer o poder normativo da Justiça do Trabalho quando do julgamento do dissídio coletivo dos mineiros de Criciúma, Santa Catarina, decidindo por um índice superior ao estabelecido pelo governo), Luiz José Guimarães Falcão explica, baseando-se na Consolidação das Leis do Trabalho-CLT. "Para que a greve seja legal, tem que ser realizada nas condições estabelecidas na lei 4.330, de 1º de junho de 1974, que regula o direito de greve na forma do artigo 165 da Constituição".

Para que a categoria possa fazer o movimento deverá se reunir em Assembleia Geral com a presença de dois terços dos associados do sindicato, em primeira convocação. No caso dos metalúrgicos de Curitiba, foi marcada a assembleia para dia 4 de novembro (domingo) às 14 horas, no Ginásio do Atlético. Caso não haja "quorum" a legislação determina uma nova assembleia, com pelo menos, um intervalo de dois dias, bastando então, um terço dos associados. A categoria que tiver um número superior a cinco mil trabalhadores (é o caso dos metalúrgicos), bastará, para a formação de "quorum" e decisão pela greve, de um oitavo dos trabalhadores. "Se esse número não for atingido e a categoria partir para a greve, o movimento será ilegal".

está em estado de pré-greve". O artigo 19º, parágrafo único da CLT versa que "nos períodos de preparação, declaração e no curso da greve, os empregados que dela participarem não poderão sofrer constrangimento ou coação". Neste particular, o juiz afirmou que a garantia do empregado só é possível a partir do momento em que a diretoria publica o edital. Os casos de demissão acontecidos anteriormente deverão ir a julgamento isolado caso um advogado entre com processo em defesa dos demitidos.

Segundo Guimarães Falcão, é lícito o aliciamento pacífico dos trabalhadores por integrantes da diretoria do sindicato ou da classe. Através dessa afirmação do presidente do TRT, conclui-se que o grupo de oposição sindical, responsável pela mobilização dos trabalhadores, formulando inclusive folhetos e boletins informativos das negociações com a classe patronal, não é ilegal. O que não é previsto na lei, entretanto, é a participação de elementos estranhos à categoria durante uma mobilização. Há um outro particular: os dirigentes sindicais não poderão ser presos, senão se autuados em flagrante ou sob mandado judicial, por infrações que não dizem respeito à greve.

Os grevistas poderão também voltar ao trabalho depois da greve declarada, por deliberação da maioria dos associados numa nova assembleia, mesmo que não sejam atendidas as reivindicações, até mesmo nenhuma delas. Em caso de julgamento na Justiça do Trabalho, ele se dará por decisão desse poder. Após a sentença a greve tem que cessar. Se assim não se fizer, será

PT 1987. 228

sembléia permanente dos professores do Paraná, o Clero apoiou a paralisação, ainda que não oficialmente, mas trabalhando nas igrejas em defesa dos interesses do professorado. A CNBB e a CJP repudiaram, possivelmente, a atitude da indústria de eletrodomésticos Britânia, pela demissão, no último sábado de quinze de seus funcionários quando estavam distribuindo boletins de greve.

Durante a assembleia do próximo dia 4 (domingo), os metalúrgicos vão apreciar e discutir a proposta de reivindicações decididas nas assembleias de 28 de setembro e 12 deste mês: 85% de reajuste sobre os salários atuais e um piso de Cr\$ 6.520,00 (proposta da categoria), contra uma proposta patronal de 65% de aumento

sindicato apresentar uma nova contra-proposta aos trabalhadores, desde que nosso Sindicato possa negociar" (a assembleia não delegou poder de decisão de acordo à comissão de salário). Continua explicando, e é neste parágrafo que se dá a sutileza: "Só houve uma proposta isolada, do Castella que disse nas reuniões com os empregadores ser possível um acordo de 80% até três salários mínimos; 75% de três a cinco salários; e um piso entre Cr\$ 4.000,00 a Cr\$ 4.500,00. Fora isto, o sindicato se mantém na posição que a assembleia deliberou. Só tomará qualquer medida após a votação. A todos os companheiros associados que desejam esclarecimentos, podem marcar reunião no Sindicato ou fora dele. Nós iremos discutir a respeito".

Juiz adverte e esclarece

Quais os caminhos para que a greve dos metalúrgicos, se consumada, seja declarada legal pelo Ministério Público do Trabalho? O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região (que em janeiro deste ano fez valer o poder normativo da Justiça do Trabalho quando do julgamento do dissídio coletivo dos mineiros de Criciúma, Santa Catarina, decidindo por um índice superior ao estabelecido pelo governo), Luiz José Guimarães Falcão explica, baseando-se na Consolidação das Leis do Trabalho-CLT. "Para que a greve seja legal, tem que ser realizada nas condições estabelecidas na lei 4.330, de 1º de junho de 1974, que regula o direito de greve na forma do artigo 165 da Constituição".

Para que a categoria possa fazer o movimento deverá se reunir em Assembleia Geral com a presença de dois terços dos associados do sindicato, em primeira convocação. No caso dos metalúrgicos de Curitiba, foi marcada a assembleia para dia 4 de novembro (domingo) às 14 horas, no Ginásio do Atlético. Caso não haja "quorum" a legislação determina uma nova assembleia, com pelo menos, um intervalo de dois dias, bastando então, um terço dos associados. A categoria que tiver um número superior a cinco mil trabalhadores (é o caso dos metalúrgicos), bastará, para a formação de "quorum" e decisão pela greve, de um oitavo dos trabalhadores. "Se esse número não for atingido e a categoria partir para a greve, o movimento será ilegal".

"A assembleia deverá ser convocada com uma antecedência de 10 dias, por um edital do sindicato, através de jornais de circulação na cidade". Todo esse desenvolvimento já foi efetuado pelo sindicato dos metalúrgicos. Atingido o "quorum" no dia da assembleia e autorizada a greve, a diretoria notificará à classe empresarial por escrito, dando a ela um prazo de cinco dias para a solução das reivindicações, "sob pena de abstração pacífica e temporária do trabalho" (a greve), como está escrito na CLT. Cópia autêntica dessa notificação deverá ser encaminhada ao delegado regional do Trabalho, para a instauração do processo administrativo. Durante cinco dias a DRT tentará conciliar as partes, convocando-as à mesa de negociações, mediada pelo delegado no caso o general Adalberto Massa. Este, por sua vez, transmitirá o resultado ao Ministério Público do Trabalho (Procurador Regional do Trabalho), que poderá suscitar de ofício, dissídio coletivo perante o Tribunal do Trabalho para conhecimento das reivindicações formuladas pelos empregados, sem prejuízo da paralisação.

Quando paralisar o trabalho? É o artigo 17º da lei 4.330 que estabelece que quando expirados os prazos previstos (10 dias, mais 5 de últimas tentativas de acerto) e sendo impossível a conciliação, os empregados poderão deixar pacificamente o trabalho. Quer dizer que a partir da zero hora do sexto dia os empregados podem parar.

Garantias dos grevistas: o aliciamento pacífico de companheiros; coleta de donativos e o uso de cartazes de propaganda desde que não ofensivos e estranhos à reivindicação da categoria profissional; proibição da dispensa dos que tenham participado pacificamente do movimento grevista; proibição do empregador em admitir empregados em substituição aos grevistas.

O presidente do TRT explicou um dos pontos mais importantes para a garantia dos grevistas: "no momento em que o edital de convocação foi publicado é que se pode dizer que se

está em estado de pré-greve". O artigo 19º, parágrafo único da CLT versa que "nos períodos de preparação, declaração e no curso da greve, os empregados que dela participarem não poderão sofrer constrangimento ou coação". Neste particular, o juiz afirmou que a garantia do empregado só é possível a partir do momento em que a diretoria publica o edital. Os casos de demissão acontecidos anteriormente deverão ir a julgamento isolado caso um advogado entre com processo em defesa dos demitidos.

Segundo Guimarães Falcão, é lícito o aliciamento pacífico dos trabalhadores por integrantes da diretoria do sindicato ou da classe. Através dessa afirmação do presidente do TRT, conclui-se que o grupo de oposição sindical, responsável pela mobilização dos trabalhadores, formulando inclusive folhetos e boletins informativos das negociações com a classe patronal, não é ilegal. O que não é previsto na lei, entretanto, é a participação de elementos estranhos à categoria durante uma mobilização. Há um outro particular: os dirigentes sindicais não poderão ser presos, senão se autuados em flagrante ou sob mandado judicial, por infrações que não dizem respeito à greve.

Os grevistas poderão também voltar ao trabalho depois da greve declarada, por deliberação da maioria dos associados numa nova assembleia, mesmo que não sejam atendidas as reivindicações, até mesmo nenhuma delas. Em caso de julgamento na Justiça do Trabalho, ele se dará por decisão desse poder. Após a sentença a greve tem que cessar. Se assim não se fizer, será ilegal. Explica Guimarães Falcão que o processo poderá ser julgado até mesmo no dia em que é instaurado: "tudo depende do momento em que se suscitou o dissídio".

O Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região vem se tornando conhecido no Brasil inteiro, como o único que fez cumprir o poder normativo da justiça trabalhista. Em janeiro deste ano abriu exceção aos julgamentos anteriores, concedendo um aumento superior ao índice do governo, quando decidiu por um reajuste de 60% dos salários dos mineiros de Criciúma, quando o estabelecido era de 43%. Em outros julgamentos, retornou ao sistema tradicional dos índices. Segundo o presidente da TRT, desta vez se o caso dos metalúrgicos for a julgamento, o tribunal poderá se valer de outros elementos até então não utilizados, em decorrência da nova política salarial que será votada hoje no Congresso Nacional, a dos reajustes semestrais automáticos. O artigo 7º desse projeto determina, por exemplo, que "o aumento dos salários poderá ser estipulado por convenção, acordo coletivo ou sentença normativa com fundamento no acréscimo verificado na produtividade da categoria profissional".

O TRT da Nona Região teve influência na nova lei dos reajustes semestrais. O juiz Guimarães Falcão comentou que na quarta-feira passada, o secretário de Relações do Trabalho, Alencar Rossi, de Brasília, disse-lhe ao telefone que a lei que institui a nova sistemática de reajustamento automático dos salários e restabelece o poder normativo dos tribunais do Trabalho para fixar aumentos reais com base na produtividade, "foi decisivamente influenciada pelo julgamento do TRT da Nona Região em janeiro de 79, no dissídio coletivo dos mineiros de Criciúma". Lembra o presidente do TRT que na época o órgão levou em consideração, a rigor, "a dúvida surgida quanto à variação dos índices do custo de vida de 73 a 75, quando Delfim Neto era o ministro da Fazenda".



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *Diário do Paraná*
Red. Lind. Mata Lurg. R.
Data: *11/10/79* Est. *PR*

35

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



Metalúrgicos apresentam suas reivindicações

Escalonamento nos aumentos, e acordo com 4 faixas salariais, atingindo os vencimentos percebidos em 1 de dezembro de 78, remuneração mínima de 3.300 cruzeiros, aceitação do item estabilidade para gestantes, recusa para a reivindicação de criação de delegado sindical nas empresas, são alguns dos itens constantes na contra-proposta do sindicato patronal dos metalúrgicos, que será levada aos trabalhadores nesta sexta-feira em assembléia geral. A resposta as reivindicações feitas pelos empregados foi debatida na última terça-feira a noite, em reunião realizada entre a comissão formada pelos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Paraná e o sindicato patronal da classe. A reunião iniciada às 20 horas foi encerrada por volta das 23 horas do dia 9 último, e ontem a entidade dos trabalhadores procedeu a um resumo das decisões adotadas para ser distribuído entre os empregados.

As reivindicações da classe trabalhadora, giram em torno de um reajuste salarial de 85% sobre os salários de 1º de junho de 79, de antecipação (3 em 3 meses) de reajustes salariais, da criação do delegado sindical, abono para faltas de empregados estudantes, de quitação dos valores devidos quando de rescisão contratual e de um piso de Cr\$ 6.520 cruzeiros para a categoria. E ainda, de instalação de creches para filhos de funcionários, garantia de emprego e estabilidade, de insalubridade, de liberdade de sindicalização e de enquadramento de aprendizes nas devidas funções percebendo salário mínimo.

RESPOSTA

No tocante ao item salário a contra-proposta patronal para os metalúrgicos escalona os aumentos para 4 faixas salariais. Dispõem que para os trabalhadores que percebiam em 1 de dezembro de 78, até 3 salários mínimos (4.778 cruzeiros) o aumento seja de 62%; para quem ganha entre 3 a 5 mínimos, (entre 4.778 e 7.980 cruzeiros) o reajuste seja de 58%; entre 5 a 10 mínimos (7.980,01 a 15.960 cruzeiros) de 54% e para quem ganha acima de 10 mínimos mensais (15.960 cruzeiros em diante) 46% de reajuste. Todos os percentuais diz a contra proposta incidindo sobre a data base, ou seja de 1º de dezembro de 78.

A contra proposta não aceitou o pedido de reajuste salarial por antecipação a cada 3 meses, firmando posição para 6 em 6 meses. Para o aprendiz, diz o documento patronal só são aceitas as determinações contidas na CLT, enquanto que o prazo para quitação dos valores de rescisão contratual é aceito desde que o sindicato faça a intimação à empresa para que esta cumpra com as obrigações em 48 horas. O item de insalubridade foi aceito dentro dos parâmetros legais, assim como a exigência de creches em empresas que contém com mais de 20 funcionários, ficou condicionada a esta limitante.

Houve recusa no atendimento as reivindicações de delegado sindical, de garantia de emprego e estabilidade, e de gratificação por ocasião de férias. Os empresários dispuseram-se a fornecer uniformes aos empregados (onde o trabalhador tem que comparecer uniformizado) e a abonar faltas de trabalhadores desde que estes estejam matriculados em curso superior, profissionalizantes ou em formação específica à sua área de trabalho. Foi outorgada também garantia de estabilidade

PT 1987.228

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



Metalúrgicos apresentam suas reivindicações

Escalonamento nos aumentos, e acordo com 4 faixas salariais, atingindo os vencimentos percebidos em 1 de dezembro de 78, remuneração mínima de 3.300 cruzeiros, aceitação do item estabilidade para gestantes, recusa para a reivindicação de criação de delegado sindical nas empresas, são alguns dos itens constantes na contra-proposta do sindicato patronal dos metalúrgicos, que será levada aos trabalhadores nesta sexta-feira em assembléia geral. A resposta as reivindicações feitas pelos empregados foi debatida na última terça-feira a noite, em reunião realizada entre a comissão formada pelos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Paraná e o sindicato patronal da classe. A reunião iniciada às 20 horas foi encerrada por volta das 23 horas do dia 9 último, e ontem a entidade dos trabalhadores procedeu a um resumo das decisões adotadas para ser distribuído entre os empregados.

As reivindicações da classe trabalhadora, giram em torno de um reajuste salarial de 85% sobre os salários de 1º de junho de 79, de antecipação (3 em 3 meses) de reajustes salariais, da criação do delegado sindical, abono para faltas de empregados estudantes, de quitação dos valores devidos quando de rescisão contratual e de um piso de Cr\$ 6.520 cruzeiros para a categoria. E ainda, de instalação de creches para filhos de funcionários, garantia de emprego e estabilidade, de insalubridade, de liberdade de sindicalização e de enquadramento de aprendizes nas devidas funções percebendo salário mínimo.

RESPOSTA

No tocante ao item salário a contra-proposta patronal para os metalúrgicos escalona os aumentos para 4 faixas salariais. Dispõem que para os trabalhadores que percebiam em 1 de dezembro de 78, até 3 salários mínimos (4.778 cruzeiros) o aumento seja de 62%; para quem ganha entre 3 a 5 mínimos, (entre 4.778 e 7.980 cruzeiros) o reajuste seja de 58%; entre 5 a 10 mínimos (7.980,01 a 15.960 cruzeiros) de 54% e para quem ganha acima de 10 mínimos mensais (15.960 cruzeiros em diante) 46% de reajuste. Todos os percentuais diz a contra proposta incidindo sobre a data base, ou seja de 1º de dezembro de 78.

A contra proposta não aceitou o pedido de reajuste salarial por antecipação a cada 3 meses, firmando posição para 6 em 6 meses. Para o aprendiz, diz o documento patronal só são aceitas as determinações contidas na CLT, enquanto que o prazo para quitação dos valores de rescisão contratual é aceito desde que o sindicato faça a intimação à empresa para que esta cumpra com as obrigações em 48 horas. O item de insalubridade foi aceito dentro dos parâmetros legais, assim como a exigência de creches em empresas que contêm com mais de 20 funcionários, ficou condicionada a esta limitante.

Houve recusa no atendimento as reivindicações de delegado sindical, de garantia de emprego e estabilidade, e de gratificação por ocasião de férias. Os empresários dispuseram-se a fornecer uniformes aos empregados (onde o trabalhador tem que comparecer uniformizado) e a abonar faltas de trabalhadores desde que estes estejam matriculados em curso superior, profissionalizantes ou em formação específica à sua área de trabalho. Foi outorgada também garantia de estabilidade para a empregada gestante até 60 dias após o período de afastamento.

AO FINAL

De qualquer forma, muito embora a comissão representativa dos trabalhadores tenha comparecido à reunião de terça-feira e apostado as assinaturas na contra proposta a aceitação desta vai depender da assembléia de classe que será realizada amanhã a noite no Ginásio do Atlético a partir das 20 horas. O maior debate deverá ocorrer em torno da reivindicação não atendida de um piso salarial de 6.530 cruzeiros, cuja contra proposta, embora acima do salário mínimo reduz em praticamente 50% as pretensões dos trabalhadores metalúrgicos.

Na nota distribuída a imprensa não há referência ao fato de ocorrer ou não compensação, por conta das antecipações concedidas no período entre dezembro de 78 e junho de 79.

Neste comunicado ainda, a direção da entidade dos empregados alerta os trabalhadores que o acesso ao recinto da assembléia (ginásio do Atlético) só será permitido com a apresentação da carteira de identificação profissional.

PT 1987.228



Estado do Para

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO

RESIDÊNCIA

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Imprensa de Notícias*Redator: *Luiz M. Balduino*Data: *12/10/79* Estado *PR*

50

• SINDICALISMO •

Decisão no ginásio do Atlético

Na frieza dos números a demonstração incontestável de que são procedentes as reivindicações dos metalúrgicos, que pleiteiam 85% de aumento salarial e um mínimo de 6,5 mil.

Para a assembléia de hoje no Ginásio do Atlético, a partir das 20 horas, os grupos de metalúrgicos de Curitiba estão se agilizandando para rejeitar a contraproposta patronal "porque é insuficiente e defasada". Na Assembléia de hoje será apresentado um estudo econômico para provar a justa reivindicação de um aumento salarial de 85% sobre os salários atuais, e um piso de Cr\$ 6.520,00. A contraproposta patronal é de 62% sobre dezembro de 78, para quem ganha até três salários mínimos. Decresce até 46% para os trabalhadores que percebem até mais de 10 salários.

O estudo dos metalúrgicos se refere ao aumento de custo de vida nos últimos 6 anos, considerando que o reajus-

te salarial para a categoria, no Paraná, foi proporcional ao índice do governo. A pesquisa foi realizada por um dos grupos de oposição sindical, usando-se de dados oficiais, do Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômico de São Paulo.

Com os dados levantados, os trabalhadores provam que um reajuste de 85 por cento para a categoria, "ainda é pouco", ao se comparar os preços de alguns gêneros alimentícios de primeira necessidade, transporte e combustível, vigentes de setembro de 73 a setembro de 79. Veja o quadro que está sendo distribuído nas assembléias gerais para a conscientização de toda a classe.

Mercadorias	preços em Setembro/73	preços em Setembro/79	aumentos em 6 anos
Arroz	2,10	19,00	805%
Feijão	4,00	16,50	310%
Carne de 2ª e 3ª	7,00	70,00	900%
Carne seca	15,00	160,00	960%
Óleo de Soja	3,20	36,00	1025%
Banha	4,50	45,00	900%
Tomate	2,50	19,00	660%
Açúcar	1,20	10,00	730%
Café	8,20	121,40	1380%
Leite Fresco	0,90	7,80	760%
Pão d'água	0,15	1,00	560%
Banana	1,00	10,00	900%
Gás	16,90	120,90	615%
Ônibus	0,40	4,00	900%

Compare com os aumentos que tivemos nos salários

A Constituição garante o piso de Cr\$ 6.520,00

O Decreto-Lei nº 399, diz que um trabalhador precisa para viver durante um mês a seguinte alimentação:

6,6 kg de carne	6kg de pão	4,5 k. feijão
7,5 lts. de leite	3 kg. de arroz	90 bananas
600 g. de café	3 kg. de açúcar	6kg. de batata
1,5 kg de trigo	750 g. de manteiga	
900 g. de banha		

Nos preços de hoje, somando tudo isso dá: Cr\$ 1.206,45, para uma pessoa. Para uma família de 3 dá: 3x1.206,45 = 3.619,35. Mais moradia, roupa, ônibus dá Cr\$ 6.520,00 pelo menos! Conforme o artigo 158 da Constituição que diz que o salário tem que ser suficiente pra toda a família.

A proposta de reajuste salarial da categoria está toda ela calcada no aumento do custo de vida. Nesses seis anos eles provam que as mercadorias subiram em média, 775%. Em Curitiba, segundo os dados da Fundação IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), a subida foi de 745%. Os salários, por sua vez, foram reajustados em apenas 730%.

corresponda ao aumento de produtividade do ano anterior. Nesse item, baseou-se a comissão de estudos econômicos, nos dados do PIB (Produto Interno Bruto), publicados pelo Dieese, provando que os trabalhadores que se enquadram nesta lei, têm direito a mais 35%. Para os metalúrgicos de Curitiba, o real aumento deveria ser 180%, quando só assim corrigiria a defasagem dos seis



Não há qualquer possibilidade da Assembléia Extraordinária de hoje aprovar a contraproposta patronal, já que comparada com a inflação de setembro, que atingiu um índice de 7,7% e "mantendo 7% para outubro e novembro, o aumento acumulado de um ano deve somar 73%, isto é, 18%, a mais que a proposta patronal". Os 62% sobre dezembro de 78 (32% sobre os salários atuais), pretendidos pelos empregadores, significam um aumento médio de

apenas 26%, conforme a regra matemática aplicada. Os dados utilizados pelo grupo do estudo econômico foram levantados através de estimativas nacionais do percentual de empregos oferecidos, comparados com o percentual de trabalhadores. A fonte utilizada nesse item foi o RAIS (Relação Anual de Índice Salarial) de 77, projetada para o ano passado. Veja o confronto da contraproposta patronal com a reivindicação dos trabalhadores:

A PROPOSTA PATRONAL

1. Estrutura de SALÁRIOS e MASSA SALARIAL

	Nº de empregados	Massa de salários apropriada
Até 3 SM	76%	39%
3 a 10 SM	20%	34%
10 a 20 SM	3%	16%
mais de 20 SM	1%	11%

Fonte: RAIS 1977 projetada para 1978, em "O Estado de São Paulo", 30.08.79



rá apresentado um estudo econômico para provar a justa reivindicação de um aumento salarial de 85% sobre os salários atuais, e um piso de Cr\$ 6.520,00. A contraproposta patronal é de 62% sobre dezembro de 78, para quem ganha até três salários mínimos. Decresce até 46% para os trabalhadores que percebem até mais de 10 salários.

O estudo dos metalúrgicos se refere ao aumento de custo de vida nos últimos 6 anos, considerando que o reajus-

Sócio Econômico de São Paulo.

Com os dados levantados, os trabalhadores provam que um reajuste de 85 por cento para a categoria, "ainda é pouco", ao se comparar os preços de alguns gêneros alimentícios de primeira necessidade, transporte e combustível, vigentes de setembro de 73 a setembro de 79. Veja o quadro que está sendo distribuído nas assembleias gerais para a conscientização de toda a classe.

Mercadorias	preços em Setembro/73	preços em Setembro/79	aumentos em 6 anos
Arroz	2,10	19,00	805%
Feijão	4,00	16,50	310%
Carne de 2ª e 3ª	7,00	70,00	900%
Carne seca	15,00	160,00	960%
Oleo de Soja	3,20	36,00	1025%
Banha	4,50	45,00	900%
Tomate	2,50	19,00	660%
Açúcar	1,20	10,00	730%
Café	8,20	121,40	1380%
Leite Fresco	0,90	7,80	760%
Pão d'água	0,15	1,00	560%
Banana	1,00	10,00	900%
Gás	16,90	120,90	615%
Onibus	0,40	4,00	900%

Compare com os aumentos que tivemos nos salários

A Constituição garante o piso de Cr\$ 6.520,00

O Decreto-Lei nº 399, diz que um trabalhador precisa para viver durante um mês a seguinte alimentação:

6,6 kg de carne	6kg de pão	4,5 k. feijão
7,5 lts. de leite	3 kg. de arroz	90 bananas
600 g. de café	3 kg. de açúcar	6kg. de batata
1,5 kg de trigo	750 g. de manteiga	
900 g. de banha		

Nos preços de hoje, somando tudo isso dá: Cr\$ 1.206,45, para uma pessoa. Para uma família de 3 dá: $3 \times 1.206,45 = 3.619,35$. Mais moradia, roupa, ônibus dá Cr\$ 6.520,00 pelo menos! Conforme o artigo 158 da Constituição que diz que o salário tem que ser suficiente pra toda a família.

A proposta de reajuste salarial da categoria está toda ela calcada no aumento do custo de vida. Nesses seis anos eles provam que as mercadorias subiram em média, 77%. Em Curitiba, segundo os dados da Fundação IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), a subida foi de 745%. Os salários, por sua vez, foram reajustados em apenas 630%, provocando uma defasagem de 145%. Nessa comparação é que se chega à conclusão de que os metalúrgicos estão pedindo menos do que a inflação, já que a proposta de 85% mais a antecipação de julho em 22,5% incidem num índice de 126% sobre os salários de dezembro do ano passado.

Aos trabalhadores em indústrias, a legislação assegura um percentual que

corresponda ao aumento de produtividade do ano anterior. Nesse item, baseou-se a comissão de estudos econômicos, nos dados do PIB (Produto Interno Bruto), publicados pelo Dieese, provando que os trabalhadores que se enquadraram nesta lei, têm direito a mais 35%. Para os metalúrgicos de Curitiba, o real aumento deveria ser 180%, quando só assim se corrigiria a defasagem dos seis anos.

"A proposta da categoria, de 85% sobre os salários atuais pretende só recuperar a inflação de um ano e parte do que perdemos nos anos anteriores, visto que os companheiros de outros Estados, no ano passado, já conseguiram aumentos superiores aos índices oficiais", afirma o sindicato noutro documento que justifica o pedido de reajuste salarial.

PROPOSTA DA CATEGORIA

- 1) Aumento médio das mercadorias em 6 anos: 775%
(usando como base o Decreto Lei 399, e a moradia, vestuário, remédios, escola e prestações subindo a mesma coisa)
(obs: o aumento do Custo de vida em Curitiba de outubro de 1973 a setembro de 1979 chegou a 745%, conforme dados do IparDES)
- 2) Aumento médio dos salários 630%
(base: salário mínimo em setembro de 1973: Cr\$ 288,00 e salário mínimo em setembro de 1979: Cr\$ 2.107,20)
- 3) Diferença que perdemos com a inflação só nestes 6 anos 145%
- 4) Não perdemos só isso, a lei nos assegura um percentual que corresponda ao aumento de produtividade do ano anterior (no nosso caso, usando os dados do PIB real por pessoa, de acordo com o livroeto "Salário Mínimo", 426,88 (em 1978) dividido por 317,26 (em 1972), temos então direito a: 35%
- 5) Quanto então deveria ser o nosso aumento, para recuperar o poder aquisitivo perdido, nos últimos 6 anos, e termos direito ao aumento de produção por trabalhador? 180%



Não há qualquer possibilidade da Assembleia Extraordinária de hoje aprovar a contraproposta patronal, já que comparada com a inflação de setembro, que atingiu um índice de 7,7% e "mantendo 7% para outubro e novembro, o aumento acumulado de um ano deve somar 73%, isto é, 18%, a mais que a proposta patronal". Os 62% sobre dezembro de 78 (32% sobre os salários atuais), pretendidos pelos empregadores, significam um aumento médio de

apenas 26%, conforme a regra matemática aplicada. Os dados utilizados pelo grupo do estudo econômico foram levantados através de estimativas nacionais do percentual de empregos oferecidos, comparados com o percentual de trabalhadores. A fonte utilizada nesse item foi o RAIS (Relação Anual de Índice Salarial) de 77, projetada para o ano passado. Veja o confronto da contraproposta patronal com a reivindicação dos trabalhadores:

A PROPOSTA PATRONAL

1. Estrutura de SALÁRIOS e MASSA SALARIAL

	Nº de empregados	Massa de salários apropriada
Até 3 SM	76%	39%
3 a 10 SM	20%	34%
10 a 20 SM	3%	16%
mais de 20 SM	1%	11%

Fonte: RAIS 1977 projetada para 1978, em "O Estado de São Paulo", 30.08.79

2. Aumento sobre o SALÁRIO ATUAL conforme a proposta PATRONAL

Até 3 SM	= 62% sobre dezembro/78 ou 32% sobre salários atuais
3 a 5 SM	= 58% sobre dezembro/78 ou 29% sobre salários atuais
5 a 10 SM	= 54% sobre dezembro/78 ou 26% sobre salários atuais
mais 10 SM	= 46% sobre dezembro/78 ou 19% sobre salários atuais

3. Aumento Médio sobre o salário Atual conforme a Proposta Patronal

Até 3 SM	= $39 \times 1,32 = 51$
3 a 10 SM	= $34 \times 1,275 = 43$
mais 10 SM	= $27 \times 1,19 = 32$

126 ou 26%

4. Diferença entre a Proposta Patronal e a Proposta da Categoria dos Trabalhadores:

Proposta da Categoria	: 85%
Proposta Patronal	: 26%
Diferença a Menor	: 59%

5. Aumento Médio sobre os SALÁRIOS de Dezembro conforme a Proposta Patronal

Até 3 SM	$39 \times 1,62 = 63$
3 a 10 SM	$34 \times 1,56 = 53$
mais de 10 SM	$27 \times 1,46 = 39$

155 ou 55%

6. Diferença entre a Proposta Patronal e a inflação

Considerando a inflação de setembro (coluna 2) de 7,7%, e mantendo 7% para outubro e novembro, o aumento acumulado de 1 ano deve somar 73%, isto é 18% mais que a proposta Patronal.



PT 1987-228



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL: Folha de Parana
Pasta Sind. Met. Pe
Data 12/10/79 Estado Pe
57

NOME:
FILIAÇÃO:
PROFISSÃO:
RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



Metalúrgicos vão discutir contraproposta hoje à noite

CURITIBA (Da sucursal) — Os metalúrgicos de Curitiba marcaram para hoje, a partir das 20 horas, a realização da assembléia geral que deverá discutir e colocar em votação a contraproposta patronal às reivindicações da classe. Ontem, os membros da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos, movimentaram-se no sentido de divulgar o documento estudado e aprovado em reunião realizada anteontem, na sede da FIEP, entre o sindicato patronal e a comissão de negociação que representa os trabalhadores. Na contraproposta a ser apresentada aos metalúrgicos, os patrões aceitam um reajuste com base nos salários de 1º de dezembro de 78 (os trabalhadores reivindicam reajuste salarial a partir do aumento de 1º de junho de 79). Propõem um aumento de 62 por cento para os que ganham até 3 salários mínimos; 58 por cento para os que

ganham de 3 a 5 salários mínimos; 54 por cento para os que ganham de 5 a 10 salários mínimos e 46 por cento para os que ganham acima de 10 salários mínimos. Na contraproposta foi negado também o reajuste salarial de 3 em 3 meses, adiando para 6 em 6 meses as datas das negociações. Concordam com a concessão de 60 dias de licença para as parturientes, a partir da data de afastamento, negam a criação de delegados sindicais, bem como abono de falta para estudantes.

Não aceitam, ainda, a gratificação por ocasião de férias como havia sido proposto nas reivindicações dos trabalhadores e aceitam a criação de creches e pagamentos de taxas de insalubridade, mas dentro dos itens estabelecidos por lei. Aprovam o item de que a empresa forneça o uniforme e também a concessão de liberdade sindical, negando, porém, a garantia de empregos e estabilidade.

PT 1987-228



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Diário do Paraná*
Pasta: *Diad. Met. R*
Data *14/10/49* Estado *R*

58

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Metalúrgico vai à greve se não conseguir 85%

Depois de uma rápida assembléia-geral, que durou pouco mais de uma hora na noite de sexta-feira, os metalúrgicos de Curitiba decidiram que vão entrar em greve no dia 28 se até lá os patrões não atenderem a reivindicação de aumento de 85 por cento nos salários de toda a categoria, sem descontar a antecipação de 22,5 por cento dada em junho, mais a fixação de um piso salarial de Cr\$ 6.520,00, quase o dobro do atual piso, que é de Cr\$ 3.300,00.

Os metalúrgicos rejeitaram a contraproposta patronal de aumentos que variam entre 62 por cento, para os que ganham até tres salários mínimos, e 46 por cento, para os da faixa acima de 10 salários mínimos, incluindo a antecipação de junho. Antes da decisão do dia 28, onde a proposta de greve será submetida a assembléia em votação secreta, os representantes dos metalúrgicos e dos patrões vão se reunir na quarta-feira para tentar mais uma vez o acordo.

Se isto não for possível já no dia seguinte o sindicato vai entrar com um pedido de greve na Delegacia Regional do Trabalho. Na sexta-feira serão formadas as comissões de greve e feita a convocação da assembléia, por edital. São 30 mil metalúrgicos em Curitiba e mais 80 mil no interior do Estado. A decisão da assembléia do dia 28 deverá ser acompanhada pelos sindicatos de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, o tres principais pólos industriais do Estado depois de Curitiba.



PT 1987.228



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Estado do Paraná*
Pasta: Sind. Met. Pk
Data *16 10 79* Estado *PR*

59

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Metalúrgicos cogitam em deflagrar a greve

Patrões e empregados do setor de metalurgia, mecânica e material elétrico do Paraná, os primeiros já cogitando entrar em greve, com mais de um mês de prazo para sua data base da convenção coletiva de trabalho, reúnem-se mais uma vez amanhã à noite, na sede da Federação das Indústrias, para tentar um acordo salarial. As duas classes mostravam-se irredutíveis em suas propostas porque, segundo um empresário, "nestes últimos quinze anos, perdemos o hábito de discutir. Para o empregado, tudo era imposto e para os patrões a situação era de comodismo". Entretanto, no setor empresarial cogita-se a possibilidade de negociar índices um pouco superiores aos 62 por cento oferecidos, desde que a categoria de trabalhadores também ceda em reduzir suas reivindicações.

Os sindicatos de trabalhadores também estão divididos, pois as propostas feitas pelas entidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa não coincidem com as que são apresentadas pelo sindicato da Capital. Este último pede um aumento salarial na ordem de 85 por cento sobre os salários atuais, sem desconto dos 22,5 por cento concedidos em junho deste ano, e defendendo um piso salarial de Crs 6.520,00. Neste ponto está a divergência com os sindicatos do Interior, que propõem um piso de Crs 4.500,00.

RESOLVER O PROBLEMA

Os sindicatos de trabalhadores do Interior do Estado, na reunião de amanhã, têm autonomia para as negociações, enquanto que a entidade representativa da classe em Curitiba deverá colocar as propostas novamente para dis-

cussão em assembléia, no próximo dia 28. Se não houver acordo, a categoria, pelo menos em Curitiba, deverá entrar em greve, envolvendo perto de 30 mil trabalhadores já que o sindicato reúne também as classes de mecânicos e empregados no setor de materiais elétricos. Uma divisão por funções também é apontada pela classe patronal como uma medida para evitar atritos, já que os empresários não concordam que diferentes funções percebam salários iguais, por eles considerados como elevados. Mas esta proposta não deverá ser feita agora e sim para uma próxima convenção.

Argumentam também os empresários que, na reunião de amanhã, a proposta de Crs 3.300,00 como piso salarial deverá ser mantida, embora, conforme reconheçam alguns, "um homem não pode viver com este salário, mas não somos nós que vamos resolver o problema de salários mínimos".

A última greve de trabalhadores do setor no Paraná ocorreu em novembro de 1965, e durou apenas um dia. Sem panilhas oficiais sobre o custo de vida, comissões partidárias realizavam um levantamento no comércio e dali extraíam o índice. Naquele ano, este índice foi fixado em 60 por cento e os empresários queriam dividir em duas parcelas: a primeira no mês da data-base, que era setembro, de 40 por cento, e a outra em janeiro do ano seguinte, o que não foi aceito pelos empregados. O dissídio foi julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho na época sediado em São Paulo, que deu ganho à categoria patronal.



PT 1987.228

JORNAL Tabuara do Suvid
 Santa Serv. Met. P.
 Data 24 de 09 Estado P.
 60

Secretaria de Segurança Pública
 DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL



Estado do Paraná

SECCAO DE INFORMACOES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFIS

RESIDÊ

Última reunião para os metalúrgicos decidirem

A Comissão de Negociação Salarial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Paraná pediu ontem à Delegacia Regional do Trabalho que marque uma última reunião, para tentar um acordo com a classe patronal. Será a última instância administrativa, visto que, na reunião de segunda-feira última, os representantes da classe dos trabalhadores e dos patrões não conseguiram chegar a nenhum acordo. Após essa reunião da DRT, que os metalúrgicos acreditam que "não vai levar a nada", só resta o caminho da greve.

Segundo o secretário do Sindicato dos Trabalhadores, Denizar Airton Pam, vai ser marcada uma assembléia no dia 3, e caso não haja o quorum mínimo de 3/4 de participação, nova assembléia será realizada no dia 5, quando o quorum mínimo exigido é 1/8. "A assembléia votará a greve, decidindo se pára ou não as máquinas". O edital de greve já está sendo preparado, podendo ser publicado até três dias antes da assembléia.

ASSEMBLÉIA DECIDE

Em várias reuniões já realizadas, pelas comis-

sões patronal e dos empregados, para o acordo salarial, a questão sempre esbarrou no índice de aumento e no piso salarial. Os metalúrgicos decidiram por um piso de Cr\$ 6.520,00, e aumento para todos de 85%. Os patrões oferecem um piso de Cr\$ 3.300,00, e aumento de 65% para quem recebe até três salários mínimos, 60%, de três a cinco salários mínimos, 55%, de cinco a dez salários mínimos, e acima de dez salários, 50%. Como a comissão não tem poder realmente de negociação, isto é, não pode fazer contraproposta, mas apenas atua na intermediação, somente com assembléia, decidindo ou não pela greve ou nova proposta, poderá solucionar o impasse.

Por estarem distribuindo folhetos referentes à campanha salarial, 15 operários foram demitidos pela Britânia, fábrica de eletrodomésticos, sexta-feira última, e há ameaça de pelo menos mais 9 trabalhadores perderem o emprego. Na segunda-feira já haviam sido demitidos 20 novos operários, "uma prova de que o trabalhador está desprotegido, sem nenhuma garantia". Os demitidos pertencem ao grupo de oposição ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecâ-

nicas e do Material Elétrico do Paraná (na verdade de Curitiba), assim configurado desde que cerca de 100 trabalhadores, que se reuniram para propor uma maior mobilização para a campanha deste ano, perceberam que o Sindicato "não estava realmente defendendo os interesses da classe.

As demissões provocaram um clima de medo, e o pessoal sente-se sem garantias, confirmou um dos operários da Britânia, que pertence ao grupo de oposição. Um outro metalúrgico, da Omeco, fábrica localizada na Vila São Jorge, com apenas 10 dias de emprego, foi mandado embora por ter participado "combativamente" das assembléias. O grupo vê a situação como provocação dos patrões, e assumiu o problema dos 15, contratando advogado e tentando apoio de outras entidades, para evitar "movimento em cadeia" nas empresas, principalmente "porque os demitidos procuraram o sindicato e lá disseram que não tinham responsabilidade sobre a distribuição desses folhetos, que foram confeccionados pelo grupo, prova do descomprometimento deles com a categoria que representam".



PT 1987-228

JORNAL: <i>ABJ. do Paraná</i>
<i>P. Sind. Met.</i>
Data <i>10/11/79</i> Estado <i>PR</i>

62



Metalúrgicos e patrões em reunião hoje na DRT

Hoje às nove horas, na Delegacia Regional do Trabalho haverá a última reunião entre os metalúrgicos e a classe patronal na tentativa de acordo entre as propostas salariais reivindicadas pelos trabalhadores, de 85 por cento sobre os salários atuais e a dos empregadores, que é de 65 por cento sobre o salário de dezembro passado. Mas como a comissão dos trabalhadores, integrada pelo presidente do sindicato, não tem poder decisório, qualquer contraproposta terá que ser levada para discussão na assembléia marcada para o próximo domingo às 14 horas, no Ginásio do Atlético, para votação da proposta de greve.

Desta forma, a negociação continua paralela à mobilização dos trabalhadores para a greve. Ontem à noite foi formado o Comitê de Solidariedade ao Movimento dos Metalúrgicos, em reunião que contou com a participação das diversas entidades que já deram apoio à reivindicação da categoria. Mesmo porque os metalúrgicos consideram que a reunião de hoje na DRT servirá mais para a discussão da nova política salarial, com os reajustes semestrais, e definição do índice de produtividade a que terão direito.

DIFERENÇA

A diferença entre a oferta patronal e o pedido dos metalúrgicos é de 56 por cento. Porque a proposta da categoria é de 85 por cento sobre os salários atuais, enquanto que a classe patronal oferece: 65 por cento sobre dezembro de 78, ou 34,7 sobre os salários atuais para quem ganha até três salários mínimos; 60 por cento sobre o salário de dezembro passado para os que ganham de três a cinco salários mínimos, ou 30,6 sobre salários atuais. Para os que estão na faixa salarial de 5 a 10 salários mínimos, a proposta patronal é de 55 por cento sobre dezembro, ou 26,5 por cento sobre salários atuais.

E para os com mais de 10 salários mínimos, 50 por cento sobre dezembro passado ou 22,5 sobre o salário atual. Esse escalonamento dá em média 29 por cento sobre os salários atuais da categoria.

DESENTENDIMENTOS

A discussão também gira em torno do índice inflacionário previsto de dezembro do ano passado a novembro deste ano. Enquanto os patrões consideram que será de 58 por cento, os metalúrgicos apontam o índice de 73 por cento, o que dá uma diferença de 15 por cento. Mas os desentendimentos não acabam aí. A oposição sindical tem denunciado pressões por parte dos patrões, que vão desde a demissão, carta de intimidação, até exigências de fazer horas extras. José Castela, um dos líderes da oposição, vem recebendo ameaças anônimas por telefone, proibindo-o de se manifestar nas assembléias e participar do movimento da campanha salarial.

No boletim que a oposição sindical distribui aos metalúrgicos, explica que tanto o pedido de 85 por cento de aumento é necessário que basta verificar o índice de aumento dos produtos de primeira necessidade nos últimos seis anos. Apontam que o aumento dos gêneros ficou em 775 por cento, enquanto os salários aumentaram 630 por cento nesse período.

O movimento de oposição metalúrgica considera que a votação da greve acabará ficando para segunda convocação, na assembléia marcada para o dia 7 próximo, uma vez que o próximo domingo segue ao feriado de Finados e dificilmente haverá os dois terços dos metalúrgicos em condições de votar, que é estimado em quatro mil pessoas. Já em segunda votação da proposta de greve, será necessário apenas um oitavo dos metalúrgicos com poder de voto, que é estimado em 500 pessoas.

PT 1987-228



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: 1/8

P- Silva

Data 06/1

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

CURITIBA — PR,

- 1 ASSUNTO
- 2 ORIGEM
- 3 CLASSIFICAÇÃO
- 4 DIFUSÃO
- 5 REFERÊNCIA



INFORME 1

Assembléia recusa proposta patronal e metalúrgicos podem voltar à greve

CURITIBA (Da sucursal) — Embora sem quorum para uma decisão final, a assembléia geral dos metalúrgicos de Curitiba, realizada em primeira convocação na tarde de domingo, decidiu, por unanimidade, recusar a nova contraproposta salarial apresentada pelo sindicato patronal, que prevê um aumento de 68 por cento sobre os salários de 78. Os trabalhadores que compareceram no Ginásio de Esportes do Atlético decidiram continuar a luta por um aumento de 85 por cento com base nos salários atuais. A segunda convocação para a assembléia geral dos metalúrgicos está marcada para amanhã no mesmo local, a partir das 18 horas, quando o quorum será possível com a presença de apenas um oitavo dos trabalhadores. Se a contraproposta patronal, for novamente recusada, será votada a greve geral da classe, já articulada legalmente pelo sindicato.

A assembléia de domingo não contou com a presença do representante do procurador da Justiça Trabalhista, José Montenegro Antero, que deveria dirigir o movimento e que viajara no final de semana, prevendo, antecipadamente que não haveria presença suficiente e consequentemente não daria quorum. A reunião foi marcada por uma intensa confusão, com os trabalhadores colocando-se, declaradamente, contra a posição do presidente do sindicato, Orlei

da Silva, que presidiu a assembléia juntamente com os membros da oposição sindical e da comissão de negociação. Orlei — segundo comentários dos metalúrgicos presentes, conseguiu boicotar discursos de trabalhadores, inscritos de antemão para falarem, e colocou rapidamente a proposta em votação. Foi recusada sob intensa vaia e gritos de "abaixo o sindicato". Ao final da reunião, o presidente foi atacado, oralmente, por dezenas de trabalhadores, que subiram no palco para acusar o sindicato de omissão e patronal. "O sindicato paranaense foi o único do Brasil que não apoiou as greves dos metalúrgicos do ano passado" — afirmou um dos trabalhadores, enquanto observava que o sindicato curitibano sempre esteve ao lado dos patrões.

A oposição sindical, por sua vez, convocou os metalúrgicos para uma sindicalização maciça, entre hoje e amanhã, para que a próxima convocação possa contar com um número suficiente de sindicalizados para votar a greve. Eles acusam o sindicato de boicotar a inscrição dos metalúrgicos na entidade que os representa. Segundo um dos membros deste grupo de facção da classe, a indústria New Holland, por exemplo, exerceu pressão sobre seus empregados, para que não se sindicalizassem e quando estes procuravam o sindicato para inscreverem-se, eram obrigados a pagar 132 cruzeiros (a taxa é de 22 cruzeiros), ou afirmam que os trabalhadores daquela indústria não podem sindicalizarem-se por não terem desconto, nos seus salários, a taxa mensal destinada à entidade trabalhista: "Esse desconto é obrigatório por lei. Caso não seja procedido, a firma tem que pagar uma multa de pelo menos 20 salários mínimos por caso" — afirmaram os trabalhadores da New Holland.

Os metalúrgicos reclamaram, ainda, da desinformação e falta de orientação por parte do sindicato, quando em épocas de campanhas salariais, e afirmaram que "se não fosse o grupo de oposição, desta vez seríamos novamente 'enrolados' pelos patrões e teríamos que aceitar um aumento mínimo e continuar com salários de fome como os atuais". Observaram também o comportamento de um dos presentes, que gravou todo o andamento da assembléia, "possivelmente para nos entregar depois aos patrões".

A PROPOSTA E AS CONFUSÕES

Segundo informações contidas no boletim distribuído pela diretoria do sindicato, a nova contraproposta salarial patronal, apresentada em reunião realizada quinta-feira última, na DRT, entre sindicato

patronal e comissão de negociação, com a presença do Adalberto Massa e do procurador da Justiça do Trabalho, José Montenegro Antero, prevê, um aumento que vigorará em duas etapas: a primeira a partir de 1o. de novembro, conforme o aumento verno, e com o qual a categoria passa a perceber 3 mil e 336 ros. A segunda etapa será a partir de 1o. de dezembro — da dos metalúrgicos — e prevê os seguintes aumentos: para quem de 1 a 3 salários mínimos, 68 por cento; quem ganha de 3 a 10 salários mínimos, 65 por cento; e acima de 10 salários mínimos, cento. Todos esses índices já estão calculados com a taxa de cento de produtividade, dada pelos patrões. Conforme o boletim de produtividade, já que se trata de uma lei nova, deverão ser mínimas as alterações. O boletim lembra que a greve poderá resultar em uma diminuição da atual produtividade: "já que só podemos discutir a produtividade da categoria; sional".

No entanto, a interpretação da oposição sindical é muito diferente da interpretação do sindicato, segundo um segundo boletim distribuído na assembléia. Conforme explicações contidas neste boletim, as duas partes que compõem a contraproposta de aumento dos patrões — uma referente à inflação e outra referente à produtividade — é dúbia, pois a primeira continuará sendo determinada pelo Governo e de seis em seis meses. Eles colocam em dúvida o aumento de inflação de 27 por cento nos últimos seis meses e a taxa de produtividade de 6 por cento. E esclarecem: "Para os que ganhavam a antecipação de 22 por cento, o aumento variará de 28 a 37 por cento; já computada a taxa de produtividade (de 1,06) e a inflação (que variou de 1,21 a 1,29). Para quem teve antecipação acima de 22 por cento, o aumento foi ainda menor — segundo dados do boletim. Na segunda etapa, a vigorar, a partir de 1o. de dezembro, todos os salários passarão a um aumento de 68 por cento, alertando o fato de estar baseado nos salários de dezembro e não nos atuais.

Amanhã, os metalúrgicos votarão novamente essa contraproposta e tudo indica que partirão mesmo para a greve, se a posição dos patrões continuar a mesma. Paralelamente ao movimento de campanha salarial, a oposição sindical dos metalúrgicos de Curitiba formou o Comitê de Solidariedade à Campanha, composto por membros de inúmeras categorias profissionais e entidades, como o Comitê Brasileiro pela Anistia. Há também um movimento feminino, que conta com as esposas dos metalúrgicos para angariarem fundos para a greve mobilização para piquetes e passeatas.

PT 1987.228



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: Folha de Curitiba

P. Sind. Met.

Data 06/11/79 Estado PR

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

CURITIBA — PR, _____

- 1 ASSUNTO _____
- 2 ORIGEM _____
- 3 CLASSIFICAÇÃO _____
- 4 DIFUSÃO _____
- 5 REFERÊNCIA _____



INFORME N.º _____

Assembléia recusa proposta patronal Metalúrgicos podem voltar à greve

Em quorum para uma decisão de Curitiba, realizada ontem, decidiu, por unanimidade, apresentar pelo sindicato 68 por cento sobre os salários no Ginásio de Esportes, luta por um aumento de 68 por cento. A segunda convocação está marcada para amanhã e o quorum será possível com a presença dos trabalhadores. Se a convocação for aprovada, será votada a greve do sindicato.

Com a presença do representante José Montenegro que viajara no final de semana, não haveria presença suficiente. A reunião foi marcada com a presença dos trabalhadores colocando-se, portanto, o presidente do sindicato, Orlei

da Silva, que presidiu a assembléia juntamente com os membros da oposição sindical e da comissão de negociação. Orlei — segundo comentários dos metalúrgicos presentes, conseguiu boicotar discursos de trabalhadores, inscritos de antemão para falarem, e colocou rapidamente a proposta em votação. Foi recusada sob intensa vaia e gritos de "abaixo o sindicato". Ao final da reunião, o presidente foi atacado, oralmente, por dezenas de trabalhadores, que subiram no palco para acusar o sindicato de omissão e patronal. "O sindicato paranaense foi o único do Brasil que não apoiou as greves dos metalúrgicos do ano passado" — afirmou um dos trabalhadores, enquanto observava que o sindicato curitibano sempre esteve ao lado dos patrões.

A oposição sindical, por sua vez, convocou os metalúrgicos para uma sindicalização maciça, entre hoje e amanhã, para que a próxima convocação possa contar com um número suficiente de sindicalizados para votar a greve. Eles acusam o sindicato de boicotar a inscrição dos metalúrgicos na entidade que os representa. Segundo um dos membros deste grupo de facção da classe, a indústria New Holland, por exemplo, exerceu pressão sobre seus empregados, para que não se sindicalizassem e quando estes procuravam o sindicato para inscreverem-se, eram obrigados a pagar 132 cruzeiros (a taxa é de 22 cruzeiros), ou afirmam que os trabalhadores daquela indústria não podem sindicalizarem-se por não terem descontado, nos seus salários, a taxa mensal destinada à entidade trabalhista. "Esse desconto é obrigatório por lei. Caso não seja procedido, a firma tem que pagar uma multa de pelo menos 20 salários mínimos por caso" — afirmaram os trabalhadores da New Holland.

Os metalúrgicos reclamaram, ainda, da desinformação e falta de orientação por parte do sindicato, quando em épocas de campanhas salariais, e afirmaram que "se não fosse o grupo de oposição, desta vez seríamos novamente "enrolados" pelos patrões e teríamos que aceitar um aumento mínimo e continuar com salários de fome como os atuais". Observaram também o comportamento de um dos presentes, que gravou todo o andamento da assembléia, "possivelmente para nos entregar depois aos patrões".

A PROPOSTA E AS CONFUSÕES

Segundo informações contidas no boletim distribuído pela diretoria do sindicato, a nova contraproposta salarial patronal, apresentada em reunião realizada quinta-feira última, na DRT, entre síndica-

to patronal e comissão de negociação, com a presença do general Adalberto Massa e do procurador da Justiça do Trabalho, José Montenegro Antero, prevê, um aumento que vigorará em duas etapas: a primeira a partir de 1o. de novembro, conforme o aumento do Governo, e com o qual a categoria passa a perceber 3 mil e 336 cruzeiros. A segunda etapa será a partir de 1o. de dezembro — data base dos metalúrgicos — e prevê os seguintes aumentos: para quem ganha de 1 a 3 salários mínimos, 68 por cento; quem ganha de 3 a 10 salários mínimos, 65 por cento; e acima de 10 salários mínimos, 58 por cento. Todos esses índices já estão calculados com a taxa de 6 por cento de produtividade, dada pelos patrões. Conforme o boletim, os cálculos podem ser alterados "já que se trata de uma lei nova", todavia, deverão ser mínimas as alterações. O boletim lembra ainda que a greve poderá resultar em uma diminuição da atual proposta, "já que só podemos discutir a produtividade da categoria profissional".

No entanto, a interpretação da oposição sindical é muito diferente da interpretação do sindicato, segundo um segundo boletim distribuído na assembléia. Conforme explicações contidas neste documento, as duas partes que compõem a contraproposta de aumento dos patrões — uma referente à inflação e outra referente à produtividade — é dúbia, pois a primeira continuará sendo determinada pelo Governo e de seis em seis meses. Eles colocam em dúvida o aumento de inflação de 27 por cento nos últimos seis meses e a taxa de produtividade de 6 por cento. E esclarecem: "Para os que ganharam a antecipação de 22 por cento, o aumento variará de 28 a 37 por cento; já computada a taxa de produtividade (de 1.06) e a inflação (que variou de 1,21 a 1,29). Para quem teve antecipação acima de 22 por cento, o aumento foi ainda menor — segundo dados do boletim. Na segunda etapa, a vigorar, a partir de 1o. de dezembro, todos os salários passarão a um aumento de 68 por cento, alertando para o fato de estar baseado nos salários de dezembro e não nos atuais.

Amanhã, os metalúrgicos votarão novamente essa contraproposta e tudo indica que partirão mesmo para a greve, se a posição dos patrões continuar a mesma. Paralelamente ao movimento de campanha salarial, a oposição sindical dos metalúrgicos de Curitiba formou o Comitê de Solidariedade à Campanha, composto por membros de inúmeras categorias profissionais e entidades, como o Comitê Brasileiro pela Anistia. Há também um movimento feminino, que convoca as esposas dos metalúrgicos para angariarem fundos para a greve e mobilização para piquetes e passeatas.

67

Metalúrgico disposto à greve

Depois de quase três meses de negociação, a categoria dos trabalhadores em indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Curitiba, chega hoje à noite à sua segunda assembleia para a definição de greve. Os trabalhadores representados pelos três sindicatos do Interior do Estado (Londrina, Maringá e Ponta Grossa) acabaram por entrar em acordo com a categoria patronal, mas os da Capital rejeitaram definitivamente, em assembleia realizada no domingo passado, a proposta de aumento de 68 por cento. Não aceitam menos do que 85 por cento de reajuste sobre os níveis atuais.

O último movimento grevista desta categoria registrado no Estado foi no dia 29 de novembro de 1965. A greve durou apenas um dia e os trabalhadores tiveram que aceitar os 40 por cento de aumento decidido no dissídio julgado ainda pelo Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo. Depois de 14 anos - período em que "perdemos o hábito de discutir", conforme frisou um dos dirigentes sindicais da classe empregadora - a convenção coletiva de trabalho desaguou em cisão entre o Interior e

a Capital, com a aceitação do primeiro do reajuste de 65 por cento e um piso de Crs 3.500.00.

Mas, em Curitiba, a série de assembleias e reuniões de patrões e empregados resultou inclusive numa clara oposição à liderança sindical destes últimos. Na reunião de domingo passado, que quase termina em tumulto generalizado, o presidente do sindicato dos empregados, Orlei Lopes da Silva, foi apontado como omissivo e antidemocrático quanto às reivindicações dos empregados. Oslei deve cumprir mais um ano à frente da entidade.

SOB A LEI

Os representantes oficiais da justiça trabalhista deverão tentar ao máximo para que o movimento paradedista não se concretize. Caso a assembleia realizada hoje decida, por maioria, pela greve, deverá ainda respeitar o prazo de cinco dias nos quais, em fase administrativa, a Delegacia Regional do Trabalho realizará uma reunião de conciliação novamente entre empregados e patrões. Entretanto, a assembleia pode decidir pela paralisação imediata.

Neste caso, o procurador regional da Justiça do Trabalho, José Mentenegro Antero, deverá instaurar o dissídio coletivo "ex-officio". Já na alçada judicial, poderá ocorrer outra audiência para tentativa de conciliação. Só então, se as categorias não chegarem a um acordo, o dissídio irá a julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho.

"O Tribunal deve se cingir no que a lei estabelece", acentua o procurador regional da Justiça do Trabalho. Antero adianta inclusive que o Tribunal possa decidir pela ilegalidade da greve, caso entenda que os trabalhadores não têm razão em pleitear os 85 por cento de aumento e o piso de Crs 6.520.00 (enquanto os patrões oferecem 68% e Crs 3.900.00, respectivamente). Mas haverá dificuldade em julgar. Ninguém ainda pode afirmar ter compreendido a lei de reajustes semestrais e o estabelecimento dos índices de produtividade. E não é do interesse de nenhuma categoria que estes índices venham a ser fixados oficialmente.

Movimento tem amplo apoio

A decisão final do movimento de reivindicação salarial levado a cabo pelos metalúrgicos será dada hoje, às 19 horas, durante assembleia geral, no Ginásio do Atlético. Caso seja deflagrada a greve, a Comissão de Justiça e Paz - CJP, da Cúria Metropolitana, continuará dando apoio total aos trabalhadores. Esta decisão foi tomada ontem, depois de uma reunião mantida entre o presidente daquela entidade, Wagner D'Angelis, e o bispo auxiliar de Curitiba, dom Álvaro Cavallin.

Na ocasião, foram defendidos os parâmetros em que estará fundamentado o auxílio que a CJP dará aos empregados na indústria metalúrgica. A atuação da Comissão de Justiça e Paz deverá estar ligada aos problemas de ordem jurídica e no tocante à assessoria técnica de questões, ficando a parte da participação no Comitê de Solidariedade aos Metalúrgicos por conta da Comissão de Pastoral Operária, diretamente envolvida no movimento trabalhista.

FAVORÁVEL ÀS REIVINDICAÇÕES

Wagner D'Angelis disse ontem que a atuação da CJP será apenas em última instância, mas a entidade continuará apoiando qualquer categoria assalariada que esteja em dificuldades com acordos patronais. Manifestou-se, também, favorável no que concerne às reivindicações, acrescentando que a CJP deverá ainda apurar alguns casos de demissões - 15, ao todo, ocorridas na Indústria Britânia, além de perseguição e violência contra metalúrgicos, que acredita que acontecerão, sem dúvida, a partir da greve.

Por outro lado, o Comitê de Solidariedade aos Metalúrgicos estará reunido hoje à noite, no MDB Regional, às 20 horas, para discutir a melhor forma de apoiar a classe, caso entre em greve. O Comitê é composto por várias entidades e profissionais de diversos setores, além de representantes da Oposição Sindical, da Associação de Bairros, Comitê Brasileiro pela Anistia e um parlamentar. Seu objetivo, além de se solidarizar com os trabalhadores, é o de dar assistência material (campanha de alimentos, roupas, papel, etc) e divulgação da luta.

Forma justa de reivindicação

Os movimentos grevistas que têm ocorrido em todo o País seriam consequências diretas da defasagem da Consolidação das Leis do Trabalho, implantada em 1943, que não previa inclusive centenas de profissões criadas depois dela, e que está em completo atraso com a evolução verificada no Brasil. Entretanto, os movimentos de greve de diversas categorias trabalhadoras são "explosões momentâneas, provocadas por necessidades ocasionais", conforme analisou ontem o ministro Geraldo Starling Soares, corregedor do Tribunal Superior do Trabalho - e apontado como futuro presidente do TST.

Starling, que realiza uma correção de rotina no Tribunal Regional do Trabalho, às vésperas da assembleia de greve da categoria de metalúrgicos de Curitiba, disse ainda que "a greve nunca deve ser encarada como rebeldia. Esta não é a índole do brasileiro. A greve é uma forma justa de reivindicação". O ministro do TST observou também que, assim como a CLT que ainda está sendo aplicada no País, a própria sugestão de projeto para reformulação das leis trabalhistas - que há um ano está em tramitação na Comissão de Legislação Social da Câmara - não atende às necessidades reais na relação empregado-empregador.

JUSTIÇA COM MAIS FORÇA

Constatando o distanciamento que existe entre a situação real desta relação e a sugestão de modificações na CLT, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, segundo lembrou Starling, já preparou uma revisão desta sugestão de projeto, que também deverá ser encaminhada à Câmara, com a colaboração dos tribunais regionais e do Tribunal Superior do Trabalho. Porém, esta matéria deverá ser adiada, segundo prevê o corregedor do TST, por mais um ano, já que atualmente a reformulação partidária, ocupa todas as preocupações políticas.

Os reajustes semestrais sobre os salá-

rios, medida governamental que passa a vigorar a partir deste mês, significam modificações radicais na reformulação da CLT, segundo o ministro. "O governo tomou sabiamente esta medida - argumentou Starling - considerando que as condições de vida do trabalhador estão cada vez mais difíceis e que os salários precisam acompanhar a ascensão do custo de vida e de outros fatores, não só nacionais como mundiais". As greves, contudo, seriam o principal fator ("consequente da abertura política") a afetar o projeto de modificação das leis trabalhistas. "que não previa isso, o instante vivido".

A Justiça do Trabalho, "que esteve amputada durante algum tempo" deverá ganhar mais força enquanto for mais solicitada "na luta pela paz social", pensa Starling ao antever a avalanche de acordos que será desencadeada a partir da nova política salarial. "O próprio governo abre mão das prerrogativas - diz o ministro - e tem sabido dar execução aos acordos revistos nos tribunais".

MAIS JUNTAS

Esta maior agilização do Poder Judiciário na área das questões trabalhistas deverá exigir também um acréscimo de seus recursos humanos. Por isso, uma comissão do TST já percorreu todo o Paraná e Santa Catarina, Estados sob a jurisdição do TRT da 9.ª Região. Esta comissão colheu elementos básicos e estatísticos nos centros mais populosos, para onde converge a maioria dos problemas trabalhistas, a fim de elaborar a solicitação de que sejam criadas mais juntas de conciliação e julgamento.

O presidente do TRT, Luiz José Guimarães Falcão, ressaltou que esta é a primeira vez no País em que se forma uma comissão com esta finalidade. E, no próximo mês, outra comissão, formada por elementos do Ministério da Justiça, estará percorrendo os dois Estados para análise das necessidades

sob o aspecto jurídico. O TRT da 9.ª Região reivindica 30 juntas para os dois Estados, 22 delas a serem instaladas no Paraná.

JUNTA EM APUCARANA

O presidente do TRT instala amanhã a Junta de Conciliação e Julgamento de Apucarana, a última das sete juntas criadas na 9.ª Região pela Lei 6563, de 20 de setembro de 1978. A nova junta terá jurisdição sobre os municípios de Apucarana, Arapongas, Bom Sucesso, Califórnia, Borrazópolis, Cambira, Faxinal, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Kaloré, Marilândia do Sul, Marumbi, Rio Bom, Rolândia, Sabáudia, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí. O órgão terá como presidente a juíza Adriana Necci Paes Cruz e funcionará na Avenida Curitiba, 1199.

Os 16 juizes do Trabalho substitutos aprovados em concurso pelo TRT e nomeados em 22 de outubro passado, tomam posse hoje, às 17 horas, na sala de sessões do Tribunal. São eles: Paulo Afonso Miranda Conti, Luiz Fernando Vaz Cabeda, Carmen Camino, Manoel Antônio Teixeira Filho, Adriana Nucci Paes Cruz, Euclides Alcides Rocha, Ligia Maria Gouvêa Villar, Antônio Carlos F. Chedid, Alberto Menenti, Lauremi Camaroski, Nildemar da Silva Ramos, Lucas Julio D. Proença Neto, Euclides Coelho de Souza, Águeda Maria Lavorato Pereira, Ana Luiza Mahlmann Heineck e Maria do Céu de A. Bandini.

Na mesma solenidade serão empossados os juizes classistas do TRT. Na vaga do representante da classe dos empregadores, permanece José Lacerda Júnior, que ocupou o cargo de juiz do Tribunal nos últimos três anos. Pela categoria dos empregados foi nomeado Antônio Lidyo Borges, de Santa Catarina. Como suplentes dos juizes classistas continuam Aldory João de Souza (empregadores) e Vicente Silva (empregados).



JORNAL: *Tribuna do Paraná*P. *Sind. Met*Data *08/11/1979* Estado *PR*

Metalúrgicos em greve a partir de 2ª feira

Com uma assembléia que reuniu perto de dois mil trabalhadores, os metalúrgicos de Curitiba decidiram ontem à noite pela greve da categoria, que reivindica 85 por cento de

aumento salarial sobre as remunerações de julho deste ano, sem descontos de antecipações, e um piso de Cr\$ 6.520,00. Os trabalhadores deverão obedecer a legislação trabalhista, não paralisando suas atividades antes de segunda-feira, à meia-noite. Este é o primeiro movimento paretista dos metalúrgicos depois de 14 anos. A última greve feita por eles durou apenas 24 horas. Os empregados tiveram de aceitar o julgamento do dissídio, que lhes concedeu um aumento de 40 por cento.

O plebiscito de ontem quase não chega aos resultados. Duas urnas (a cinco e a seis) que englobavam 1.264 votantes de 38 empresas, tiveram somados apenas o número de votantes para efeito de se obter quorum. Os mesários, mal orientados, não tomaram a assinatura dos eleitores. A decisão da contagem foi dada através de um telefonema, pelo procurador da Justiça do Trabalho, Montenegro Antero. O procurador decidiu que os votos seriam contados, mas não valeriam para efeito de apuração. As duas urnas apresentaram 168 votos, que somados aos 811 das oito

urnas restantes, permitiram o total suficiente para a votação registrar um oitavo do número de votantes da categoria, que é de 6.934.

IMPEDIDOS DE PIQUETES

Um grande número de trabalhadores não pôde votar. Na última assembléia, realizada no domingo passado, centenas deles fizeram sua inscrição no sindicato. A entidade representativa não lhes enviou a carteirinha comprobatória e todos foram barrados à porta do ginásio do Atlético, onde se realizava a assembléia.

Com a definição pela greve, no prazo de cinco dias a Delegacia Regional do Trabalho terá que tentar uma conciliação entre as categorias patronal e de trabalhadores. Caso contrário, o dissídio será requerido, "ex-officio", pelo procurador da justiça trabalhista. Os 979 votos que decidiram ontem pela paralisação do trabalho representam em Curitiba um total de 30 mil trabalhadores, já que a categoria está composta ainda pelos empregados em indústrias mecânica e de material elétrico, além dos metalúrgicos, de 117 empresas instaladas na Capital.



Greve vai começar terça-

Igreja apóia os metalúrgicos

Será lançada hoje, pela Comissão Pastoral do Trabalho da Arquidiocese de Curitiba, uma campanha de solidariedade aos metalúrgicos em sua campanha salarial e que devem entrar em greve amanhã. Durante as missas, por orientação do arcebispo dom Pedro Fedalto e dos bispos dom Albano Cavallin e dom Ladislau Biernaski, será lido o documento emitido pela Regional Sul II da CNBB, no qual se solidariza com o movimento dos trabalhadores, na luta que desenvolvem por seus direitos.

A partir de amanhã, começarão a ser recolhidos mantimentos, roupas e remédios, na Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, em apoio aos grevistas "para que estes não se sintam desamparados", tendo em vista que em algumas empresas já se verificaram demissões, explica o coordenador da Pastoral, Antonio Lazzarin. Uma coleta de fundos será igualmente desenhada, para esta finalidade.

NAS BASES

Essa atitude tomada pela Arquidiocese, ressalta o padre Lazzarin, se deve à opção feita pela Igreja pelos pobres "que são oprimidos, marginalizados, afastados da vida política e não têm direito algum, ou pelo menos, pouco", que a Conferência de Puebla voltou a confirmar. Explicando a atuação da Pastoral, que embora criada no ano passado, começou a agir efetivamente com o movimento dos metalúrgicos, ele salientou que o trabalho é realizado junto às bases. Os operários apresentaram as necessidades do momento e a Igreja apoia e acompanha "iluminado à luz do Evangelho toda essa caminhada".

Ele acredita que a atitude da Igreja, nesse sentido, possa "criar um choque", mas enfatizou que "não visa interesses partidários ou classistas". Ela sempre defendeu os direitos humanos nas justas reivindicações, acrescentou, e se houver derrota na causa dos operários, "isto significa, que nem todos estão conscientizados para enfrentar essa situação". Assim, a Pastoral estará realizando um trabalho junto às bases, no sentido de "formar uma consciência da dignidade humana".

"A Igreja está saindo da sacristia e indo às praças para uma justa distribuição de bens", ressaltou ainda o padre Lazzarin, dizendo que a sua mensagem está "na

proposta de salvação para todos, sem exclusão". Indagado se poderia haver violência, uma vez deflagrada a greve, ele afirmou que "nunca se espera que um movimento com justas reivindicações possa cair em ato de violência, mas pode haver". No entanto, "se houver violência, é preciso ver de que lado ela vem, porque entre os operários há muita paz e desejo de paz".

BEM COMUM

No documento emitido em outubro último, os membros do Regional Sul II assim se manifestaram: "Nós, bispos da Presidência da CNBB, Regional Sul II, em reunião ordinária no dia 23 do corrente, informados das campanhas salariais em todo o País, especialmente em nosso Estado, solidarizamos-nos com suas justas reivindicações de que se desenvolvendo em clima pacífico por parte dos operários.

"Por outro lado, com estranheza, tomamos conhecimento de demissões, medidas de intimidação e outras formas de pressão tomadas por empresas contra operários envolvidos nas campanhas salariais. Diante disto, nosso zelo e responsabilidade de Pastores comprometidos com os mais pobres nos impelem a denunciar tais fatores como antievangélicos, conta a dignidade da pessoa humana e contra seu direito fundamental de se associarem na defesa de seus justos interesses.

"Inspira-nos o Documento de Puebla, quando, retomando palavra do Papa, afirma que a Igreja "apoia as aspirações dos operários e agricultores, que desejam ser tratados como homens livres e responsáveis, chamados a participar nas decisões que concernem à sua vida e ao seu futuro, e anima a todos na sua superação" (Puebla 1162). E defende o seu próprio direito fundamental de criar livremente organizações para defender e promover seus interesses e para contribuir responsabilmente para o bem comum (Puebla 1163)".

"Esperando que estas palavras ajudem para a promoção da Paz e da Justiça", subscrevem-se dom Pedro Fedalto; dom Luiz Colussi, bispo auxiliar de Londrina; dom Jaime Luiz Coelho, de Maringá; dom Frederico Helmel, de Guarapuava e dom Domingos Wisniewski, de Cornélio Procopio.



Padre Lazzarin explica a decisão.

Arquidiocese firma posição

Com data de sete de novembro, e assinado por dom Pedro Fedalto, dom Albano Cavallin e dom Ladislau Biernaski, este é o teor de um documento que está sendo distribuído a todas as paróquias, movimentos e colégios religiosos da Arquidiocese de Curitiba. Nele, os bispos fundamentam sua posição de solidariedade com os trabalhadores:

Qual a atitude da igreja em Curitiba, diante das greves, reivindicações e tantos outros problemas do mundo do trabalho? Essa é a pergunta que muitas pessoas nos fazem, a nós pastores do povo de Deus na arquidiocese.

Nossa resposta sintetiza-se no documento anexo, intitulado: "Igreja Solidariza-se com Trabalhadores" que é da igreja de todo o Paraná e também nosso.

Este título e este documento, para nós, querem significar as seguintes atitudes:

1.º) É nossa vontade e definição uma igreja voltada e comprometida com todas as justas reivindicações dos operários e de suas famílias.

2.º) É nossa intenção que nossos passos sejam movidos não por interesses classistas ou partidários, mas para viver as exigências sociais do Evange-

lho que considera o homem e todos os homens como filhos de Deus.

3.º) Queremos também apresentar como instrumento adequado e canal especializado da presença de igreja no mundo do trabalho, o organismo intitulado Pastoral do Trabalho coordenado pelo padre Antonino Lazzarin e sua equipe, não esquecendo de alertar para as implicações inerentes a tal trabalho, como por exemplo: Apelos aos operários — pronunciamentos, ajuda em greves legítimas e outros tantos gestos requeridos pelo bom senso, amor ao próximo, respeito à justiça e ao bem comum.

4.º) Como gesto inicial, respeitando a liberdade de cada comunidade paroquial, por sugestão da Pastoral do Trabalho pedimos que seja lido nas missas dominicais o Documento dos Bispos da Presidência do Regional Sul II — da CNBB — que fazemos também nosso, como uma das respostas de nossa igreja à situação atual dos operários de nossa terra.

Que tudo isso sirva para cumprimentos a missão espiritual e humana que Cristo nos confiou.

a) Dom Pedro Fedalto

a) Dom Albano Cavallin

a) Dom Ladislau Biernaski

Não houve acordo Trabalho, entre emp do setor de metal patrões rejeitaram qu empregados que, à entrarão em greve, se

Novamente sem acordo com a categoria ecor mica, na última reunião conciliatória pela via administrativa, os metalúrgicos de Curitiba vão mesmo greve, a partir de meia-noite de amanhã. Na reunião feita ontem à tarde, na Delegacia Regional do Trabalho, da qual participou inclusive o procurador regional da Justiça do Trabalho, José Montenegro Antero, em paralelo à intransigência dos patrões surgiram quatro outras propostas, todas rejeitadas.

Assim amanhã à noite, os trabalhadores se reunirão em assembléia para que lhes sejam explicadas as propostas aventadas ontem, partindo em seguida para a paralisação. Se, até as oito horas de terça-feira, nenhuma das duas categorias solicitar o diálio, este será instaurado *ex-officio* pelo procurador da justiça trabalhista.

ECONOMICAMENTE VIÁVEIS

A comissão de salário do sindicato dos trabalhadores apresentou ontem uma segunda proposta diferente da sua anterior, que era de aumento ordem de 85 por cento para todos os empregados. A proposta apresentada inicialmente ontem era de aumentos de 90 por cento para os que percebem de um a três salários mínimos, 85 por cento para os de faixa entre três e quatro e de 80 por cento para que ganhem acima de três salários, com piso de Crs 6.100,00 para os que estão trabalhando e de Crs 5.600,00 para os que não estão admitidos.

Concluindo que estes percentuais não eram "economicamente viáveis para as empresas", os representantes da categoria patronal argumentaram também que o índice de produtividade apresentado pela comissão de salários (20,5 por cento) era muito inferior ao que é calculado pelos patrões. Gilb Borges, presidente do sindicato patronal, disse que a produtividade global das empresas "não chegou a quatro por cento". Mas, conforme observou um empresário participante da reunião, a discussão sobre o que seja economicamente viável para cada uma das categorias é o mesmo que discutir "o salário dos anjos". Se para uns pesa o capital de giro, para os outros é imprescindível que se considere o aumento no custo da alimentação.

OUTRAS PROPOSTAS

Desde o início da reunião, esta já tinha o resultado previsto — o dissídio. Entretanto, por iniciativa do general Adalberto Massa, delegado do Trabalho, patrões e empregados se reuniram imediatamente para discutir outra proposta, apresentada pelo delegado e pelo procurador da Justiça do Trabalho. Enquanto os representantes da categoria patronal insistiam em aumentos na ordem de 68, 64 e 58 por cento para atender as três faixas salariais, com piso de Crs 4.200,00 e Crs 3.900,00 para os que já estão empregados e os que foram admitidos, respectivamente, os dois representantes oficiais da Justiça do Trabalho apresentaram uma proposta intermediária: aumentos de 70 por cento para os trabalhadores que percebem de um a dois salários mínimos, 67 por cento para os de três a dez, e 60 por cento para os que ganham acima de dez, com piso de Crs 4.500,00 e Crs 4.200,00.



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná
R. Sind. Met. P.
11/11/79 P.C.

69

ai começar terça-feira



Padre Lazzarin explica a decisão.

Arquidiocese firma posição

Com data de sete de novembro, e assinado por dom Pedro Fedalto, dom Albano Cavalin e dom Ladislau Biernaski, este é o teor de um documento que está sendo distribuído a todas as paróquias, movimentos e colégios reitoriais da Arquidiocese de Curitiba. Nele, os bispos fundamentam sua posição de solidariedade com os trabalhadores:

Qual a atitude da Igreja em Curitiba, diante das greves, reivindicações e tantos outros problemas do mundo do trabalho? Essa é a pergunta que muitas pessoas nos fazem, a nós pastores do povo de Deus na arquidiocese.

Nossa resposta sintetiza-se no documento anexo, intitulado: "Igreja Solidariza-se com Trabalhadores" que é da igreja de todo o Paraná e também nosso.

Este título e este documento, para nós, querem significar as seguintes atitudes:

1.º É nossa vontade e definição uma igreja voltada e comprometida com todas as justas reivindicações dos operários e de suas famílias.

2.º É nossa intenção que nossos passos sejam movidos não por interesses classistas ou partidários, mas para viver as exigências sociais do Evange-

lho que considera o homem e todos os homens como filhos de Deus.

3.º Queremos também apresentar como instrumento adequado e canal especializado da presença de Igreja no mundo do trabalho, o organismo intitulado Pastoral do Trabalho coordenado pelo padre Antonino Lazzarin e sua equipe, não esquecendo de alertar para as implicações inerentes a tal trabalho, como por exemplo: Apoios aos operários — pronunciamentos, ajuda em greves legítimas e outros tantos gestos requeridos pelo bom senso, amor ao próximo, respeito à justiça e ao bem comum.

4.º Como gesto inicial, respeitando a liberdade de cada comunidade paroquial, por sugestão da Pastoral do Trabalho pedimos que seja lido nas missas dominicais o Documento dos Bispos da Presidência do Regional Sul II — da CNBB — que fazemos também nosso, como uma das respostas de nossa igreja à situação atual dos operários de nossa terra.

Que tudo isso sirva para cumprimentos a missão espiritual e humana que Cristo nos confiou.

- a) Dom Pedro Fedalto
a) Dom Albano Cavalin
a) Dom Ladislau Biernaski

Não houve acordo ontem, na Delegacia do Trabalho, entre empregados e empregadores do setor de metalurgia de Curitiba. Os patrões rejeitaram quatro novas propostas dos empregados que, à meia-noite de amanhã, entrarão em greve, seguindo decisão já tomada.

Novamente sem acordo com a categoria econômica, na última reunião conciliatória pela via administrativa, os metalúrgicos de Curitiba vão mesmo à greve, a partir de meia-noite de amanhã. Na reunião feita ontem à tarde, na Delegacia Regional do Trabalho, da qual participou inclusive o procurador regional da Justiça do Trabalho, José Montenegro Antero, em paralelo à intransigência dos patrões surgiram quatro outras propostas, todas rejeitadas.

Assim amanhã à noite, os trabalhadores se reunirão em assembleia para que lhes sejam explicadas as propostas aventadas ontem, partindo em seguida para a paralisação. Se, até as oito horas de terça-feira, nenhuma das duas categorias solicitar o dissídio, este será instaurado *ex-officio* pelo procurador da justiça trabalhista.

ECONOMICAMENTE VIÁVEIS

A comissão de salário do sindicato dos trabalhadores apresentou ontem uma segunda proposta, diferente da sua anterior, que era de aumento na ordem de 85 por cento para todos os empregados e piso de Crs 6.520,00. A proposta apresentada inicialmente ontem era de aumentos de 90 por cento para os que percebem de um a três salários mínimos, 85 por cento para os de faixa entre três e dez, e de 80 por cento para que ganhem acima de dez salários, com piso de Crs 6.100,00 para os que já estão trabalhando e de Crs 5.600,00 para os que sejam admitidos.

Concluindo que estes percentuais não eram "economicamente viáveis para as empresas", os representantes da categoria patronal argumentaram também que o índice de produtividade apresentado pela comissão de salários (20,5 por cento) era muito superiores ao que é calculado pelos patrões. Gilberto Borges, presidente do sindicato patronal, disse que a produtividade global das empresas "não chegou a quatro por cento". Mas, conforme observou um dos empresários participante da reunião, a discussão sobre o que seja economicamente viável para cada uma das categorias é o mesmo que discutir "o sexo dos anjos". Se para uns pesa o capital de giro, para os outros é imprescindível que se considere o aumento no custo da alimentação.

OUTRAS PROPOSTAS

Desde o início da reunião, esta já tinha o seu resultado previsto — o dissídio. Entretanto, por iniciativa do general Adalberto Massa, delegado do Trabalho, patrões e empregados se reuniram separadamente para discutir outra proposta, apresentada pelo delegado e pelo procurador da Justiça do Trabalho. Enquanto os representantes da classe empresaria ainda insistiam em aumentos na ordem de 68, 64 e 58 por cento para atender as três faixas salariais, com piso de Crs 4.200,00 e Crs 3.900,00 para os que já estão empregados e os que forem admitidos, respectivamente, os dois representantes oficiais da Justiça do Trabalho apresentaram uma proposta intermediária: aumentos de 70 por cento para os trabalhadores que percebam de um a três salários mínimos, 67 por cento para os de três a dez, e 60 por cento para os que ganham acima de dez, com piso de Crs 4.500,00 e Crs 4.200,00.

Depois de reunidos em salas separadas, os representantes das classes trabalhadoras e empresarial voltaram ao gabinete do delegado do Trabalho, desta vez para decidir que deverão mesmo passar a discussão para a via judicial. A comissão de salário do sindicato dos trabalhadores desdobrou a proposta feita pelo delegado e pelo procurador em duas outras: a primeira, de aumentos em 85, 80 e 75 por cento, com piso de Crs 5.800,00 e Crs 5.500,00; a segunda, de 82, 77 e 73 por cento — desde que os empresários aceitassem incluir a estabilidade para um delegado sindical (o que imediatamente não foi aceito pelo general Massa) durante o período de vigência da convenção, e de 180 dias para todos os empregados.

Os empresários ofereceram, com base na proposta feita pelos intermediários oficiais, um aumento escalonado de 70 por cento para os empregados na faixa de um a três salários, 62 por cento entre cinco e dez salários e de 58 por cento para os que ganham acima de dez salários mínimos, com piso de Crs 4.200,00 e Crs 3.900,00. Nenhuma das partes aceitou a proposta da outra. Desta forma, a proposta patronal permanece em 68 por cento como aumento máximo, com piso de Crs 3.900,00.

PIQUETES

A comissão de salários do sindicato dos empregados solicitou do delegado do Trabalho uma explicação do que seja a greve pela via pacífica, já que a análise semântica da lei de greve propõe dúvidas entre o que determina e os exemplos de sua aplicação. O general Massa advertiu sobre a proibição de piquetes, uma vez que entende esta palavra como frontalmente oposta à conjunção "aliciamento pacífico", prevista na lei 4.330 como uma das garantias dos grevistas.

O artigo 19 da lei de greve, que determina justamente sobre estas garantias, prevê ainda a coleta de donativos e uso de cartazes de propaganda pelos grevistas, a proibição de despedida do empregado que tenha participado pacificamente do movimento grevista, a proibição ao empregador de admitir empregados em substituição aos grevistas. Observa este artigo da lei que "nos períodos de preparação, declaração e no curso da greve, os empregados que dela participarem não poderão sofrer constrangimento ou coação".

O artigo 20 da mesma lei diz que "a greve lícita não rescinde o contrato de trabalho nem extingue os direitos e obrigações dele resultantes". Esclarece também que "a greve suspende o contrato de trabalho assegurando aos grevistas o pagamento dos salários durante o período de sua duração e o cômputo do tempo de paralisação como de trabalho efetivo, se deferidas pelo empregador ou pela Justiça do Trabalho as reivindicações formuladas pelos empregados, total ou parcialmente".

O artigo da lei garante que "os membros da diretoria da entidade sindical representativa dos grevistas não poderão ser presos ou detidos salvo em flagrante delito ou em obediência a mandado judicial".

Greve de metalúrgicos deverá deflagrar hoje

Novamente sem acordo com a categoria econômica, na última reunião conciliatória pela via administrativa, os metalúrgicos de Curitiba vão mesmo à greve, a partir de meia-noite de hoje. Na reunião feita sábado à tarde, na Delegacia Regional do Trabalho, da qual participou inclusive o procurador regional da Justiça do Trabalho, José Montenegro Antero, em paralelo à intransigência dos patrões surgiram quatro outras propostas, todas rejeitadas. Assim, hoje à noite, os trabalhadores se reunirão em assembleia para que lhes sejam explicadas as propostas aventadas sábado, partindo em seguida para a paralisação. Se, até às oito horas de amanhã, nenhuma das duas categorias solicitar o dissídio, este será instaurado *ex-officio* pelo procurador da justiça trabalhista.

A comissão de salário do sindicato dos trabalhadores apre-

sentou sábado uma segunda proposta, diferente da sua anterior, que era de aumento na ordem de 85 por cento para todos os empregados e piso de Cr\$ 6.520,00. A proposta apresentada inicialmente era de aumentos de 90 por cento para os que percebem de um a três salários mínimos, 85 por cento para os da faixa entre três e dez, e de 80 por cento para os que ganhem acima de dez salários, com piso de Cr\$ 6.100,00 para os que já estão trabalhando e de Cr\$ 5.600,00 para os que sejam admitidos.

Concluindo que estes percentuais não eram "economicamente viáveis para as empresas", os representantes da categoria patronal argumentaram também que o índice de produtividade apresentado pela comissão de salários (20,5 por cento) era muito superior ao que é calculado pelos patrões. Gilberto

Borges, presidente do sindicato patronal, disse que a produtividade global das empresas "não chegou a quatro por cento". Mas, conforme observou um dos

empresários participante da reunião, a discussão sobre o que seja economicamente viável para cada uma das categorias é o mesmo que discutir "o sexo

dos anjos". Se para uns pesa o capital de giro, para os outros é imprescindível que se considere o aumento no custo da alimentação.

Apoio da Comissão Pastoral

Foi lançada ontem, pela Comissão Pastoral do Trabalho da Arquidiocese de Curitiba, uma campanha em solidariedade aos metalúrgicos que estarão entrando em greve hoje. Durante as missas, por orientação do arcebispo dom Pedro Fedalto e dos bispos dom Albano Cavallin e dom Ladislau Biernaski, foi lido o documento emitido pelo Regional Sul II da CNBB, no qual se solidariza com o movimento dos trabalhadores, na luta que desenvolvem por seus direitos.

A partir de hoje, começarão a ser recolhidos mantimentos, roupas e remédios, na Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, em apoio aos grevistas "para que estes não se sintam desamparados", tendo em vista que em algumas empresas já se verificaram demissões, explica o coordenador da Pastoral, Antônio Lazzarin.

Uma coleta de fundos será igualmente desencadeada, para esta finalidade.

NAS BASES

Essa atitude tomada pela Arquidiocese, ressalta o padre Lazzarin, se deve à opção feita pela Igreja pelos pobres "que são oprimidos, marginalizados, afastados da vida política e não têm direito algum, ou pelo menos, pouco", que a Conferência de Puebla voltou a confirmar.

Explicando a atuação da Pastoral, que embora criada no ano passado, começou a agir efetivamente com o movimento dos metalúrgicos, ele salientou que o trabalho é realizado junto às bases. Os operários apresentam as necessidades do momento e a Igreja apoia e acompanha "iluminando à luz do Evangelho toda essa caminhada".



JORNAL: <i>Sebrasa de Paraná</i>		
<i>S. Sind. Met.</i>		
Data <i>12/11/79</i>	<i>Estado PR</i>	

822.1861 48

Metalúrgicos estão em greve

Mesmo com a tentativa de conciliação realizada pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Luiz José Guimarães Falcão, que apresentou uma proposta intermediária entre a reivindicação dos trabalhadores e a fixação de um aumento na ordem de 68 por cento apresentada pelos empresários, não foi possível evitar a deflagração da greve dos metalúrgicos, mecânicos e empregados no setor de material elétrico de Curitiba.

Em assembléia no Ginásio do Atlético, mais de três mil trabalhadores decidiram ontem à noite partir para a formação de piquetes às portas das indústrias. Estas foram divididas em cinco zonas — Norte, Sul, CIC I, CIC 2 e CIC 3 — para paralisação a partir de hoje pela manhã. O advogado dos trabalhadores, Edésio Passos, reconhecendo que a decisão do dissídio pelo TRT possa vir a ser frustrante, resumindo-se aos índices da classe patronal,

salientou que "o simples fato de reunirmos milhares de metalúrgicos já é uma vitória".

A informação de que as categorias de Guarulhos e Osasco, em São Paulo, haviam concordado com aumento na ordem de 67 por cento, com piso de Crs 4.200,00, ontem à tarde, foi um dos alicerces em que se apoiaram os representantes da classe patronal para não arrear de sua proposta de aumento de 68 por cento, com piso de Crs 3.900,00 para os que forem empregados a partir do próximo dia 30 e de Crs 4.200,00 para os que já estão empregados.

A proposta de conciliação apresentada ontem pelo juiz Guimarães Falcão e pelo procurador regional da Justiça do Trabalho, José Montenegro Antero — que era de um reajuste de 72 por cento, com pisos de Crs 4.000,00 e Crs 4.350,00, para os que forem admitidos e os que já estão empregados, respectivamente, feita depois de cinco horas de debates sem resultados — foi taxativamente rejeitada pelos representantes empresariais. A alegação era de que o TRT é incompetente para fixar aumentos, já que pela nova legislação salarial estes reajustes são compulsórios. Também sobre o índice de produtividade, os representantes da categoria econômica firmaram-se no fato de que a legislação ainda não está regulamentada para permitir os cálculos deste fator. E, na pior das hipóteses, segundo os empresários, seria admitido um índice de produtividade como o de São Paulo — 5,9 por cento.

PODERIA SER 75 POR CENTO

Conforme sublinharam os representantes da categoria de trabalhadores, o processo de defrontamento foi resultante da própria intransigência patronal. Isto porque a proposta dos patrões seria

simplesmente igual à que resulta dos cálculos de índices estipulados pelo governo: 22 por cento do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais 29,26 por cento do INPC de dezembro e mais os seis por cento de produtividade (os dados são cumulativos).

Embora firmassem posição num aumento de 85 por cento sobre os salários de dezembro do ano passado (e desta forma seriam descontados os adiantamentos) e um piso igual para toda a categoria de Crs 6.520,00, os trabalhadores chegaram a apresentar outras propostas. No último sábado, na Delegacia Regional do Trabalho, quando foi realizada a última reunião de conciliação pela via administrativa, os empregados chegaram a propor um aumento de 90 por cento, com descontos, e um piso de Crs 6.100,00. Rejeitada esta proposta, por iniciativa do delegado regional do Trabalho, general Adalberto Massa, os empresários discutiram e rejeitaram o aumento de 70 por cento, com piso de Crs 4.200,00 e Crs 3.900,00.

A comissão de salários, representada ontem no TRT por dois de seus membros, também propôs um percentual de 82 por cento, com piso de Crs 5.500,00, sob a condição de que fosse estudada a possibilidade de efetivação de um delegado sindical em cada empresa, com estabilidade de um ano, e também a estabilidade de 180 dias para todos os empregados do setor, que só seriam despedidos por justa causa. Entretanto, foi apenas mais uma proposta rejeitada pelos patrões. Os empregados tinham ainda uma proposta final, que defenderiam na assembléia de ontem à noite, caso os patrões se mostrassem mais maleáveis, o que não foi conseguido. Esta última proposta, a ser negociada, seria de um aumento na ordem de 75 por cento.



JORNAL: O Estado do Paraná
P. - Secc. - 1.ª - 1.ª - 1.ª
Data: 13/11/79 Estado PR

Metalúrgicos de Curitiba decidem entrar

Vinte e oito importantes empresas da Cidade Industrial de Curitiba, e mais centenas de outras empresas desta Capital, tiveram, a partir da meia noite de ontem, o início da paralisação dos trabalhos decretada pela greve dos trinta mil trabalhadores (aproximadamente), das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Curitiba. A greve foi ratificada na assembléia geral da classe, que reuniu 3 mil trabalhadores na noite de ontem, no ginásio do Atlético. Hoje, pela manhã, tem início os piquetes defronte às fábricas, especialmente as da CIC, tais como a Siemens, a Siderúrgica Guaira, Furukawa, Volvo, Trox, New Holland e diversas outras. Os grevistas estão divididos em seis comandos de greve somente para atuar nas proximidades das 70 maiores empresas da cidade, além de manterem permanentemente, um "QG", na sede do sindicato, a Rua Lamenha Lins. O esquema de greve que foi acionado a partir da meia noite, conta inclusive, com a disponibilidade de advogados durante 24 horas por dia, no caso da necessidade de "habeas corpus".

Durante o dia de ontem, exaustivas negociações foram encetadas, resultando todas elas infrutíferas. Inclusive, ontem à tarde, o procurador regional da Justiça do Trabalho, José Montenegro Antero, pediu, com urgência, a instalação de um dissídio coletivo na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Aliás, as negociações foram ali tentadas durante cinco longas horas,

culminando com a insistência dos patrões e empregados não aceitarem os acordos propostos. Inclusive, a classe patronal recusou a proposta apresentada pelo juiz-presidente do TRT, Luiz José Guimarães Falcão.

Assim, confirmada a greve na assembléia realizada em seguida da sessão de conciliação, os trabalhadores receberam instruções para o início desse movimento paredista. Entre as diversas empresas que terão piquetes nas entradas estão: Siemens e New Holland, (7 horas); Furukawa (7h39 min); Itabrás (7h45 min); Siderúrgica Guaira (9 horas); Esses piquetes serão feitos para evitar, pacificamente, que alguns ingressem nas fábricas para trabalhar.

A GREVE

Quatorze anos após a última tentativa de movimento paredista (o último realizado em 1.965, fracassou) os grevistas demonstram, hoje, grande expectativa de obter suas reivindicações salariais, muito embora as discussões em torno (tentativas de negociações) venham se realizando há três meses. Porém, justamente por isto e depois de esgotadas todas as tentativas, eles acreditam que somente vão solucionar a questão salarial com a pressão do movimento grevista.

Além de piquetes, os grevistas estão estabelecidos em seis comandos de greve, nas proximidades das maiores empresas desta Capital. São eles: 1) Comando da Zona Norte, para os trabalhadores na Cromagem Tarumã; Per-

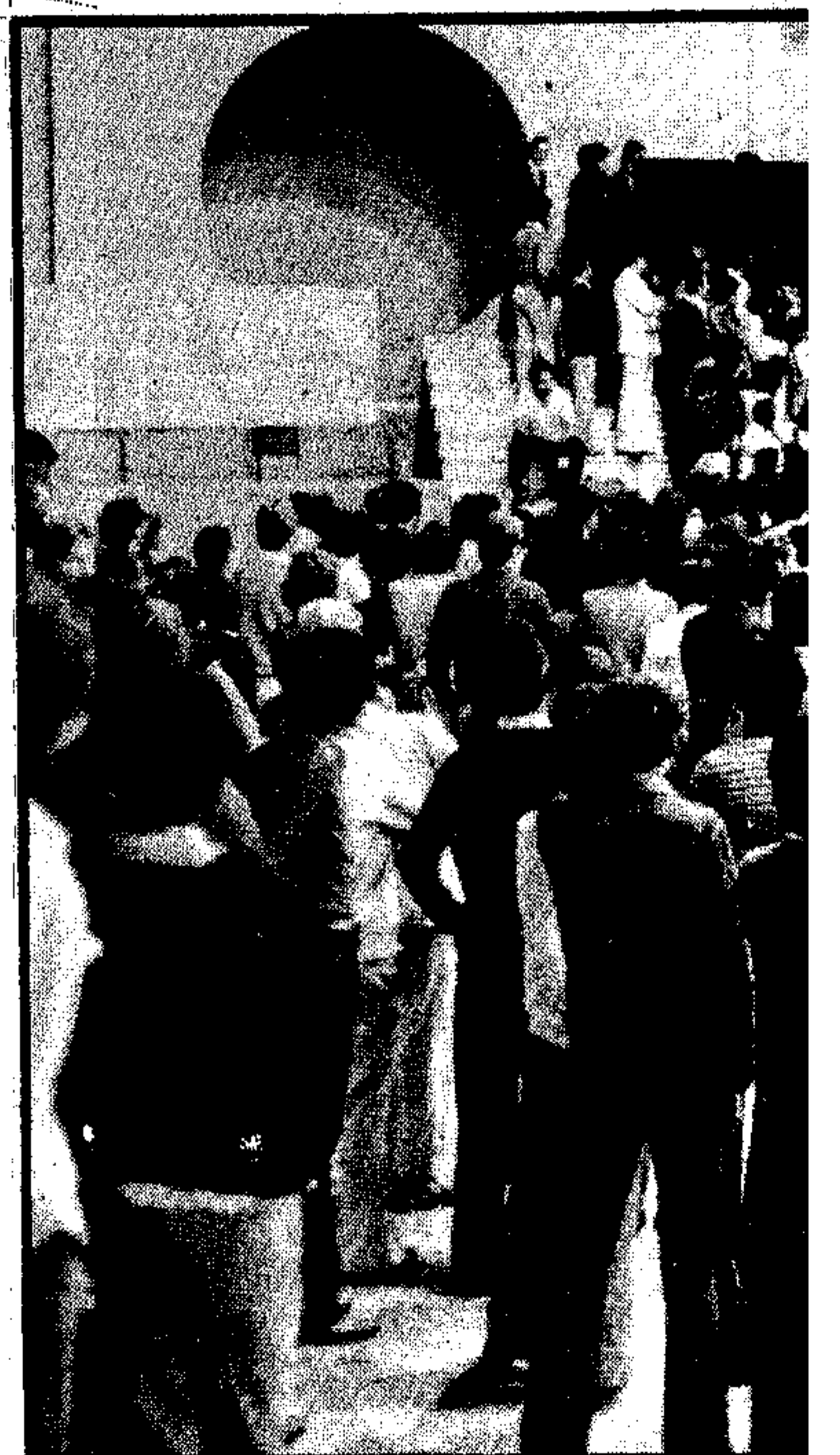
filados; Trafo, Schause; TM O; Steiger; Serralheria, e Arte Tarumã; 2) Comando da Zona Sul: Líder; Brafer; Udex; Artema; Refrigeração Paraná; Pastre; Indumex; Britânia; Segurança; Aços Humaitá; Zincotex; Piergo; Rei Kdal; Muller; Randon; Yok; Águia; Proinstel; Sícula; Belém; Santi; Sonaex; ABS Bombas; Radiador Marechal; 3) Comando da CIC I: Siemens; Maclinea; Hanald; Siderúrgica Guaira; Inepar; Omeco; Volvo; Leogap; Hasso; Metalunex; Cromóveis; Industresa; 4) CIC II; New Holland; Inepar; Giben; Bosch; Krone; Trox; Tristzschler; Sidepar e Sid; 5) Comando da CIC III; Itabrás; Furukawa; Rodrigues Tedesco; Kamir; Pfaff; Pinheirinho; e Curitiba; 6) Comando de São José; Santo; Águia; Planus; Silongranel; Meggius; Eletrofrío; Gotti e Becker. Ao todo, são 70 empresas de grande porte.

Ontem à noite ainda, os grevistas começaram a distribuir faixas da greve, e explicar quais as atitudes que poderiam e deveriam ser tomadas pelos participantes, durante a realização do movimento. Foram explicadas também, as garantias legais, e a ajuda que o pessoal poderia ter, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba, através de seu (dela), departamento jurídico.

ÚLTIMAS CONVERSAÇÕES

Na tarde de ontem, no TRT, representantes patronais e dos trabalhadores discutiram, apresentaram propostas e deliberaram durante cinco horas consecutivas. Após es-

GREVE DECIDIDA



Na assembléia ontem realizada

JORNAL: Gazeta do Povo
R. Suid Met.
Data 13/11/79 Estado PR



72

s de Curitiba decidem entrar em greve

culminando com a insistência dos patrões e empregados não aceitarem os acordos propostos. Inclusive, a classe patronal recusou a proposta apresentada pelo juiz-presidente do TRT, Luiz José Guimarães Falcão.

Assim, confirmada a greve na assembléia realizada em seguida da sessão de conciliação, os trabalhadores receberam instruções para o início desse movimento padeirista. Entre as diversas empresas que terão piquetes nas entradas estão: Siemens e New Holland, (7 horas); Furukawa (7h39 min); Itabrás (7h45 min); Siderúrgica Guaira (9 horas); Esses piquetes serão feitos para evitar, pacificamente, que alguns ingressem nas fábricas para trabalhar.

A GREVE

Quatorze anos após a última tentativa de movimento padeirista (o último realizado em 1.965, fracassou) os grevistas demonstram, hoje, grande expectativa de obter suas reivindicações salariais, muito embora as discussões em torno (tentativas de negociações) venham se realizando há três meses. Porém, justamente por isto e depois de esgotadas todas as tentativas, eles acreditam que somente vão solucionar a questão salarial com a pressão do movimento grevista.

Além de piquetes, os grevistas estão estabelecidos em seis comandos de greve, nas proximidades das maiores empresas desta Capital. São eles: 1) Comando da Zona Norte, para os trabalhadores na Cromagem Tarumã; Per-

filados; Trafo, Schause; TM O; Steiger; Serralheria, e Arte Tarumã; 2) Comando da Zona Sul: Líder; Brafer; Udex; Artema; Refrigeração Paraná; Pastre; Indumex; Britânia; Segurança; Aços Humaitá; Zincotex; Piengo; Rei Kdal; Muller; Randon; Yok; Águia; Proinstel; Sícula; Belém; Santi; Sonaex; ABS Bombas; Radiador Marechal; 3) Comando da CIC I: Siemens; Maclínea; Hanald; Siderúrgica Guaira; Inepar; Omeco; Volvo; Leogap; Hasso; Metalunex; Cromóveis; Industresa; 4) CIC II; New Holland; Inepar; Giben; Bosch; Krone; Trox; Tristzschler; Sidepar e Sid; 5) Comando da CIC III; Itabrás; Furukawa; Rodrigues Tedesco; Kamir; Pfaff; Pinheirinho; e Curitiba; 6) Comando de São José; Santo; Águia; Planus; Silongranel; Meggius; Eletrofrio; Gotti e Becker. Ao todo, são 70 empresas de grande porte.

Ontem à noite ainda, os grevistas começaram a distribuir faixas da greve, e explicar quais as atitudes que poderiam e deveriam ser tomadas pelos participantes, durante a realização do movimento. Foram explicadas também, as garantias legais, e a ajuda que o pessoal poderia ter, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba, através de seu(dela), departamento jurídico.

ÚLTIMAS CONVERSÇÕES

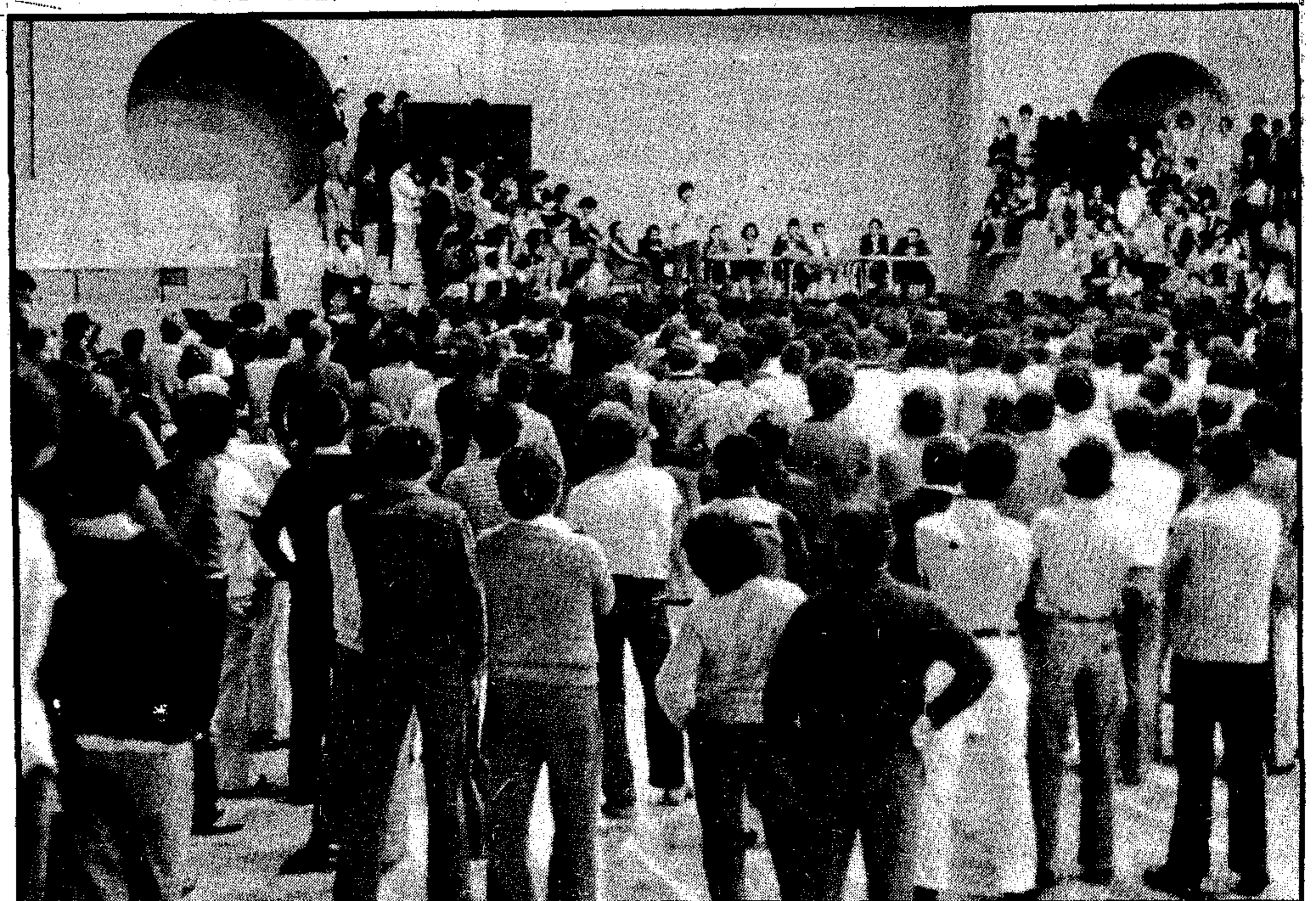
Na tarde de ontem, no TRT, representantes patronais e dos trabalhadores discutiram, apresentaram propostas e deliberaram durante cinco horas consecutivas. Após es-

sas discussões que resultaram infrutíferas, o juiz-presidente, José Luiz Guimarães Falcão propôs, como meio de conciliação, os seguintes índices de aumento; 58 por cento, para aqueles que ganham acima de dez salários mínimos; 63 por cento, para os que ganham entre cinco até dez salários; 67 por cento, entre três até cinco salários; e 73 por cento para os que ganham entre um até três salários. Constava ainda da proposta, o piso de Cr\$ 4.000,00 para os que ingressam, e de Cr\$ 4.300,00 para os que já atuam.

Não sendo aceita pelos patrões, eles apresentaram uma contraproposta baseada nos índices de dezembro do ano passado; 58 por cento de aumento para os que ganham salário superior a dez mínimos; 62, para os que ganham entre cinco e dez; 65 por cento, entre três e cinco salários, e 70 por cento, até três salários. O piso foi oferecido para os iniciantes com valor de Cr\$ 3.900,00 e de Cr\$ 4.200,00 para os que já atuam. Tendo sido essa proposta rejeitada pela assembléia de ontem à noite, quase pela unanimidade dos 3.000 trabalhadores presentes, que assim ratificaram a decisão de greve.

Enquanto isto, durante o dia de hoje, no TRT será sorteado um juiz relator para julgar esse processo que vai a julgamento, provavelmente, na quarta-feira próxima, ou ainda, é provável que esse Tribunal realize sessão extraordinária para julgamento da greve dos metalúrgicos.

GREVE DECIDIDA



Na assembléia ontem realizada no Atlético, os metalúrgicos optaram pela greve.



Secretaria de Segurança Pública

DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Populista do Povo*
Pasta Sind Metalurgica
Data 15/11/79 Estado PR

79

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

DATA, / /



1 ASSUNTO

2 ORIGEM

Definido o reajuste salarial:

Metalúrgicos colocam um fim

A greve dos trabalhadores em indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Curitiba, terminou ontem à noite, após um exaustivo dia que foi marcado pela paralisação de mais vinte grandes empresas (num total de 57), e, por diversos confrontos com a polícia, durante a realização dos piquetes que, por sua vez, culminaram com a detenção de dois grevistas, e com a não permissão do aliciamento pacífico. A decisão do término da greve foi votada após o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9.ª Região ter decretado a legalidade do movimento (recusando-se a reconhecer o pedido de ilegalidade proposto pelos patrões), e fixando os índices de aumento salarial da classe, bem como os pisos salariais.

Os maiores problemas com a polícia ocorreram de frente a Bosch, a Inepar, e a Furukawa, sendo que de frente as duas primeiras empresas, houve detenção de um grevista (em cada uma). Em todas essas três empresas, diversas viaturas policiais, e um regimento de soldados, e ainda batalhões de choque tentaram impedir o aliciamento pacífico, previsto na lei nº 4.330, em seu artigo 19. Esse impedimento foi levado a efeito de diversas maneiras, como a de "cutucar" com o cassetete os grevistas que permaneciam sentados nas calçadas. Inclusive, muitas moças desmaiaram (entre elas uma gestante), após a ação dos cassetetes.

Na Bosch, onde os trabalhos foram finalmente paralisados as 15 horas, os problemas começaram a ocorrer de manhã cedo. Quando os piquetes se dirigiram para o local, depararam-se com um ostensivo policiamento que tentou impedir o contacto dos grevistas com os funcionários desta empresa. Inclusive, os policiais acompanhavam até o interior da fábrica, os funcionários que chegavam para trabalhar. Mais ostensivamente, ainda, na chegada dos ônibus com funcionários, formavam baterias desde a estrada até o interior da Bosch, isto é, deixando os grevistas completamente sem ação. Porém, em certa altura dos acontecimentos, os grevistas quiseram fazer valer seus direitos legais, e tentaram aproximar-se de um dos ônibus. Mas, o motorista não parou, ou seja, avançou em direção dos grevistas, ocasião em que lançaram uma pedra, quebrando um dos vidros desse ônibus. Nisto, um dos grevistas adiantou-se e pediu ao motorista que abrisse a porta do veículo, pois ele queria conversar com o pessoal. Mas ele não pôde conversar com o pessoal porque foi detido e encaminhado para o distrito policial da CIC.

GRANDE VITÓRIA

Para comemorar a grande vitória dos metalúrgicos, logo após a assembléia geral de ontem à noite, realizada na concha acústica do Clube Atlético Paranaense, os grevistas fizeram uma passeata de 800 automóveis, pelas ruas centrais da cidade. Antes porém, durante a assembléia, os 2.500 trabalhadores presentes fizeram um pacto, prevendo que os patrões não cumpram as determinações da Justiça do Trabalho, isto é, que eles não paguem os dois dias do movimento, ou que venham a demitir alguns grevistas. Nesse caso, eles terão que proceder uma demissão em massa, conforme o pacto feito.

Para esses trabalhadores, a decisão do TRT constituiu-se numa grande vitória — esse foi o primeiro movimento grevista decretado legal, no Paraná, nos últimos 14 anos — porém, a luta vai continuar preparando-se através de comissões formadas nas fábricas, para uma próxima greve.

Unidos pelo slogan "Trabalhador Unido. Jamais será vencido", os grevistas voltarão na sexta-feira, amanhã, aos seus trabalhos, esperançosos de que em novos movimentos venham conseguir o respeito à lei de greve que vigora no País, isto é, esperando que as polícias civil e militar cumpram a lei no que diz respeito ao aliciamento pacífico, e não mais provoquem grevistas, durante a realização dos piquetes.

LEGALIDADE DA GREVE

A legalidade da greve foi argumentada pelo juiz-

TRT JULGA



No Tribunal Regional do Trabalho, a greve foi julgada ontem à tarde, decidindo-se pela sua legalidade e pelo fim do impasse.



Reunidos à noite, na praça em frente ao Atlético, os metalúrgicos ratificaram o encerramento da greve.

relator do TRT Pedro Ribeiro Tavares: "a greve é própria dos países democráticos, de economia de mercado. Ela só é proibida em regimes totalitários como o da Rússia ou de Cuba. Como no Brasil tudo leva a crer que haverá continuidade do regime capitalista, os empresários devem deixar de encarar a greve como uma ameaça às instituições e a propriedade privada".

Após o TRT fixou os seguintes índices de aumento: 70 por cento (dois a mais do que os patrões haviam proposto), para os empregados que percebem entre um e três salários mínimos; 65 por cento, para aqueles que recebem entre três e cinco; 62 por cento, entre cinco até dez salários; e 58 por cento de aumento para aqueles que percebem mais de dez salários mínimos, incidindo sobre os salários vigentes no dia 1.º de dezembro de 1.978, com vigência a partir do dia 1.º de dezembro deste ano, pelo prazo de 12 meses. Os pisos ficaram em Cr\$ 4.200,00 para aqueles que atuam (contrato de trabalho em vigor até 30 de novembro), e Cr\$ 3.900,00 para os que ingressam. Os empregados admitidos após o dia 1.º de dezembro deste ano, perceberão aumento de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço, conforme sua faixa salarial, incidindo sobre o salário de admissão. O excedente ao

aumento real do salário correspondente a 57,77 por cento será considerado como taxa de produtividade, inaplicável para os efeitos do salário mínimo normativo, e do salário normativo de ingresso, que não poderá ser repassado aos preços dos produtos.

O TRT deferiu ainda, por unanimidade de votos, a estabilidade provisória da gestante a partir da concepção até 60 dias após o término do benefício previdenciário; por maioria de votos, instituir o salário de aprendizagem, a ser fixado na proporção do artigo 80 do salário normativo de ingresso na categoria; e, por maioria de votos (com o voto de desempate do presidente, Luiz José Guimarães Falcão), indeferir o pedido de instituição do delegado sindical. Foram deferidas ainda outras reivindicações dos trabalhadores presentes no processo.

DELEGADO SINDICAL

Apesar de indeferido o pedido pela primeira vez na história do Brasil, três juizes do Trabalho dão parecer favorável a existência do delegado sindical para ser escolhido junto às empresas. Foram os Juizes Pedro Ribeiro Tavares (Juiz-Relator), Wagner Giglio e Ailton

PT 1987

JORNAL *Página do Povo*
 Pasta Sind. Metalúrgica
 Data 15/11/79 Estado PR

DATA, ... / ... / ...



Irregulares colocam um fim na greve

metalúrgicas, terminou o mercado (num a polícia, a vez, cul- com a não do término do Trabalho de do mo- de ilegali- índices de

rreram de- do que de- ção de um empresas, soldados, e licia mento 19. Es- maneiros, s que per- e, muitas pps a ação

nalmente çaram a çaram licia men- com os s acom- ios que e, ainda, formavam h, isto é, . Porém, tas qui- m apro- o parou, o em que os desse diu ao queria ar com a o dis-

irregulares, lizada e, os pelas assem- pto, s vem os s s- tituiu- mento 14 anos de s- ma- será nhã, os mo- e que civil e mento ante a do juiz-

TRT JULGA



No Tribunal Regional do Trabalho, a greve foi julgada ontem à tarde, decidindo-se pela sua legalidade. FIM DO IMPASSE



Reunidos à noite, na praça em frente ao Atlético, os metalúrgicos ratificaram o encerramento da greve.

relator do TRT Pedro Ribeiro Tavares: "a greve é própria dos países democráticos, de economia de mercado. Ela só é proibida em regimes totalitários como o da Rússia ou de Cuba. Como no Brasil tudo leva a crer que haverá continuidade do regime capitalista, os empresários devem deixar de encarar a greve como uma ameaça às instituições e a propriedade privada".

Após o TRT fixou os seguintes índices de aumento: 70 por cento (dois a mais do que os patrões haviam proposto), para os empregados que percebem entre um e três salários mínimos; 65 por cento, para aqueles que recebem entre três e cinco; 62 por cento, entre cinco até dez salários; e 58 por cento de aumento para aqueles que percebem mais de dez salários mínimos, incidindo sobre os salários vigentes no dia 1.º de dezembro de 1978, com vigência a partir do dia 1.º de dezembro deste ano, pelo prazo de 12 meses. Os pisos ficaram em Cr\$ 4.200,00 para aqueles que atuam (contrato de trabalho em vigor até 30 de novembro), e Cr\$ 3.900,00 para os que ingressam. Os empregados admitidos após o dia 1.º de dezembro deste ano, perceberão aumento de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço, conforme sua faixa salarial, incidindo sobre o salário de admissão. O excedente ao

aumento real do salário correspondente a 57,77 por cento será considerado como taxa de produtividade, inclusive para os efeitos do salário mínimo normativo, e salário normativo de ingresso, que não poderá ser repassado aos preços dos produtos.

O TRT deferiu ainda, por unanimidade de votos, instituir a estabilidade provisória da gestante a partir da concepção até 60 dias após o término do benefício previdenciário; por maioria de votos, instituir o salário de aprendiz, a ser fixado na proporção do artigo 80 da CLT, sobre o salário normativo de ingresso na categoria; por maioria de votos (com o voto de desempate do juiz-presidente, Luiz José Guimarães Falcão), indeferir o pedido de instituição do delegado sindical. Foram julgadas ainda outras reivindicações dos trabalhadores constantes no processo.

DELEGADO SINDICAL

Apesar de indeferido o pedido pela primeira vez na história do Brasil, três juizes do Trabalho dão parecer favorável a existência do delegado sindical para atuar junto às empresas. Foram os Juizes Pedro Ribeiro Tavares (Juiz-Relator), Wagner Giglio e Antonio Lydio Bor-

ges que votaram a favor da presença do delegado sindical.

Segundo o líder sindical Mathias Alenor Martins, secretário geral da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná e ligado ao movimento dos metalúrgicos, "mais dia, menos dia, o delegado sindical será uma vitória do trabalhador brasileiro. Ele consiste numa necessidade, pois na verdade, trata-se de uma luta antiga do sindicalismo brasileiro. Ainda conforme Mathias, o empate na decisão judicial mostra uma clareza, e quiçá o governo do Brasil entenda que, com a figura desse delegado, emergirá um novo sindicalismo brasileiro". Por outro lado, ao comentar sobre a greve de dois dias, Mathias afirmou que esse aliciamento pacífico que ocorreu aqui, não ocorreu em nenhuma das greves até agora feitas no Brasil. Por isto mesmo ele acredita que o sindicalismo está emergindo para uma nova era, pois hoje temos um consenso dos trabalhadores, que não deixarão (os grevistas) de lutar pelos 85 por cento de aumento reivindicado inicialmente.

Após a decisão do TRT, o líder do sindicato patronal, Gilberto Borges, manifestou-se sobre os índices, e sobre o movimento grevista. Para ele, os índices fixados pelo Tribunal são bastante pesados para as indústrias do Paraná, mas "nós acataremos a decisão do TRT". Quanto ao movimento grevista ele afirmou que "caracterizou-se por ser bastante pacífico, e realmente reivindicatório". Ele juntou que "só lamenta que eles estavam reivindicando algo inatingível, partindo de um número muito elevado (85 por cento).

OS PIQUETES

Com bastante tranquilidade, cerca de 500 grevistas iniciaram na manhã de ontem, os piquetes defronte a Bosch, na CIC, onde encontraram um policiamento ostensivo. Seguiram após, até a New Holland, que foi completamente paralisada. Em seguida, na Inepar, o policiamento composto de batalhão de choque, viaturas da COPE, e diversos soldados não assustou aos grevistas que permaneceram no local a fim de convencer os funcionários a aderirem a greve. Porém, esses grevistas contaram que receberam diversas provocações por parte dos policiais, que tentavam, de qualquer maneira, arranjar um meio para prender grevistas. Inclusive, defronte a essa empresa houve uma detenção.

Mais tarde, os piquetes foram organizados defronte a Bosch, onde o policiamento já estava desde ontem, inclusive à noite.

Em todas essas empresas, a atitude dos policiais foi a de "fechar o cerco" com viaturas estacionadas defronte a cada uma das fábricas, impedindo sempre a aproximação dos grevistas e dos funcionários dos turnos.

Inclusive, o advogado do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná, Edésio Franco Passos, presenciou algumas arbitrariedades ou descumprimentos à lei n.º 4330 (Lei de Greve), chamando inclusive, atenção de alguns.

Mais tarde, na assembléia dos trabalhadores, Edésio foi amplamente aplaudido pelos grevistas que tributavam agradecimentos pelo sucesso desse movimento reivindicatório.

O movimento grevista dos metalúrgicos, e trabalhadores em indústrias mecânicas e de material elétrico de Curitiba, que se iniciou anteontem, perdurando até a noite de ontem, mobilizando mais de 18 mil empregados, teve diversas vitórias, e alguns insucessos, ocasionados por atos autoritários da polícia que impediu o aliciamento pacífico, e que culminou ontem com a detenção de dois grevistas.

De positivo, o movimento conseguiu o reconhecimento legal por parte do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região, além da fixação dos índices salariais de aumento, dois por cento superiores daqueles índices concedidos pelos patrões. Além disto, pela primeira vez no Brasil, três juizes deste Tribunal dão parecer favorável à presença do delegado sindical nas empresas, muito embora essa reivindicação tenha sido indeferida pelo voto do juiz-presidente, Luiz José Guimarães Falcão.

Metalúrgicos estão em greve

Mesmo com a tentativa de conciliação realizada pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Luiz José Guimarães Falcão, que apresentou uma proposta intermediária entre a reivindicação dos trabalhadores e a fixação de um aumento na ordem de 68 por cento apresentada pelos empresários, não foi possível evitar a deflagração da greve dos metalúrgicos, mecânicos e empregados no setor de material elétrico de Curitiba.

Em assembléia no Ginásio do Atlético, mais de três mil trabalhadores decidiram ontem à noite partir para a formação de piquetes às portas das indústrias. Estas foram divididas em cinco zonas — Norte, Sul, CIC I, CIC 2 e CIC 3 — para paralisação a partir de hoje pela manhã. O advogado dos trabalhadores, Edésio Passos, reconhecendo que a decisão do dissídio pelo TRT possa vir a ser frustrante, resumindo-se aos índices da classe patronal,

salientou que “o simples fato de reunirmos milhares de metalúrgicos já é uma vitória”.

A informação de que as categorias de Guarulhos e Osasco, em São Paulo, haviam concordado com aumento na ordem de 67 por cento, com piso de Crs 4.200,00, ontem à tarde, foi um dos alicerces em que se apoiaram os representantes da classe patronal para não arrear de sua proposta de aumento de 68 por cento, com piso de Crs 3.900,00 para os que forem empregados a partir do próximo dia 30 e de Crs 4.200,00 para os que já estão empregados.

A proposta de conciliação apresentada ontem pelo juiz Guimarães Falcão e pelo procurador regional da Justiça do Trabalho, José Montenegro Antero — que era de um reajuste de 72 por cento, com pisos de Crs 4.000,00 e Crs 4.350,00, para os que forem admitidos e os que já estão empregados, respectivamente, feita depois de cinco horas de debates sem resultados — foi taxativamente rejeitada pelos representantes empresariais. A alegação era de que o TRT é incompetente para fixar aumentos, já que pela nova legislação salarial estes reajustes são compulsórios. Também sobre o índice de produtividade, os representantes da categoria econômica firmaram-se no fato de que a legislação ainda não está regulamentada para permitir os cálculos deste fator. E, na pior das hipóteses, segundo os empresários, seria admitido um índice de produtividade como o de São Paulo — 5,9 por cento.

PODERIA SER 75 POR CENTO

Conforme sublinharam os representantes da categoria de trabalhadores, o processo de defrontamento foi resultante da própria intransigência patronal. Isto porque a proposta dos patrões seria

simplesmente igual à que resulta dos cálculos de índices estipulados pelo governo: 22 por cento do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais 29,26 por cento do INPC de dezembro e mais os seis por cento de produtividade (os dados são cumulativos).

Embora firmassem posição num aumento de 85 por cento sobre os salários de dezembro do ano passado (e desta forma seriam descontados os adiantamentos) e um piso igual para toda a categoria de Crs 6.520,00, os trabalhadores chegaram a apresentar outras propostas. No último sábado, na Delegacia Regional do Trabalho, quando foi realizada a última reunião de conciliação pela via administrativa, os empregados chegaram a propor um aumento de 90 por cento, com descontos, e um piso de Crs 6.100,00. Rejeitada esta proposta, por iniciativa do delegado regional do Trabalho, general Adalberto Massa, os empresários discutiram e rejeitaram o aumento de 70 por cento, com piso de Crs 4.200,00 e Crs 3.900,00.

A comissão de salários, representada ontem no TRT por dois de seus membros, também propôs um percentual de 82 por cento, com piso de Crs 5.500,00, sob a condição de que fosse estudada a possibilidade de efetivação de um delegado sindical em cada empresa, com estabilidade de um ano, e também a estabilidade de 180 dias para todos os empregados do setor, que só seriam despedidos por justa causa. Entretanto, foi apenas mais uma proposta rejeitada pelos patrões. Os empregados tinham ainda uma proposta final, que defenderiam na assembléia de ontem à noite, caso os patrões se mostrassem mais maleáveis, o que não foi conseguido. Esta última proposta, a ser negociada, seria de um aumento na ordem de 75 por cento.



JORNAL: O Estado do Paraná
P. Sind. Metalúrgicos
Data: 13/11/79
Estado PR

PT 1987-228



JORNAL: Diário da Paranaí 76
P. Sind. Met.
Data 15/12/79 Estado PR

Metalúrgicos encerram greve de 2 dias



Metalúrgicos acertaram a decisão do TRT.

Os metalúrgicos paranaenses cujo dissídio foi julgado ontem pelo Tribunal Regional do Trabalho, no 2º dia de paralisação de atividades, cessaram o movimento grevista. A decisão do Tribunal Pleno da Justiça do Trabalho beneficiou os trabalhadores com 70% de reajuste para a faixa até 3 salários mínimos, de 65% para os trabalhadores que recebem entre 3 a 5 mínimos, de 62% de correção para os trabalhadores na faixa entre 5 a 10 e de 58% para quem ganha acima de 10 mínimos.

O resultado do julgamento foi apresentado aos trabalhadores à noite, durante a assembléia realizada na Concha Acústica da Praça do Atlético. O anúncio da cessação do movimento paredista foi feito à tarde pelo secretário da Federação dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico, Matias Alenor Martins, quando afirmou já haver um consenso entre os trabalhadores de aceitação da decisão do Tribunal. Ainda o julgamento foi deferido o salário normativo de ingresso para 3.900 cruzeiros, válido para os trabalhadores admitidos a partir de 1º de dezembro próximo e de 4.200 cruzeiros como piso para os contratados em data anterior a esta.

Os índices fixados ontem vigoram a partir de 1º de dezembro próximo, data base da categoria. Eles serão compensados das antecipações feitas a partir de dezembro de 78 (22,5% em junho último) e terão também um aumento real, por conta da taxa de produtividade, fixado em 8% para quem ganha até 3 salários mínimos, de 4,7% para a faixa entre 3 a 5 mínimos; de 2,7% para 5 a 10 e de 2% para salários acima de 10 mínimos. A sentença do Juiz Luiz José Guimarães Falcão, depois da votação, exposição do juiz relator Pedro Ribeiro Tavares determinou também a aplicação em tabela progressiva, e

pela apreciação das propostas reivindicatórias da categoria, tornou-se obrigatório o cumprimento do dispositivo legal que resulta o pagamento dos dias parados em razão de greve.

Na sentença, foi anexado ainda determinação de que as empresas não poderão repassar aos preços dos produtos, os encargos adicionais de aumentos salariais conforme determina a lei 6.708 de 30 de outubro de 1979. Houve indeferimento à proposição dos trabalhadores de criação do delegado sindical nas empresas, sendo que o voto de Minerva foi dado pelo presidente do TRT, ao desempatar a questão quando da discussão pelo Tribunal Pleno da Justiça do Trabalho. Foram indeferidos ainda as reivindicações de antecipação do reajuste salarial trimestral. Para a gestante metalúrgica foi garantida estabilidade até 60 dias após o término da licença concedida pela Previdência.

Outra reivindicação atendida foi de garantia de estabilidade para o empregado com mais de 10 anos de trabalho na empresa, mesmo se optante pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Para o aprendiz, foi fixado um salário equivalente a 50% do piso normativo no 1º ano de aprendizado, e de 75% no segundo ano de ingresso. Ainda foi indeferido o abono de faltas para empregados estudantes e concedido o pedido de entrega do comprovante de pagamento.

O julgamento do dissídio foi iniciado ontem às 13h30min e encerrou-se por volta das 14h25min. A greve a partir de ontem, se continuasse já teria caráter ilegal, por não atender às decisões adotadas em juízo. Desta forma os trabalhadores até ontem paralisados, terão que retornar amanhã ao trabalho já que hoje as empresas não funcionarão, por se tratar de feriado nacional.



Retorno do diálogo

"O trabalhador aprendeu a levantar o pé de mudança de uma con...

O trabalhador aprendeu a levantar a cabeça, aprendeu que pode sentar em uma mesa e falar com o empregador". Destacando o aspecto pacífico, que o movimento paralisista metalúrgico teve em Curitiba, durante a greve desta semana, o secretário geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico, Mathias Alenor Martins ontem logo após o julgamento do dissídio no TRT, disse que as reivindicações apresentadas nesta campanha salarial, continuarão sendo defendidas pela categoria. "Os nossos pedidos originais não deixarão de ser estudados" anunciou, ao se mostrar exultante pela legalidade do movimento realizado. Martins também destacou a diferenciação da greve curitibana em relação as realizadas no restante do país e América Latina. "Ela serve de exemplo", declarou explicando que em termos de sindicalismo, o movimento tem que se aparelhar imediatamente para enfrentar as modificações que o país passa no tocante ao setor trabalhista.

Ontem pela manhã durante a visita dos piquetes às fábricas foram ainda registrados alguns problemas. O primeiro na Inepar resultou na prisão de dois manifestantes, soltos logo em seguida pela Polícia Militar. Na Bosch onde não chegou a haver paralisação, os piquetes encontraram um Batalhão de Choque da PM, com mais de 200 policiais, segundo os trabalhadores declararam ontem, montando guarda ostensiva a empresa, fato também registrado na Refrigeração Paraná.

Mathias Alenor Martins destacou na ocasião que os metalúrgicos insistiriam na questão do pagamento dos dias parados, e muito embora o presidente da entidade patronal Gilberto Borges declarasse que "os dias parados não são pagos", o presidente do TRT, juiz Luiz José Guimarães Falcão, esclareceu em seguida que desde que o Tribunal contemplasse mesmo parcialmente as reivindicações em relação ao total solicitado, o direito de pagamento já estaria assegurado aos trabalhadores. Ontem, após a assembléia dos empregados, as lideranças e direção sindical reuniram-se com os comitês de apoio e de mobilização para fazer uma avaliação da paralisação.

No levantamento da entidade dos empregados, foi apontado que houve paralisação parcial em alguns casos e total em outros que atingiram 43 empresas de Curitiba, com decréscimo do movimento ontem.

JULGAMENTO

Durante o exame das reivindicações dos trabalhadores no TRT houve críticas à nova legislação salarial, no tocante a taxa de produtividade e sua conceituação. Na abertura da sessão do tribunal pleno, tão logo foi ultimada a lei da ata do processo, o advogado classista patronal Júlio Malhadas entrou com uma petição requerendo a ilegalidade da greve dos trabalhadores, baseado na tenta-

tiva de mudança de uma convenção coletiva de trabalho em vigor, pela formação de piquetes e pela intromissão de pessoas estranhas ao movimento. O tribunal entendeu então de não conhecer as alegações contidas na petição, invalidando a mesma então, que não chegou a ir para exames. Logo após foi desenvolvida a apresentação das reivindicações e justificativas dos trabalhadores, pelo seu procurador Edésio Franco Passos que ressaltou na explanação que a discussão prendia-se unicamente ao item de produtividade. O tribunal pleno integrado pelo juiz relator Pedro Ribeiro Tavares, pela juíza revisora Carmem Amin Ganem, e ainda pelos juizes, Câmara Canto Rufino, (representante dos empregados) e Antonio Lídio Borges, além de Araldo Picanço (representando patrões) destacou segundo Rufino, que a Justiça do Trabalho "parece que já tem aguentado há muitos anos, culpas que não são suas".

Por seu turno o juiz Wagner Giglio também integrante do TP do TRT, destacou que o grande problema no Brasil são as desigualdades salariais, quando existe um piso fixado e nenhuma determinação quanto ao teto. Citou o exemplo da França onde o máximo a ser pago, é de 40 salários mínimos vigentes.

DELEGADO SINDICAL

Indagado quanto ao seu voto contrário à criação do delegado sindical, o presidente do TRT afirmou ontem que o empregado tem que conquistar o direito de delegado sindical, assim como conquistou a estabilidade. O caminho para tanto indicou, pode ser representado por várias medidas seja greve ou convenção coletiva, mas não como uma decisão oferecida que caracterizaria o paternalismo. Ele tem que lutar pela regulamentação para consolidar esta conquista, enfatizou.

Já Edésio Franco Passos, destacou que no ponto de vista legal houve sucesso no atendimento das reivindicações, já que os índices de produtividade concedido foi superior ao de São Paulo, assim como o percentual de 70% que ultrapassou o acordo firmado pelos trabalhadores de Guarulhos. O piso salarial, o maior do Estado alcançou o de São Paulo e o salário de aprendiz, relatou, também representou em avanço conseguido pelo movimento paranaense.



Secretaria de Segurança Pública

DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL O Estado do Paraná
Inab. Ind. Pt.
Pastor: Sílvio Pt. Adriano
Data 24/01/80 Estado PR

80

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

DATA,/...../.....

- 1 ASSUNTO
- 2 ORIGEM
- 3 CLASSIFICAÇÃO
- 4 DIFUSÃO
- 5 REFERÊNCIA

INFORME N.º



Aumento de até 84% para metalúrgicos

Depois de 60 dias de negociações, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Metais Básicos de Adrianópolis, firmou acordos coletivos de trabalho com as empresas Plumbum S.A., Elétrô São Marcos Ltda. e Rocha Exploração de Comércio de Minérios Ltda. O reajustamento salarial médio para os empregados da Plumbum foi de 76,42 por cento, sendo que o índice de taxa de produtividade, nos termos da Lei n.º 6708/79, atingiu o percentual de seis por cento, nos três acordos firmados.

Para os empregados da Plumbum S.A., com salário nas faixas menores, o reajuste atingiu 84,21 por cento, decrescendo até 66,67 por cento, nas faixas maiores, segundo os critérios das normas salariais em vigor, atingindo a média de 76,42 por cento. Trata-se da maior majoração salarial referente aos meses de dezembro e janeiro, pois o índice fixado pelo Tribunal Regional do Trabalho, para os metalúrgicos, foi de 70 por cento no máximo, sendo o índice médio de 67 por cento. Para os trabalhadores em minérios de Adria-

nópolis, o reajuste entrou em vigor a partir de 1.º de janeiro passado.

FIXAÇÃO DE ÍNDICES

Quanto ao índice de taxa de produtividade, fixado em seis por cento, é inferior ao estabelecido para o setor dos metalúrgicos do Paraná, de 7,8 por cento, mas é superior ao fixado para os metalúrgicos de São Paulo, que foi de 5,9 por cento. A importância do acordo coletivo firmado pelo Sindicato de Adrianópolis, com referência à taxa de produtividade, é que permitirá que outras categorias profissionais, em idênticas condições, tenham a possibilidade da fixação de índices mínimos de seis por cento, com variações para mais, segundo acreditam.

Os trabalhadores de Adrianópolis, segundo afirmou o presidente do Sindicato, Jabes Agibert Pinheiro, estarão reunidos em assembleia geral no próximo mês, para a discussão de outras questões referentes ao funcionamento da entidade sindical e posse da nova diretoria, no dia 11 de fevereiro.

PT 1987.228

Metalúrgicos têm oposição; Orlei desiste

Os metalúrgicos de Curitiba votam pela renovação do sindicato da categoria em outubro próximo, desta vez com forte chapa de oposição que já começa a ser formada. Enquanto a oposição se mobiliza, o atual presidente, Orlei Lopes da Silva, manifesta sua não intenção de concorrer pela situação. "Não tenho vontade e nenhum interesse em continuar como presidente", adianta.

A diretoria do sindicato não assumiu, senão quando não pode mais retroceder, a greve deflagrada pela categoria em novembro do ano passado, que paralisou as máquinas das indústrias por dois dias. Os metalúrgicos de Curitiba seguiram todo o processo da Lei de Greve para que fosse reconhecida a legalidade. O movimento foi sustentado pela oposição e desacreditado pela diretoria sindical.

Buscando uma continuidade de luta, a oposição passou à campanha eleitoral a longo prazo. Para o presidente do sindicato, falar em eleições "no momento é muito cedo" e deixa claro sua indisponibilidade de concorrer. Adianta entretanto que a situação lançará chapa. "Mas isso é assunto para ser discutido em futuras reuniões da diretoria". Quanto às chances de vitória, Orlei acredita que sejam as mesmas para os dois lados. "Basta a metade mais um dos votos dos associados" (hoje há cerca de 8 mil operários. Cresceu após o movimento grevista em 2 mil). Orlei assumiu a presidência do sindicato da classe acidentalmente. Nas últimas eleições, em 78, participou da chapa com cargo de tesoureiro. Com a morte do então presidente, a direção passou ao vice que meses depois obteve aposentadoria. Coube a Orlei Lopes da Silva o posto diretor, nessas condições.

Solidariedade ao ABC

Na semana passada o sindicato de Curitiba encaminhou telegrama de solidariedade ao movimento grevista de São Paulo. Ao Sindicato de São Bernardo e à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de São Paulo. Orlei diz que não entendeu o que está ocorrendo no ABC. "Sei através dos jornais que o TRT deu 7 por cento de produtividade aos trabalhadores. Os empresários não podem mais voltar atrás e os metalúrgicos não retornaram ao trabalho. Fica difícil de entender porque estão brigando agora".

Quanto às reivindicações da categoria paulista, Orlei diz que "estão boas. Os metalúrgicos estão certos, pedindo o que têm que pedir". Sobre a repressão policial aos grevistas, Orlei argumenta que não está existindo "porque como o Lula mesmo disse, não há piquetes. A greve é pacífica e não há porque a polícia se meter". Para ele a volta dos trabalhadores de Campinas vai prejudicar a greve no ABC.



• 98st. da Paraná
 P. Sindicato Metalúrgico
 Data 10/12/80 Estado SP

Metalúrgico acha fraude

A chapa de oposição, que perdeu as eleições para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos, não se conformou com o resultado e, atribuindo a vitória da chapa situacionista a uma fraude entrou com recurso, na Delegacia Regional do Trabalho, pedindo a anulação das eleições. Ao mesmo tempo, promoveu um abaixo-assinado, onde os que votaram na chapa de oposição, fazem declaração de voto. O que se constatou, segundo representantes da chapa, é que a oposição obteve maior número de assinaturas, em seu favor do que os obtidos nas urnas de número dois e quatro.

Dizem, ainda, que o que poderia justificar a fraude é o fato dos fiscais da chapa de oposição, terem sido impedidos de entrar nos carros que transportavam as urnas e os mesários. A chapa aponta outras irregularidades nas eleições, como pessoas inscritas para votar sem ter seis meses de categoria, outras com a mensalidade em dia foram impedidas de votar e "outras manobras que sempre vieram beneficiar a chapa 1".





Antonio Luiz Ribeiro, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina, olha com apreensão a greve em São Paulo. É que, segundo ele, cada vez que as máquinas param no ABC, um bom número de trabalhadores do setor, em Londrina, acaba despedido. Reflexos diretos

da greve? Dois empre sários —Lizandro Araújo, da Barão e Joaquim Luiz Batista —dizem que não Araújo argumenta: "A inflação é maior que o preço das greves". Ao que Batista contrapõe: "Com ou sem paralisação, o aumento dos preços das matérias-primas é constante".

Enquanto os metalúrgicos de São Paulo continuam sua greve, com uma série de reivindicações, em Londrina o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Antonio Luiz Ribeiro, acredita que possa ocorrer uma nova onda de demissões nas empresas do ramo, caso a paralisação dos paulistas dure mais tempo. Ribeiro diz que pôde constatar que, todas as vezes que as máquinas param no ABC, muitos dos milhares de metalúrgicos londrinenses acabam sem emprego.

No ano passado —relata — quando os paulistas pararam de 1º de janeiro a 3 de março, sete empresas de Londrina, que compravam matéria-prima de ferro tiveram que cerrar suas portas, ocasionando, só nesse período, cerca de 170 demissões. Ao mesmo tempo, as homologações de dispensa de funcionários do setor, por parte das empresas, foram incontáveis. Uma coisa é certa: tem havido muito mais demissões do que admissões.

As que mais dispensam operários são as pequenas e médias empresas —que comportam de sete a 100 empregados, porque são sempre elas a sentirem os impactos das pressões econômicas das greves ou da política econômica do País. Em sua grande maioria, são oficinas mecânicas, instaladoras e seralherias que, segundo Ribeiro, acabam não suportando todas as conseqüências que advêm do movimento grevista. As empresas grandes —e o seu número é pequeno —têm mostrado alguma estabilidade financeira, nesses últimos e conturbados meses e as dispensas que têm feito não são numerosas. Mesmo por isso, não chegam a preocupar o Sindicato.

DEMISSÕES EM MASSA

Os últimos indicadores dão mostras a Ribeiro, que este ano a crise no setor metalúrgico em Londrina será mais aguda. É que a greve paulista traz, conforme diz, entre outros reflexos menores, o encarecimento da matéria-prima e seus derivados, alta nos custos da mão-de-obra —e contenção de despesas por parte das empresas. Conseqüência: demissões em massa.

Greves no ABC. Demissões aqui?



acontece em função de um antigo hábito de muitas empresas que, ao invés de discutir e solucionar os problemas de seus operários, prefere demiti-los, poupando preocupações na

rechaçada prontamente —sido atendida pelos empresários, seria o bastante para que o mesmo sistema fosse acatado no resto do país. "O que seria ótimo — comenta — porque um delegado sindical representa força para o Sindicato".

UMA AVALIAÇÃO DIFÍCIL

Se Ribeiro acompanha com interesse o desenrolar da greve no ABC, ainda são poucos os metalúrgicos londrinenses que vêm demonstrando interesse pelos últimos acontecimentos em São Paulo. Os que o fazem quase sempre questionam o que uma greve lá irá melhorar a sua situação aqui. Entre aqueles informados sobre o andamento da greve, não há boas opiniões formadas —embora essa conclusão não deva ser estendida a todos os integrantes da categoria. De qualquer modo, Ribeiro considera a reivindicação dos colegas paulistas —em sua grande maioria empregados em grandes complexos industriais —de 15 por cento de taxa de produtividade como "modesta". Mas ele tem convicção de que este é o ponto de vista do trabalhador e não do empresário.

O presidente dos metalúrgicos londrinenses sustenta essa tese mesmo considerando que, caso essa reivindicação — ou outra mais modesta —seja acatada, não será uma, duas, mas muitas as empresas londrinenses do setor que encerrarão os seus negócios. "Principalmente as pequenas sofrerão o impacto do encarecimento da matéria-prima, ocasionado pela política de se descontar no preço do produto o encarecimento da mão-de-obra", salienta.

outras empresas para a absorção rápida dessa mão-de-obra liberada. As empresas do ramo —pelo menos — é o que parece ficar claro nas palavras de Ribeiro —fazem o maior "drama" na hora de admitir um empregado, alegando quase sempre que já estão com sua folha de pagamento onerada, que a situação está difícil, que o trabalhador tem mais é que rezar para não ser demitido. Mas, em contrapartida, Ribeiro se queixa que o próprio metalúrgico não entende, muitas vezes, o tipo de preocupação do Sindicato para com as suas condições de trabalho ou direitos que não são respeitados. Exemplo disso, cita, é quando uma fiscalização constata que o metalúrgico está cumprindo horas-extras, sem a devida comunicação à sua representação sindical —o que significa, em outras palavras, que não vai receber a quantia justa pelo serviço prestado.

Ribeiro diz que se pode constatar no dia-a-dia que o metalúrgico —de uma maneira geral —entende tal medida do Sindicato como uma interferência incômoda em sua atividade. "Muitos deles protestam, comentando que o Sindicato só serve para amolar a vida deles". É que, em se descobrindo a irregularidade, ela deve ser sanada. E Ribeiro afirma que essa medida é acertada: "O trabalhador pensa que, fazendo estas horas-extras ilegais, vai ganhar mais; na verdade ele ganha apenas um pouco mais. Quando, finalmente, resolve homologar as duas horas-extras previstas na lei, pensa que isso é ruim, pois antes trabalhava muito mais. Nós cansamos de flagrar essa situação, quando percorríamos empresas à noite. As luzes estavam acesas, apesar do lugar estar aparentemente vazio. O que achamos que o trabalhador só perde a saúde trabalhando em tais condições. E, o que é pior, não melhora de vida".

E OS ATESTADOS MÉDICOS?

Comentários como esse podem, também, ser feitos por Carlos Guimarães, que há três meses é advogado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica. Desde então, ele não tem tido muito tempo para tomar

greve paulista tra... contorne DL, entre out. os reflexos menores, o encarecimento da matéria-prima e seus derivados, alta nos custos da mão-de-obra — e contenção de despesas por parte das empresas. Conseqüência: demissões em massa. Para mostrar que essa situação já teve início, fonte do Sindicato dos Metalúrgicos assegura que, atualmente, há cerca de cinco homologações — diárias — de demissões; um número que sobe quase a 100, no final do mês. Assim, sabe-se que, desde o início do ano, o Sindicato já tomou conhecimento de mais de 300 pedidos dessa natureza.

Mas o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos deixa claro não ter nada contra a greve dos colegas paulistas: "Se tivéssemos a unidade deles, fariamos a mesma coisa. O que está acontecendo em São Paulo é obra de trabalhadores unidos e não de suas lideranças. Para que uma greve seja feita, o Ministério do Trabalho quer ser avisado com antecedência. Acontece que o trabalhador não pode esperar que decidam a validade do que ele faz ou deixa de fazer. Se fosse assim, morreria de fome. Então, parte para a ação".

Ribeiro não sabe como a greve dos metalúrgicos de Curitiba, no ano passado, aconteceu. E, o que é mais surpreendente para ele, como conseguiu ser bem sucedida. "Nos de Londrina — afirma — tivemos que manter oito reuniões com empresários para conseguir nosso último reajuste de 70 por cento, que a grande maioria das empresas não cumpre, apesar de todas as nossas advertências". A partir daí, quem ganhava o mínimo de Cr\$ 2.318 passou a ganhar Cr\$ 4.018. Quem havia sido admitido numa empresa, até 20 de novembro de 78, entrou na lista dos aumentados. Mesmo assim, dos 3 mil metalúrgicos de Londrina — registrados no Sindicato — cerca de 1.200 ganham acima do mínimo. Estes, por estarem acima do piso, tiveram direito a uma majoração de 62 por cento em seus salários. Quando o Sindicato foi procurar os metalúrgicos que ganhavam de 5 a 10 salários mínimos — para estabelecer com eles as novas bases de seus ganhos — só perdeu tempo. Não existe nenhum, aqui, em tais condições. Os profissionais mais especializados acabam se mudando para São Paulo, à procura de melhores salários. Hoje, alguns deles fazem parte da massa em greve no ABC.

FALTA DELEGADO SINDICAL

Com raras exceções, o empresariado londrinense se mostra inflexível quando se trata de discutir os direitos dos trabalhadores. Algumas das exceções — conta Ribeiro — podem ser encontradas nas pequenas firmas, cujos donos, geralmente, vivem o mesmo drama que os seus funcionários: falta de dinheiro. Nas demais, comenta, a prova da instabilidade do funcionário é a falta de um delegado sindical — de resto, uma figura ainda não largamente admitida nas empresas brasileiras. E por que? Uma explicação, citada por Ribeiro, é que isso

acontece em função de um antigo hábito de muitas empresas que, ao invés de discutir e solucionar os problemas de seus operários, prefere demiti-los, poupando preocupações na Justiça do Trabalho e fazendo com que o empresário se sinta mais seguro na hora de punir um empregado.

A situação não seria a mesma, se o delegado sindical tivesse condições de existir: cada punição infligida ao trabalhador seria discutida nos mínimos detalhes, evitando excessos por parte de chefes de sessão ou de outros empregados mais graduados. No entanto, Ribeiro acredita que um delegado sindical é tão bom para o trabalhador como o é para a empresa. Ademais, sua atuação faria com que se reduzisse sensivelmente o número de demissões, sem mencionar que representaria uma grande economia para o Sindicato dos trabalhadores. Ou seja, não seria necessário contratar e pagar um metalúrgico para fazer sindicalização de novos associados, pois o delegado teria poderes para cuidar disso também.

Ribeiro acredita que essa reivindicação dos metalúrgicos paulistas tivesse — ao invés de ser

mente as pequenas sofrerão os negócios. "Principalmente o encarecimento da matéria-prima, ocasionado pela política de se descontar no preço do produto o encarecimento da mão-de-obra", salienta.

Ribeiro se recorda de uma situação recente, capaz de ilustrar tal situação: "Conheci, há algum tempo, um empregado de uma firma, que depois de muito trabalho, conseguiu montar um negócio próprio. Contratou 30 bons profissionais e quando veio a greve dos metalúrgicos, no ano passado, lá em São Paulo, seu lucro não suportou o encarecimento da matéria-prima. Hoje, ele só tem 3 empregados e está na relação dos empresários pequenos que deverão fechar o seu negócio".

Casos como este — diz Ribeiro — acabam sendo "fortes" para uma cidade do tamanho de Londrina, sem nenhuma tradição na indústria pesada, por motivos óbvios — esta é uma região agrícola — com sua massa trabalhadora sobrevivendo, sobretudo, das chamadas atividades terciárias. Toda vez que um metalúrgico vai a rua — recorda — acaba ficando, pelo menos alguns meses, sem ocupação, porque não há capacidade em

Comentários como esse podem, também, ser feitos por Carlos Guimarães, que há três meses é advogado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica. Desde então, ele não tem tido muito tempo para tomar um cafezinho. As reclamações e as consultas se sucedem — uma atrás da outra. E os casos têm muita semelhança; é sempre a mesma coisa: empresa que admite, mas não registra o funcionário, ou simplesmente não anota aumentos em carteira; ou, o que é mais grave, empresa que dispensa e não quer pagar o operário. Desde o início deste ano, já passaram — entre outros — pela mesa de Guimarães, mais de 65 casos dessa natureza, que foram levados à apreciação da Justiça do Trabalho; e outros 13 estão atualmente sendo encaminhados para o mesmo destino...

Mas estes não são os únicos males que afligem os metalúrgicos londrinenses. Ribeiro se recorda que, a exemplo dos colegas paulistas, eles enfrentam também problemas para justificar, por exemplo, pequenos atrasos ou falhas ao serviço nas empresas onde trabalham. Em tais casos, o costume dita que o trabalhador deve recorrer ao Sindicato, para obter um "atestado médico", justificando sua falha. Entretanto, as coisas não são muito simples. "Para as empresas que têm médico próprio — relata Ribeiro — estes atestados não têm nenhuma validade". Conclusão: os atestados fornecidos pelo Sindicato acabam sendo inúteis e os seus portadores são suspensos, ainda por cima. Com o metalúrgico colocado no "gancho", está criado um novo problema para o Sindicato: em tais condições ele não ganha pelos dias parados e ainda corre o risco de ser demitido.

E, aí, a situação se complica ainda mais: é que um funcionário demitido em função desse tipo de problema, a rigor não deve bater às portas da Justiça, porque quase que certamente acabaria perdendo a empreitada, já que não lhe seria dada razão. O Sindicato tem que enfrentar diariamente essa situação. E ela é tão freqüente que, de só um caso que se lembra, Ribeiro cita um número espantoso de atestados requeridos por um único metalúrgico: 300, em um ano. Ele não sabe explicar como isso é possível, mas o fato, sem sombra de dúvidas, é real.

Questões como essas têm demonstrado que a situação dos metalúrgicos não é muito confortável. Tanto assim, que dados extra-oficiais demonstram que um bom número deles têm abandonado a profissão — por desânimo, por falta de melhores salários etc. Isso, sem contar, — diz ainda Ribeiro — que o aumento nos preços das peças de reposição para automóveis, inevitavelmente também traz demissões em oficinas mecânicas. Justificativas para isso são respostas fáceis para os proprietários: eles informam que tem havido um aumento exagerado nos preços das peças. Do ano passado para cá, citam, a majoração foi de mais de 100 por cento. E, como a tendência é de haver aumentos sucessivos, eles acabarão, certamente, sendo "descontados" na folha de pagamento de cada uma dessas empresas.

"Não tem nenhuma relação"

Lizandro Araújo, diretor da Barão, uma empresa com 60 funcionários, acredita que não se possa estender até aqui os reflexos da greve paulista. "Não tem nenhuma relação". Para ele, os trabalhadores de São Paulo pertencem a uma categoria especial e específica — a dos automobilistas — e, por isso mesmo, sem qualquer tipo de semelhança com os diversos setores de atividades metalúrgicas, desenvolvidas em Londrina.

No máximo, Araújo diz que, em seu próximo dissídio coletivo, os metalúrgicos locais poderão acabar por fazer uma reivindicação maior, sob a influência das greves no ABC. De resto, ele acha que esse não é um motivo bastante forte para que algumas empresas locais acabem fechando.

"Ao que consta — comenta — todas elas vão relativamente bem. Aquelas que não conseguem — ou não conseguiram — se manter no mercado, são frutos de má administração ou de falta de mercado".

SALÁRIOS CAIRIAM

Considerando a hipotética existência de um mercado livre para os salários, Araújo — que sob certos aspectos, tem a greve do ABC como "injusta, porque beneficia um só grupo de trabalhadores" — acredita que a cada movimento de paralisação em São Paulo, os salários não apenas de Londrina, mas também de outras regiões interiores do país acabariam na realidade baixando. Seu raciocínio é simples: "A cada greve, sempre haverá trabalhadores despedidos. E essa leva de mão-de-obra acaba vindo para o interior, à procura de novas oportunidades de emprego".

É por isso mesmo que o empresário acredita em saldos positivos das greves: "É mais fácil acertar salários com os sindicatos daqui, do que com o poderoso Lula. Se ele soubesse que tenho apenas 60 funcio-



cer — diz — que a inflação aumenta mais, e mensalmente, do que os preços decorrentes das greves".

Na realidade, o empresário acha que a crise no setor metalúrgico acaba sendo localizada: apenas em São Paulo é que ocorreria a "limpeza" do mercado — com os grandes complexos industriais ocupando os espaços deixados vagos pelas pequenas, que não conseguem sobreviver nem mesmo aos longos períodos de paralisação da produção. "Lá, sim, deverá haver falências", enfatiza. E, levando-se em conta esse aspecto da situação, Araújo chega a sugerir que as pequenas empresas sejam protegidas por um seguro, capaz de lhes garantir a sobrevivência durante as greves. "Do jeito que as coisas andam, a greve, por incrível que pareça, acaba favorecendo e ficando a serviço das multinacionais — que vêm o número de suas concorrentes diminuindo".

O MESMO QUADRO

Enquanto isso, para Joaquim Luiz Batista, diretor comercial da Metalúrgica Pinhal, de Cambé, a greve dos metalúrgicos, por si só, não repercutiu especificamente na taxa de desempregos que aqui se verifica no setor. Diz, isto sim, que o desemprego é geral, em conseqüência da crise econômica que vive o país, com altas taxas de inflação. A alta da matéria-prima, recorda, é inevitável em tempo de greve. Mas — salienta — com ou sem paralisação, o encarecimento da matéria-prima é constante, trazendo dificuldades financeiras, como sempre, às pequenas empresas.

Como termômetro da situação vivida, Batista informa que o quadro de funcionários da Metalúrgica Pinhal — em torno de 300 — permanece o mesmo em relação ao ano passado. Enquanto que Lizandro Araújo observa: "Se a situação estivesse tão ruim, não nos teria sido possível aumentar em 15 por cento o número de nossos empregados".

INFLAÇÃO É MAIOR

Considerando a tendência altista, que se verifica a cada aumento salarial, Araújo, ainda assim, comenta que não existe relação entre os novos preços que passam a ser cobrados pelas indústrias paulistas e a necessidade de algumas empresas acabarem fechadas, aqui. "Não podemos nos esque-

VOZ

da unidade



SÃO PAULO, DE 05 a 11 DE SETEMBRO DE 1980 - ANO I - N.º 23 - Cr\$ 30,00

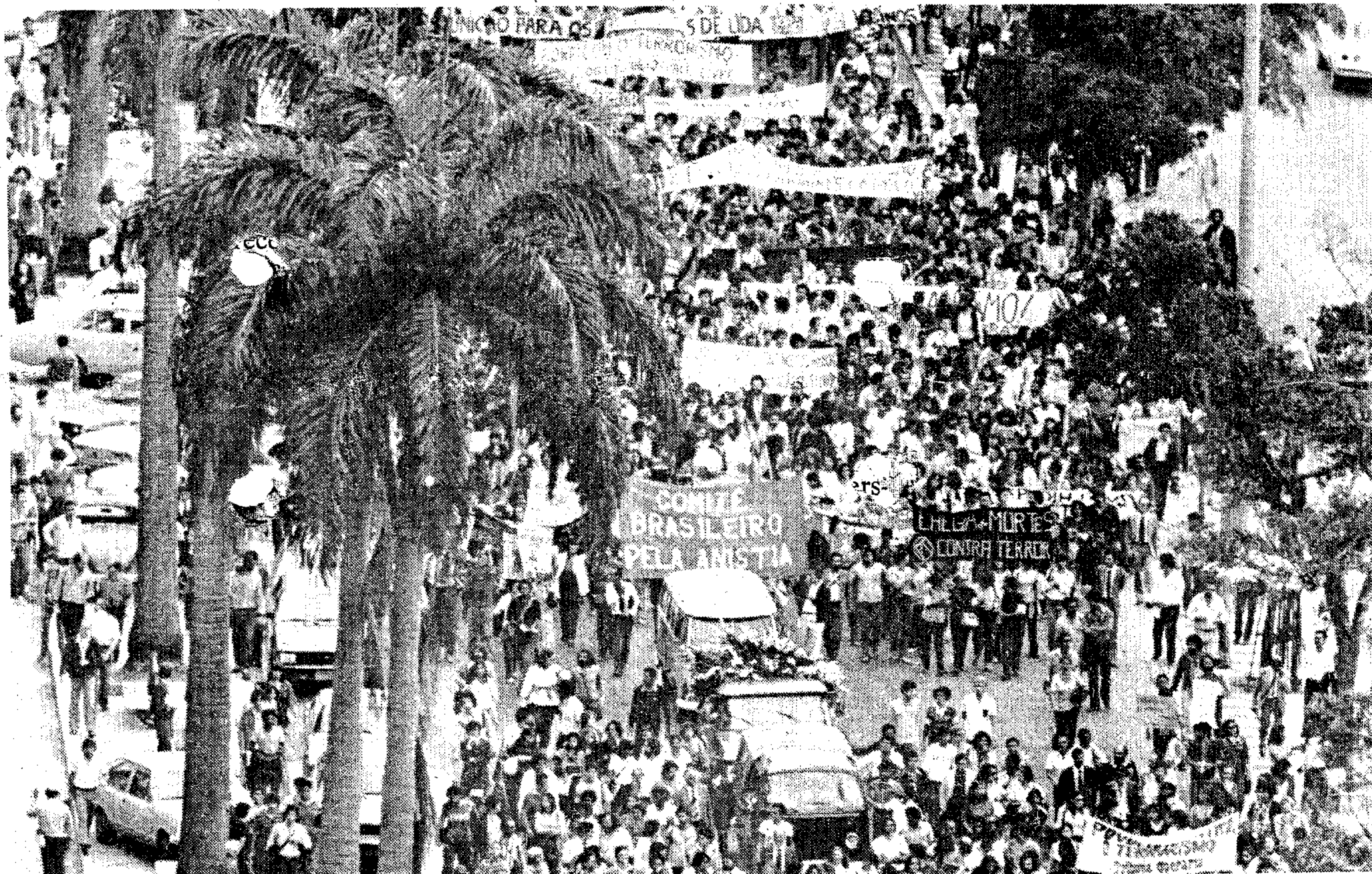
Terror só será batido com mobilização popular

Os atentados terroristas da extrema direita introduziram uma componente nova e representam uma mudança de qualidade no quadro político brasileiro. Aparecem num contexto fortemente marcado pela presença e pela ação de um Estado que já fez uso sistemático e indiscriminado da violência policial e do terror como arma "legítima" na luta política. Surgem num momento de graves dificuldades econômicas no país e em meio a um impasse político que mergulhou toda a Nação num angustiante compasso de espera. Objetivam bloquear o tímido processo de democratização em curso, que apenas se esboçava, criando uma situação tal de instabilidade política que force o arquivamento das eleições diretas e obrigue o governo Figueiredo a enveredar pelo caminho tortuoso do retrocesso ou ser esmagado nele.

Convém, entretanto, não confundir as coisas. Até onde pôde, o regime administrou e ainda tenta irresponsavelmente administrar o terror, beneficiando-se dele na medida em que o conjunto das oposições foi colocada na defensiva. Mas trata-se de uma rematada tolice identificar sem mais o terrorismo de direita de hoje com o terrorismo estatal de ontem. A situação é outra, outras são as determinações.

Ninguém desconhece que o regime que aí está prendeu, torturou e matou muitos patriotas. Porém, o que é específico — e nem por isso menos grave, mas de forma distinta — na situação que estamos vivendo é que, há cerca de seis anos — desde os assassinatos de Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho — o regime havia abdicado do uso institucionalizado dos métodos mais selvagens no combate aos seus inimigos. O país "civilizava-se", por menor que fosse esse avanço.

Há uma diferença entre "aplicar a lei", por mais draconiana que esta seja, e assaltar, matar e praticar impunemente atentados. Em sua escalada provocadora e golpista, a direita está pondo em xeque desde o direito democrático que as forças políticas têm de exporem seus jornais nacionalmente nas bancas, até a própria realização das



No Rio, o enterro de Lyda Monteiro da Silva

eleições diretas. Tentam, assim, desesperadamente inverter o processo constituinte em andamento.

Enganam-se todos aqueles que acreditam ser possível barganhar a realização das futuras eleições fornecendo apoio incondicional ao general Figueiredo, abrindo mão de determinadas bandeiras e não investindo na unificação dos oposições e na mobilização de baixo para cima. O prioritário agora é isolar e bater politicamente o

terror, posto que esta é a única maneira de assegurar os espaços mínimos já conquistados, impedir o recuo dos limites alcançados e avançar forçando o cumprimento do calendário eleitoral e a devolução de prerrogativas essenciais ao Poder Legislativo.

E só há um modo de combater eficazmente o terror da direita garantindo simultaneamente o maior aprofundamento possível do processo democratizante: é lutando para unificar as oposições e mobilizando as massas.

Em matéria de educação, fracasso do regime é total

Nas centrais, universitários comunistas formulam sua política para a Universidade e para a UNE

Esforço dos comunistas é para unir oposições

Nas págs. 3, 7, 11, a opinião de Dias, Givaldo e Tenório

"Revolução cultural" dispensa a política?

Leandro Konder examina fenômeno Gabeira — na 16

CARTAS

Frente única
contra terror

"É chegado o momento dos sindicatos, as Associações, dos Diretórios e grêmios estudantis, dos intelectuais, das mulheres se unirem numa frente única e consciente contra a onda de terror direitista que apavora a Nação brasileira já tão cansada e exaurida pela inflação e pelas frustrações sociais dos últimos anos.

"Nota-se perfeitamente que os governos estaduais até o presente momento não têm condições materiais concretas para enfrentarem o terror de direita. Sente-se que o que existe na realidade, é um complô nacional para que as responsabilidades não sejam apuradas por conveniência, por complacência ou pelo simples comprometimento. A indiferença e o marasmo das autoridades dão aos terroristas de direita a abertura necessária para o aumento da sanha de horror e de sangue e podemos afirmar que o mal posicionamento das forças democráticas é também responsável por este estado de coisas.

Mais do que nunca a união de todas as forças democráticas contra o terror é necessária e só assim o terror de direita será totalmente destruído. Enganam-se aqueles que fazem parte do governo estadual ou central ao tomarem medidas isoladas ou individualistas que poderão conter esta onda de crimes. Somente o movimento de massa firme e concretamente organizado poderá modificar este panorama político. É chegado o momento de toda Nação brasileira forçar o presidente Figueiredo a cumprir ou a fazer cumprir sua frase "Quem for contra a abertura eu prendo e arrebenho".

"É chegado o momento do presidente Figueiredo mostrar realmente de que lado está; contra ou a favor do povo, que pretende manter a abertura política a todo custo e que para tanto combaterá o terror com meios legais de que dispõe — a lei.

"Sr. presidente, os terroristas estão armados, camuflados e acobertados por alguém. E nós como estamos? Quem garantirá que este terror não é o início de um novo golpe político com forte conotação de direita racista, facista, para se iniciar um novo processo de arrocho?

É indubitavelmente um pequeno grupo, nós somos uma massa, por que fugir do combate? Neste momento não pode haver qualquer tipo de conciliação ou conchavos políticos. Ou nós, povo, ou eles, terror.

"O silêncio, a não identificação dos criminosos, ação da própria polícia vem permitindo o avanço de maneira galopante do terror de direita dentro do Brasil.

"Sr. presidente, o povo não o elegeu diretamente, mas V. Excia. se comprometeu com toda Nação brasileira de fazer este país o exemplo de democracia. É chegado o grande momento, este povo não pode ser mais enganado. (...)

Cícero Agreste
Engenho de Dentro - RJ

A Redação só publicará cartas que venham com nome e endereço do remetente.

Morre Samuel Wainer,
um jornalista que
inovou a imprensa

Abro a Folha de S. Paulo e procuro, num gesto automático, as iniciais S.W. na segunda página. Mas o artigo não está lá. Samuel Wainer saiu da trincheira — e isso nos deixa, a todos nós, um pouco mais pobres, um pouco mais vulneráveis. Na grande batalha política pela democracia, o flanco jornalístico parece menos guardado.

Samuel, 68 anos, revolucionou a imprensa brasileira, aos 50, como criador da Última Hora, um jornal ágil, popular, agressivo. Antes, fizera Diretrizes, a primeira revista política brasileira. Ao morrer, trabalhava na Editora Três e na Folha, onde escrevia editoriais desde 1977. Era um dos poucos gigantes da imprensa deste país.

Até como consultor de três presidentes da República: Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Teve muito poder nas mãos. Poderia deitar-se em alguma sineca, como tantos fazem, mas não abdicou de si mes-

mo, de um papel político ativo, de uma participação corajosa no processo de transformações da sociedade brasileira. Por isso mesmo, morreu pobre. Teve poder e morreu pobre. Não se pode dizer o mesmo de muitos brasileiros ilustres.

No plano pessoal, era acima de tudo um animal político. E um profissional de imprensa que valia por muitas escobas de comunicação. "Trabalhar com ele", diziam seus colegas e subordinados, "é o melhor curso de jornalismo que se pode ter." Como jornalista, porém, dedicava-se à política, num combate que o levou três vezes à cadeia, duas vezes ao exílio. Preso em 1942 e 1943 por alegadas "atividades comunistas", viajou para os Estados Unidos, em seguida à sua segunda prisão. Ficou um ano naquele país, partilhando então para a Europa, onde fez a cobertura do histórico julgamento de Nuremberg, para Diretrizes. Retornou ao Brasil com o fim da Segunda Guerra e a queda de Getúlio, de quem se aproximou em 1949. Perseguidor e perseguido, mor-

naram amigos, Samuel se transformou em conselheiro pessoal de Getúlio. Desta amizade nasceu a Última Hora.

Com o golpe de 1964, Samuel ficou de novo na alça de mira dos grupos conservadores. Tropas golpistas invadiram e depredaram seu jornal, e o jornalista buscou a proteção da embaixada do Chile. Com os direitos políticos cassados, embarcou para o segundo exílio: uma breve passagem por Santiago, cinco anos de isolamento na França, de onde retornou em 1968. Vendeu o título Última Hora em 1971, "para poder pagar dívidas trabalhistas". Seu naufrágio como empresário, no entanto, não o afastou do jornalismo — uma paixão fundamental em Samuel.

Como todos os jornalistas talentosos que conheço, era um homem polêmico. Desagradava freqüentemente aos que amam a linearidade, irritava os patrulheiros com sua vocação para a conciliação, era paciente mesmo com os inimigos. Como lembrou Cláudio Abramo, outro mestre do jornalismo brasileiro moderno, "Samuel nunca abriu a boca para atacar alguém." No dia de sua morte, a caminho do hospital, pediu um rádio de pilha. Ia ao encontro da morte, logo estaria do outro lado do tempo, mas continuava preocupado com a crise política que abala o país. (Rodolfo Konder)

FAAP não
paga professores

A Fundação Armando Alvares Penteado — FAAP —, em São Paulo, está querendo jogar alunos contra professores, para acabar com a mobilização dos primeiros e evitar a organização dos mestres. Acontece que os cerca de três mil alunos da instituição estão em processo de boicote às mensalidades, reivindicando o não pagamento dos aumentos que a Faculdade quer inserir nas mensalidades da ordem de 76,8 por cento.

Com base nisso, a Fundação não paga os professores desde julho, apesar do boicote haver começado apenas no final de agosto.

Os professores através de sua Associação — que não é reconhecida pela direção da Escola — já enviou pedido à Delegacia Regional do Trabalho exigindo o pagamento dos salários, alegando que o boicote não desobriga a instituição de cumprir suas obrigações para com eles.

Terceira reunião
nacional da Voz

Domingo, 31 de agosto, realizou-se em São Paulo, no Sindicato dos Jornalistas, a 3.ª reunião nacional da Voz. Estavam representados 15 Estados (Amazonas, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa

Catarina, Rio Grande do Sul) e Brasília. Alguns Estados mandaram também representantes diretos de algumas grandes cidades, como São Bernardo, São José dos Campos, Juiz de Fora, Londrina e Caxias do Sul. Estiveram também presentes os dirigentes comunistas Luiz Tenório de Lima, Teodoro Mello e Giocondo Dias.

O primeiro ponto da pauta foi uma avaliação geral, política e editorial, da Voz. Nesta reunião, prevaleceu o debate sobre o modo como o jornal vem desenvolvendo as características que o marcam, definidas desde a reunião passada como as de um jornal de análise e orientação políticas, voltado para os ativistas do nosso movimento comunista, democrático e de massas. Numerosas críticas a aspectos específicos do jornal foram formuladas, entre as quais, algumas insuficiências da seção internacional. No conjunto, os participantes ressaltaram que a Voz vem melhorando, corrigindo insuficiências e erros, e sendo crescentemente apoiada pelos comunistas e demais setores democráticos dos diversos Estados do país.

O segundo ponto deteve-se nos nossos problemas de circulação e finanças. Verificou-se que, apesar dos atentados contra as bancas e da pressão contra as distribuidoras, a Voz está chegando a todos os Estados, com exceção do Piauí e Mato Grosso (Cuiabá). As dificuldades, entretanto, ainda são muito grandes, permanecendo a distribuição e as vendas muito aquém de nossas reais possibilidades. A discussão deixou bem claro que a melhora da distribuição e das vendas

dependem do empenho, da dedicação e da inventiva dos companheiros das diversas cidades.

Ainda no segundo ponto, anunciou-se que das 1000 assinaturas fixadas como meta na reunião de 15 de junho, conseguimos 605, atribuindo-se o não cumprimento do plano à demora entre seu lançamento e o momento em que um maior número de companheiros foi ganho para esse trabalho. Levando em conta a experiência, a reunião resolveu fixar nova meta: 2500 assinantes até 31 de dezembro. Vinculada a esta discussão, também se verificou a necessidade dos representantes dos Estados agilizarem a prestação de contas e a remessa de dinheiro para a sede da Editora Juruá.

A principal evidência da reunião nacional de agosto pode ser resumida na certeza de que a Voz resistiu ao terrorismo e marcha para se consolidar.

Redação da Voz
muda de endereço

Comunicamos aos nossos leitores e amigos a mudança da redação da VOZ para a Rua Cesário Mota Jr., n.º 369 - CEP: 01223 São Paulo. Os telefones são:

administração - 256-2591
e redação - 231-2926

Assinaturas

O número de assinantes da Voz chegou esta semana a 615. São Paulo com 351; Pernambuco continua no segundo posto com 62; Rio de Janeiro 60; Minas Gerais 39; Bahia com 20, Paraná também com 20, Mato Grosso do Sul alcança a casa das dezenas com 10. Nos demais Estados atingimos 45 e no Exterior aumentamos para 8. O ritmo mais acelerado precisa ser retomado pois nossa meta até o final do ano é de 2.500 assinantes.

VOZ
da unidade

DIRETOR RESPONSÁVEL:

Henrique Cordeiro

CONSELHO EDITORIAL:

Armênio Guedes

Lindolfo Silva

Teodoro Mello e

Gildo Marçal Brandão

EDITOR:

Gildo Marçal Brandão

SECRETARIA DE

REDAÇÃO:

Ruth Tegen

REDAÇÃO:

São Paulo: David Capistrano Filho, Francisco Almeida, Marco A. Coelho Filho, Marco Aurélio Nogueira, Marco Damiani, Marco Moro, Rachel Soares.

Rio: Carlos Alberto Lopes, Carlos Nelson Coutinho, Ivan Ribeiro, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna, Mauro Malin, Rogério Marques Gomes, Sylvia Moretzsohn, Teresa Ottoni.

ARTE:

Reinaldo Belintani

REVISÃO:

Luiz Arturo Obojes

SECRETÁRIO GRÁFICO:

Antônio Gaspar

SUCURSAIS:

Manaus — Rui Brito da Silva

Rua Turumã, 1061

Belém — Jocelyn Brasil

Rua Generalíssimo Deodoro, 609

tel.: 222-7191

São Luís — Maria Aragão

Rua De Santana, 189

tel.: 222-5181

Recife — Paulo Cavalcanti

Rua do Hospício - Edif. Olímpia

sala 709

Brasília — Hélia Maciel Hauer

Florianópolis — Cirineu Cardoso

Porto Alegre — João B. Aveline

Fortaleza — Caboclinho Farias

CORRESPONDENTES

INTERNACIONAIS:

Portugal — Zillah Branco

Roma — Danilo S. Galletti

ADMINISTRAÇÃO:

Nilda Calixto Maluf

DISTRIBUIÇÃO:

Aureliano Gonçalves Cerqueira

Propriedade da Editora Juruá

Lda. - Rua Cesário Mota Jr., 369

- 2.º andar - fones: administração:

256-2591 - redação: 231-2926 -

CEP: 01221 São Paulo - SP.

Impresso nas oficinas da Cia.

Editora Joruês, Rua Gastão da

Cunha, 49 - tel.: 531-8900 - São

Paulo.

FRENTE ÚNICA

Porque defendemos aliança com liberais

A alternativa hoje não é entre capitalismo e socialismo, mas entre fascismo e democracia. Mas o sectarismo tem caracterizado a atuação dos comunistas em relação aos liberais, o que dificulta a unidade

Giocondo Dias

A corrente liberal democrata, embora heterogênea em sua composição política, apresenta continuidade ideológica, certa estabilidade de quadros dirigentes e pertinácia ao longo dos anos de oposição ao regime instalado em abril de 1964.

É certo que a sua ação é prudente. A corrente liberal democrata mobiliza-se quase que exclusivamente em função dos períodos eleitorais e, nos intervalos, cinge sua participação à atividade parlamentar e a um e outro abaixo-assinado. Apesar dessas limitações, ela possui uma rede de ligações e influências que lhe permitem movimentar setores relativamente vastos da pequena e média burguesia e de intelectuais.

Não há dúvida de que, como força individualizada, a liberal democracia é o mais influente dos setores burgueses de oposição. É incomparavelmente mais influente, por exemplo, do que qualquer dos agrupamentos da pequena burguesia radical.

ANTIFASCISMO

Os comunistas não poderiam dei-

de prestar homenagem ao espírito antifascista de homens que já eram dirigentes políticos quando a ditadura se instalou no poder e que hoje, após 16 anos de opressão, continuam fiéis aos seus antigos ideais e à frente de um setor político importante da oposição. Os comunistas têm se esforçado — e continuarão a fazê-lo — para fortalecer os laços de cooperação e entendimento com essa corrente, visando encontrar formas de ação comum.

Ora, alguns esquerdistas, dentro e fora do Partido, atacam violentamente esses esforços. Alguns "ladinos revolucionários" insultam os dirigentes da corrente liberal, dizem que nada representam e acusam os comunistas de "sacrificar a formação de uma frente das esquerdas". Não nos impressionamos com a violência das acusações. Não é por muito gritar que alguém tem razão.

Nós não temos poucado a crítica aos nossos liberais. Criticamos as suas idéias programáticas, suas concepções formalistas, o seu receio do proletariado e da revolução. Criticamos a sua resistência a ações unitárias, os seus preconceitos anticomunistas, as suas hesitações e vacilações, as suas tendências para o compromisso com os

monopólios, com o imperialismo, com o latifúndio. Criticamos enfim as suas pretensões a uma posição hegemônica no movimento democrático.

Mas ao mesmo tempo em que a criticamos, reconhecemos na corrente liberal democrata uma força política que luta pelas liberdades democráticas e, por isso, defendemos intransigentemente a unidade com ela. Essa compreensão da necessidade da aliança com os liberais resulta da análise da situação política, da definição da natureza de classe do atual regime, da especificação das classes que estão no poder e daquelas que o disputam.

UNIDADE E ALIANÇAS

Os esquerdistas acusam os comunistas de sacrificarem a unidade da classe operária, a aliança com o campesinato e a formação de uma frente das esquerdas no altar da aliança com os liberais. Mas tudo isso são frases ocas, que não respeitam a verdade e desconhecem os fatos. Pois o que tem sido o grosso do trabalho dos comunistas, ao longo de toda a sua vida, senão a criação da unidade da classe operária e o esforço para a concretização da aliança com o campesinato? Em nenhum momento de nossa histó-

ria abandonamos — em nome da unidade com os liberais — as lutas das classes trabalhadoras, e jamais colocamos de lado as palavras de ordem fundamentais da revolução nacional e democrática, da luta antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária.

Se alguma coisa tem caracterizado a atividade das organizações e dos militantes comunistas em relação aos liberais não tem sido o esforço — esforço flexível e político — para construir com eles a unidade, para atraí-los a formas de ação-comum. Pelo contrário: uma posição sectária por parte dos comunistas, enquistados em soluções fechadas, tem dificultado a aproximação com os liberais e o desenvolvimento de formas de cooperação. O que há a retificar a esse respeito, não é a tese da necessária aliança com os liberais, mas sim as debilidades de nosso trabalho na efetivação prática dessa aliança.

ALTERNATIVAS

Alguns esquerdistas vão ao ponto de afirmar que a política da ditadura serve indistintamente à burguesia no seu conjunto e que, portanto, camadas burguesas não monopolistas apóiam o atual governo. Concluem naturalmente que a classe operária não tem que procurar aliança com a corrente liberal. Para os comunistas, ao contrário, que entendem como a política dos monopólios atinge diretamente os interesses da pequena burguesia e de setores das camadas médias, a aliança com a corrente liberal é uma importante tarefa política.

Em outros termos, a alternativa concretamente existente hoje não é entre capitalismo ou socialismo, mas entre fascismo e submissão ao imperialismo ou democracia e independência nacional. A grande tarefa política imediata é, portanto, a unidade de todas as forças democráticas contra o inimigo comum, para conquistar a liberdade política e varrer a opressão e o terror da vida brasileira.

CONJUNTURA

Oposição: ou supera divisões ou nunca tomará a ofensiva

O regime continua com a iniciativa e se fortalece porque seus adversários não conseguem aproveitar ocasiões para mobilizar massas e agir unitariamente

Luiz Werneck Vianna

Num certo sentido, fazer política impõe o domínio sobre as circunstâncias. Para quem não as domina, a única alternativa conhecida é a de ser governado por elas. É louvável, mas não bastante, que os atores políticos, sejam partidos ou personalidades, se mantenham fiéis a seus princípios em conjunturas adversas. Mas poderão

realizar pouco, ou nada, pelo que representam, se suas ações ignoram a natureza das circunstâncias em que operam. Em política, como se sabe, valem pouco os objetivos se não são conduzidos através de procedimentos e meios adequados. E isso se mede pelo fortalecimento de uma posição em desfavor da do adversário.

Quem é o adversário? O regime, certamente. Hoje, qual a sua situação, co-

mo se apresentam a correlação de forças e sua base política e social? Pode-se dizer que um sistema de dominação é forte e estável quando capaz de se reproduzir politicamente. A reprodução política do regime, até 1974, utilizou-se de um elenco complexo de recursos altamente eficaz: o crescimento econômico, o uso da repressão sobre seus adversários e certas práticas e instituições políticas do liberalismo, como as eleições parlamentares. Através dessas últimas, aproveitava-se dos efeitos de legitimação produzidos pelo voto majoritário dado ao partido do governo.

Nessa oportunidade, o fim do milagre, mais a vitória eleitoral do MDB, trouxeram para o centro dos acontecimentos a crise da sua política. Crise de legitimidade, incapacidade de preservar sua forma de origem. Do ponto de vista especificamente político, essa é a razão de fundo que explica o caminho de auto-reforma, de democracia relativa e de abertura administrada pelo alto, que empreendeu nesses dois últimos anos. O regime vive uma so-



Castelo Branco encarnava os "ideais de 64"

brevida precisamente porque, diante de uma crise como essa, não pode retornar aos seus princípios fundadores. Esgotou-se, cumpriu sua missão de remover os obstáculos que dificultavam a expansão ampliada do capital e a modernização capitalista do país. Atualmente, são simples superstições de setores isolados as antigas crenças, dos idos de 1964, entre as camadas médias e boa parte das elites sobre o primado da razão tecnocrática e o caráter improdutivo da atividade política.

A chamada revolução de 64 não foi traída. Não há retorno para uma pureza original que a revitalize. Ela já se fez. E isso, nesse contexto que aí está,

Continua na pág. 4

qualifica a profundidade da sua crise. Essa a circunstância de agora, potencialmente favorável às forças que se opõem ao regime autoritário. Resta, porém, o paradoxo: como, apesar de tudo, mantém folgadoamente a iniciativa política?

Em primeiro lugar, o poder é o poder. O peso da sua inércia e a lógica do seu funcionamento trabalham para sua conservação. Em segundo, porque esse poder se esforça por gozar da confiabilidade das classes dominantes (embora a recíproca não seja mais verdadeira), procurando confundir seu destino com o destino delas. E, finalmente, diante da incompetência das forças democráticas em organizar um projeto de ação unitária.

Disso resulta um outro paradoxo: embora a conjuntura favoreça uma solução democrática, a crise presente pode se resolver pelo esforço e intensificação do autoritarismo. Nessa hora cinzenta, já não mais noite e ainda não dia, o rumo dos acontecimentos depende da ação das forças políticas. A democratização não virá por outorga, nem como resultado aleatório do aprofundamento da crise do regime. Será uma conquista da frente política dos democratas e do movimento de massas. E que depende de uma descoberta política coletiva que fixe o que, por ser comum à oposição e mesmo aos setores simplesmente descontentes, una a todos e sirva como guia para a ação.

Para que isso ocorra, são condições prévias: não identificar a debilidade da institucionalização autoritária do regime com uma suposta fraqueza do capitalismo; estabelecer a democracia política como objetivo, repudiando-se as concepções golpistas que identificam a luta pelas liberdades democráticas como uma bandeira tática, mera etapa de acumulação de forças para um enfrentamento político-militar com o Estado burguês; a aglutinação da coalizão democrática assumir como fim imediato a apropriação da iniciativa política para impor a transição para a democracia; fazer com que a disputa pela iniciativa política não descambe para o confronto, impedindo que o regime "fuja para frente", socorrendo-se da violência e do terror político.

Sem unidade, com as forças dispersas, não se enfrenta com êxito um adversário coeso em seu núcleo fundamental e temperado por uma longa prática do poder. A persistir a situação de hoje, dificilmente o impasse deixará de evoluir para um confronto, a ser desfechado num terreno demarcado e escolhido pelo regime. Da perspectiva deste, suas dificuldades para a imposição da democracia relativa não se resolvem com mais democracia, mas com o retrocesso. É para ele que irá, caso não seja obrigado a enveredar por caminho oposto, cedendo passagem à transição democrática. Tudo permanecendo constante, dele será a iniciativa, como foi, há pouco, com a Lei dos Estrangeiros, com as eleições municipais, e como promete ser com a questão do voto distrital. A verdadeira razão da sua força está menos nele do que na fraqueza de seus oponentes, que, mesmo em circunstâncias propícias, não têm sabido delas se aproveitar.

TERROR

Direita armada tem vez por falta de democracia no país

Cláudio Guedes

Toda a consciência democrática do país está se perguntando até quando o governo será conivente com os atentados terroristas de extrema direita e qual poderia ser a próxima vítima. Infelizmente, a segunda pergunta encontrou dolorosa resposta nas explosões que provocaram a morte de uma senhora, na OAB, e ferimentos em outras seis pessoas, na Câmara Municipal, no Rio de Janeiro, dia 27 de agosto. Quanto a primeira, de concreto, tivemos até agora apenas uma tímida resposta por parte do governo nos seus propósitos de enfrentar a ação criminosa.

Por que "tímida", se muitos tanto se empolgaram com os eloquentes discursos presidenciais?

Iniciando sua ação tardiamente, pois fez vista grossa e minimizou os acontecimentos deixando a violência correr à rédea solta, o governo ainda não tirou — ou não quer tirar — dos atentados terroristas as lições necessárias. Tudo segue uma diretriz fundamental — da agressão sofrida por Dalmo Dallari, passando pelos incêndios das bancas de jornais, aos petardos de quarta-feira passada na sede da OAB e na Câmara, à depredação da "Tribuna Operária" — a direita radical contesta e subverte o processo de abertura política.

Assim, o problema do terrorismo é essencialmente político. Ao restringir a ação federal de investigação dos atentados ao Rio de Janeiro — quando é evidente que a violência tem amplitude nacional e é produto de uma rede de amplo apoio logístico — o governo, apesar dos pronunciamentos de suas figuras principais, procura tratar a questão apenas no seu aspecto policial.

No nosso caso, não há como desconhecer que o terrorismo tem fortes pontos de apoio no aparelho estatal. E mais do que isto, sua origem se encontra nos anos em que vivemos sob a ação terrorista do Estado, numa época em que o terror aberto era a própria essência do regime. Assim, no mínimo, existem laços estreitos entre os atuais terroristas de direita e personalidades do aparelho de Estado, o que cria enormes obstáculos à apuração real dos fatos. Levar adiante o combate ao terror não pode, por isso, ser apenas uma questão de polícia, porém de política.

Muitas vezes da Nação, entre as quais algumas de grande respeitabilidade, como é o caso da **Folha de S. Paulo**, sugeriram em editoriais o apoio inequívoco ao presidente João Batista

Figueiredo e ao seu projeto de abertura, considerando que ele reafirmou "sua intenção inabalável de democratização, apoiando-se em todas as áreas — mesmo da oposição — que colo-



Apesar da declaração de Figueiredo, em Minas, as medidas contra o terror ainda são muito tímidas

cam a ordem democrática acima dos interesses particulares e divergências ideológicas".

Segundo o nosso entendimento e o de amplos setores de oposição ao regime, a defesa das liberdades e a ampliação do espaço democrático estão efetivamente acima dos nossos interesses particulares. Mas a questão é saber se o governo tem manifestado de fato — isto é, além das declarações de intenções — esta disposição.

A impunidade dos terroristas, bem como as tentativas de manipulação que se esboçam, tentando desavergonhadamente jogar nas costas da esquerda a responsabilidade que todos sabem da direita, é prova concreta das hesitações e ambigüidades do governo. Se este deseja participar efetivamente da luta contra o terror, deve demonstrá-lo publicamente, não apenas com gestos, mas com ações concretas, fornecendo elementos — que estão às suas mãos — que possibilitem a ampliação do processo de abertu-

tura política. Esta participação pode se dar não só pela intensificação das investigações policiais, mas sobretudo pela desistência de impor unilateralmente ao Congresso Nacional a série de medidas que se estendem da prorrogação dos mandatos à negativa de restauração parcial dos direitos básicos do Poder Legislativo.

É uma grande ilusão acreditar que, aceitando a tese de uma suposta "união nacional" — que implica objetivamente no desarmamento das oposições e em seu engajamento em "pequenos" projetos governamentais que visam apenas ganhar tempo para que o regime promova sua auto-reforma e se consolide institucionalmente — estarão as oposições contribuindo para que o governo elimine o terror. Enquanto a democratização do

país for sendo adiada, o clima propício à direita armada vai sendo assegurado: é isto que as oposições devem ter claro.

As oposições têm o papel fundamental a desempenhar no combate ao terrorismo. Só elas têm condições de mobilizar o povo para um bloqueio eficaz à expansão dessa ofensiva direita contra o avanço democrático do país. A hora é, pois, de botar o povo na rua, e forjar uma frente única contra o terror, que congregue políticos, empresários, lideranças sindicais, religiosas, estudantes, intelectuais e trabalhadores. Esse é o único caminho seguro contra o retrocesso antidemocrático, contra o golpe.

Um movimento poderoso, enfim, que demonstre e que ponha a nu que, se o governo quer o apoio da Nação para combater o selvagem terror de direita, deve enfrentá-lo com a necessária consequência política: com a ampliação da legalidade democrática no país.

Muita representatividade, mas pouca participação. Esta é a marca registrada dos atos de protesto contra os atentados terroristas que ensanguentaram o país nas duas últimas semanas. Assim ocorreu em praticamente todas as manifestações de pesar e repulsa pelo assassinato de Lyda Monteiro da Silva, secretária da OAB-RJ, ocorridas nas principais capitais desde o dia 27 de agosto, quando uma bomba destruiu a sala da entidade no Rio de Janeiro, e em particular no dia 2 de setembro.

A começar pelo próprio cortejo que levou o corpo de Lyda Monteiro da sede da OAB ao cemitério São João Batista no dia 28 de agosto, acompanhado por cerca de dez mil pessoas, um número que certamente não expressa as potencialidades de nossa sociedade e a veemência de sua condenação à barbárie fascista.

É verdade — e este é o fato politicamente significativo no momento — que a frágil mobilização popular acabou sendo amplamente compensada pela marcante presença dos mais representativos setores e personalidades da sociedade brasileira, entre as quais, como em São Paulo, as principais lideranças sindicais. Isto, entretanto, não impediu que, em vários atos faltasse vibração, não aparecesse uma efetiva demonstração de força e sobrevivesse o sectarismo estreito típico de alguns pequenos grupos esquerdistas.

Foi assim na Igreja da Sé, na capital de São Paulo, no comecinho da noite da última terça-feira, dia 2, durante a missa de sétimo dia celebrada por d. Paulo Evaristo Arns. Apenas duas mil pessoas (um número inexpressivo para uma cidade como São Paulo) espalharam-se pelos bancos da Catedral para ouvir d. Paulo declarar que, "na morte, D. Lyda soube unir correntes contrárias que hoje prometem limpar a honra nacional". Profetizadas durante o sermão, as palavras do cardeal foram plenamente confirmadas pela representatividade do ato: nele, estiveram presentes, entre outros, os líderes sindicais Luís Inácio da Silva e Arnaldo Gonçalves; o presidente da OAB-SP, Mário Sérgio Duarte Garcia; Luís Eduardo Greenhalg, do CBA; o jurista Dalmo Dallari; os deputados estaduais Antonio Resk e Flávio Bierrembach (PMDB), Eduardo Matarazzo Suplicy, Geraldo Siqueira Filho e Irma Passoni (PT); o presidente da Comissão de Justiça e Paz da Cúria Metropolitana, José Carlos Dias; Cláudio Lembo e Olavo Setúbal, do PP; Euzébio Rocha, do PDT; Giocondo Dias, do PCB; Mário Covas, do PMDB; e o presidente da Associação dos Delegados de Polícia da cidade, Newton Fernandes.

A mesma representatividade cercou o ato público realizado, logo após a cerimônia religiosa, no Largo de São Francisco, ao qual os manifestantes chegaram vindos em passeata da Igreja. Durante a caminhada, várias faixas podiam ser observadas, puxadas por uma gigantesca: "PCB contra o terror, pela democracia."

NÃO CEDER AO TERROR

Da mesma forma, no Rio de Janeiro — cidade de tradicional mobiliza-

No repúdio ao terrorismo, a ampla presença dos mais representativos setores e personalidades da sociedade brasileira tem sido o fato politicamente significativo e a base a partir da qual um firme movimento de massas poderá exigir do regime a plena democratização do país

Atos públicos exigem maior mobilização



Foto: Cláudia Maria

Em São Paulo, faixas foram presença marcante no ato contra terror

ção democrática —, a Igreja da Candelária mal chegou a ficar lotada com as mil pessoas presentes à missa celebrada pelo cardeal dor Eugênio Salles.

Muitos advogados e parlamentares cariocas marcaram sua presença. O dirigente comunista Luís Carlos Prestes pôde ser visto de pé no corredor central da Catedral. Os senadores Saturnino Braga e Nelson Carneiro (PMDB), Tancredo Neves, presidente do PP, além do secretário estadual de Justiça, Erasmo Martins Pedro, também compareceram, ao lado do prefeito pedessista de Niterói, Wellington Moreira Franco. Estiveram presentes ainda Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, o ex-presidente da OAB, Raimundo Faoro, o almirante Cândido Aragão, os dirigentes sindicais Carlos Alberto de Oliveira e Ivan Martins Pinheiro e os deputados estaduais Raimundo de Oliveira, Alves de Brito, Edson Khair e Jorge Leite.

Durante o ofício, d. Eugênio Salles foi firme em seu sermão: "Através de um ato criminoso, a consciência da Nação foi despertada." Por isso, prosseguiu, "não podemos ceder ao terror, ao medo, por maior que seja o número de atos terroristas". Após a missa, em entrevista à imprensa, disse ser possível que estejamos assistindo aos estertores dos setores que promovem o terrorismo.

No mesmo sentido, o deputado federal Marcelo Cerqueira (PMDB), em declaração à *Voz*, lembrou que "inclusive a política limitada da abertura requer uma modificação em suas bases de aliança, eliminando o que é hoje a sua face oculta, que inspira, anima e até acoberta o terrorismo". Daí que, prosseguiu, "um novo pacto

social deve ter como centro a compreensão de que é a democracia o único caminho para enfrentar a crise inclusive o seu braço ensandecido".

CONSTITUINTE

O quadro se repetiu em **Campo Grande (MT)**. Cerca de vinte entidades democráticas — entre as quais, os partidos políticos PMDB, PT e PDT, Associações de Amigos de Bairro, sindicatos de trabalhadores, entidades estudantis e o Movimento pela Anistia — convocaram toda a população para uma missa na capela do Colégio Dom Bosco. Após a cerimônia, os presentes, juntamente com os parlamentares Sérgio Cruz, Ramiz Tedet, Roberto Orro (PMDB) e Aurélio Cance Jr. (PT), realizaram ato público em que as principais palavras de ordem foram: "abaixo o terrorismo e a repressão" e "pela convocação

de uma Assembléia Nacional Constituinte".

Na **Bahia**, alguns fatos significativos merecem destaque. As manifestações ocorridas em Salvador foram as primeiras, nos últimos anos, que contaram com a presença ostensiva de todas as forças de oposição. O próprio governador Antonio Carlos Magalhães se fez representar na missa celebrada na Igreja São Bento por dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo primaz do Brasil, para cerca de quatro mil pessoas. A seu lado, representantes dos partidos oposicionistas — como o ex-governador Roberto Santos, atual presidente da Comissão Provisória do PP, o presidente do PMDB, Luiz Leal, e membros das direções do PT e do PDT —, além de cerca de 70 entidades democráticas. Também pela primeira vez, essas entidades, em conjunto com os partidos de oposição, organizaram unitariamente e participaram de maneira ativa de uma manifestação de massas. O saldo, portanto, foi altamente positivo.

Resta, agora, refletir sobre os rumos que o movimento democrático deve tomar no sentido de sensibilizar as amplas massas para a luta contra o terror da direita e pela ampliação dos espaços democráticos já conquistados. Os trágicos episódios que causaram a morte de Lyda Monteiro da Silva e as dramáticas, firmes mas ainda débeis reações a eles podem ser o ponto de partida de uma movimentação firme e unitária, capaz de levar a sociedade brasileira a exigir do regime a plena redemocratização do país, pressuposto para a extinção do que há de mais podre e repulsivo na herança do anos de ditadura com que ainda convivemos.



Agência F4

D. Paulo Evaristo Arns celebra missa por Lyda Monteiro.

Resposta ao terror deve vir da classe operária, diz PCB

Advertindo que "do governo nascem apenas impulsos antidemocráticos, e que só reforçam o clima favorável aos celerados, como a Lei dos Estrangeiros e a proposta de adiamento das eleições municipais", e assinalando que "a resposta ao terrorismo precisa vir, sobretudo, da classe operária, a Comissão Executiva do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro divulgou à imprensa, no Rio, na noite do dia 27 de agosto, uma declaração sobre os atentados terroristas de direita que resultaram na morte de funcionária da Ordem dos Advogados do Brasil, Lyda Monteiro da Silva.

Essa é a íntegra da nota, assinada por Giocondo Dias, Givaldo Siqueira, Salomão Malina, Luiz Tenório de Lima e Teodoro Mello:

"O terrorismo saltou em sua escalada e provocação à Nação. Os atentados de hoje à OAB, à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e ao jornal "Tribuna Operária", e que ceifaram uma vida, revelam os desígnios assassinos de uma minoria ultrafascista. Ela não se detém porque se sente impune e estimulada pela atitude do governo. Deste não provém qualquer medida efetiva capaz de encontrar e punir os responsáveis. Ao contrário, do governo nascem apenas impulsos antidemocráticos, e que só reforçam o clima favorável aos celerados, como a Lei dos Estrangeiros, a proposta de adiamento das eleições municipais, o combate tenaz aos projetos que visam restituir ao Parlamento e ao povo brasileiro os seus direitos e dignidade, a repressão às lutas populares.

"Mas o terrorismo pode e precisa ser detido. Ele se opõe a toda a Nação. Contrapõe-se à própria política de abertura do regime e, inclusive, aos compromissos proclamados, ainda ontem, pelo ministro do Exército, no "Dia do Soldado". Que a Nação se una, organize e mobilize contra o terrorismo. Este é o caminho para derrotá-lo e para que não passe o fascismo.

"A resposta ao terrorismo precisa vir, sobretudo, da classe operária. O terrorismo se dirige, principalmente, contra ela, porque pretende impor o retrocesso, restabelecer o fascismo e liquidar os espaços que conquistaram as forças da resistência democrática.

"Nesta direção é que atuarão os comunistas. Eles, outra vez, com amplitude e unitariamente, reafirmarão seu compromisso com a democracia e sua tradição antifascista, concentrando, agora, todos os seus esforços numa única palavra de ordem, junto à sua classe e à Nação: isolar e derrotar o terrorismo, para que se alcance uma Assembléia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana."



Foto: Fernando Freitas

Contra o terror: Giocondo Dias, dom Paulo Evaristo Arns, Arnaldo Gonçalves.

Morte de Lyda moveu as pessoas contra atentados

"De fato, Lyda conseguiu despertar as pessoas que não viam as trágicas conseqüências de atentados anteriores. Na morte, ela soube unir correntes contrárias, que hoje prometem limpar a honra nacional e restituir a dignidade e a tranqüilidade ao povo."

Essa afirmação foi feita pelo cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, na mensagem lida na missa de 7.º dia em sufrágio de dona Lyda Monteiro da Silva, realizada na Igreja da Sé, em São Paulo.

De acordo com dom Paulo, "a morte violenta dos inocentes atinge com violência a ordem jurídica. Não há segurança, para quem trabalhou durante 40 anos e outra coisa não quis do que servir à própria Ordem das Leis. A retidão que preside a todo comportamento sucumbiu ao clima de insegurança, porque não pôde enfrentar a maldade, a covardia e a brutalidade daqueles que resignaram à sua condição de companheiros de jornada e de filhos do mesmo Pai. A Lei, que deveria distribuir justiça a todos, não atingiu os que destruíram o maior valor humano, que é a própria vida. Na impossibilidade de defesa, a vítima grita por socorro. Deus terá que ouvi-la, mas os homens devem ser os instrumentos do Deus defensor dos inocentes".

O cardeal arcebispo de São Paulo entende, a partir dessa realidade, a "importância da defesa pela opinião pública". "Bem sabem os terroristas — afirma — que, pelos jornais, eles seriam um dia desmascarados, quem sabe, execrados diante do povo." É por isso que, segundo dom Paulo, os terroristas dirigem-se contra a im-

prensa alternativa, contra as bancas de jornal, contra pessoas voltadas à defesa da ordem jurídica. "Pensavam, quem sabe, tirar ao povo a informação, que é a premissa para a defesa."

Para dom Paulo, "o julgamento autêntico se faz à luz da verdade e da sobriedade. Os crimes contra o povo tentavam esconder-se deste mesmo povo. No entanto, "nada é tão oculto, que um dia não chegue a revelar-se", profetizou Cristo". Por isso, "também esta revelação do crime precisa contar com o auxílio de todos os que confiam na ordem jurídica e desejam construir uma opinião pública responsável e uma convivência pacífica", disse o arcebispo.

Para a Tribuna governo não deve posar de vítima

O atentado a bomba sofrido pela sucursal-Rio do jornal **Tribuna da Luta Operária** teria certamente sido apenas mais uma das muitas investidas terroristas contra a imprensa alternativa se não tivesse ocorrido no mesmo dia em que uma bomba explodia na Câmara dos Vereadores, ferindo seis pessoas — uma das quais gravemente — e outra destruiu dependências da OAB, matando a secretária-executiva da entidade.

Para Arlindenor Pedro, um dos membros da sucursal da **Tribuna**, as proporções que a onda de terror atingiu demonstram o desgaste da ditadura, e o isolamento político da extrema direita. "A questão central é responsabilizar o governo pela apuração dos atentados, e não deixar que ele pose de vítima. As bombas não foram contra o governo, foram contra o povo, contra a democracia."

Sindicalistas se declaram preocupados

"Não há apenas objetivos políticos nestes atentados, mas também econômicos, porque neste segundo semestre se dá uma importante safra de campanhas salariais em todo o país. Só em São Paulo teremos a partir de agora as campanhas dos metalúrgicos da Capital, Osasco e Guarulhos, dos médicos, químicos, petroleiros e os bancários já estão iniciando a fase final de sua campanha." A declaração dada por Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que falou em nome da Unidade Sindical. Para a entidade, os recentes ataques dos terroristas visam também impedir a mobilização dos trabalhadores, a fim de que eles não participem das campanhas salariais de suas categorias.

Devido ao fato dos atentados "atingirem diretamente o trabalhador", a entidade que congrega cerca de 70 sindicatos e associações desenvolveu ampla campanha de divulgação do ato público realizado no Largo São Francisco, em São Paulo. "Foram impressas cerca de 100 mil convocatórias para a manifestação, visando mostrar ao trabalhador a gravidade da situação. Elas foram distribuídas em portas de fábrica e em algumas "manifestações-relâmpago" que promovemos", informou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Arnaldo Gonçalves. Para o sindicalista, os recentes atentados preocupam os trabalhadores, pois "continuando este estado de terrorismo os que mais têm a perder são os membros da classe operária".

Para a Unidade Sindical, a democracia estará ameaçada se o terror continuar a se expandir e, por isso, se o governo estiver interessado em democratizar verdadeiramente o país se empenhará a fundo na averiguação dos ataques. Segundo Agrimeron Cavalcante, "os trabalhadores só vão aplaudir o governo nesta questão a partir do momento em que ele abandonar o campo restrito das intenções e passar definitivamente para o das ações concretas. Em outras palavras, nós não duvidamos que a Polícia Federal esteja investigando o ataque à sede da OAB e de outras entidades democráticas, mas temos sérias dúvidas com relação aos êxitos desta iniciativa". Completando a afirmação do presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, David de Morais, presidente do Sindicato dos Jornalistas, declarou que "o povo saberá se o governo está tomando medidas concretas contra os atentados ou apenas nos está enganando novamente".

ATUALIDADE

Abertura se garante é com mais democracia

Nosso esforço é para unir oposições, isolar o terrorismo e explorar as divisões do regime, diz Givaldo

— A garantia da abertura contra retrocessos está no exercício da democracia, na conquista dos espaços e na luta das forças democráticas, dentro deles, para alargá-los e conquistar novos espaços.

A declaração é do dirigente do Partido Comunista Brasileiro, Givaldo Pereira de Siqueira, em entrevista concedida a Mauro Malin, pela *Voz da Unidade*. Reconhecendo que o quadro político brasileiro apresenta uma componente nova, que é a ação terrorista da direita, o integrante da Comissão Executiva do Comitê Central do PCB opina que o centro da luta política é ocupado, de um lado, pela luta das forças democráticas, que se manifesta na iniciativa de parlamentares visando à recuperação de algumas das prerrogativas do Congresso, na luta pela Constituinte, nas lutas dos trabalhadores, e, de outro lado, no esforço do governo para que seu projeto não seja extravasado.

— O governo, na verdade, realiza este esforço desde 1974. Desde o início do projeto da abertura ele procura evitar que a oposição se infiltre em seu projeto e ganhe espaços, disse Givaldo Siqueira. Mas a garantia da abertura está em aprofundar a democracia.

TERRORISMO

VOZ — E o perigo de um retrocesso?

GIVALDO — O quadro político apresenta uma componente nova, que é a intensificação das ações terroristas da direita. Elas criam um clima de tensão e de riscos de retrocesso. Essa componente provém, de um lado, da iniciativa da ultradireita, que vê no quadro econômico e social elementos de desagregação e tenta impor um retrocesso. Mas se deve principalmente ao fato de que o governo, em função da crise econômico-social, pretende impor à abertura limites mais rígidos do que os que havia tolerado. Um exemplo disso é a diferença de seu comportamento diante das greves do ABC de 1979 e de 1980. O "enrijecimento" que se observa tem criado um clima mais propício às ações da direita, que servem ao projeto do governo — desde que ele possa controlá-las, e pode —, no sentido de ele conseguir obter apoio de forças oposicionistas, pelo temor do retrocesso, ao seu projeto.

Há, na minha opinião, risco real de retrocesso a médio prazo, derivado de três fatores: 1) a crise econômico-so-

cial e a impossibilidade que tem demonstrado o governo de fazê-la retroagir ou amainar. 2) A incapacidade da oposição, até aqui, de se apresentar com a unidade, a organização e a mobilização que se tornam indispensáveis. 3) O próprio projeto do regime de se consolidar através de uma auto-reforma bastante limitada: na medida em que se acirra a luta entre ele e a democracia, o governo pode recorrer a medidas de exceção, dado o quadro de crise.

A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS

VOZ — Que proposta o PCB apresenta hoje às forças democráticas?

GIVALDO — Em primeiro lugar, ter consciência da gravidade do quadro e atuar de acordo com esta consciência. O que significa realizar um esforço tenaz pela unidade da oposição e usar adequadamente os espaços já conquistados — para unir e mobilizar as forças populares, sobretudo os trabalhadores, em função de seus interesses.

Em seguida, concentrar fogo para isolar e derrotar a ultradireita e seus esforços desestabilizadores. Combater o terrorismo. E, ainda, trabalhar em cima das contradições entre as classes dominantes e dentro do próprio regime, não permitindo que as fissuras se fechem, que os grupos em conflito se unam. Finalmente, apresentar e combater por um projeto alternativo capaz de dar uma saída ao quadro crítico.

Este projeto deve ter como centro a questão democrática, em especial a Constituinte, grande saída capaz de conduzir, nos diversos planos da crise, em direção à democracia. Sua elaboração é uma tarefa da oposição e ele deve abarcar as questões fundamentais. Só pode ser realizado através de vias democráticas.



VOZ — Como você analisa a atuação dos comunistas na atual conjuntura?

GIVALDO — Temos, mais do que em qualquer outro momento de nossa história, uma grande dificuldade para intervir no processo político. Mas temos procurado formular uma opinião para as forças da democracia e para o movimento de massas, sobretudo para unir e mobilizar a classe operária. Essa opinião, basicamente correta, se expressa através dos documentos do Comitê Central e de sua Comissão Executiva, e da orientação que temos transmitido através do jornal dos comunistas. Apesar dos senões, ela tem desempenhado um papel positivo neste quadro, embora não suficiente. As deficiências decorrem muito mais das nossas dificuldades de organização e de ligação com a sociedade do que do conteúdo dessas orientações.

VOZ — A crise interna é um fator ponderável de embaraço?

GIVALDO — O fato de a luta interna ter se transformado em atitudes fracionistas, desagregadoras, num momento em que o partido se encontra em processo de reorganização, é um fator inibidor, porque nos impõe uma lógica diferente da que o processo político possui. Procura nos impor a lógica de rediscutir o que já foi resolvido por vários congressos e, em alguns casos, pelo movimento comunista no seu surgir — como direção coletiva X direção caudilhesca, etapa da revolução, caráter da frente. E não como aplicar de modo correto a nossa política no quadro atual. Estamos discutindo os mortos.

A QUESTÃO DA HEGEMONIA

VOZ — A hegemonia da classe operária é necessária para derrotar o

regime e substituí-lo por um regime democrático?

GIVALDO — Não. A resolução política de nosso VI Congresso diz que a hegemonia do proletariado é condição necessária para a transição da revolução nacional e democrática para o socialismo. Admite a derrota da ditadura e até a transição para a etapa nacional e democrática sem essa hegemonia. E isto corresponde aos fatos nossos e de outros países. Assim caiu a ditadura de Vargas e foram rechaçadas várias tentativas de golpes de direita, caíram as ditaduras fascistas da Grécia, de Portugal e da Espanha. A revolução nacional e democrática se realizou em Cuba, na Nicarágua e em vários países africanos sem hegemonia do proletariado. Devemos, é claro, lutar por essa hegemonia.

VOZ — Que balanço você faz da visita do Papa João Paulo II?

GIVALDO — Foi um grande acontecimento na vida política nacional, e positivo. O Papa mobilizou massas de milhões em torno de aspirações democráticas e progressistas, e não deixou de ser intérprete de várias delas. Mostrou que a prática da democracia, longe de subverter o quadro político, reforça suas tendências mais sadias e positivas.

João Paulo II frustrou os planos da reação de usar a sua visita para dividir a Igreja. Plano que, aliás, existe em relação a todas as forças, instituições e organizações que lutam pela democracia. Para nós, comunistas, reafirmou a grande importância de um trabalho aberto, amplo, com a Igreja como tal. Sem dúvida, a Igreja hoje é aquela força que mais se apóia nas massas e mais as mobiliza, com um conteúdo diretamente político e progressista. Os revolucionários devem tirar disso uma lição conseqüente.

VOZ — Como você vê a emaranhada questão da política no Rio de Janeiro, principalmente em relação ao chaguismo?

GIVALDO — A posição em face do chaguismo deve caber aos comunistas do Estado do Rio de Janeiro. O que o Comitê Central, nossa orientação diz, em relação a todos os partidos de oposição, incluindo o PP, é que devemos fazer um esforço para reunificá-los na oposição, sem nenhum "pé atrás", sem nenhum sectarismo. Evidentemente, conhecemos o chaguismo e sabemos o papel que ele jogou para dividir a oposição e alicerçar no Estado os interesses do regime. Entretanto, correntes do que se chama de chaguismo pretendem se apresentar hoje com plataformas oposicionistas e declaram querer aplicá-las entre as massas.

Nosso dever é ter isso em conta. Verificar se essa é mesmo uma intenção real e trabalhar com qualquer um que esteja disposto de fato a unir, mobilizar e organizar os trabalhadores e as forças de oposição, de forma não egoísta, nem imediatista, na luta pela democracia. Se qualquer político ou corrente oriunda do chaguismo estiver disposto a isso, estaremos dispostos e lutaremos para nos unir a eles, sem qualquer "pé atrás". Uma das coisas certas que Stalin disse foi que "para acertar em política, é necessário olhar para a frente e não para trás".

Ampla, democrática e combativa, a União Nacional dos Estudantes - UNE - é herdeira das lutas da juventude brasileira. Às vésperas de seu XXXIII Congresso, a UNE intensifica sua luta pública e gratuita para todos e pelas liberdades democráticas. Aqui, os universitários com corrente política do movimento estudantil — analisam a atual crise do ensino e formulam

Os comunistas e a universidade

Combatendo o Estado Novo, defendendo o petróleo, inimiga jurada do regime de 64, a UNE representa as mais gloriosas tradições de luta da juventude e do povo brasileiros, especialmente a luta pelo ensino público e gratuito. Democrática, a UNE expressa a parcela mais ativa e organizada das camadas médias urbanas. Seu XXXII Congresso — que se reúne de 12 a 15 de outubro, em Piracicaba — vai reunir milhares de estudantes, incluindo delegações estrangeiras e quase seis mil delegados.

Será, por isso mesmo, o mais importante momento de unificação das lutas dos quase 1,5 milhão de universitários brasileiros e marco importante na luta pela democracia no Brasil. Com o apoio oficial da Prefeitura Municipal e da Universidade Metodista de Piracicaba, o congresso mostra o espaço já conquistado pela entidade, ainda prescrita pelo regime.

Mártires e atores da história da UNE, os comunistas brasileiros constituem a corrente política mais constante do movimento estudantil e, talvez por isso mesmo, a que levou mais longe a elaboração de uma política global, específica para a universidade. Aqui publicamos as linhas centrais desta política e seus desdobramentos.

Para os universitários comunistas, o colapso da política educacional da ditadura — e não mais a tentativa de implantar este ou aquele projeto de reforma universitária — é o traço principal da atualidade. Revela a incapacidade do regime (como nas políticas de saúde, habitação...) em entender os anseios fundamentais da população.

A luta contra esta política não pode ser desenvolvida apenas à luz dos interesses corporativos de estudantes e professores. Ele integra a luta geral pela democracia e, deste modo, o esforço pela unificação da comunidade universitária combina-se com a política geral de unidade das forças democráticas. Mais que um simples elemento tático, esse é um dado essencial de toda a política dos comunistas, pois os destinos da universidade não dependem apenas da luta de sua comunidade.

Muitas e profundas foram as modificações na universidade brasileira nos últimos anos, especialmente após a reforma do ensino. Antes da reforma, em 1967, o país (com uma população de 87 milhões de habitantes) contava com 160 mil universitários e 30 mil professores para 1.260 cursos em 36 universidades e 564 estabelecimentos isolados. Hoje, as últimas estatísticas indicam a existência de 1.530 mil estudantes e 147 mil professores distribuídos por 4.230 cursos, em 66 universidades (sendo 16 privadas) e 920 estabelecimentos isolados de ensino, para uma população estimada em 120 milhões de habitantes. Em destaque o fato de que a expansão das vagas se apoiou, basicamente, no crescimento da rede privada que antes absorvia 30% dos universitários e hoje abriga 70% do total (cerca de 800 mil alunos em 936 estabelecimentos).

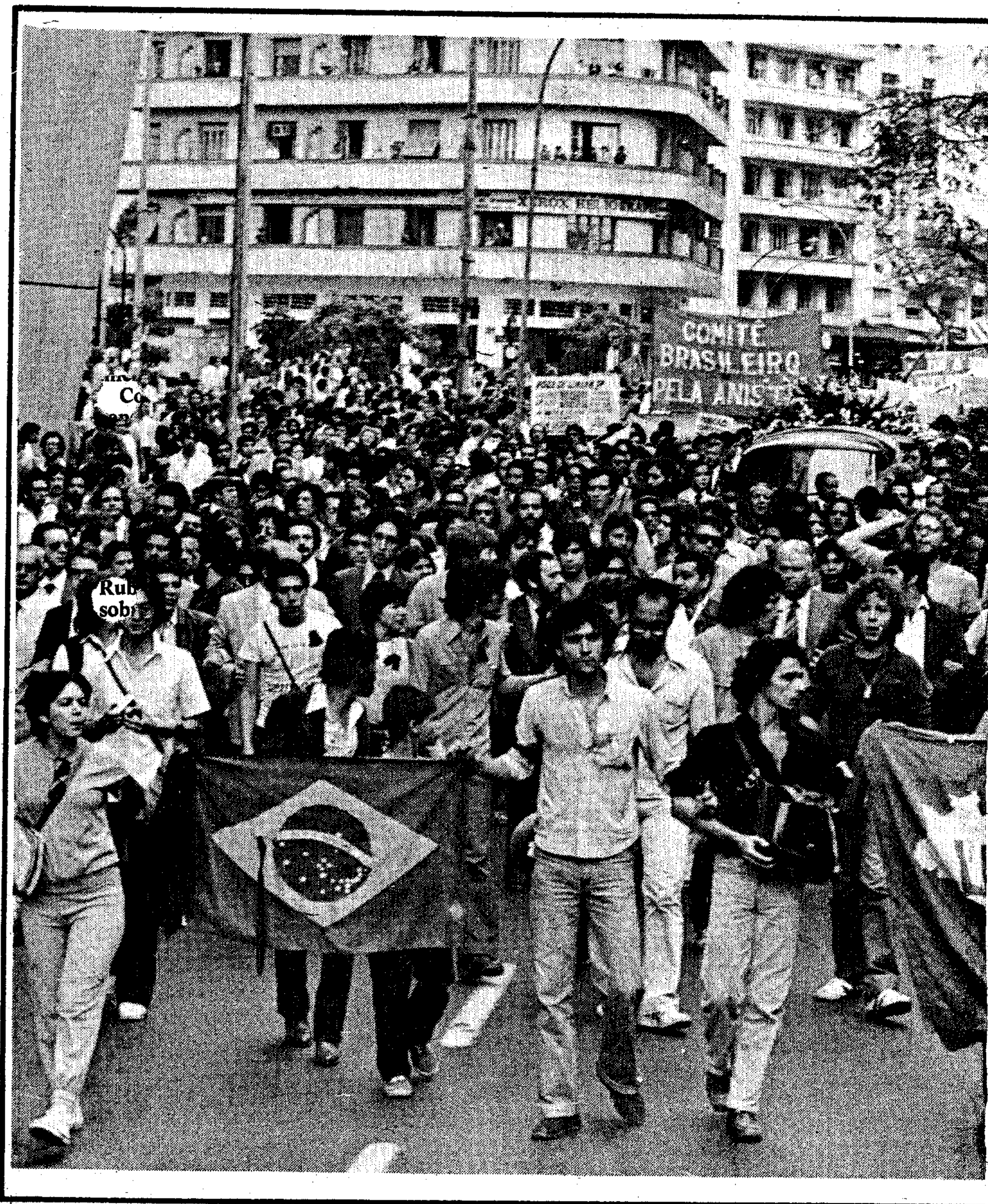
Esta é a base objetiva do colapso do ensino superior: não se trata apenas de uma expansão exagerada do número de vagas com o crescimento da rede privada, mas sim de uma mudança qualitativa no sistema de ensino que deixou de ser público e gratuito para se tornar predominantemente privado e pago. É o próprio ministro da Educação quem o confirma ("O Globo", 20/02/80) ao dizer "que o ensino já é pago", pois 80% do total está em mãos de mantenedoras privadas. Ele afirma que, para o MEC, o debate sobre o ensino pago "pode até

estar definitivamente encerrado", e o governo já realiza estudos sobre financiamento do ensino superior e anuncia "uma programação mais racionalizada das verbas", ao mesmo tempo que procura "fontes extra-oficiais de recursos"

Houve uma mudança de qualidade no ensino superior brasileiro

O MEC não desistiu, portanto, do propósito de transformar as escolas oficiais em autarquias especiais. Para isso desenvolve medidas concretas: a) redução sistemática das verbas destinadas às escolas públicas; b) busca de fontes alternativas de recursos entre as empresas privadas, além de organismos internacionais como a Organização Ibero-Americana de Educação e o Fundo Internacional de Cultura. É a política de criar as condições objetivas para a privatização absoluta do ensino superior — processo que segue o seu curso, em que pese o recuo governamental no propósito de implantar imediatamente o regime das autarquias. O MEC busca asfixiar financeiramente as escolas oficiais, para forçá-las a adotar as tais fontes extra-oficiais de recursos.

Isso significa, em essência, a continuação de uma política educacional que fracassou. A expansão do ensino superior



e sua crescente privatização ocorreu num período em que o modelo econômico da ditadura exigia mão-de-obra abundante, qualificada e barata para sua reprodução. Foi também o momento em que as camadas médias urbanas apresentavam grande expectativa em relação ao ensino superior, visto como capaz de garantir sua ascensão social frente ao processo objetivo de proletarianização, através de violenta concentração de renda e capital.

A política educacional caracterizou-se ainda pela sua progressiva mercantilização. O ensino foi atrelado às necessidades e condições impostas pelos grandes monopólios e submetido às leis de oferta e procura da economia oligopolizada, através da crescente vinculação da universidade aos interesses das grandes em-

presas. É esta vinculação que mede o padrão de "excelência" de cada estabelecimento e constitui a base real do propósito de transformar os estabelecimentos de ensino oficiais em autarquias especiais e fundações.

Trabalhar em unidade com todas as pessoas e correntes democráticas

As conseqüências são conhecidas: Nas escolas públicas, a falta de verbas significa também baixa remuneração de professores e funcionários, falta de laboratórios, carência de recursos para pesquisa, precariedade dos serviços auxiliares,

a mais heróica tradição de
das lutas pelo ensino
unistas — a mais antiga
em sua política.



Agência F4

etc. Ou seja, é a absoluta falta de condições objetivas para que a universidade cumpra seu papel. As escolas particulares — teoricamente sem fins lucrativos — foram transformadas em empresas capitalistas, onde o ensino é uma mercadoria. Fábricas de diplomas, a maioria de utilidade duvidosa, seja pela má qualidade da formação técnico-profissional, seja pelo estrangulamento do mercado de trabalho.

Influenciada pelos mais diversos fatores, a implantação da reforma universitária apresenta características diferentes em cada local. Seu traço essencial é a exclusão dos interesses e necessidades da sociedade brasileira, do mesmo modo que a política econômica e social do regime. Mais que isso, a reforma universi-

tária foi a resposta do fascismo à necessidade de mudar a universidade em benefício do povo e do progresso nacional. Essa aspiração, que impregnou toda a vida universitária brasileira nos anos 50 e 60, foi violentamente reprimida pelo regime: perseguiu estudantes e professores, fechou entidades e tutelou a universidade.

Elaborada e implantada à revelia da comunidade universitária e da sociedade, ao arrepio dos direitos humanos e das liberdades democráticas, a política educacional do regime sempre enfrentou a pronta resistência da comunidade universitária e de consideráveis parcelas da opinião pública. Resistência tanto mais forte, quanto mais ampla e vigorosa foi a capacidade do povo repudiar a ditadura.

Sem ensino público e gratuito não existe autonomia universitária

Essa política se implantou através da fascistação da universidade brasileira. Os mecanismos de decisão da universidade são hoje inteiramente verticalizados e estruturados de forma e reduzir a participação — nem sempre representativa — de estudantes e professores. A repressão aberta à comunidade universitária, desenvolvida por diversos meios, chega ao extremo de institucionalizar a existência das "assessorias especiais de segurança e informações".

A revogação recente de algumas leis de exceção — como o Decreto-Lei 477 e a Lei 228 — decorreram da resistência da comunidade universitária e do repúdio da opinião pública. Mas isso não significa que a estrutura autoritária da universidade brasileira tenha sido alterada: ela permanece inabalada em sua essência e coloca na ordem do dia a necessidade de lutar pelo restabelecimento da autonomia universitária como elemento essencial para sua efetiva democratização. É escamotear a questão dizer que a universidade dispõe de autonomia didática, científica, financeira, administrativa e disciplinar.

Autonomia universitária envolve o conceito e o exercício do poder de decisão. É, portanto, questão essencialmente política, condicionada ao grau de democracia existente na relação da universidade com a sociedade e o nível de participação da comunidade universitária em suas decisões. Agora o MEC anuncia a privatização das escolas oficiais e afirma que o projeto de autarquização significa o restabelecimento da autonomia universitária: é mascarar o problema mais uma vez.

A autarquização apenas torna mais autoritária e menos autônoma a universidade, submetendo-a definitivamente — e sem intermediários — às grandes empresas monopolistas, principais beneficiárias da política educacional do governo. Para os comunistas, a autonomia universitária existe apenas quando a universidade pública e gratuita decide sobre os meios necessários para atingir os fins estabelecidos pela sociedade que a mantém. E isso se faz com a participação dos interessados.

A crise é geral, o governo já não enfrenta apenas a tradicional resistência dos estudantes e professores das escolas públicas. É crescente o descontentamen-

to dos estudantes das escolas pagas — hoje a maioria dos universitários.

Esta crise foi prevista desde o momento em que o número de vagas na rede privada ultrapassou sua demanda efetiva, isto é, o número de alunos em condições de pagar. No último vestibular, o número de candidatos a uma vaga nos estabelecimentos públicos e gratuitos ultrapassou a casa dos 1.500 mil, ou seja, o total de alunos matriculados no ensino superior. Para evitar a crise, o governo lançou mão de medidas como o Programa de Crédito Educativo. Ao mesmo tempo, a lucratividade dos estabelecimentos privados era garantida por meio de artifícios que reduziam seus custos e aumentavam as anuidades.

Agora, a falência didático-pedagógica, econômica, técnico-científica e cultural do sistema de ensino transformou-se em grave crise social que atinge de forma particularmente direta e dura os 800 mil estudantes universitários da rede particular. Para a comunidade universitária — tanto da rede oficial quanto privada — os efeitos do colapso do sistema de ensino brasileiro (formador de uma legião de despreparados e desempregados, gerando insegurança crescente e exacerbada insatisfação) passam a ser o denominador comum na luta contra a política educacional do regime.

A crise reflete-se na opinião pública, que pode e deve ser mobilizada para um grande debate sobre educação. A mudança profunda do sistema educacional — exigência que se impõe a cada dia — não envolverá apenas o MEC e a comunidade universitária. Ela necessita da participação ativa e organizada dos diversos segmentos da sociedade, inclusive os sindicatos de trabalhadores.

Também a composição do movimento estudantil foi profundamente alterada nos últimos anos em decorrência das mudanças na universidade, da implantação da reforma do ensino, das transformações na composição social do país e das transformações econômico-sociais. Nos anos 50 e 60, os estudantes universitários eram fundamentalmente das classes dominantes e da pequena burguesia tradicional. Hoje, a maioria dos universitários pertence às camadas médias urbanas e constitui um enorme contingente de técnicos e profissionais assalariados.

Demagogia do regime não conseguiu iludir ou manipular estudantes

Fenômeno previsto e assinalado pelo VI Congresso do PCB, onde se afirmava que o "surgimento desse grupo ativo de assalariados determina uma mudança de qualidade na composição e no papel da pequena burguesia urbana: aproximando-se da classe operária, por sua situação econômica, ela tende cada vez mais a assumir um comportamento favorável ao movimento democrático e libertador. Representa importante fator de democratização da vida cultural do País, no campo da literatura, das artes e das ciências, e leva à formação de uma corrente progressista da intelectualidade, a qual desempenha intensa atividade na vida pública" (Informe de balanço do CC do PCB ao VI Congresso).

A vida encarregou-se de demonstrar o acerto dessas afirmações. O movimento estudantil manteve sua tradição de luta e destacou-se entre as forças democráticas e progressistas da sociedade, em que pese a influência de correntes políticas sectárias e aventureiras que inúmeras vezes provocaram o isolamento e subsequente esvaziamento de importantes iniciativas políticas e reivindicatórias. Se em alguns momentos oscilou entre a radicalização e a apatia — reflexos dos vínculos políticos e ideológicos que a pequena burguesia mantém com a burguesia — os estudantes brasileiros nunca se deixaram empolgar pelas promessas demagógicas e tentativas de manipulação do regime.

Com desprendimento, audácia e combatividade o movimento estudantil formou ao lado das forças democráticas da sociedade na luta contra o regime, aumentando sua importância no processo político graças à ampliação de seu contingente, ao poder de mobilização que lhe é característico e ao seu elevado nível de instrução e informação. As ações de massas e a defesa das bandeiras unitárias de luta pelas liberdades democráticas são os dois traços essenciais que marcam sua evolução, especialmente após os protestos contra o assassinato de Alexandre Vanuchi Leme, em São Paulo.

Propostas sectárias foram derrotadas pelas lutas democráticas

A partir de 1974, essa tendência foi confirmada com a participação nos processos eleitorais apoiando o MDB, a realização de manifestações em favor dos direitos humanos e das liberdades democráticas, e o encaminhamento das lutas concretas contra a política educacional do regime. Isso também criou as condições favoráveis para a reorganização do movimento e refletiu a derrota política das concepções mais estreitas e sectárias, consagrando as palavras de ordem que aproximaram o movimento estudantil das grandes massas dos estudantes e do conjunto das forças democráticas: eleições livres e diretas; revogação das leis de exceção; anistia ampla, geral e irrestrita; liberdade de organização, manifestação e expressão; liberdade e autonomia sindical; liberdade de organização partidária; e convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, Livre e Soberana.

A incorporação dessas palavras de ordem é resultado da nova situação política do país que tem como tendência principal a ampliação, aprofundamento e aproximação das forças de oposição e o crescente isolamento do regime. Isso criou as condições propícias às grandes manifestações estudantis de 1977. Também a assimilação da luta pelas liberdades democráticas pelas tendências esquerdistas do movimento estudantil refletem o peso adquirido pela frente democrática e o fato que as grandes massas estudantis, por sua composição social, encontram-se no campo das forças interessadas na democratização do país.

Mas a unidade programática entre os estudantes e as demais forças oposicio-

Continua na Pág. 10

Continuação da Pág. 9

nistas não significou a superação das concepções golpistas que caracterizam a ação das organizações e agrupamentos políticos de caráter pequeno-burguês. A pretexto de lutar pelo socialismo — para o que contam mais com boa vontade do que substância política e ideológica — esses agrupamentos insistem em transformar o movimento em porta-voz de suas concepções de mundo, em vez de expressão real e unitária dos interesses concretos do conjunto dos estudantes. Privilegiam as ações voluntaristas, isoladas dos estudantes, que pretendem substituir ao instrumentalizar a luta pela democracia mediante taticismo vulgar e oportunista. Subestimam o encaminhamento das reivindicações específicas dos estudantes e o trabalho cotidiano entre eles, acabando por transformar as entidades em biombos de uma corrente.

Freqüentemente, a ação do conjunto dos estudantes é substituída pela iniciativa de pequenos grupos e propostas vanguardistas são encaminhadas quando não existe correlação de forças no movimento para a adoção de formas de luta e reivindicações determinadas, fora do alcance da comunidade estudantil e muito além do seu nível de consciência. Os comunistas nem sempre têm sabido realizar um combate correto contra estas práticas e concepções, acabando por se colocar a reboque delas, se isolando do conjunto dos estudantes, rebaixando seu papel dirigente e limitando a influência da política conseqüente e revolucionária da classe operária.

Superar a atomização do movimento é tarefa dos comunistas

O movimento estudantil exige uma firme atuação dos comunistas no sentido de superar suas tendências ao isolamento e dispersão de forças, incorporando-o de maneira mais efetiva ao amplo movimento democrático e de massas necessário à derrota do regime, forjando desde já uma alternativa democrática para a sociedade brasileira. Como assinala a última nota do Coletivo de Dirigentes "trata-se agora de fazer avançar nossa tarefa tática principal definida pelo VI Congresso, que consiste em mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e a conquista das liberdades democráticas".

Para os comunistas, a unidade das forças democráticas não é algo abstrato. "É o resultado de um longo e tenaz esforço e se constrói no cotidiano das massas populares, transformando todos esses aspectos em uma só e única luta pelas liberdades. E é também o resultado de uma convergência não espontânea mas consciente, de diferentes setores da sociedade brasileira com vistas ao objetivo comum de estabelecimento da democracia. Sua base é a unidade da classe operária em aliança com os camponeses e as camadas médias urbanas." Levantar essa política ao movimento estudantil é tarefa fundamental dos universitários comunistas e isso exige uma análise profunda das características atuais do movimento e permanente ligação com os estudantes.

O eixo da política dos universitários comunistas é a mobilização e organização dos estudantes em torno da discussão e encaminhamento de suas reivindicações específicas, bem como seu engajamento na luta pela conquista das liberdades democráticas no país e na univer-

Nova política de ensino exige a participação de toda a sociedade

sidade. Neste sentido, o balanço de 1979 não foi dos mais positivos, pois apresentou debilidades na discussão dos problemas mais específicos e incapacidade das lideranças em incorporar o conjunto dos estudantes na luta democrática de forma mais efetiva. Situação esta que decorre do grupismo promovido por tendências que principalizam o seu fortalecimento em detrimento da ampliação da participação dos estudantes nas entidades e, conseqüentemente, de sua representatividade.

Uma tal política precisa estar adequada às condições de cada local. Neste particular, é sempre bom lembrar que a reforma universitária da ditadura provocou profundas modificações no movimento estudantil, a partir mesmo da forma como os estudantes estão distribuídos ho-

A departamentalização das universidades e a implantação do sistema de créditos — para citar apenas dois exemplos — modificaram profundamente a estrutura do ensino superior. Mas isso foi implantado de maneira desigual nas diversas regiões do país, provocando grandes diferenças na forma como estão organizadas as antigas faculdades, institutos, centros e cursos, modificando a própria dinâmica das turmas. Com isso, as entidades e o próprio movimento apresentam características diversas em cada Estado, universidade, faculdade ou curso. A realidade do mercado de trabalho e as condições concretas de funcionamento de cada escola é um outro dado que necessita ser conhecido e aprofundado, pois o crescimento das lutas e a satisfação das reivindicações dependerá sempre de uma adequada política de alianças: para isso é imprescindível conhecer a relação do conjunto dos estudantes em cada local com a sociedade.

Os comunistas atuam no sentido de superar a dispersão de forças e a atomização do movimento. Não substituindo a ação do conjunto dos estudantes, mas organizando e dirigindo o movimento a partir do trabalho cotidiano e planejado em cada escola. A responsabilidade dos comunistas é agora maior diante do desgaste dos agrupamentos sectários e de sua incapacidade em unir e mobilizar o conjunto dos estudantes. Esse é o caminho para a consolidação de uma política de unidade com todas as correntes e pessoas contrárias ao regime.

Para isso é preciso trabalhar unitariamente com todas as forças democráticas presentes entre os estudantes, solidificando as entidades, captando os problemas mais sentidos dos estudantes e lutando para que sejam encaminhados, trabalhando para a reconstrução material e orgânica das entidades, nas classes, nos conselhos de representantes, nos centros, diretórios acadêmicos, estimulando e participando das atividades culturais e esportivas.

POLÍTICA ESTADUAL / SP

Frente parlamentar derrota Maluf, que caiu na retranca

Carlos Dória

Se existe uma unanimidade na oposição paulista é o antimafufismo. Qualquer pronunciamento, qualquer solenidade, qualquer ato público é sempre uma oportunidade para os políticos se demarcarem em relação ao governador. Apesar disso, não se pôde dizer que a ofensiva sempre esteve com a oposição.

Após a reformulação partidária Maluf se pôs a campo, com incrível poder corruptor, para construir sua dócil maioria através da distribuição dos favores do Estado. Agora, quando a poeira começa a baixar, vê-se que nem tudo saiu segundo os planos. Maluf não contava, por exemplo, com o fato de que o deputado Marco Antonio Castello Branco fosse preferir a oposição às benesses do poder; e, por este dado imprevisível, não conseguiu sair da casa dos 39 deputados quando o fundamental seria conseguir uma bancada de 40 que lhe garantisse o aval de todas suas iniciativas na Assembléia Legislativa.

Cor não ultrapassou essa maioria capeta de 39, seus planos começam a desmoronar deixando atrás de si apenas um legado de corrupção e violência, além, é claro, de uma inegável derrota política.

O primeiro projeto a ruir como um castelo de cartas foi o da mudança da Capital. Na semana passada o deputado Rubens Lara atirou a última pá de cal sobre o sonho ao dar parecer contrário à emenda do deputado Vicente Botta, apresentada no primeiro semestre como uma tentativa de dar uma s brevidade ao projeto idêntico de autoria do Executivo.

Ao engavetar a emenda Botta a oposição mostrou que, na prática, não perdeu o poder de vetar iniciativas do Executivo que possuam caráter antipopular.

Mais do que isso, o que se vê agora na Assembléia é uma ofensiva da oposição que procura acuar o governo através da investigação em torno das principais denúncias de corrupção e de violência cometidas sob inspiração do Palácio dos Bandeirantes. Assim, acabam de ser instaladas duas comissões de inquérito, uma para investigar o escândalo da VASP e outra para tirar a limpo quem estava por trás da pancadaria ocorrida na Freguesia do O, bairro de São Paulo, por ocasião do "governo itinerante". Além disso há um outro pedido de comissão de inquérito para investigar os escândalos da Caixa Econômica do Estado.

Maluf, sentindo-se acuado no mar de lama que criou à sua volta, procurou esvaziar a iniciativa da oposição ao admitir com sensacionalismo a direção da Caixa e determinar severa investigação na VASP. "Qualquer irregularidade cometida por má fé, por irresponsabilidade ou mesmo por burrice será punida severamente" — sentenciou. Mas os deputados passaram a crer, então, que o sr. Anísio Nader, diretor de Serviços Jurídicos da Caixa, ao subscrever a operação financeira que deu origem ao rumoroso caso, o fez com alto senso profissional, não sendo burro nem irresponsável pois, embora igualmente culpado, foi poupado pela fúria moralizadora do homem da Lutfalla no Palácio dos Bandeirantes.

O caso da VASP não fica atrás. Ao que tudo indica, se a coisa fedeu foi em conseqüência de uma briga de "gangs" internas, já que as irregularidades eram todas conhecidas no mínimo desde agosto de 1978 quando foram de-

nunciadas em carta dirigida ao presidente da República pelo Sindicato dos Aeronautas do Estado de São Paulo. De lá para cá, nada se fez para moralizar a VASP porque não se desejou.

Se não houverem imprevistos que tragam à luz do dia novas e sensacionais revelações, o papel da Assembléia na apuração desses casos de corrupção será, no mínimo, o de reunir as provas que já se conhece e oferecer denúncia ao Ministério Público exigindo a punição dos responsáveis; ou seja, garantir que as denúncias não caiam no vazio.

Ao contrário, a comissão de inquérito que investiga as violências ocorridas na Freguesia do O deverá trazer novas revelações. Segundo o deputado Geraldo Siqueira (PT), um dos agredidos na ocasião, é impressionante o número de provas reunidas a partir de denúncias e colaborações anônimas que atestam a vinculação dos agressores a vários organismos da administração pública. Não está sequer afastada a hipótese de, por essa via, se chegar a alguma pista concreta acerca dos grupos paramilitares responsáveis por alguns dos atentados terroristas. Como se diz, "debaixo deste anjo tem carne".

Mas a coisa não para aí. Também no que diz respeito à gestão orçamentária do Estado a oposição prepara uma ofensiva. Maluf acaba de enviar à Assembléia um projeto de lei em que pede autorização para suplementar o orçamento do Estado em dezoito bilhões e cem milhões, cerca de 30% do valor total do orçamento, dando como justificativa o fato de que houve um excesso de arrecadação em conseqüência de a taxa inflacionária ter sido subestimada para o presente exercício financeiro. Ela havia sido fixada, pelos delfin boys do Palácio, em 40%.

Como há um excesso de arrecadação, no entanto, a oposição quer reabrir a discussão a respeito de sua aplicação. O líder do PMDB, deputado Luís Máximo, enviou um ofício ao governador solicitando que explicite qual a situação financeira do Estado e onde o governador pretende aplicar este dinheiro, uma vez que se conhece a trágica situação das universidades públicas, do Hospital das Clínicas, do Hospital do Servidor e a situação salarial do funcionalismo. Aliás, convém lembrar as promessas do secretário da Fazenda, Afonso Pastore, quando da negociação do aumento do funcionalismo, que jurou que o excesso de arrecadação seria utilizado para desafogar a situação aflitiva dos servidores públicos. Ou seja, antes de liberar estes dezoito bilhões a oposição pretende se colocar em condições de negociar a sua aplicação.

Todo este quadro, pois, configura uma novidade para o mafufismo na frente parlamentar. Em menos de um ano as expectativas do governador reverteram por completo. O rolo compressor voltado contra a oposição revelou-se no mínimo ineficaz. É certo que num primeiro momento, quando da reformulação partidária, produziu razoáveis estragos. Mas Maluf, em seus cálculos, não contava com dois fatores. Primeiro, que apesar de todo seu poder corruptor não conseguiria a maioria de 40 deputados — condição indispensável para "deitar e rolar" sobre a Assembléia. Segundo, que seu desgaste político seria tamanho que a frente antimafufista se manteria intacta, e até mesmo revigorada, como elemento unificador das oposições paulistas. Não é outra a razão, aliás, pela qual tanto se irrita com as declarações de Paulo Egydio, Setúbal e Cláudio Lembo, todos do P.P.

METALÚRGICOS/SP

ABC: vitória exigia ação do conjunto do movimento sindical

Luiz Tenório de Lima

São da maior importância os ensinamentos que podemos extrair da histórica greve do ABC, a partir da análise crítica recentemente apresentada por três dos mais destacados comandantes daquele movimento. Valendo-me do documento divulgado em São Paulo por três líderes sindicais que participaram da greve, assinalo, como primeiro dado a ser levado em consideração, a objetividade com que se conduziram Osmar, Alemão e Wagner, apontando três causas básicas que identificam como responsáveis pelo insucesso da greve.

Segundo esses três militantes sindicais, as lideranças do movimento fizeram uma "incorreta avaliação da correlação de forças". Depois, houve "a crença corporativista na possibilidade de se conseguir dobrar o patronato, mantendo a greve no terreno puramente econômico". E, enfim, a "divisão e o progressivo esvaziamento do caráter de massas do movimento, cuja condução tática teria se pautado por um excesso de pacifismo." (VU, n.º 22).

Alemão, Wagner e Osmarzinho entendem que houve baluartismo e

superestimação das forças do movimento grevista, o que é evidente. E que não se levou em conta a necessidade de "articular o movimento grevista do ABC com as outras forças existentes na diversificada e complexa classe operária brasileira."

Entretanto, quando se faz um retrospecto dos fatos, verifica-se que essa tendência exclusivista, fruto do baluartismo apontado, orientou o comportamento das lideranças desde o início. Haja visto que os demais sindicatos de metalúrgicos do Estado de São Paulo — são cerca de 33 — não foram conquistados para uma ação comum. Assim, nem mesmo a categoria metalúrgica foi ganha para participar da batalha que, como o documento dos líderes sindicais reconhece, exigia, para ser vitoriosa, a ação compacta e unitária de todo o movimento sindical.

É oportuno insistir sobre esse ponto, porque os patrões e o governo souberam utilizar a falta de amplitude do movimento para quebrar o espírito de luta dos trabalhadores. E o fizeram, utilizando a intolerância e a violência (usando desde cães estrados até helicópteros contra trabalhadores indefesos).

Não pode ficar sem registro a atitude

de vergonhosa do Tribunal do Trabalho, recuando de sua decisão sindical — na qual não declarava a greve ilegal — para, com o apoio e a traição de juizes classistas dos trabalhadores, decretar a "ilegalidade" da greve.



Osmarzinho diz que não basta a combatividade

A violência do governo, a intransigência patronal, a intervenção nos sindicatos e a prisão de dirigentes sindicais com o enquadramento na Lei de Segurança Nacional, servem para revelar o quanto desigual era o combate. E que, por isso mesmo, não deveria ter sido travado no campo favorável ao adversário. Impunha-se, assim, outra tática. Não uma posição cega, como a de "ou tudo ou nada", "ou dá ou desce", etc.

Ficou bem evidente, como os três ativistas sindicais reconhecem, que a luta não era apenas contra o patrão. Era mais do que isso: era contra todo um Estado capitalista, com um regime de governo antioperário e truculento. Assim, a greve do ABC, com suas justas e legítimas reivindicações, colocava em cheque o Estado, que, ao organizado e munido de leis e instrumentos repressivos, elaborados exatamente para garantir os lucros dos empresários e fazer a acumulação capi-

talista às custas dos baixos salários e de péssimas condições de vida dos trabalhadores.

As reivindicações do ABC eram — e continuam sendo — de todos os trabalhadores brasileiros, inclusive dos milhões de assalariados agrícolas, vitimados pelo mesmo governo que interveém nos sindicatos e prende dirigentes democraticamente eleitos. Contudo, elas não podem ser conquistadas apenas por uma parcela do movimento sindical, ou por uma minoria, por mais abnegada e combativa que seja.

A pressão organizada do movimento operário e sindical unido é decisiva para ampliar e fazer avançar as conquistas democráticas. As possibilidades de tornar vitoriosas as liberdades e autonomia sindical passam pela unidade e pelo fortalecimento do movimento sindical. E é com o pleno exercício desses direitos que os trabalhadores poderão conquistar e garantir as suas reivindicações.

Em consequência do resultado negativo da greve do ABC, foram despedidos, como Osmarzinho, Alemão e Wagner, quase todos os dirigentes da greve. Seus sindicatos estão sob intervenção e, assim, imobilizados. No entanto, as evidências dessa realidade adversa não devem resultar em desânimo. Pelo contrário, aos metalúrgicos do ABC deve ser dado todo apoio na perspectiva de reconquistar seus sindicatos e anular os processos — em curso na Justiça Militar — contra seus dirigentes.

Neste sentido, a ampla porta da Unidade Sindical deve estar sempre aberta para acolher, regimentalmente, a representação — com plenos direitos — das diretorias destituídas, até a liberação das respectivas entidades sindicais e a condução de diretorias livremente eleitas pelos trabalhadores.

CAMPANHA SALARIAL

Os bancários vão a julgamento

Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come

Francisco Ribeiro

A campanha salarial dos bancários paulistas deste ano é um dos paradoxos próprios da nossa época de democracia limitada. Usou-se de todos os recursos razoáveis que se pode imaginar para mobilizar a categoria e esta não respondeu.

Dois fatores militam para que os bancários estejam largamente desinteressados desta campanha. O primeiro é o acumulo da categoria, atemorizada pelas demissões em larga escala na maioria dos bancos. O segundo é o rescaldo da derrota da greve do ano passado, que deixou muita gente bas-

tante desanimada em relação às perspectivas de participação.

Muito bem. Aí está a direção sindical, sem massa que a apóie na campanha. Nestas condições o dirigente está que nem o homem amarrado na linha do trem que apita na curva. Os patrões podem ficar inflexíveis já que sabem que a direção não tem outra saída senão aceitar o "acordo", no caso, a imposição dos patrões.

Como é duro dar o braço a torcer, inaugurou-se a chamada campanha de "segurança e eficiência", que deu frutos razoáveis na campanha salarial dos aeronautas algum tempo atrás. A categoria, contudo, sabendo que o mercado de trabalho está saturado e há quatro candidatos para o emprego de cada

um, continua dando a mesma produtividade de antes, inutilizando assim esta forma de pressão.

O resultado é o dilema: "acordo" ou "julgamento". O acordo é ter que engolir o remédio amargo da imposição patronal. O julgamento é arriscar andando em cima do fio da navalha.

No caso do julgamento, apenas uma coisa é certa de obter: quatro por cento de aumento real acima dos índices de reposição da inflação. O Tribunal pode até conceder sete por cento, mas a alegria irá durar pouco, já que o Tribunal Superior sabidamente reduz a quatro. E o resto?

No "resto" é que está o drama. O Tribunal pode muito provavelmente, congelar o anuênio ao invés de reajustá-lo até para os índices recusados da proposta patronal. Também poderá cassar os pisos salariais por setor (portaria, escritório, contabilidade, tesouraria). Irá, talvez, manter a gratificação de caixa, mas sem caráter salarial. Em suma, poderá cortar muitas das conquistas que os bancários conseguiram acumular em anos de luta.

E A SAÍDA?

O julgamento, portanto, não terá surpresas a melhor. Não se conseguirá

nada além do que os patrões já propuseram. As possibilidades de se conseguir abaixo, contudo, são as mais variadas. A Tribunal é um aplicador de leis, e quem faz as leis? De uns tempos para cá, os Tribunais só têm feito tirar do trabalhador o que eles conseguiram através de acordos. Por isso, quem tem alguma esperança de encontrar alguma saída no palácio de mármore da Av. Consolação está profundamente enganado.

Há solução para os bancários?

Não, a solução está no conjunto do movimento sindical brasileiro. É preciso perfurar de algum modo a "nova" política salarial do governo Figueiredo. É preciso de algum modo sair desta camisa de força que é "julgamento" ou "acordo", duas falsas alternativas nas quais os trabalhadores são obrigados a seguir a regra de poder jogar, mas jamais poderem ganhar o jogo.

Em maio, os metalúrgicos do ABC tentaram passar por esta barreira e não conseguiram. Onde eles não passaram com todas as condições favoráveis de que dispunham, nenhuma outra categoria profissional individualmente irá conseguir passar. Somente a unidade dos trabalhadores e sua mobilização poderão superar e derrotar a política salarial do regime militar.

PT 1987, 228

CAMPANHA SALARIAL

Petroleiros unidos de norte a sul

Trabalhadores estão promovendo manifestações por todo Brasil para conquistarem a reabertura das negociações com a Petrobras

Trabalhadores do petróleo e funcionários do quadro administrativo da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, realizaram, na segunda-feira passada, passeata de protesto contra a decisão da Petrobrás de não mais negociar as condições para a reforma do contrato coletivo de trabalho, que se encerrou dia 30 de agosto.

Liderados pelo Sindicato de Cubatão, os petroleiros exigem da Petrobrás a reabertura das negociações e a discussão de suas reivindicações que estão sendo apresentadas em campanha nacional pelos 14 sindicatos existentes no país. Manifestações semelhantes estão sendo promovidas pelos trabalhadores do petróleo, principalmente os das refinarias Gabriel Passos, de Betim, e de Camaçari, na Bahia, além dos petroleiros de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, e Campinas.

Segundo os trabalhadores, a Petrobrás está tentando regionalizar as negociações e enfatizar os aspectos específicos de cada Estado, fazendo com que a luta se atomize por reajustes diferentes e isolando os sindicatos.

OPERAÇÃO AMNÉSIA

Em Camaçari, Bahia, os petroquímicos decidiram, no último sábado, adiar por mais uma semana a possível decretação de uma greve, suspender a "operação tartaruga" que vinham executando e iniciar a "operação amnésia", que consiste em esquecer os crachás de identificação, retardando a

entrada nas fábricas e, conseqüentemente, o trabalho.

Os trabalhadores petroquímicos decidiram esperar até o próximo sábado, quando se reúnem novamente em assembleia geral, e decidem os novos passos de seu movimento, caso não cheguem a um acordo salarial. Na última segunda-feira, cerca de 12 mil trabalhadores de Camaçari compareceram ao trabalho com uma tarja preta em sinal de luto pela intransigência patronal nas negociações.

Até o meio da semana, os petroquímicos haviam realizado nove reuniões com empresários do setor, sem que qualquer acordo pudesse ser alcançado. As principais reivindicações são: aumento de 15 por cento além dos índices oficiais, reajuste automático de salários sempre que o custo de vida atinja um percentual de 20 por cento e o reconhecimento das comissões de fábrica.

Em contrapartida, os empresários estão oferecendo 7,2 por cento para os que ganham três salários referência e 6,5 por cento para os que ganham de três a dez salários referência. Propõem ainda um reajuste de 15 por cento por trimestre, independente do aumento do custo de vida e não querem reconhecer as comissões de fábrica.

Os petroquímicos estão recusando as propostas patronais, considerando que elas representam um retrocesso em relação ao primeiro acordo celebrado pela categoria no ano passado.

No AM mobilização impede despejo de 82 famílias

MANAUS (da Sucursal) — A luta da população de Itacoatiara contra a construção de um terminal pesqueiro que desapropriaria oitenta e duas famílias, saiu vitoriosa. Ficou definitivamente afastada a possibilidade de construção desse terminal no final da semana passada quando o prefeito Chinly Abrahim foi à Rádio Difusora da cidade e em tom agressivo disse que lavara as mãos pelo projeto.

A vitória fora concretizada dois dias antes do pronunciamento do prefeito, quando a população da cidade lotou a Câmara Municipal no momento da apreciação da mensagem do prefeito e repudiou a construção do pesqueiro.

Durante todo o mês de agosto houve ampla campanha de esclarecimento ao povo sobre os objetivos draconianos do projeto. Cresceu também a solidariedade dos setores democráticos de Manaus às famílias ameaçadas. O administrador apostólico de

Manaus, dom Milton Corrêa, declarou que "o projeto que visa à produção de recursos econômicos com sacrifícios do povo fere a dignidade do homem, que fica valendo menos que o dinheiro".

Na opinião do deputado Messias Sampaio (ex-MDB e agora independente) "a maior conquista do povo de Itacoatiara não foi somente a luta contra o terminal, que se construído colocaria na rua 82 famílias. A vitória mais importante foi a organização do povo, que elevou seu nível de consciência, saindo da resistência espontânea para a luta democrática de resistência política".

Apesar dessa vitória, o povo amazonense ainda não está livre da ameaça, pois pretende-se transferir a construção do terminal para Parintins, cidade que enxotou há alguns meses o projeto de um frigorífico sofisticado que uma multinacional pretendia construir.

REIVINDICAÇÕES

Em Pernambuco mobilizados 300 mil trabalhadores da zona canavieira

Os trabalhadores do campo estão, cada vez mais, dando demonstrações de força e organização, buscando, no plano político, as bases para suas reivindicações, isto é, utilizando-se das formas coletivas de pressão para exigir seus direitos.

Uma prova disso pode ser apontada, atualmente, pelos trabalhadores da zona canavieira de Pernambuco que, em setembro próximo, poderão entrar em greve, caso os sindicatos patronais não aceitem as suas propostas. São 300 mil agricultores que estão dispostos a cruzar os braços se falharem as negociações realizadas através da convenção coletiva de trabalho.

Há três meses que os 300 mil trabalhadores da categoria vêm se mobilizando em função do acordo coletivo e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETA-PE) vem discutindo, junto aos sindicatos, os problemas relativos aos trabalhadores rurais.

No ano passado, cerca de 20 mil trabalhadores deflagraram greve por aumento salarial e melhoria de condições de trabalho no campo. Segundo declarações do presidente da FETA-PE, José Rodrigues da Silva, os trabalhadores tiveram nessa ocasião sua primeira grande vitória dos últimos

anos, mas das 19 cláusulas aceitas entre as 20 propostas, a grande maioria não foi cumprida.

Dentre as várias cláusulas não cumpridas figura a questão da "lei do sítio", que assegura dois hectares de terra aos trabalhadores que moram na zona canavieira. Isto é uma maneira dos latifundiários não perderem nem um pedaço de suas propriedades, fato que lhe garante o poder político e econômico.

Tampouco conseguiu ser sanado o problema do roubo das balanças que pesam as canas — muitas pesam 40% a menos, segundo constatação do Instituto de Pesos e Medidas e da DRT. Também não foi feito qualquer melhoramento nas casas dos trabalhadores e os camponeses continuam sendo transportados em caminhões sem qualquer segurança de um engenho para outro.

Agora, em setembro, todavia, os trabalhadores da zona canavieira vão procurar estabelecer as condições de melhoria na convenção coletiva deste ano. Segundo José Rodrigues da Silva, se dentro de cinco dias, a partir da data escolhida para o acordo, os sindicatos patronais não derem resposta, os 300 mil trabalhadores da área açucareira entrarão automaticamente em greve. (HP)

Cubatão: peões enfrentam patrão com mobilização

Os trabalhadores da empreiteira Montreal, que atualmente enfrentam péssimas condições de trabalho no canteiro de obras da empresa Carbocloro, em Cubatão, terão a partir de agora, ao que tudo indica, melhorias. E a explicação é uma só: a mobilização dos peões.

Os problemas enfrentados pelos operários vão desde a falta de um refeitório adequado para comportar os quase 1.500 peões até o fato de serem obrigados a cumprir diariamente cerca de 13 horas de trabalho. Mas após a realização de uma assembleia, no último sábado, quando foi aprovada uma pauta de reivindicações e eleita uma comissão para dialogar com os patrões a situação mudou bastante. Agora, a empresa já se comprometeu a não mais obrigar os trabalhadores a ficarem mais de oito horas no serviço, concedendo, para os que quiserem, o direito de fazerem no máximo duas horas extras por dia. O problema do refeitório, da segurança no trabalho, dos baixos salários ainda serão discutidos entre a comissão, representantes do Sindicato da categoria e os patrões, mas os peões estão confiantes no sentido de que sua mobilização assegurará seus direitos.

Os trabalhadores realizarão uma assembleia na sede de seu sindicato no próximo sábado e o ânimo dos peões está elevado após as recentes conquistas. Resta, agora, ampliá-las.

Sergipe: camponeses ameaçados

A luta pela posse da terra no Estado do Sergipe continua fazendo vítimas. Recentemente, na região de Propriá, cinco posseiros da cidade de Santana dos Frades foram seqüestrados e seu paradeiro continua ignorado, enquanto que a diocese local vem sendo alvo de inúmeras ameaças por parte de grileiros e das forças de repressão do governo estadual.

Procurando protestar contra tais atos e, ao mesmo tempo, visando garantir a posse das terras para quem nelas trabalha, a sociedade sergipana tem se mobilizado realizando manifestações. No mês passado, a diocese de Propriá convocou toda a comunidade para a "Missa da Irmandade". O ofício contou com a presença de cerca de três mil pessoas, mas a polícia impediu a entrada de vários caminhões de romeiros na cidade e seqüestrou cinco posseiros.

Outra manifestação em repúdio à ação dos grileiros foi realizada em Aracaju, também no mês passado, convocada por diversas entidades democráticas. Estiveram presentes vários sindicalistas, representantes de entidades da sociedade civil e da Igreja, como o vigário de Porto da Folha, Frei Enoque, além dos parlamentares da Tendência Democrática e Popular do PMDB, Jonas Amaral e Jackson Barreto, que alertou os presentes para a necessidade da formação "de uma frente ampla antiditatorial para isolar o sistema e construir uma nova ordem social no país".

AMÉRICA LATINA

Dirigente da CNT uruguaia fala da resistência do povo

O dia 27 de junho de 1973 é de triste lembrança para os uruguaios. Como o nosso 31 de março, essa data marca a instalação de um sangrento governo militar no nosso vizinho do sul. Um governo que tem centenas de milhares de mortos debitados na conta de sua política fascista de domínio do Estado, outros milhares de desaparecimentos assumidos pelos militares e um declínio das condições de vida do povo, tão grande que levou 500 mil uruguaios — 20% da população total — a procurar o exílio.

Depois de sete anos, a ditadura uruguaia pretende se institucionalizar, através de um programa político denominado de "cronograma", que inclui a vinculação dos sindicatos ao Estado, a limitação das atividades partidárias (marxistas e democrata-cristãos estarão proibidos, por suas "ligações internacionais"), e a implantação de um poder Executivo forte, convivendo com Parlamento apenas opinativo e um tribunal submisso — tudo sob o comando de um "Conselho de Seguridad Nacional", Cose-na. O "cronograma", que parece ter sido copiado dos piores momentos do esquema político implantado pelos militares brasileiros após 64, foi considerado "bom" pelo presidente norte-americano Jimmy Carter:

— Mas está enfrentando sérias dificuldades de se implantar. Os militares e Carter podem gostar, mas os trabalhadores uruguaios não — garante Carlos Bolzas, dirigente da coordenação no Exterior da CNT — Confederação Nacional dos Trabalhadores do Uruguai, atualmente no exílio. Bolzas esteve no Brasil na última semana, realizando um trabalho intenso de denúncias da ditadura uruguaia. Antes de embarcar para a Espanha — onde concentra seu trabalho — no último dia 29, Bolzas encontrou tempo para visitar a redação da **Voz da Unidade**, onde foi realizada esta entrevista:

VOZ — Como atua a CNT, atualmente?

C. BOLZAS — A CNT atua dentro do Uruguai clandestinamente, na ilegalidade, desde a greve geral que recebeu o golpe de junho de 1973. No Exterior, mantemos um secretariado composto por oito dirigentes, e representações em 23 países da América Latina, Europa e África. Temos pedido às organizações internacionais e de trabalhadores a denúncia do regime uruguaio, o **reclamo** pelos presos, pelos desaparecidos, pelas liberdades e pela anistia.

VOZ — O resultado desse trabalho tem sido positivo?

C. BOLZAS — A resistência à implantação de uma estrutura sindical não operária pretendida pela ditadura, não é uma vitória retumbante mas é uma vitória de todos os dias, de um custo muito grande. Aí estão as prisões de "Libertad" e "Putá Rieles", lotadas de companheiros nossos. Este ano o governo transferiu a comemoração do dia do Trabalho para o 5 de maio, para descaracterizar a data. A CNT convocou os trabalhadores a resistir a essa intenção, e conseguiu colocar muita gente nas ruas. As patrulhas policiais tiveram que ser muito mais freqüentes. A maior vitória tem sido os obstáculos criados à implantação do "cronograma". A nova legislação sindical deveria estar aprovada já no primeiro semestre deste ano. O Estatuto para os partidos foi reprovado até mesmo pelos tradicionais "Colorado" e "Nacional", que não são ilegais mas estão em recesso. E que, pressionados pelo constante trabalho de resistência dos trabalhadores, anunciam que votarão **Não** no plebiscito programado para o último domingo de novembro, quando a ditadura quer referendar seu cronograma.

VOZ — A ditadura acha que será aprovada no plebiscito?

C. BOLZAS — A ditadura conta apenas com o apoio da oligarquia e do imperialismo. Será preciso uma enorme fraude para o plebiscito resultar com maioria **Sim**. A solidariedade internacional tem um importante papel a cumprir, nesse caso. Principalmente do Brasil, onde os trabalhadores têm condições de imaginar o que se passa no Uruguai, e cuja política econômica tem tanta semelhança com a uruguaia após o golpe.

VOZ — É a política econômica da Escola de Chicago.

C. BOLZAS — Exatamente. A política monetarista da ditadura uruguaia fez com que de 1968 a 1980 o trabalhador uruguaio perdesse 22% de sua participação no Produto Nacional Bruto. O valor dos salários caiu em 50% — a taxa mais alta do mundo, segundo a OIT — e no ano passado a inflação chegou a 90%.

VOZ — E agora?

C. BOLZAS — O inimigo do povo uruguaio é o mesmo do povo brasileiro: é o fascismo, o imperialismo. A CNT programou para a última semana de outubro vários atos e manifestações, organizados por amigos dos trabalhadores uruguaios em várias partes do mundo, exigindo o aparecimento dos dirigentes e militantes sindicais e políticos desaparecidos. Esperamos contar com o apoio de amigos também no Brasil. (RMP)

POLÓNIA

Acordo firmado põe fim à greve geral de Gdansk

O acordo entre os operários poloneses e o governo, firmado no sábado passado, permitiu o encerramento da greve geral na cidade portuária de Gdansk que durou 17 dias consecutivos. O compromisso provisório foi assinado na sede dos Estaleiros Lênin, pelo vice-primeiro-ministro Mięczyław Jagielski, representando o governo, e por Lech Walesa, líder do comitê interfábrica de greve (MKS).

Os pontos principais do acordo que atendeu as 21 reivindicações dos grevistas são os seguintes: garantia por parte do governo da autonomia dos sindicatos e do direito de greve para os trabalhadores; a agilização dos canais de comunicação entre o Estado e os trabalhadores a fim de proporcionar o conhecimento da situação real da economia do país e acompanhar o planejamento econômico; promoção de todos os trabalhadores na escala de salários; devendo ser elaborado até o dia 30 de outubro um programa de salários para os operários menos qualificados. Até o fim do ano de 1980, a ser apresentado pelo governo um plano para o aumento de vagas nas creches e jardins de infância. Quanto à

licença-maternidade, ficam assegurados três anos de férias às mães a partir do nascimento. No primeiro ano o salário será integral, sendo reduzido para 50% nos dois anos subsequentes. Por parte dos operários grevistas o acordo menciona o reconhecimento do papel dirigente do Partido Comunista na vida nacional e a defesa dos princípios socialistas do Estado polonês.

O desenvolvimento pacífico do movimento grevista, o respeito mútuo nas negociações e os resultados alcançados demonstram que, apesar das grandes dificuldades econômicas que o país atravessa na atualidade, existe uma grande preocupação do conjunto da sociedade polonesa no desenvolvimento contínuo da democracia socialista.

Os acontecimentos grevistas na Polônia e o seu posterior desenvolvimento constituíram uma situação nova em um Estado sob a hegemonia da classe operária. Estes acontecimentos suscitaram importantes questões que devem ser motivos de reflexão para todos aqueles verdadeiramente empenhados na luta pelo socialismo.

Conservadores e comunistas na frente contra Pinochet

Após a contundente manifestação pública da oposição chilena, no Teatro Caupolicán, de repúdio ao projeto da nova Constituição preparado pelo regime ditatorial e que será votado no próximo dia 11 de setembro, um grupo de intelectuais chilenos pediu, na terça-feira passada, a suspensão do plebiscito e sugeriu a realização, dentro de três meses, de um referendo para que a população possa optar entre a permanência do atual regime militar ou a formação de um governo provisório que restabeleceria a democracia em curto prazo.

Estes intelectuais formaram o Grupo de Estudos Constitucionais, e entre eles se encontram independentes, conservadores, democratas-cristãos, socialistas e comunistas. Segundo a nota do Grupo, a Constituição, nos termos em que foi redigida, "não tem valor legal e é juridicamente imoral". O projeto elaborado sigilosamente pela Junta Militar prevê, entre outras coisas, que o general Pinochet nomeará os "parlamentares" durante os primeiros oito anos da "transição democrática", e assegura a permanência do sanguinário ditador até 1989.



Eduardo Frei, presidente da DC

Esta manifestação demonstra que a resistência democrática tende a crescer e que muito breve poderá se transformar num amplo movimento unitário antiditatorial, que possa isolar e derrotar o regime de Pinochet, restabelecendo a ordem democrática no Chile.

CINEMA/SP

Você sabe quem foi Juscelino Kubitschek?

Além de resgatar uma etapa essencial de nossa história, o filme de Sílvio Tendler sobre os anos JK tem o grande mérito de centrar a discussão em torno do problema da democracia

João Batista de Andrade

Um leitor da Voz se queixava há algum tempo que a história do PCB parecia ser escrita pelos inimigos do PCB. E com razão. O problema é até muito mais vasto: toda a história do povo brasileiro também é permanentemente violentada pelos inimigos do povo brasileiro, seja distorcendo fatos, empulhando e até mesmo instaurando à força regimes de culto à ignorância e à censura. Isto sem falar da historiografia "oficial", feita como se o povo não existisse.

Não é preciso ir longe demais. Basta, por exemplo, pensar na historiografia da Guerra do Contestado, no começo do século, em Santa Catarina e Paraná, onde os revoltosos — camponeses sem terra em luta contra uma empresa colonialista inglesa — são apresentados à Nação como loucos, fanáticos, reduzindo assim o problema político-social a um problema de patologia. (Filmando na região me espantei verificando que a população local ainda hoje procura esconder a história, por vergonha!). E fatos muito mais recentes são também escamoteados e permanecem fora da consciência nacional.

O filme "Os Anos JK. Uma trajetória política", de Sílvio Tendler (em exibição no cine Belas Artes, em São Paulo), é, por isso mesmo, um filme obrigatório para todos nós. Ele se coloca claramente contra aquela tradição obscurantista, como uma retomada da história recente do país.

Estrutura-se de forma larga, aberta, procurando ampliar a faixa de informações e, assim, colocar o público em contato com imagens que o povo brasileiro foi impedido de ver nesses 16 anos de ditadura: a Constituinte de 46, com políticos como Juraci Magalhães e Gustavo Capanema jurando amor à democracia recém-conquistada; ail mesmo, na Assembléia Constituinte, o discurso do dirigente comunista Luis Carlos Prestes; as campanhas eleitorais presidenciais, empolgando as massas e elevando o nível das discussões políticas, revelando as disputas e o que elas representavam para o país; as várias tentativas de golpe no sentido de fazer retroceder o avanço da democracia no país, que "perigosamente" incorporava as massas; as imagens dramáticas da reação popular à morte de Getúlio; o contragolpe de Lott em novembro de 1955, que garantiria a posse de JK em 1956; o comício de 13 de



março de 64, no qual Jango nacionaliza as refinarias; a marcha da família, o golpe militar, a resistência do Congresso em 68 negando licença ao governo para processar o deputado Márcio Moreira Alves. Etc., etc.

Se ficasse por aí, como exposição simples desta cronologia histórica que vem da morte de Getúlio em 54 e chega à morte de JK em 76, o filme já valeria. Já seria um resgate de nossa memória visual e histórica. Daí o acerto das palavras do autor, Sílvio Tendler: "o filme é do partido da consciência nacional".

Mas, bem ouvindo e vendo, o filme tem um mérito maior: o de atualizar a discussão da trajetória de JK, centrando a atenção no problema da democracia. Na verdade, a democracia se impôs na construção dramática do filme e mesmo no texto feliz de Cláudio Bojunga. "Os Anos JK" se inicia atual, com imagens de 46, na Assembléia Constituinte. Em seu discurso, Prestes fala como comunista, criticando aspectos da Constituição aprovada mas defendendo-a como uma vitória que instaurava juridicamente a democracia

no país. A partir daí, seguimos o curso da história polarizada entre a maioria da Nação, em busca do progresso e do futuro, e a minoria golpista tentando impor o atraso e a dependência política e econômica ao imperialismo.

No interior desta polarização, o filme mostra Juscelino Kubitschek se situando se forma singular: escancarando as portas ao capital estrangeiro e instalando a indústria automobilística, mas se recusando a atender exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e esboçando assim uma independência política que o fortalecia internamente. Apoiado pela Nação, como político, pôde romper com o FMI, que dele exigia austeridade e controle salarial como garantia de novos investimentos e empréstimos. O FMI recuou e o dinheiro veio, na esperança de que o próximo governante fosse mais dócil.

Em meio a essa contradição independência política/dependência econômica acentuada, a crise do país se aguça, se aguçam as tentativas de golpe, deixando claro que o avanço democrático, com a participação cada vez



maior das massas, levaria também à solução do problema da dependência econômica, com projetos de nacionalizações, limitação de remessa de lucros e reforma agrária que marcariam exatamente o governo seguinte, o de Jango (saltando o blefe janista).

Nesse quadro, fica a impressão de que JK não percebia aquela contradição e nem o conteúdo nacional imposto pela forma democrática de viver e de governar que ele mesmo exercia. Tanto que comete o erro de vacilar, no processo de escolha do seu sucessor, no apoio à candidatura do marechal Lott às eleições de 1960, simplesmente na expectativa oportunista de retornar depois como solução para os problemas do país. Esse oportunismo o coloca de fora da política, sem posição diante da explosão da questão social, e o leva mais tarde a ter de engolir Castello Branco como candidato de seu partido, o PSD, e a ver assim destruído seu sonho de voltar a Brasília com o aprofundamento do golpe de 64. A mesma irresponsabilidade podemos ver em muitos outros políticos, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, todos pretendentes à presidência que apoiaram o golpe militar na expectativa de garantir assim sua vaga na história.

A democracia, entretanto, estava derrotada, e o que era sonho virou biscoito: o cargo tão almejado passou de Castello para o general Costa e Silva, de Costa para a Junta Militar em 68, da Junta para o general Médici, dele para o general Geisel, em cujo governo, a 22 de agosto de 1976, morre JK.

O final patético do filme fecha bem a questão, com Juscelino perseguido, humilhado por interrogatórios militares, ao ponto de ameaçar o governo com o impacto de seu suicídio. Casado após a tentativa da "Frente Ampla" com seu velho inimigo Carlos Lacerda, JK volta novamente ao ostracismo, morrendo ainda sob regime militar, reprimido e proibido.

Vendo o filme na salinha de Mário de Andrade do Belas Artes, pude verificar o espanto de muitos diante dos fatos expostos. Conversei com jovens estudantes que viam o filme para trabalhos escolares: não sabiam quem foi JK, nem Jango, nem Getúlio. Não sabiam portanto que o regime militar dos últimos 16 anos nasceu de um golpe de Estado antinacional e antidemocrático, pois não sabiam nada de nossa verdadeira história. Está aí a beleza do trabalho de Sílvio Tendler.

LIVROS

Com a palavra, o inquietante Gabeira

Escritor brilhante e inteligente, mostra não ter renegado a revolução, questiona o sectarismo e o moralismo da esquerda, mas permanece vago na consideração das questões políticas

Leandro Konder

Seria tolice subestimar o fenômeno Gabeira. Seria ingênuo (e talvez um pouco paranóico) procurar reduzir o sucesso de **O que é isso, companheiro?** e mais recentemente **O crepúsculo do macho** a uma pura manipulação da "indústria cultural" (ou, quem sabe, a uma manobra solerte do "sistema" para desviar o interesse das massas das questões essenciais da nossa luta política).

Num país de poucos leitores, os dois livros de Fernando Gabeira já foram lidos por mais de cem mil pessoas. E esses milhares de indivíduos — com raras exceções — se entusiasmaram com o que leram.

Claro, os dois livros apresentam aspectos incômodos, inquietantes. Os reacionários e conservadores se irritam com a percepção de que Gabeira não é um renegado da revolução, de que o seu depoimento não é o de alguém que "mudou de lado" na luta para transformar o mundo, para libertar os seres humanos dos mecanismos que os oprimem e exploram. E os revolucionários mais sectários se aborrecem ante o radicalismo questionador "individualista" do brilhante jornalista.

Em sua imensa maioria, porém, os leitores "curtem" o sincero testemunho desse lúcido "desbundado". Apreciam imensamente a coragem intelectual, o humor, a liberdade de espírito do Gabeira. Admiram a tolerância, a simpatia com que Gabeira fala

de antigos companheiros que partilharam de suas ilusões, mesmo quando se lembra de momentos nos quais esses "queridos companheiros" combinavam "idéias de esquerda" a "uma estrutura emocional de direita".

Gabeira não baixa nunca ao nível do rancor e do ressentimento. Sua autocrítica é discreta, serena, mas nem por isso deixa de ser firme. Ele ri, sozinho, quando se dirige para a aula de dança, no exílio em Estocolmo, ao se lembrar que, depois de um treinamento intensivo em Cuba, havia se tornado um excelente (mas inútil) atirador de bazuca. Vemo-lo, pouco depois, entristecido ao recordar um amigo que, em nome da "ação mecânica do princípio do centralismo democrático, ignorava as vicissitudes pessoais e os problemas dos indivíduos (e Gabeira se pergunta "o que é que pode acontecer na vida de uma pessoa que a deixe tão fria e tão aberta a uma visão puramente administrativa da felicidade"?).

Para um comunista, é especialmente interessante o momento em que Gabeira recorda as posições de um teórico da ultra-esquerda que dizia que "o trabalho de massas era um caminho perigoso, pois, através dele, o inimigo poderia se infiltrar entre os revolucionários, destruindo seus grupos fechados". Evocada, assim, em toda a sua simplicidade, essa idéia não precisa ser submetida a nenhuma crítica: a passagem dos anos e a sucessão dos acontecimentos posteriores bastam para por a nu o seu absurdo.

Para Gabeira, luta pela renovação dos costumes é a base da revolução dos dias atuais



Gabeira é um excelente escritor. Seu senso de ritmo, a sobriedade da sua linguagem e a sua capacidade de fixar detalhes expressivos tornam a leitura dos seus livros uma leitura extremamente agradável. No entanto, a serviço de um "recado" complexo, denso, importante: precisamos aprofundar o reexame da nossa história recente, precisamos nos conhecer melhor. Precisamos nos renovar, ampliar nossos horizontes.

A meu ver, essa renovação não será realizada unicamente no plano da "revolução cultural" e da mudança dos costumes (no qual parece situar-se, quase sempre, o Gabeira); é necessário enfrentarmos as batalhas políticas do dia-a-dia com uma perspectiva menos genérica, menos abstrata. Se não travarmos essas batalhas especificamente políticas, não poderemos acumular forças e consolidar posições, não contaremos jamais com o apoio de massas organizadas e nunca disporemos de um poder material capaz de neutralizar o poder material dos exploradores e opressores do povo.

Um revolucionário está obrigado a atuar em diversos níveis: ao nível da "revolução cultural" (que modifica, com lentidão e persistência, as mentalidades) e ao nível das lutas políti-

cas cotidianas, circunstanciais (pela livre organização partidária, contra o terrorismo, pela Assembléia Nacional Constituinte, contra o arrocho salarial, pelo fortalecimento dos sindicatos, contra a "Lei dos Estrangeiros", etc.).

E o ponto que me parece mais problemático na atual perspectiva do Gabeira é esse: ele superou as ilusões que tinha, nos ajuda a enxergar problemas novos, mas permanece um tanto vago na consideração de questões políticas imediatas, dando inclusive a impressão de que, na sua atual maneira de ver as coisas, ainda não está definido o espaço que é reconhecido à escolha de orientações para serem enfrentadas as tarefas políticas imediatas que a vida coloca, no dia-a-dia, para os partidos e as organizações de massas.

Dê que nos vale superarmos o simplismo e enriquecermos nossa "filosofia da história", ampliarmos os horizontes do nosso humanismo revolucionário, se não encontrarmos os meios práticos que nos permitam extrair proveito disso, ajudando-nos a nos inserirmos com maior eficácia na luta política **tal como ela está sendo travada?** Essa a pergunta que eu gostaria de fazer — fraternalmente — a Fernando Gabeira.

RESISTA

LEIA, DIVULGUE, VENDA E ASSINE OS JORNAIS AMEAÇADOS PELO TERROR FASCISTA

COMPANHEIRO
CONVERGÊNCIA
OOJORNAL
CORREIO SINDICAL
EM TEMPO
HORA DO POVO

MOVIMENTO
O TRABALHO
PASQUIM
REPÓRTER
TRIBUNA OPERÁRIA
VOZ DA UNIDADE

Leia e assine Voz da Unidade

- Anual de apoio (52 números consecutivos) Cr\$ 3.000,00
- Anual Simples (52 números consecutivos) Cr\$ 1.500,00
- Semestral Simples (26 números consecutivos) Cr\$ 750,00
- Assinatura para o Exterior (anual) US\$ 60,00

ENDEREÇO PARA REMESSA:

Nome

Endereço

CEP Cidade Estado

Anexo cheque n.º contra o Banco n.º

ATENÇÃO: Os cheques deverão ser enviados em nome da EDITORA JURUA LTDA.

Assinatura:

Só com democracia o Brasil poderá ser grande potência

Apesar da historiografia oficial martelar nossos ouvidos com passarinhos cantando "a independência somos todos nós", o povo só foi chamado para participar em grandes datas e festas, mas nunca lhe foi dado o direito de se organizar livre e soberanamente

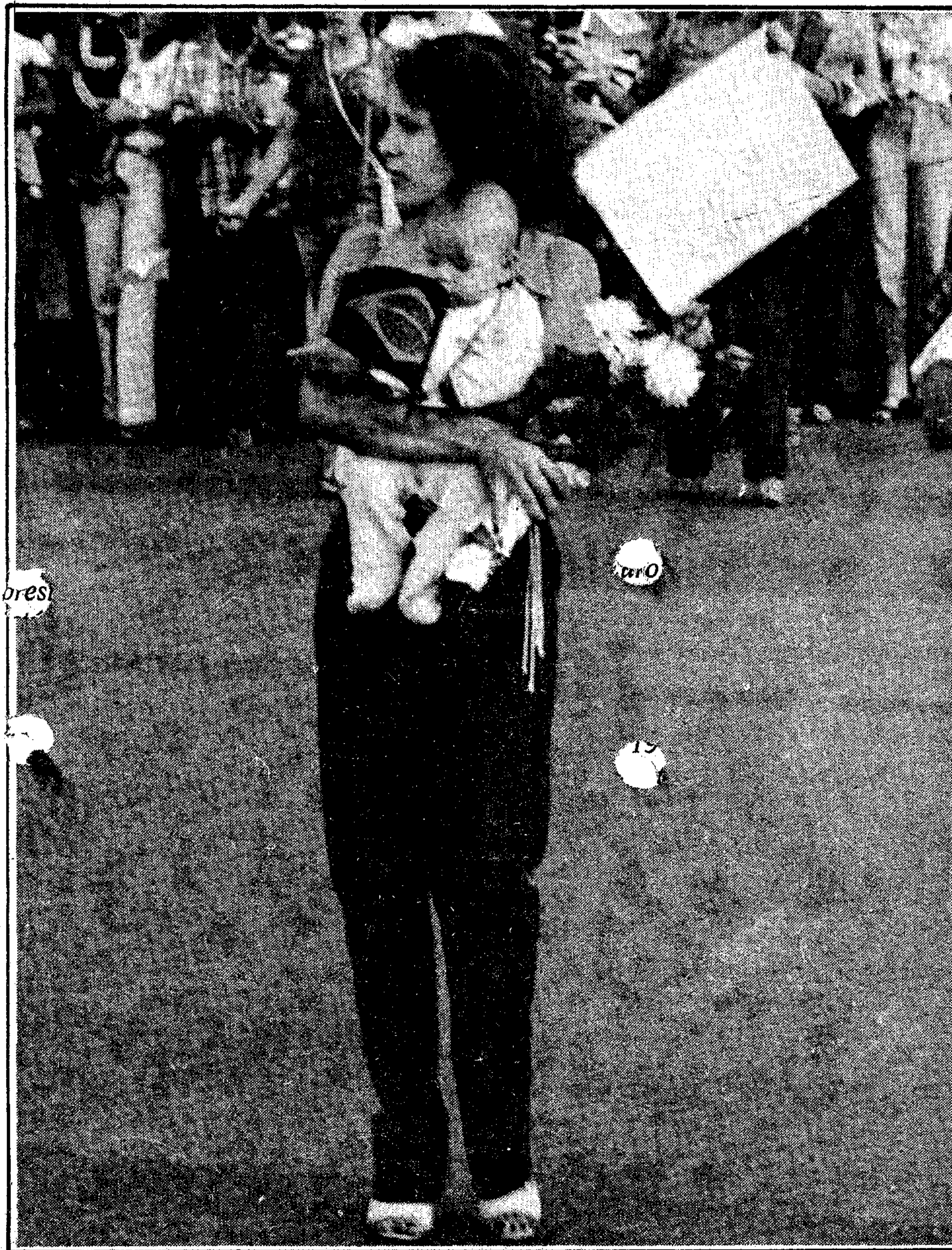
Há 158 anos, às margens do Ipiranga, no hoje Estado de São Paulo, o grito célebre de um príncipe português, D. Pedro, formalizava o ingresso do Brasil numa nova fase: a do seu reconhecimento como país soberano, como Nação, a do longo e difícil processo de ruptura com os laços que nos ligavam ao sistema colonial, via Portugal.

A Independência iniciou nossa autonomia política sem rasgar as amarras de nossa dependência econômica. E trouxe consigo um traço que se transformaria em constante de nossa história: a débil, rala e irregular participação do povo, chamado a derramar seu sangue em defesa de uma Independência que o excluía dos benefícios e das decisões. Antes e depois de 7 de setembro de 1822.

A consagração, pela historiografia oficial, do grito solitário do Imperador como símbolo da emancipação não é casual nem simplesmente falso. Pelo contrário: ela reflete bases objetivas e um dos traços fundamentais de nossa evolução social: o reformismo "pelo alto" e a conseqüente marginalização das massas das decisões nacionais. E assim foi durante todo o Império, a cujos eventos mais significativos, "o povo assistiu bestificado", na frase famosa com que Aristides Lobo definiu a Proclamação da República em novembro de 1889.

Com o início da industrialização, a formação da classe operária e a diversificação da estrutura social brasileira, o país avança e se moderniza, reproduzindo entretanto seus traços típicos. O ciclo de rebeliões tenentistas da década de 20 — que expressa essa transformação e culmina na Revolução de 30 — anunciou também a entrada em cena de novos atores, componentes do que se poderia chamar de "povo brasileiro" na época. Esses novos atores — originários das camadas médias urbanas e dos grupos de base industrial — que se reforçam gradativamente com o fortalecimento da classe operária e de seu movimento político, não conseguiriam porém impedir que 1930 desaguasse no Estado Novo, em 1937. O fascismo e a violência afastam de forma radical as massas da vida nacional.

A interferência popular só voltaria a se manifestar seis anos depois, para forçar a entrada do Brasil na II Guerra Mundial e, assim, livrar o país da ditadura. As massas ocupam espaço em 1945, empurram a anistia, a Constituinte, a plena liberdade de organização partidária. Mas não resistem à maré montante da "guerra fria", que foi capaz, já em 1947, de queimar a



"plantinha tenra da democracia" a que se referia Otávio Mangabeira. E, com ela queimada, lá foi para o espaço o mais consistente ensaio de participação popular conhecido pelo país até então.

A década de 50 marca a retomada da intervenção do povo na vida nacional. Em resposta à complexa evolução da sociedade, que leva ao desenvolvimento da industrialização, à ocupação do território, à ampliação da classe operária, à diferenciação social do país e ao assentamento das bases da posterior evolução de sua cultura —, aumentaram de forma considerável as pressões no sentido de uma efetiva autonomia nacional.

Quanto mais o país se modernizava, mais se aguçavam as contradições derivadas de sua subordinação ao imperialismo, em especial ao norte-americano. O Brasil não estava se "reco-

lonizando", como se costumava dizer naquela época, mas simplesmente reproduzindo suas características fundamentais (daí a impropriedade da consigna "pela libertação nacional", mais adequada aos países submetidos ao jugo colonial). Mas sua crescente complexidade dava ao processo objetivo de independência nacional um nítido caráter antiimperialista. E as lutas populares, intensas nos primeiros anos da década de 60, refletiam isso.

O golpe militar de 1964 representou, nesse sentido, a derrota política destas lutas e pressões no sentido da autodeterminação nacional. E inaugurou um período no qual não apenas se reforçaram os laços de subordinação da economia brasileira ao imperialismo, como se acentuou, sem precedentes, a exclusão do povo do processo político e dos benefícios de um

desenvolvimento econômico feito com a conservação dos aspectos atrasados e retrógrados de nossa formação social. A modernização se fez, sem democracia e sem qualquer ruptura com o imperialismo, e encontrou plena justificação ideológica na "doutrina da segurança nacional".

Tal "doutrina", todos sabemos, vale-se do apoio da duvidosa "ciência" da geopolítica para postular o primado do território, da posição geográfica, da inclusão do país no mundo ocidental, da riqueza das terras e dos mares, do volume e da sofisticação da produção industrial e agrícola como fatores geradores da grandeza nacional.

Em seu nome, pregou-se o alinhamento incondicional aos Estados Unidos no combate ao "expansionismo" do campo socialista, buscou-se justificar a repressão contra o povo, a violência contra os comunistas e democratas, o autoritarismo.

Em seu nome, transformou-se a idéia de independência na fraseologia grandiloqüente do "Brasil Grande Potência", na qual o povo aparecia no máximo como espectador passivo, não como participante ativo e beneficiário do crescimento industrial. Quem não se lembra do patético reconhecimento de Médici de que "o país vai bem, mas o povo vai mal"? Aparentemente, ele lamentava a pobreza do povo, mas no fundo sua frase apenas denunciava o elitismo dos governantes do regime e uma estreitíssima concepção da nacionalidade: o país pensado, por incrível que pareça, sem o povo. Primeiro o crescimento (do país), depois a repartição do bolo (para o povo).

Daí que precisamos desmistificar a propaganda oficial que hoje martela nossos ouvidos com passarinhos cantando "a Independência somos todos nós". Quando pensamos neste "todos nós", fica fácil lembrar que sempre se chama o povo para comemorar as grandes datas e festas, sempre se inclui o povo nos discursos e slogans, mas nunca se dá a ele o direito de se expressar livre e soberanamente, de se organizar e ser, assim, sujeito da construção da nacionalidade.

Pelas transformações e deformações que provocaram no país, os dezesseis anos de ditadura colocaram a luta pela independência nacional sob novas bases. Ela exige, para ser travada vitoriosamente, a plena participação organizada das grandes massas trabalhadoras na vida política do país. Não se reduz à questão democrática, mas tem que ser pensada e enfrentada em termos democráticos.

JORNAL: O Set. do Paraná
P. Sind. Metalúrgicos
Data 09 08 1980 Estado PR



Oposição metalúrgica está se organizando

A chapa de oposição metalúrgica - categoria que terá eleições entre 17 e 21 de novembro - continua sofrendo pressões por sua candidatura, embora a atual diretoria tenha retificado sua decisão de excluir dois dos membros da Chapa 2 por falta de pagamento das mensalidades do sindicato. As pressões são traduzidas por influência junto aos empresários, para que demitam os funcionários participantes da chapa concorrente, solicitação direta aos componentes para que desistam da participação e até ameaças de prejudicar outros empregos caso não haja desistência dos candidatos.



Metalúrgicos: queixas contra pressões

Os 22 membros da chapa oposicionista comentaram a situação anteontem à noite, em entrevista coletiva, adiantando que, se continuarem pressionados, vão formalizar denúncia em todas as entidades e organismos ligados ao trabalho e ao sindicalismo, inclusive à Organização Internacional do Trabalho.

QUEIXAS

Excluindo Londrina, Maringá e Ponta Grossa, que tem base territorial própria, o sindicato dos metalúrgicos representa no Paraná cerca de 30 mil trabalhadores, mas tem apenas oito mil associados. O prazo para inscrição de chapas encerrou quinta-feira e estarão concorrendo apenas duas (situação de oposição). A Chapa 2 vem mobilizando a categoria, realizando reuniões nas quais as principais queixas dos empregados são quanto aos salários e condições de trabalho.

Muitas fábricas não estariam pagando nem o piso salarial fixado pelo dissídio coletivo de dezembro (quando a categoria entrou em greve), que é de Crs 5.400,00. Segundo os empregados, também é difícil o empregador que pague a taxa de insalubridade, é comum a falta de depósitos do FGTS e as demissões por justa causa sem que haja fundamento.

PLATAFORMA

Chamados de agitadores e comunistas, os componentes da chapa de oposição dos metalúrgicos

argumentam que "apenas queremos defender nossos direitos de trabalhadores". Eles ainda não formularam uma plataforma para a campanha eleitoral (que vai coincidir com a época da campanha salarial e que pretendem assumir também), mas optaram pela elaboração de um questionário a ser respondido pelos empregados.

Nesta pesquisa estão incluídas perguntas básicas sobre o que os associados querem de uma diretoria sindical e sobre ela será elaborada a plataforma da chapa. O resultado da pesquisa será entregue no dia 31 deste mês, no lançamento oficial da chapa, com a participação do metalúrgico paulista Waldemar Rossi, que falou com o Papa João Paulo II, no Morumbi.

Os componentes da Chapa 2 alertaram sobre a possibilidade de dezenas de associados serem excluídos do sindicato, conforme decidido na reunião da atual diretoria no dia 27 de junho, por falta de pagamento das mensalidades. Conforme a legislação sindical os associados nestas condições devem ser notificados e, segundo calculam os oposicionistas, a relação dos associados deve ser publicada no Diário Oficial do Estado. Por isso pedem que os metalúrgicos nesta situação procurem a entidade para regularizar as mensalidades, a fim de que possam votar em novembro.

Sindicato do Paraná
P- Sind. Met.
09 08 180 Estado PR



Oposição no sindicato ainda sofre pressões

A chapa de oposição metalúrgica - categoria que terá eleições entre 17 e 21 de novembro - continua sofrendo pressões por sua candidatura, embora a atual diretoria tenha retificado sua decisão de excluir dois dos membros da Chapa 2 por falta de pagamento das mensalidades do sindicato. As pressões são traduzidas por influência junto aos empresários, para que demitam os funcionários participantes da chapa concorrente, solicitação direta aos componentes para que desistam da participação e até ameaças de prejudicar outros empregos caso não haja desistência dos candidatos.

Os 22 membros da chapa opositora comentaram a situação anteontem à noite, em entrevista coletiva, adiantando que, se continuarem pressionados, vão formalizar denúncia em todas as entidades e organismos ligados ao trabalho e ao sindicalismo, inclusive à Organização Internacional do Trabalho.

QUEIXAS

Excluindo Londrina, Maringá e Ponta Grossa, que têm base territorial própria, o sindicato dos metalúrgicos representa no Paraná cerca de 30 mil trabalhadores, mas tem apenas oito mil associados. O prazo para inscrição de chapas encerrou quinta-feira e estarão concorrendo apenas duas (situação e oposição). A Chapa 2 vem mobilizando a categoria, realizando reuniões nas quais as principais queixas dos empregados são quanto aos salários e condições de trabalho.

Muitas fábricas não estariam pagando o piso salarial fixado pelo dissídio coletivo de dezembro (quando a categoria entrou em greve), que é de Cr\$ 5.400,00. Segundo os empregados,

também é difícil o empregado que pague a taxa de insalubridade, é comum a falta de depósitos do FGTS e as demissões por justa causa sem que haja fundamento.

PLATAFORMA

Chamados de agitadores e comunistas, os componentes da chapa de oposição dos metalúrgicos argumentam que "apenas queremos defender nossos direitos de trabalhadores". Eles ainda não formularam uma plataforma para a campanha eleitoral (que vai coincidir com a época da campanha salarial e que pretendem assumir também), mas optaram pela elaboração de um questionário a ser respondido pelos empregados.

Nesta pesquisa estão incluídas perguntas básicas sobre o que os associados querem de uma diretoria sindical e sobre ela será elaborada a plataforma da chapa. O resultado da pesquisa será entregue no dia 31 deste mês, no lançamento oficial da chapa, com a participação do metalúrgico paulista Waldemar Rossi, que falou com o Papa João Paulo II, no Morumbi.

Os componentes da Chapa 2 alertaram sobre a possibilidade de dezenas de associados serem excluídos do sindicato, conforme decidido na reunião da atual diretoria no dia 27 de junho, por falta de pagamento das mensalidades. Conforme a legislação sindical os associados nestas condições devem ser notificados e, segundo calculam os opositoristas, a relação dos associados deve ser publicada no Diário Oficial do Estado. Por isso pedem que os metalúrgicos nesta situação procurem a entidade para regularizar as mensalidades, a fim de que possam votar em novembro.

JORNAL: *Paraná*
Sind. dos Metalúrgicos
Data *18/08/80* Estado *PR*

Metalúrgicos paranaenses começam a campanha

REIVINDICAÇÃO SALARIA

Reuniões de comissões de fábricas, onde serão abertas discussões com os trabalhadores para ouvir as principais reivindicações, vão embasar as negociações dos metalúrgicos do Paraná, que têm data-base a 1.º de dezembro. Em reunião feita sábado, os sindicatos de metalúrgicos de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa decidiram trabalhar juntos com a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, unificando a reivindicação salarial e a fixação de normas para as convenções coletivas.

A categoria também iniciou estudos sobre a defasagem existente entre o valor do INPC estabelecido pelo governo e a real taxa inflacionária. Os metalúrgicos, assessorados jurídica e economicamente, entendem que os valores das correções salariais semestrais, são inferiores aos percentuais da inflação e que

deve haver um reflexo no real aumento. Como exemplo o INPC fixado em 34,4 por cento em 1980 apontada para o período 1980 (40,39) e o custo de vida (41,91).

DELEGADO

Na reunião de sábado de salário, o tema de garantia de emprego para os metalúrgicos pretende que permitam maior poder, evitando-se as discussões. Foram feitas discussões sobre as garantias aos delegados para introduzir a representação nas empresas.

PT 1987-228

AR

87

JORNAL: <i>Assessoria de Parana</i>
<i>P. Sind. dos Metalúrgicos</i>
Data <i>18/08/80</i> Estado <i>PR</i>

Metalúrgicos paranaenses começam a campanha

INDICAÇÃO SALARIAL

Reuniões de comissões de fábricas, onde serão abertas discussões com os trabalhadores para ouvir as principais reivindicações, vão embasar as negociações dos metalúrgicos do Paraná, que têm data-base a 1.º de dezembro. Em reunião feita sábado, os sindicatos de metalúrgicos de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa decidiram trabalhar juntos com a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, unificando a reivindicação salarial e a fixação de normas para as convenções coletivas.

A categoria também iniciou estudos sobre a defasagem existente entre o valor do INPC estabelecido pelo governo e a real taxa inflacionária. Os metalúrgicos, assessorados jurídica e economicamente, entendem que os valores das correções salariais semestrais, são inferiores aos percentuais da inflação e que

deve haver um reajustamento salarial que reflita o real aumento dos preços. E dão como exemplo o INPC fixado para o mês de agosto (34,4 por cento) em comparação ao índice de inflação apontada pela Fundação Getúlio Vargas para o período de janeiro a junho de 1980 (40,39) e o custo de vida em Curitiba (41,91).

DELEGADO SINDICAL

Na reunião de sábado, além das questões de salário, o tema de maior importância foi a garantia de emprego aos trabalhadores. Os metalúrgicos pretendem apresentar fórmulas que permitam maior garantia ao trabalhador, evitando-se as dispensas sem motivo. Foram feitas discussões ainda sobre as garantias aos delegados sindicais, a fim de se introduzir a representação sindical nas empresas.



PT 1987-228



Recurso contra impugnação

Os dois candidatos pela chapa de oposição que foram impugnados para as eleições de novembro no Sindicato dos Metalúrgicos entraram com recurso junto à entidade e pediram a instauração de processo para apurar fatos que, segundo eles, vão demonstrar que "a atual diretoria tem uma conduta pautada por gestos de traição". Nas contra razões à impugnação apresentada pelos associados João Espanhola Cardoso e Moacir Rodrigues dos Santos, os dois metalúrgicos impugnados, Gilberto Carvalho e Miguel Borges Pinto, denunciam que "os impugnadores assinaram a impugnação a pedido do presidente e tesoureiro do sindicato".

Gilberto e Miguel requereram a nulidade da impugnação porque, conforme souberam dos companheiros João Espanhola e Moacir, "não foram os impugnadores que redigiram a impugnação e não tinham, como não têm, exato conhecimento dos seus termos. Portanto, trata-se de manobra fraudulenta da diretoria - presidente e tesoureiro do sindicato que são, coincidentemente, candidatos da chapa número um". O tesoureiro do sindicato, Francisco Gorges, ao receber o recurso dos dois candidatos da oposição comentou para Gilberto: "É a democracia, meu nego". A Delegacia Regional do Trabalho deve dar seu parecer esta semana sobre a impugnação e o recurso.

PRESSÕES CONTRA A OPOSIÇÃO

Obstáculos como o da impugnação já eram pressentidos pelos membros da chapa de oposição

dos metalúrgicos. Muitos deles participaram do movimento salarial, em novembro do ano passado, que culminou em paralisação da categoria numa greve considerada legal. Desde então e principalmente depois de formarem a chapa de oposição os candidatos se dizem pressionados e são constantemente despedidos dos empregos. Isto deu margem ao pedido de impugnação de Gilberto Carvalho.

No pedido apresentado e assinado por Moacir e João Espanhola, a alegação é que Gilberto "pediu a demissão do emprego que declarou ter, quando do registro da chapa, não correspondendo à realidade, portanto, as informações que deu para efeito de sua inscrição, o que caracteriza sua má fé e o seu desinteresse pela categoria metalúrgica, sendo

que é de presumir-se, ainda, que ele não pertence mais à categoria profissional, o que lhe impede de concorrer a um cargo, conforme dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho".

A candidatura de Gilberto foi apresentada no dia 1.º de agosto, quando estava empregado na empresa Autoespecializada Assivo e "estava no exercício profissional, preenchendo as determinações legais", segundo salienta. O pedido de demissão, apresentado no dia seguinte, ressalta que ele se demitia "por motivo alheio à minha vontade e por consideração a esta empresa e por razões que oportunamente serão esclarecidas". As razões, segundo Gilberto, eram que a Assivo vinha recebendo pressões dirigidas por um membro do

Conselho Fiscal do Sindicato dos Metalúrgicos, pelo presidente da entidade, Orlei Lopes da Silva - e também pelo presidente do Sindicato Patronal, Gilberto Borges. Por consideração com o empregador que o empregara "num momento de dificuldade pessoal e desemprego", Gilberto pediu demissão embora, com a chapa já inscrita, tivesse imunidade.

AURÉLIO PARA ESCLARECER

Mas já no dia 11 de agosto, Gilberto Carvalho foi admitido na empresa Indufer e, no recurso interposto no sindicato, apresenta o cartão-ponto e o cheque de pagamento de salário para provar que continua no gozo dos seus direitos sindicais e legais. Para a impugnação de Miguel Borges Pinto, a alegação é que ele não é metalúrgico há mais de dois anos "conforme exige a lei, não podendo portanto ter direito de voto, bem como para a investidura em cargo de administração ou representação profissional".

As eleições no Sindicato dos Metalúrgicos serão realizadas em novembro. Por isso, apesar de estar empregado na empresa Muller Irmãos há um ano e oito meses, Miguel defende a sua candidatura porque vai completar dois anos no emprego no dia 4 de outubro, antes do pleito. No recurso entre ao sindicato, a defesa de Miguel se apóia nas definições de Aurélio Buarque de Hollanda, onde a palavra "investidura" tem como um dos sinônimos "posse". Assim, se eleita a chapa de oposição, no final do ano Miguel terá plenas condições de ser investido no cargo.



A oposição dos metalúrgicos se defende.

82

ORIGINAL Gazeta do Povo
P. Sind. Met.
Data 31/08/80 Estado PR

Metalúrgico terá chapa de oposição

A oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos do Paraná fará hoje às 15 horas o lançamento oficial de sua chapa para disputar a diretoria nas eleições a serem realizadas em novembro. O lançamento da Chapa 2 acontecerá no Colégio Divina Providência, na Rua do Rosario, durante uma reunião preparatória do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à estrutura sindical, a ser realizado em São Paulo no mês de outubro. Este encontro tem como objetivo principal o questionamento do papel representado pelos sindicatos do Brasil, dentro da atual estrutura social.

A reunião preparatória começará às 8 horas, com a presença de vários li-

deres sindicais, do Paraná e de outros Estados. Entre outros convidados, estará presente o metalúrgico Valdemar Rossi, que representando toda a classe saudou o Papa João Paulo II, no Estádio do Morumbi. Durante a reunião, serão recolhidos diversos questionários distribuídos aos trabalhadores nas portas das fábricas, para que se saiba de suas reivindicações. Somente depois de analisados estes questionários é que será estruturado o programa de trabalho da Chapa 2, de oposição à atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Segundo um dos participantes da Chapa 2, estes questionários tem como objetivo "tornar mais democrático o nosso programa de trabalho".



36



ZÉ BIGORNA

Curitiba, Outubro de 1980 — Ano I — N.º 5 — Cr\$ 2,00

Companheiras e Companheiros, aqui está o nosso jornal!

Com orgulho apresentamos este novo Jornal, O ZÉ BIGORNA. Ele leva o número 5, o que comprova um trabalho, uma preocupação em informar e animar os companheiros.

Estamos trazendo o Programa da CHAPA 2 — OPOSIÇÃO. Cada ponto deste Programa é resultado de um ano de luta, de sofrimento e perseguições. É resultado de muitas reuniões e conversas entre os companheiros de muitas fábricas.

Neste Programa está o compromisso da CHAPA 2 — OPOSIÇÃO com toda a categoria metalúrgica: a luta para transformar o nosso Sindicato num instrumento de organização e defesa da clas-



foto: Carlos Ruggi

se. A luta por melhores salários, melhores condições de trabalho e melhores condições de vida para nossas famílias.

Neste Jornal você vai conhecer melhor os companheiros da CHAPA 2. Gente do trabalho, sofrida e que não precisa fazer propaganda de si, porque seu passado, sua luta, suas mãos calejadas comprovam sua condição, sua intenção de lutar pela nossa categoria, promovendo a união de todos os metalúrgicos:

- Na Campanha Salarial;
- Nas eleições Sindicais com a CHAPA 2;
- Nas fábricas;
- Em todos os acontecimentos da vida do trabalhador.

Trabalhador unido jamais será vencido



foto: Carlos Ruggi

LULA ESTÁ COM A CHAPA 2 E NÃO ABRE.



A chapa 1 está distribuindo seus folhetos dentro das fábricas com a ajuda dos chefes, patrões e gerentes. Será que sendo tão amiga dos patrões a turma da chapa 1 terá condições de assumir pra valer a defesa dos operários quando for preciso enfrentar as injustiças de algumas empresas?

pt 1997. 228



foto: Geraldo Vermelho

Este é o pessoal da chapa 2



JOVIANO ANTONIO DOS ANJOS, trabalha na Refrigeração Paraná há 4 anos, casado, quatro filhos.
MIGUEL BORGES PINTO, auxiliar de expedição da Muller e Irmãos. Casado, três filhos.
CLOVIS SANTAROSA, funcionário da Sperry — New Holland. Casado, dois filhos.
GERALDO PRIÉS, gerente-geral da Olsen, orde tr b lh. h 16 nos. Casado, tr fi-

AUGUSTO LEONARDO BOSKA, moldador da Água, em São José dos Pinhais, já trabalhou na Muller e na Líder. Casado, quatro filhos, 32 anos.
BENEDITO RODRIGUES — DITO, polid. Muller e Irmãos. Casado, um filho, 25 an.
LAURITO PEREIRA DA SILVA, serralheiro da Muller e Irmãos. Casado, quatro filhos, 33 anos.
JO ALCEU A ATKE tr fi-

Solifer, já trabalhou na Refrigeração Paraná, Yok, Muller e Irmãos, Assivo e Indufer. Casado, uma filha, 29 anos.
JOSÉ ARIEL MACEDO, mecânico da Volvo, já trabalhou na Furukawa, Itabrás. Casado, três filhos, 29 anos.
ALTEJOR JOSÉ VICENTE — Zero Hora — mecânico de manutenção da Sperry — Ney Holland onde trabalha há 12 anos. Casado,

PAULO DIMAS DA PAZ SILVA, funcionário da Maclinea, já trabalhou na Metalúrgica Pinheirinho e na Sperry — New Holland. Casado.

77 19

71 1987.228

JOVIANO ANTONIO DOS ANJOS, trabalha na Refrigeração Paraná há 4 anos, casado, quatro filhos.

MIGUEL BORGES PINTO, auxiliar de expedição da Muller e Irmãos. Casado, três filhos.

CLOVIS SANTAROSA, funcionário da Sperry — New Holland. Casado, dois filhos.

GERALDO PRIÉS, gerente-geral da Olsen, onde trabalha há 16 anos. Casado, três filhos, 36 anos.

AVELINO RODRIGUES DE SOUZA, operário da Cromagem Tarumã há 4 anos. Solteiro, 30 anos.

PEDRO CRESCÊNCIO, contra-mestre da Aços Humaitá em Quatro Barras, onde trabalha há 3 anos. Solteiro, 33 anos.

AUGUSTO LEONARDO BUSKA, moldador da Águla, em São José dos Pinhais, já trabalhou na Muller e na Líder. Casado, quatro filhos, 32 anos.

BENEDITO RODRIGUES — DITO, polido Muller e Irmãos. Casado, um filho, 25 anos.

LAURITO PEREIRA DA SILVA, serralheiro da Muller e Irmãos. Casado, quatro filhos, 33 anos.

JOSÉ ALCEU SABATKE, torneiro mecânico da Indumec. Casado, tem um filho.

ALCIDES PEREIRA DA SILVA, funcionário da Siderúrgica do Paraná, Sidepar. Casado, dois filhos.

DELCIDES STRAMAZO, trabalha na Sperry — New Holland. Casado, um filho.

GILBERTO CARVALHO — GIL, soldador da

Solifer, já trabalhou na Hefrigeração Paraná, Yok, Muller e Irmãos, Assivo e Indufer. Casado, uma filha, 29 anos.

JOSÉ ARIEL MACEDO, mecânico da Voivo, já trabalhou na Furukawa, Itabrás. Casado, três filhos, 29 anos.

ALTEDOR JOSÉ VICENTE — Zero Hora — mecânico de manutenção da Sperry — Ney Holland onde trabalha há 12 anos. Casado, dois filhos, 34 anos.

JOÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA, operador de solda ponta na Sperry — New Holland há seis anos, já trabalhou na Refrigeração Paraná. Casado, três filhos.

ORÍDIO JOSÉ TEODORO, operário da ABS Bombas, já trabalhou na Santi. Casado, dois filhos.

PAULO DIMAS DA PAZ SILVA, funcionário da Maclínea, já trabalhou na Metalúrgica Pinheirinho e na Sperry — New Holland. Casado.

ADARIL SEBASTIAO DE OLIVEIRA SALDANHA, moldador da Muller e Irmãos há 5 anos. Casado, 26 anos.

JOSÉ DE SOUZA, trabalha como auxiliar de expedição da Muller e Irmãos. Casado, quatro filhos.

GENTIL DOMINGUES DOS SANTOS, soldador da Pastre há 4 anos. Casado, três filhos.

E este é o seu programa

Um programa é um compromisso. É coisa séria. É para ser cumprido. Este programa que a CHAPA 2 apresenta foi feito em longas conversas com os companheiros das fábricas e refletiu a vontade da categoria. Leia com atenção e comente com os companheiros. Ajude a completar este programa com suas sugestões. Porque a CHAPA 2 é você também.

MELHOR ASSISTÊNCIA

— Vamos não só manter mas também ampliar a assistência médica que hoje o Sindicato oferece.

— Procurar garantir um atendimento preventivo de medicina para os companheiros que trabalham em serviços insalubres, possibilitando exames antes que a doença se agrave.

— Lutar para melhorar as condições de trabalho, higiene e segurança nas fábricas e garantir um exame médico obrigatório quando o trabalhador for despedido.

— Vamos manter e aumentar a assistência de dentistas, com atendimentos aos sábados.

— Criar a farmácia do Sindicato para vender remédios a preço de custo e com desconto em folha.

— Vamos melhorar a assistência dos advogados do Sindicato, com atendimentos nas subsedes dos bairros (que pretendemos criar) e no centro.

— Promover cursos sobre as leis trabalhistas para que os metalúrgicos possam se defender melhor diante dos patrões, principalmente em questões como horas extras, insalubridade, advertências, ganhos, contratos de experiência, férias, fundos de garantia, etc.

COOPERATIVA

— Vamos organizar imediatamente a Cooperativa de Consumo do Sindicato, começando a funcionar com os gêneros de primeira necessidade que pretendemos comprar

diretamente dos agricultores e vender a preço de custo. Para isso, já mantemos contatos com sindicatos e cooperativas de agricultores.

AUXILIO AOS DEMITIDOS

É comum os companheiros serem demitidos sem direito e acabar fazendo acordo com prejuízos porque precisam imediatamente do dinheiro. Por isso, vamos criar um fundo especial para emprestar dinheiro sem juros aos metalúrgicos que tiverem questões na Justiça do Trabalho. Assim, eles lutarão por seus direitos até o fim, com o apoio do Sindicato.

ASSISTÊNCIA AO INTERIOR

Atenção especial aos companheiros do Interior, levando até eles a assistência do Sindicato com a criação de subsedes em cidades como São José dos Pinhais, Colombo, Irati, Guarapuava, Cascavel, Pato Branco, Palmas, Clevelândia e outras.

— Vamos lutar pela criação de Sindicatos nestas cidades e pela formação imediata da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Paraná.

PARTICIPAÇÃO DE TODOS NA ADMINISTRAÇÃO DO SINDICATO

Um Sindicato como o nosso não pode continuar a ser administrado como agora, por apenas três pessoas. Todos devem decidir as

questões principais. Por isso vamos estabelecer:

— Assembléia geral nas últimas sextas-feiras de todos os meses, em dois dias (dia e noite) para que todos participem e debatam as principais tarefas e decisões.

— Um jornal mensal do Sindicato, onde vamos trazer informações, prestar contas das atividades e do dinheiro que, sendo de todos, deve ser por todos administrado.

SINDICATO NA FABRICA

É dentro da fábrica, na luta diária que deve funcionar de fato o Sindicato, garantindo melhores condições de trabalho e defendendo os direitos dos metalúrgicos. Por isso vamos trabalhar para:

— Estarmos sempre nas portas das fábricas, nas horas de almoço, chegada e saída, para ouvir as reivindicações e os problemas dos trabalhadores

— Garantir o Delegado Sindical, um em cada fábrica, eleito pelos companheiros e com estabilidade. Ao delegado Sindical caberá o papel de representar o Sindicato dentro da fábrica, organizando e mobilizando os trabalhadores na defesa de seus interesses.

— Criar a Comissão de Fábrica para que em cada indústria exista um grupo, representando todas as seções, que seja o porta-voz do pessoal, organizando as lutas dentro da fábrica.

LUTAR PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

É esta a principal tarefa do Sindicato. Unir e organizar toda a categoria metalúrgica para que todos lutem pelo que é seu. Por isso propomos:

— Lutar por melhores salários. A campanha salarial vai começar logo no início do ano, informando, reunindo e organizando para que unidos e fortes os metalúrgicos tenham aumentos acima do custo de vida e suas profissões valorizadas. Vamos lutar ainda para poder negociar livremente e usar dos instrumentos de pressão que decidirmos.

— Lutar pelos direitos da mulher, garantindo que as mulheres que fazem os mesmos trabalhos tenham o mesmo salário que os homens. Lutar por creches em fábricas com mais de 30 mulheres empregadas. Abrir o Sindicato à participação das trabalhadoras, criando cursos profissionalizantes e atividades próprias a seus interesses.

— Insalubridade é ponto de honra para a CHAPA 2. Vamos lutar para que até o fim do mandato todas as fábricas sejam vistoriadas e, onde for direito, obrigadas a pagar a taxa de insalubridade.

— Para nos vencer os patrões usamos a arma das demissões. No Brasil inteiro hoje os operários lutam pela sua estabilidade, para não ficar mais à mercê dos patrões. Vamos assumir esta luta.

CULTURA E DIVERSÃO

— Vamos criar no Sindicato o Centro de Cultura Operária, para incentivar os companheiros que fazem música, teatro, desenho, promovendo cursos, festivais, exposições.

— Temos uma sede social na praia, construída com o nosso dinheiro. Quem a conhece? Vamos organizar excursões nos finais de semana para que todos possam aproveitar nossa sede na praia.

— Vamos desenvolver o esporte, com campeonatos inter-fábricas de futebol de campo e salão, tênis de mesa, truco e outros.

— A sede do Sindicato não pode mais ficar fechada aos sábados e domingos. Vamos manter abertos os salões de jogos, o bar, e salas para reuniões e encontros.

SINDICATO NOSSO E LIVRE

Vamos lutar para que o Sindicato seja de verdade um instrumento de defesa e luta nas mãos dos trabalhadores, para que tenhamos a liberdade de lutar como quisermos e pelas causas que acharmos importantes, inclusive lançando mão de nossa maior arma que é a greve.

Companheiro, este programa você deve guardar para fiscalizar sua execução, cobrar o compromisso. Acima de tudo, a execução desse programa depende de você, de todos nós. Juntos, a CHAPA 2 e você vamos fazer do Sindicato nossa força.

Campanha Salarial

Companheiros, vamos nos preparar para a luta pelo aumento do nosso salário

A cada dia que passa a inflação vai comendo nosso salário. Nos últimos doze meses, segundo dados oficiais, a inflação foi de 107%. É o maior aumento dos últimos 35 anos. De janeiro a agosto a inflação subiu 52,3%.

Nosso salário só é aumentado a cada seis meses, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que funciona como índice do custo de vida.

DE ONDE VEM O INPC?

O INPC é uma mentira, criada para iludir os trabalhadores. Senão vejamos: o INPC é calculado com base em uma pesquisa feita em 14 capitais, mas que não leva em conta os

aumentos de preços de uma série de produtos, entre eles os derivados de petróleo, que têm uma importância muito grande no custo das mercadorias por causa do transporte. Daí já se pode ver que é uma conta falsa, que não mostra a realidade. Outra coisa errada é que este índice serve para o Brasil inteiro, sem levar em conta que o custo de vida é diferente de uma região para outra.

QUAL A CONSEQUÊNCIA DISSO TUDO?

Acontece que estas contas mal feitas fazem o INPC ficar cada vez mais baixo, prejudicando o trabalhador que recebe

um aumento salarial menor. Vejamos um exemplo:

Em Curitiba, o INPC de março foi de 40,9%, em junho baixou para 37,7%. Na verdade, quem vai ao mercado sabe muito bem que os preços de todas as mercadorias subiram neste tempo. Em agosto, o INPC já tinha baixado para 33,5%.

Será que o governo acha que os trabalhadores acreditam nesta mentira? Como acreditar se a gente sente na carne que a inflação sobe? Mas o índice do governo para calcular o custo de vida está abaixando. O bolso e o estômago do trabalhador não se deixa enganar por esta farsa da política salarial.

COMO SERÁ NOSSO AUMENTO ESTE ANO?

Em 1978 os metalúrgicos de São Paulo conseguiram um aumento de 63% e os de Curitiba, conseguiram 48% — uma diferença de 15%. Em 1979, quando os companheiros da Oposição Sindical assumiram a luta na campanha salarial, nós conseguimos um aumento de 70%. Se não existisse a Oposição Sindical, aqueles companheiros que levaram em frente a greve, nosso aumento teria sido muito menor.

Até mesmo o advogado do Sindicato chegou a defender a proposta dos patrões, de aumento de 68% nas assembleias dos metalúrgicos quando esta-

vá sendo discutida a proposta da greve.

A CAMPANHA SALARIAL ESTÁ CHEGANDO

Vocês já perceberam que a atual diretoria está distribuindo um questionário sobre a campanha salarial, junto com o folheto pedindo votos para a chapa 1. Porque não fizeram isso nos outros anos? Porque só agora se preocupam com o aumento do nosso salário? Você sabe a resposta: É porque a eleição vem aí.

Mas nós devemos responder a estes questionários. Participar das reuniões e assembleias e obrigar a atual diretoria a assumir as nossas decisões.

- VAMOS TODOS PARTICIPAR DA CAMPANHA SALARIAL
- VAMOS EXIGIR QUE NOSSO SALÁRIO SEJA AUMENTADO DE ACORDO COM O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
- VAMOS LUTAR PELOS NOSSOS OUTROS DIREITOS TRABALHISTAS COMO INSALUBRIDADE, DIREITOS IGUAIS PARA AS MULHERES, ESTABILIDADE, ETC.

Uma grave denúncia

Desde novembro do ano passado, pouco depois da greve vitoriosa que deu aos metalúrgicos do Paraná um dos maiores índices de aumento salarial do país, os patrões começaram a perseguir os operários que participaram da liderança do movimento. Muitos companheiros foram postos na rua e tiveram dificuldade de conseguir outro emprego.

A partir daquela época ficou clara uma ligação estreita entre os patrões e a diretoria atual do Sindicato, unidos contra aqueles que se levantaram para lutar pela classe. Os patrões interessados em acabar com movimentos por melhores salários e condições de trabalho. A atual diretoria interessada em liquidar possíveis adversários nas eleições.

Nestes últimos tempos as coisas se agravaram. O caso mais grave é do companheiro Gil (Gilberto de Carvalho) que sofreu várias demissões desde abril: da Refrigeração Paraná, Yok, Muller e Irmãos, foi pressionado a sair da Assivo e Indulfer. Sempre sem explicações, mas sempre claramente com a interferência da diretoria do Sindicato. A Assivo chegou a receber três telefonemas exigindo a demissão de Gil, feitos por um conselheiro fiscal, pelo presidente do nosso Sindicato e até pelo presidente do Sindicato patronal. Isso comprova uma triste ligação entre o nosso Sindicato e os patrões.

Mas as pressões contra a Oposição não param aí. Visando enfraquecer a CHAPA 2, a diretoria foi até a Muller e Irmãos e pediu a dois trabalhadores que assinassem um papel afirmando que era para "tirar dois caras da Chapa de Oposição que não têm dois anos como metalúrgicos". Esta informação foi dada pelos operários perante duas testemunhas: João Espanhola e Moacir Rodrigues. Com este papel, que os operários assinaram sem saber ao certo o que era, a diretoria do Sindicato requereu que os companheiros Gil e Miguel Borges fossem eliminados da CHAPA 2.

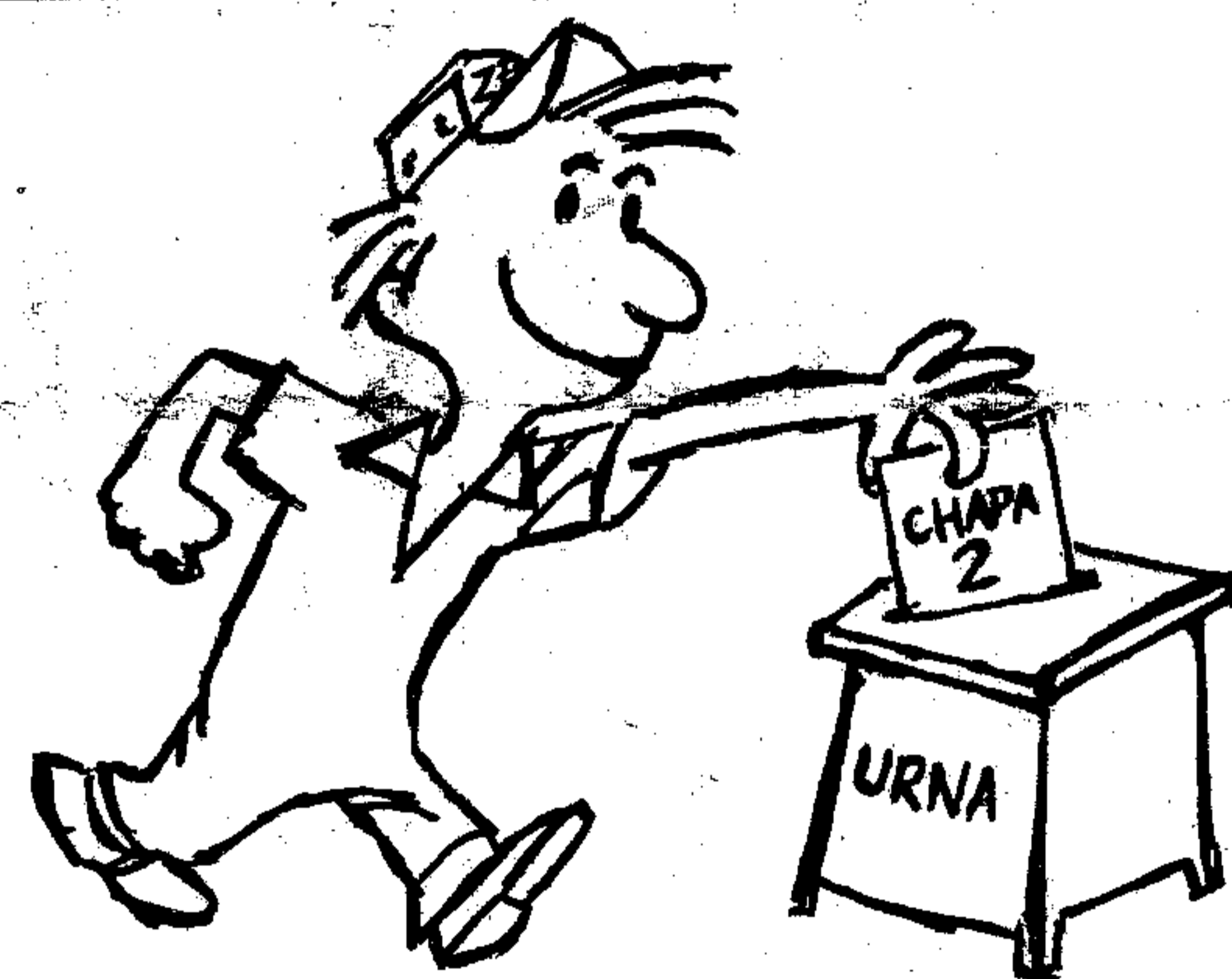
As alegações eram ridículas. Sobre Miguel diziam não ter dois anos de metalúrgicos quando foi inscrita a chapa, embora a lei estabeleça que são obrigatórios dois anos de profissão na data da eleição.

Sobre Gil diziam que ele havia se demitido ao pedir demissão do emprego (quando na verdade foi pressionado para isso) e que não tinha interesse pela causa dos metalúrgicos. Os companheiros sabem que isso não é verdade porque Gil trabalha em fábrica desde 75, sempre participou de grupos de pastoral operária, de oposição. E sempre que foi demitido procurou emprego em metalúrgica para continuar na luta.

Baseada em tudo isso foi feita a defesa dos companheiros da CHAPA 2. Mas as cartas estavam marcadas e a sentença do delegado do Trabalho, general Adalberto Massa determinou a cassação dos companheiros Gil e Miguel da CHAPA 2. Agora eles apelaram para a Justiça Federal e esperam o resultado.

Além destes casos onde as pressões contra a OPOSIÇÃO ficaram evidentes, muitos outros fatos estão acontecendo para intimidar o pessoal: em uma empresa existe uma carta pronta pedindo demissão do cargo na CHAPA 2 e todo dia o patrão pergunta se o operário não quer assinar. Em outra, o companheiro da OPOSIÇÃO está recebendo um "gelo", determinado pelo patrão. E em outra, o patrão disse que não vai dar aumento se o empregado não sair da chapa, tentando assim colocar todos os companheiros da empresa contra o candidato da OPOSIÇÃO.

Mas tudo isso só aumenta nossa vontade de lutar, porque aumenta a consciência de que nossa participação no Sindicato é importante. Que a CHAPA 2 realmente pisa nos calos dos patrões, defendendo os legítimos direitos dos trabalhadores.



Medo gera mentira

O medo tomou conta da atual diretoria. É o desespero de ver seus atos julgados nas urnas pela categoria. E para se defender, tiveram que apelar para a mentira.

No boletim que a diretoria está distribuindo dizem que a CHAPA 2 vai acabar com o atendimento médico e dentário do Sindicato. Para isso se baseiam em uma falsa interpretação do Zé Bigorna, onde dizemos que só para ter médico e dentista não vale a pena pagar o Sindicato. O que isso quer dizer é que, além de bons médicos e bons dentistas o Sindicato precisa ter muito mais coisas (veja nosso Programa na página central).

O boletim diz também que a CHAPA 2 fez a categoria perder 5% de aumento no ano passado. Quem faz uma comparação mínima entre os acordos salariais de 1978 e 1979 verifica claramente a importância que teve na campanha salarial do ano passado a participação do pessoal da OPOSIÇÃO SINDICAL. Em 78 tivemos 48% de aumento e em 79 chegamos a 70%. Além disso, quem participou de uma única assembleia que seja, percebeu como a diretoria não defendia os interesses dos trabalhadores e tentava fazer todo mundo aceitar a proposta dos patrões. Com a mobilização conseguida pelo pessoal da CHAPA 2 nós alcançamos não só um dos maiores índices de aumento salarial do Brasil, mas também muitos outros benefícios como: ganho de produtividade de 8%, contra 5,9% em São Paulo; piso mínimo de Cr\$ 4.200,00 para novembro do ano passado; estabilidade para a metalúrgica gestante desde o momento da concepção até 60 dias depois do término da licença, estabilidade para quem tem mais de 10 anos de empresa, etc.

Composto e impresso na Gráfica Voz do Paraná Ltda.
Rua Francisco Scremin, 1855 - Fone: 252-1711

Para votar nas eleições, entre os dias 16 a 21 de novembro, você deve pagar o Sindicato até o dia 5.

9.8.87 de Curitiba
P-Sind/Trab Ind Met
3/10/80 PL

Metalúrgicos pedem aumento

Percentual de produtividade estabelecido em pelo menos 20 por cento; aumento trimestral de acordo com o valor da inflação; piso salarial equiparado ao de São Paulo, estipulado em 13.950 cruzeiros; estabilidade no emprego a partir da admissão do empregado; gratificação de férias; criação do delegado sindical junto a cada empresa, escolhido pelos trabalhadores. Estas são as principais cláusulas reivindicadas para a próxima convenção coletiva de trabalho de cerca de 70 mil metalúrgicos paranaenses, em assembleia que está marcada para hoje, às 19 horas, na Igreja Nossa Senhora Guadalupe.

Essas propostas foram formuladas com base no pedido feito pelos metalúrgicos de São Paulo, e os participantes da assembleia devem decidir sobre os pedidos. Já foram realizadas reuniões semelhantes nos sindicatos de Ponta Grossa e Maringá, contando com a presença de 1.500 e 200 metalúrgicos, respectivamente. Ainda hoje, em Londrina, o Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Paraná fará encontro idêntico, a fim de estudar as cláusulas do acordo de trabalho. No dia 3 de novembro, os quatro sindicatos, juntamente com a Federação dos Trabalhadores na Indústria, farão nova reunião, de manhã, desta vez com o objetivo de unificar a proposta e encaminhá-la ao sindicato representante da classe patronal. Ultrapassada esta etapa, ambas as partes devem marcar data para realizarem as negociações.

ELEIÇÕES PARA O SINDICATO

Outro acontecimento importante está previsto para o mês de novembro, quando cerca de 30 mil metalúrgicos do sindicato de Curitiba escolhem a sua nova diretoria, entre duas chapas que estão concorrendo. São elas: Chapa 1 (situação) - Orlei Lopes da Silva, (atual presidente), João Maria Maciel de Souza, Sérgio Butka, Dinizar Airton Par, Francisco Gorges e Diamiro Cordeiro da Fonseca (diretoria); João Falat, Jaime Siqueira e Salvador Antônio Vatrím (Conselho Fiscal); Orlei Lopes da Silva e Francisco Gorges (delegados representantes junto à Federação).

Chapa 2 - Gilberto Carvalho, José Ariel Prestes Boska, Miguel Borges Pinto, João Rodrigues de Oliveira, Orideio José Teodoro, Avelino Rodrigues de Souza e Adaril Sebastião de O. Saldanha (diretoria); Alcides Pereira da Silva, Clóvis Santarosa, Gentil Domingues dos Santos (conselho fiscal). Gilberto Carvalho e João Rodrigues de Oliveira (delegados). As eleições serão realizadas entre os dias 17 e 21 de novembro, no próprio sindicato, à Rua Lamenha Lins, 981. Quanto aos nomes de Gilberto Carvalho e Miguel Borges Pinto, que haviam sido impugnados pela Delegacia Regional do Trabalho, eles poderão concorrer ao pleito, pois estão garantidos por mandado de segurança. Caso vençam, cabe à Justiça Federal a decisão se seus nomes devem ou não permanecer como integrantes da diretoria eleita.



PT 1987-228



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL	<i>Comunidade de Notícias</i>
Posto	<i>Sind. Metalúrgicos</i>
Data	<i>04/10/79</i> Estado <i>PR</i>

93

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Metalúrgicos: patrões escondem os pedidos

A classe dos trabalhadores em metalúrgicas de Curitiba e região ainda não tem conhecimento do documento final, resultando das propostas aprovadas na última assembléia sobre o aumento salarial, de sexta-feira passada, pois a atual diretoria sindical da categoria vem dificultando o acesso ao mesmo. O presidente do sindicato, Orlei Lopes da Silva vem se negando a receber a imprensa, mesmo quando marca hora e, também não permite que os demais membros da diretoria divulguem o documento, onde constam os dezessete itens reivindicatórios, a jornalistas, o que permitiria a toda a classe o conhecimento através dos jornais.

Como a assembléia de sexta-feira foi bastante movimentada, praticamente nenhuma das pessoas presentes conseguiu guardar os termos de todas as propostas aprovadas por unanimidade. Caberia à imprensa, neste caso,

o papel da prestação de serviços passando a informação, uma vez que a assembléia da classe patronal se realizará amanhã, na Federação das Indústrias, donde resultará uma contra-proposta que voltará a ser estudada pela classe dos operários numa assembléia geral, no próximo dia 12 deste mês, possivelmente.

Orlei Lopes da Silva se nega a atender a imprensa mesmo por telefone, exigindo com essa atitude, que os veículos de comunicação social usem de mentiras para um contato direto com o presidente do sindicato. Também as informações de onde possa ser encontrado são as mais desencontradas, se recebidas através dos demais funcionários do Sindicato. Por isso, a dificuldade de se prestar uma informação sobre as decisões para o aumento salarial da categoria, a partir de 1º de dezembro.



PT 1987.228



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

JOR. L. *Correio de Notícias*
Part. Sind. Met. PR
Data *06/10/1979* Estado *PR*

94

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

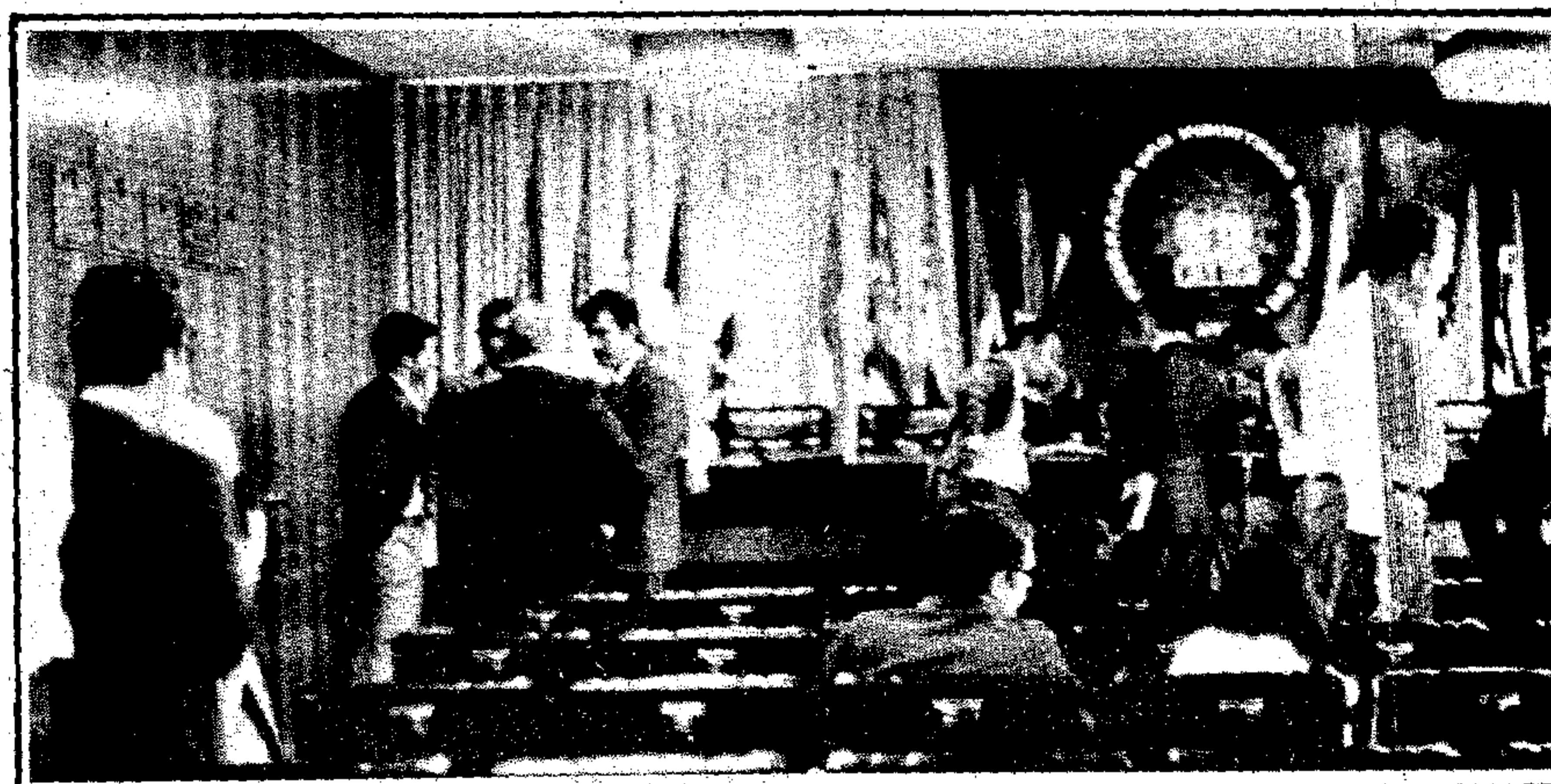
HISTÓRICO

Metalúrgicos: patrões marcam nov

A decisão da assembléia de ontem, do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos do Paraná, com a presença de 50 associados, foi a marcação de uma nova assembléia para terça-feira à tarde, além da formação de uma comissão patronal que também na terça-feira, negociará com a comissão dos empregados metalúrgicos a fim de se chegar a um acordo sobre o aumento salarial da categoria trabalhadora, a partir de 1º de dezembro.

A nenhuma decisão chegaram os associados quanto ao aumento salarial que é reivindicado pela classe trabalhadora, com um índice de 85 por cento sobre os salários atuais e em piso de Cr\$ 6.520,00. Segundo Gilberto Borges, presidente do Sindicato patronal, dez das

dezessete propostas resultantes da assembléia dos empregados, na sexta-feira da semana passada, "foram a princípio aceitas, com pequenas ressalvas". Uma delas é a instalação de creches em fábricas onde trabalham mais de 20 mulheres (para atender os filhos desses empregados). Também aceita a reivindicação de uma taxa insalubridade "dentro dos termos da Lei", que inexplicavelmente fez parte da relação de propostas encaminhadas à classe patronal; uma vez que se já consta da lei, não precisaria ser "aprovada" pela classe patronal, mas sim, fiscalizada pela Delegacia Regional do Trabalho para seu efetivo cumprimento. O presidente do sindicato patronal não quis adiantar quais as demais reivindicações dos trabalhado-



res, foram votadas pelos empresários prontos para serem divulgadas na imprensa.

A assembléia patronal, com as portas fechadas na reunião das Indústrias do Paraná, com início às 14h, foi chamada para formar uma comissão terminando por volta das 18h. A imprensa não teve acesso à determinação da data da assembléia, Gilberto Borges, que não houve qualquer respeito do novo ramo. Em pauta também das reivindicações de Ponta Grossa - Lo



PT 1987.228

HISTÓRICO

Metalgicos: patrões marcam nova assembleia

Dezessete propostas resultantes da assembleia dos empregados, na sexta-feira da semana passada, "foram a principio aceitas, com pequenas ressalvas". Uma delas é a instalação de creches em fábricas onde trabalham mais de 20 mulheres (para atender os filhos desses empregados). Também aceita a reivindicação de uma taxa insalubridade "dentro dos termos da Lei", que inexplicavelmente fez parte da relação de propostas encaminhadas à classe patronal; uma vez que se já consta da lei, não precisa ser "aprovada" pela classe patronal, e sim, fiscalizada pela Delegacia Regional do Trabalho para seu efetivo cumprimento. O presidente do sindicato patronal não quis adiantar quais as demais reivindicações dos trabalhado-



res, foram votadas favoravelmente pelos empresários presentes. "Isso só vamos divulgar na terça-feira".

A assembleia patronal se desenvolveu a portas fechadas no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, com início às 17h30min (segunda chamada para formação de "quorum"), terminando por volta das 20 horas. A imprensa não teve acesso à reunião por determinação da diretoria do Sindicato, nem mesmo para fotografias. No final da assembleia, Gilberto Borges garantiu que não houve qualquer conclusão a respeito do novo aumento salarial da classe trabalhadora nas indústrias do ramo. Em pauta também foram analisadas as reivindicações dos metalúrgicos de Ponta Grossa - Londrina e Maringá.

E certo, no entanto, que os empresários não aceitaram, nem aceitarão, a proposta de aumento dos salários em 85 por cento, como querem os metalúrgicos de Curitiba.

A comissão escolhida na assembleia de ontem, voltará a se reunir na segunda-feira, às 16 horas, para redigir as contrapropostas que serão levadas à discussão com a comissão de empregados, na terça-feira à noite. Na tarde desse dia, os patrões voltam ao auditório da FIEP, reunindo-se em assembleia, para votar o que será discutido com os empregados. Adiantou também o presidente do Sindicato patronal que qualquer índice de aumento publicado em jornais da cidade, como possível aceite pela classe, é falso.





Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL *O Estado do Paraná*
Pasta-Sind. Met. PR
Data *07/10/79* Estado *PR*

95

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



HISTÓRICO

Metalúrgico vai pedir 85% de aumento na DRT

Na próxima terça-feira, dia 9, reúnem-se os sindicatos de trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico (quatro, no Paraná) com a classe patronal, e no dia seguinte na Delegacia Regional do Trabalho, para a convenção coletiva de trabalho. Sexta-feira, o sindicato patronal reuniu-se para estudar as reivindicações dos metalúrgicos paranaenses, que estão pedindo um reajuste salarial da ordem de 85%, cujo índice deverá incidir sobre os salários percebidos em junho deste ano, e uma remuneração mínima da categoria abrangida pela CLT, de Crs 6.520,00.

No próximo dia 14, a Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná deverá divulgar as reivindicações dos metalúrgicos já com a contraproposta patronal e decisão da mesa redonda na DRT. No dia 15, haverá assembléia geral para deliberar sobre a contraproposta em todos os sindicatos (Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Curitiba).

REIVINDICAÇÕES

Em Assembléia geral extraordinária, realizada no dia 28 de setembro passado a catego-

ria deliberou e votou como reivindicações, além do reajuste salarial de 85%, e piso salarial de Crs 6.520,00, concessão de reajuste salarial de três em três meses; que o menor aprendiz receba um salário-mínimo; estabilidade para a empregada gestante, desde o início da gestação até 60 dias após o término do período de afastamento da licença compulsória; nomeação de delegados sindicais nas empresas; abono de faltas a empregadas estudantes; recebimento do comprovante de pagamento; uniformes gratuitos.

E ainda: gratificação igual ao salário por ocasião das férias; prazo para a quitação das verbas devidas em caso de recessão contratual; insalubridade, com pagamento do respectivo adicional ao trabalhador; creches; garantia de emprego e estabilidade; reversão salarial, com desconto de sessenta cruzeiros de cada empregado, associado ou não do sindicato, como taxa de reversão em favor do sindicato profissional; e também doação de equipamento odontológico, pelo sindicato da categoria econômica, visando oferecer aos trabalhadores tratamento completo.

Empresas não concordam

O Sindicato das Empresas Metalúrgicas do Paraná apresentará na próxima terça-feira, em reunião com o sindicato da classe dos trabalhadores, uma contraproposta ao pedido de reajuste da ordem de 85 por cento, sem compensação dos aumentos já concedidos. De acordo com o presidente do sindicato patronal, Gilberto Borges, foi formada uma comissão para negociar com os empregados. Ele não

informou qual o índice da contraproposta.

De qualquer forma, Borges garante que o reajuste pedido pelos metalúrgicos "impossível (de ser concedido) não é, mas não é viável", lembrando que os 85 por cento, somados aos aumentos já concedidos no ano, totalizariam um percentual de 127 por cento. "Não há condição para as empresas poderem fazer essa elevação salarial".

Garante o presidente do sindicato patronal, contudo, que "estamos envidando esforços para que saia um acordo e seja concedido um reajuste razoável". A formação da comissão patronal foi decidida em reunião na última sexta-feira, que durou cerca de duas horas. Borges comenta que, na reunião, ficou patente "a boa vontade de todos os presentes de se chegar a um bom termo no acordo".

PT 7987 228

JORNAL *Securua de Parana*
Posto Sind. Metalurg.
Data *08/10/79* p. *10*

96

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL



Estado do Paraná

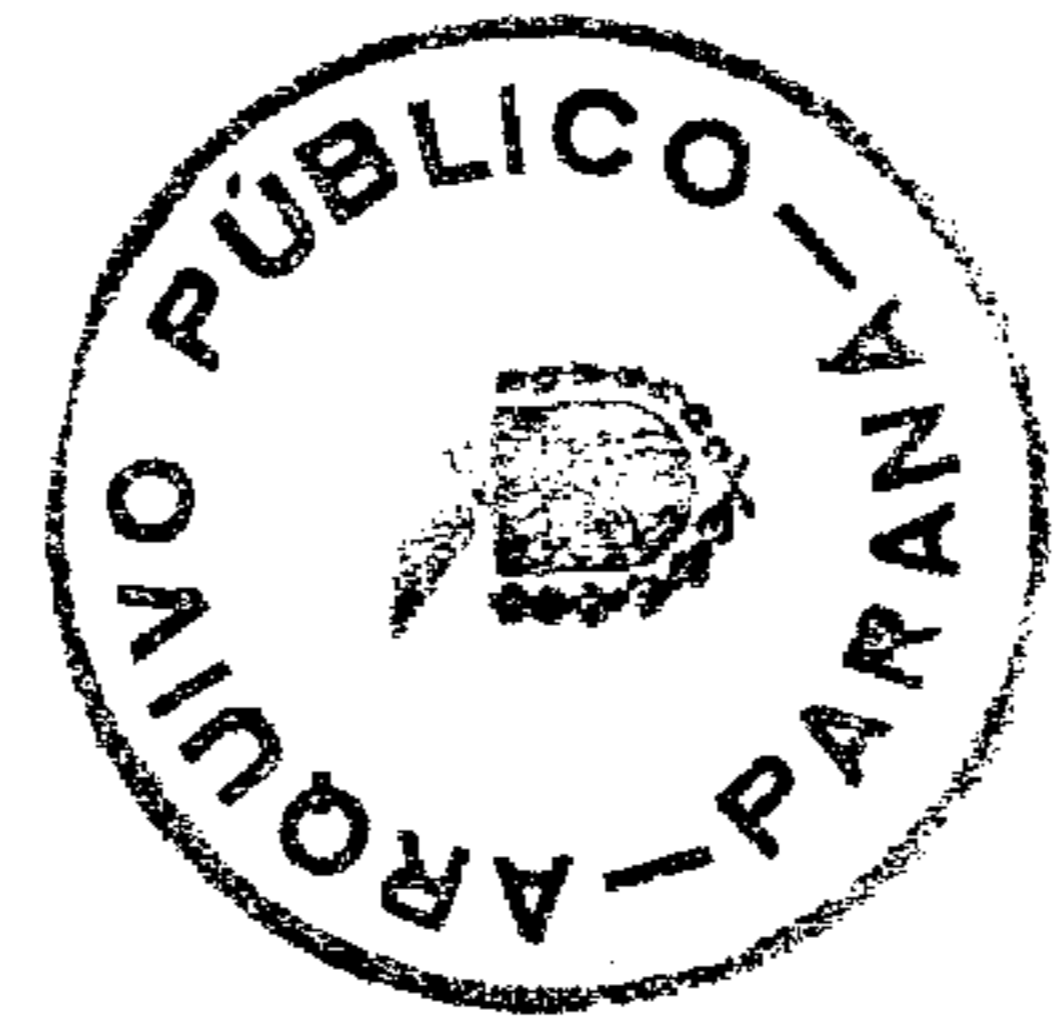
SECCAO DE INFORMACOES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



Metalúrgicos reunidos para estudar o salário

Amanhã, dia 9, reúnem-se os sindicatos de trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico (quatro, no Paraná) com a classe patronal, e no dia seguinte na Delegacia Regional do Trabalho, para a convenção coletiva de trabalho. Sexta-feira, o sindicato patronal reuniu-se para estudar as reivindicações dos metalúrgicos paranaenses, que estão pedindo um reajustamento salarial da ordem de 85%, cujo índice deverá incidir sobre os salários percebidos em junho deste ano, e uma remuneração mínima da categoria abrangida pela CLT, de Cr\$ 6.520,00.

No próximo dia 14, a Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná deverá divulgar as reivindicações dos metalúrgicos já com a contrapro-

posta patronal e decisão da mesa-redonda na DRT. No dia 15, haverá assembleia geral para deliberar sobre a contraproposta, em todos os sindicatos (Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Curitiba).

REIVINDICAÇÕES

Em Assembleia geral extraordinária, realizada no dia 28 de setembro passado a categoria deliberou e votou como reivindicações, além do reajuste salarial de 85%, e piso salarial de Cr\$ 6.520,00, concessão de reajustamento salarial de três em três meses; que o menor aprendiz receba um salário-mínimo; estabilidade para a empregada gestante, desde o início da gestação até 60 dias após o término do período de afastamento da licença compulsória; nomeação de delegados sindicais

nas empresas; abono de faltas a empregadas estudantes; recebimento do comprovante de pagamento; uniformes gratuitos.

E ainda: gratificação igual ao salário por ocasião das férias; prazo para a quitação das verbas devidas em caso de rescisão contratual; insalubridade, com pagamento do respectivo adicional ao trabalhador; creches; garantia de emprego e estabilidade; reversão salarial, com desconto de sessenta cruzeiros de cada empregado, associado ou não do sindicato, como taxa de reversão em favor do sindicato profissional; e também doação de equipamento odontológico, pelo sindicato da categoria econômica, visando oferecer aos trabalhadores tratamento completo.

PT 1987.228



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Correio de Notícias*

Carta Sind. Met. PR

10/10/79 Estado PR

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



HISTÓRICO

Metalúrgicos: acordo não saiu ontem

Empregados e patrões das indústrias metalúrgicas de todo o Paraná se reuniram em comissões até altas horas da noite de ontem na tentativa de um acordo para o aumento salarial de 1.º de dezembro. A reunião, mais uma vez a portas fechadas, teve início às 20 horas e até às 22h30min não havia terminado. Foi realizada na biblioteca da Federação das Indústrias, sem acesso da imprensa.

Os comentários junto à classe trabalhadora eram de que os patrões continuam fechando a questão em torno do assunto, não querendo emitir qualquer decisão parcial. Membros da Federação dos Trabalhadores deixaram claro, mais uma vez que um dissídio coletivo na Delegacia Regional do Trabalho não interessa à classe e conforme a contraproposta patronal, os trabalhadores decidirão a questão noutro campo: o da greve.

A reunião de ontem não foi a primeira tentativa de negociações entre Sindicatos de empregados e patrões: há três dias vêm se realizando sucessivos encontros mediados pelo delegado do Trabalho, general Adalberto Massa. Os quase 80 mil metalúrgicos do Paraná não pretendem, através de suas representações legais, abrir mão das propostas aprovadas por suas respectivas assembleias. Curitiba quer um aumento salarial de 85 por cento e

piso de Cr\$ 6.520,00. Ponta Grossa pede 85 por cento que piso de Cr\$ 4.500,00, o mesmo reivindicado pelos metalúrgicos de Maringá. A proposta de Londrina é a mais tímida de todas: um reajuste de 80 por cento sobre o acordo de 78 e um piso de 50 por cento sobre o salário mínimo regional.

A reunião da noite de ontem participaram os membros escolhidos na assembleia patronal, representando o Sindicato que engloba todo o Estado, a comissão dos Sindicatos de Trabalhadores de Londrina; a de Maringá; a de Ponta Grossa, além da de Curitiba; além de alguns dos dirigentes da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Estado, representando os demais municípios onde não há sindicato.

Está praticamente confirmada uma nova assembleia da categoria dos trabalhadores para a próxima sexta-feira, dia 12, no Ginásio do Atlético, quando a comissão para negociações apresentará o resultado das convenções, com a devida contraproposta patronal. O que a assembleia decidir sobre a questão será o caminho a ser tomado pelos operários. Dessa vez, participarão da assembleia, os representantes também do Interior do Estado para que haja unidade em torno de uma decisão mais drástica. Os resultados da convenção de ontem só serão conhecidos hoje.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL *Correio de Notícias*
Ponta Grossa Met. Pr
10/10/79 Estado PR

97

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



HISTÓRICO

gicos: acordo não saiu ontem

Empregados e patrões das indústrias metalúrgicas de todo o Paraná se reuniram em comissões até altas horas da noite de ontem na tentativa de um acordo para o aumento salarial de 1.º de dezembro. A reunião, mais uma vez a portas fechadas, teve início às 20 horas e até às 22h30min não havia terminado. Foi realizada na biblioteca da Federação das Indústrias, sem acesso da imprensa.

Os comentários junto à classe trabalhadora eram de que os patrões continuam fechando a questão em torno do assunto, não querendo emitir qualquer decisão parcial. Membros da Federação dos Trabalhadores deixaram claro, mais uma vez que um dissídio coletivo na Delegacia Regional do Trabalho não interessa à classe e conforme a contraproposta patronal, os trabalhadores decidirão a questão noutro campo: o da greve.

A reunião de ontem não foi a primeira tentativa de negociações entre Sindicatos de empregados e patrões: há três dias vêm se realizando sucessivos encontros mediados pelo delegado do Trabalho, general Adalberto Massa. Os quase 80 mil metalúrgicos do Paraná não pretendem, através de suas representações legais, abrir mão das propostas aprovadas por suas respectivas assembleias. Curitiba quer um aumento salarial de 85 por cento e

piso de Cr\$ 6.520,00. Ponta Grossa pede 85 por cento que piso de Cr\$ 4.500,00, o mesmo reivindicado pelos metalúrgicos de Maringá. A proposta de Londrina é a mais tímida de todas: um reajuste de 80 por cento sobre o acordo de 78 e um piso de 50 por cento sobre o salário mínimo regional.

À reunião da noite de ontem participaram os membros escolhidos na assembleia patronal, representando o Sindicato que engloba todo o Estado, a comissão dos Sindicatos de Trabalhadores de Londrina; a de Maringá; a de Ponta Grossa, além da de Curitiba; além de alguns dos dirigentes da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Estado, representando os demais municípios onde não há sindicato.

Está praticamente confirmada uma nova assembleia da categoria dos trabalhadores para a próxima sexta-feira, dia 12, no Ginásio do Atlético, quando a comissão para negociações apresentará o resultado das convenções, com a devida contraproposta patronal. O que a assembleia decidir sobre a questão será o caminho a ser tomado pelos operários. Dessa vez, participarão da assembleia, os representantes também do Interior do Estado para que haja unidade em torno de uma decisão mais drástica. Os resultados da convenção de ontem só serão conhecidos hoje.

103

Obst do Casario
P. Sind. Met. R.
22/11/80 Estado R.

Metalúrgicos em negociação

A aceitação de todas as cláusulas da próxima convenção coletiva de trabalho, bem como a designação de uma comissão de negociação, foram as principais conclusões da assembleia geral realizada, sexta-feira, à noite pelos metalúrgicos de Curitiba, na Igreja Nossa Senhora do Guadalupe. Amanhã, será realizada uma assembleia geral dos quatro sindicatos da categoria existentes no Paraná (Londrina, Ponta Grossa e Maringá), juntamente com o da Capital, na Federação dos Trabalhadores na Indústria, para chegar a um consenso sobre as proposições.

Amanhã à noite, também na Federação, a comissão de negociação levará a proposta final para a categoria econômica, que deve se reunir para formular a contraproposta ao acordo. Os metalúrgicos paranaenses, com bases em estudos feitos pelo sindicato classista de São Paulo, está reivindicando percentual de produtividade estabelecido em pelo menos 20 por cento: aumento trimestral conforme o valor da inflação; piso salarial equiparado ao de São Paulo, ou seja, 13/950 cruzeiros; gratificação de férias; delegado sindical junto às empresas e ainda estabilidade no emprego a partir da admissão do empregado, entre outros itens.



PT 1987.228

Q

Igreja apóia a luta dos metalúrgicos

CURITIBA (Da sucursal) — A Igreja reafirma sua posição de lutar ao lado dos trabalhadores, especialmente os que se encontram em campanha salarial. Ontem, o coordenador da Pastoral Operária da Regional Sul II da CNBB, padre Antonio Lazzarin, em entrevista coletiva à Imprensa, anunciou o apoio concreto à greve dos metalúrgicos, ressaltando que essa participação não visa interesses partidários nem classistas "mas é no sentido de viver as exigências sociais do evangelho". A Pastoral Operária, lembrando a Carta dos Bispos, divulgada há 15 dias, iniciará, a partir de hoje, uma campanha de conscientização da comunidade no sentido de apoiar os metalúrgicos. Ontem, mais um documento foi divulgado e será lido em todas as 109 paróquias da Arquidiocese de Curitiba, as quais iniciarão a campanha para fundo de greve.

As coletas em todas as igrejas serão revertidas para esse fim, e os párocos reivindicarão dos fiéis fundos para mantimentos, roupas, remédios e dinheiro, que serão recolhidos na Igreja Nossa Senhora de Guadalupe e distribuídos aos metalúrgicos demitidos. Se a greve, caso seja mesmo deflagrada, continuar por muitos dias, a campanha de arrecadação de fundos será estendida para todo o interior do Estado.

SOLIDARIZAR-SE

O documento a ser lido e estudado pelos católicos, em todas as paróquias de Curitiba, enaltece o trabalhador marginalizado e explica as razões do apoio ecumênico (a Igreja Evangélica Luterana também faz parte da Pastoral Operária). "É nossa vontade e definição uma Igreja voltada e comprometida com todas as justas reivindicações dos operários e suas famílias" — afirma o documento em seu primeiro item.

"Queremos também apresentar como instrumento adequado e canal especializado, a presença da Igreja no mundo do trabalho, não esquecendo de alertar para as implicações inerentes a tal trabalho, como por exemplo: apoio aos operários, pronunciamento, ajudas em greves legítimas e outros tan-

tos gestos requeridos pelo bem senso, amor ao próximo, respeito à justiça e ao bem comum".

DEUS PATRÃO

Para o padre Antonio Lazzarin, é necessário formar uma consciência da igualdade humana: "Desde os remotos tempos de Cristo na Terra a Igreja sempre defendeu os marginalizados e oprimidos. Ela não está traindo sua missão. O pobre é traído e nós temos que levar nosso evangelho em favor dele". Para o coordenador da Pastoral Operária, a idéia de um Deus todo poderoso, "Deus patrão", está sendo difundida e a Igreja quer a imagem de um Deus salvador e libertador. "Estamos dizendo basta à Igreja como um negócio bonito, estamos saindo das sacristias para o mundo e a nossa mensagem é a redistribuição de rendas". Questionado sobre os fatos que levaram à invasão de uma das igrejas de São Paulo, o padre Antonio Lazzarin afirmou, categoricamente, ter sido ação dos policiais e não dos operários. "Nós sempre confiamos na classe que merece confiança. E isso não digo como sacerdote, mas como uma pessoa criada com um profundo senso de honestidade".



108

Arquivo Público
Paraná

P. Lind. Met. R.
3/ 10/80 Estado R.



Reivindicações dos metalúrgicos do PR

Percentual de produtividade estabelecido em pelo menos 20 por cento; aumento trimestral de acordo com o valor da inflação; piso salarial equiparado ao de São Paulo, estipulado em 13.950 cruzeiros; estabilidade no emprego a partir da admissão do empregado; gratificação de férias; criação do delegado sindical junto a cada empresa, escolhido pelos trabalhadores. Estas são as principais cláusulas reivindicadas para a próxima convenção coletiva de trabalho de cerca de 70 mil metalúrgicos paranaenses, em assembléia que está marcada para hoje, às 19 horas, na Igreja Nossa Senhora Guadalupe.

Essas propostas foram formuladas com base no pedido feito pelos metalúrgicos de São Paulo, e os participantes da assembléia devem decidir sobre os pedidos. Já foram realizadas reuniões semelhantes nos sindicatos de Ponta Grossa e Maringá, contando com a presença de 1.500 e 200 metalúrgicos, respectivamente. Ainda hoje, em Londrina, o Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Paraná fará encontro idêntico, a fim de estudar as cláusulas do acordo de trabalho. No dia 3 de novembro, os quatro sindicatos, juntamente com a Federação dos Trabalhadores na Indústria, farão nova reunião, de manhã, desta vez com o objetivo de unificar a proposta e encaminhá-la ao sindicato representante da classe patronal. Ultrapassada esta etapa, ambas as partes devem marcar para um dia realizarem

as negociações.

ELEIÇÕES PARA O SINDICATO

Outro acontecimento importante está previsto para o mês de novembro, quando cerca de 30 mil metalúrgicos do sindicato de Curitiba escolhem a sua nova diretoria, entre duas chapas que estão concorrendo. São elas: Chapa 1 (situação) - Orlei Lopes da Silva, (atual presidente), João Maria Maciel de Souza, Sérgio Butka, Dinizar Airton Par, Francisco Gorges e Diamiro Cordeiro da Fonseca (diretoria); João Falat, Jaime Siqueira e Salvador Antônio Vatrím (Conselho Fiscal); Orlei Lopes da Silva e Francisco Gorges (delegados representantes junto à Federação).

Chapa 2 - Gilberto Carvalho, José Ariel Prestes Boska, Miguel Borges Pinto, João Rodrigues de Oliveira, Ordeio José Teodoro, Avelino Rodrigues de Souza e Adaril Sebastião de O. Saldanha (diretoria); Alcides Pereira da Silva, Clóvis Santarosa, Gentil Domingues dos Santos (conselho fiscal), Gilberto Carvalho e João Rodrigues de Oliveira (delegados). As eleições serão realizadas entre os dias 17 e 21 de novembro, no próprio sindicato, à Rua Lamenha Lins, 981. Quanto aos nomes de Gilberto Carvalho e Miguel Borges Pinto, que haviam sido impugnados pela Delegacia Regional do Trabalho, eles poderão concorrer ao pleito, pois estão garantidos por mandado de segurança. Caso vençam, cabe à Justiça Federal a decisão se seus nomes devem ou não permanecer como integrantes da diretoria eleita.

JORNAL: *Obj. de Parana*
P. Sind. Met.
 Data: *13/11/80* Estado *PR*

Metalúrgico ganha mandado

O juiz Volkner de Castilho, da 3ª Vara de Justiça Federal, concedeu ontem segurança ao mandado impetrado pelo metalúrgico Gilberto Carvalho, que concorre pela chapa de oposição à presidência do sindicato da categoria em Curitiba. Gilberto e outro componente da chapa, Miguel Borges Pinto, haviam sido impugnados por outros dois metalúrgicos, João Espanhola Cardoso e Moacir Rodrigues dos Santos. A Delegacia Regional do Trabalho confirmou a impugnação e Gilberto e Miguel impetraram mandado de segurança, que teve liminar concedida.

Mas na sentença proferida ontem, o juiz da 3ª Vara concedeu segurança apenas para Gilberto Carvalho, indeferindo o pedido de Miguel Borges Pinto por entender que este, conforme alegavam os impugnadores, teria de comprovar os dois anos de profissão necessários para direito a voto e investidura em cargo de administração ou representação profissional. Entretanto, mesmo que não seja feito pedido de recurso, o processo será encaminhado ex-officio para o Tribunal Federal de Recursos, como é de praxe, para revisão.

Logo depois do pedido de impugnação, Gilberto e Miguel entraram com recurso, junto ao sindicato, alegando que o pedido feito por João Espanhola e Moacir tratava-se de manobra fraudulenta da atual diretoria, pois os impugnadores nem tinham conhecimento dos termos da impugnação, que teria sido assinada a pedido do presidente e do tesoureiro da entidade. As eleições no sindicato serão realizadas entre os dias 17 e 21, na próxima semana, e coincidem com o início da campanha salarial da categoria.



JORNAL: J. Est. do Paraná
S. Sind. Met.
14 11 80 PR

Metalúrgico escolhe sua nova diretoria

Entre os dias 17 e 21 próximos, cerca de 6.500 metalúrgicos de Curitiba escolhem a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Paraná. As eleições serão levadas a todas as indústrias e firmas do setor, onde haverá urnas. Na sede do sindicato votam apenas os associados que pagam suas mensalidades diretamente à entidade. Concorrem ao pleito duas chapas, representando a situação e a oposição. Para o atual presidente, Orlei Lopes dos Santos, que tenta a reeleição, "é muito bom que exista uma chapa de oposição, pois movimenta mais a categoria". Ele acha difícil avaliar qual das duas sairá vencedora, já que "ambas têm condições de disputa e prestígio ante o eleitorado".

Orlei Lopes dos Santos teceu elogios ao presidente da chapa de oposição, Gilberto Carvalho, dizendo tratar-se de "excelente pessoa". Acrescentou ter ficado satisfeito ao saber da decisão do juiz Volkner de Castilho, da 3ª

Vara da Justiça Federal, que deferiu o mandado de segurança que Gilberto e Miguel Borges Pinto impetraram, depois que seus nomes foram impugnados por dois outros metalúrgicos, João Espanhola Cardoso e Moacir Rodrigues dos Santos. Cogitou-se, inclusive, que o pedido de impugnação havia partido do presidente e do tesoureiro do sindicato. Porém, o juiz indeferiu o mandado de Miguel, que está fora das eleições, por não possuir dois anos de trabalho para sua candidatura.

A diretoria será empossada em janeiro do próximo ano e permanecerá no cargo por três anos. O sindicato de Curitiba representa 25 mil trabalhadores, dos quais apenas oito mil são filiados à entidade. Destes, porém, somente 6.500 participam das eleições, pois o restante ainda não conta com seis meses de filiação ou não está com suas mensalidades em dia. A apuração ficará a cargo da Federação dos Trabalhadores na Indústria.



JORNAL *Tribuna do Paraná*
 P. Sind. Met.
 Data 18 11 80 Estado PR

Metalúrgicos votam em clima tranquilo

Transcorreu normalmente o primeiro dia de eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Curitiba, ontem. Os associados à entidade têm prazo até a próxima sexta-feira para escolherem os seus candidatos, entre as chapas de situação e oposição, respectivamente representadas por Orlei Lopes da Silva e Gilberto Bastos, no cargo de presidente. Além de uma urna fixa, colocada na sede do sindicato, onde votam somente os associados que pagam ali suas mensalidades, há outras seis urnas itinerantes, que percorrem diariamente cerca de 100 empresas do setor na Capital.

O horário de votação é das 8 às 18

horas e, prevê-se, até sexta-feira deverá começar a fase de contagem dos votos. Possivelmente, sábado próximo será divulgado o nome da chapa vencedora, que assumirá a diretoria em janeiro do ano que vem. No sindicato, foram poucos os eleitores, não ultrapassando a casa dos 40 metalúrgicos. Mas o total, é de 5.400 eleitores. A contagem dos votos deve ser realizada diretamente por um fiscal do Tribunal Regional do Trabalho, com a presença de um membro de cada chapa. Tanto Orlei Lopes da Silva como Gilberto Bastos foram unânimes em afirmar que as eleições transcorrem num clima de tranquilidade e democracia, aguardando boas perspectivas para as chapas que representam.



252

JORNAL: 9 Est. de Paraná
Sindicato: Met.
Data: 21/11/80 Estado: PR



Eleição dos metalúrgicos

Os metalúrgicos de Curitiba encerraram a tarde de ontem num clima de expectativa, com o término do período de quatro dias para que elegessem a nova diretoria de seu sindicato, e cujo resultado deveria ser conhecido ainda durante a noite. Mais de 130 indústrias e firmas foram percorridas pelas seis urnas itinerantes onde os votos dos trabalhadores eram depositados. No último dia, os fiscais fizeram uma "reescapagem" nas empresas, a fim de detectar associados que ainda não tivessem votado. A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Paraná deve ser empossada no dia 21 de dezembro, cumprindo gestão de três anos. Ao cargo concorrem duas chapas, de situação e oposição.

O sindicato informou ontem que o número total de votantes aguardado para as eleições era de 5.463, dos quais, até quinta-feira, já haviam votado 4.400, aproximadamente, o que garante o quórum para as eleições (estava estipulado em 3.642). Para qualquer das duas chapas vencer, precisa alcançar o número mínimo de 2.732 votos, equivalente à maioria absoluta mais um. Um pleito tranquilo, democrático e com poucos incidentes, era o que diziam os dois presidente de chapas, Orlei Lopes da Silva e Gilberto Carvalho, respectivamente da situação e oposição.

Gilberto Carvalho avaliou as elei-

ções como tendo suscitado uma mobilização muito grande, principalmente devido à inúmeras reuniões realizadas, com a discussão de questões básicas para a categoria. Para ele, "perdendo ou ganhando, a batalha continua". Considerou que os pequenos incidentes surgidos durante o período eleitoral tinham referência à falta de condições com que os fiscais da oposição participaram do acompanhamento dos votos. "Os mesários podiam ser quaisquer pessoas, de quaisquer categorias, enquanto os fiscais, obrigatoriamente, tinham que ser metalúrgicos, eleitores e ainda dispostos a perder o emprego, porque não foram sequer dispensados do trabalho durante as eleições".

NEGOCIAÇÕES SALARIAIS

O sindicato está em fase de negociações com a categoria econômica, discutindo o próximo acordo de trabalho. O piso salarial pedido pelos trabalhadores foi de 14.400 cruzeiros e outros 25 por cento de produtividade. Os empregadores, por sua vez, ofereceram um piso salarial de 7.500 cruzeiros e produtividade assim estabelecida: um a três salários mínimos, 5,5 por cento; três a dez salários mínimos, 3,2 por cento, e acima de dez salários, um por cento. Terça-feira próxima, na Federação das Indústrias, a classe patronal fará nova proposta, que será estudada pelos metalúrgicos, em assembleia geral, às 19h30min, na Igreja Nossa Senhora de Guadalupe.

333

JORNAL: <i>Tab. do Paraná</i>
<i>P. Greves</i>
Data <i>14.09.81</i> Estado <i>PR</i>

Assembléia decide greve

SANTO ANDRÉ (AE) A assembleia dos carreteiros, que poderá deflagrar a greve nacional da categoria e inicialmente estava prevista para hoje, foi transferida para terça-feira, às 17 horas, segundo anunciou a Associação Nacional dos Carreteiros, sediada no ABC. Os "cegonheiros" (transportadores dos veículos novos das fábricas para as revendedoras) estão reivindicando junto à indústria automobilística, aumento de 20 por cento no valor do frete atual, para compensar os últimos reajustes do óleo diesel.

Para Roberto Augusto Francisco, presidente da associação, caso a indústria automobilística não atenda ao pedido, os 1.800 "cegonheiros" do País poderão paralisar seus serviços, "pois eles estão operando com prejuízo de 15 por cento por causa dos reajustes do combustível". Além disso, a categoria vem sofrendo as consequências da retração no mercado de automóveis, o que gerou uma queda, este ano, de 40 por cento no total de veículos transportados.



PT 1987.228

JORNAL: *Opinista de Povo*
Sindicato Metalúrgico
Data *26 07/81* Estado *PR*

334

Na CIC, 150 demissões

A indústria Bosch, da Cidade Industrial de Curitiba, promoveu durante a semana que se findou, cerca de 150 dispensas de funcionários. A informação foi prestada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Paraná, Orlei Lopes da Silva, assinalando ainda que já entrou em contato com a diretoria da fábrica, no sentido de readmitir aqueles, cujas famílias estejam com problemas financeiros mais agudos.

O líder classista disse que há desemprego no setor metalúrgico do Estado, mas não em proporções tão acentuadas. Ele garantiu que a oferta de trabalho é bem menor que a procura e, afora algumas dispensas em massa, desemprego generalizado, é temerário dizer que há.

Orlei Lopes da Silva disse também que a diretoria da Bosch garantiu não promover mais dispensas de funcionários que venham exceder às 150 já feitas na última semana. O problema, segundo ele, é porque a Mercedes Benz cancelou um dos contratos com a indústria Bosch para fornecimento de peças, o que levou a uma ociosidade na fábrica e obrigou a dispensa em massa.

Trabalhadores do setor, contudo, comentam que a Sperry New Holand deverá promover, possivelmente no mês de agosto, uma dispensa em massa de muitos dos seus empregados. Esta informação não pôde ser confirmada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Paraná, mas ele afirmou que esta mesma empresa concedeu férias coletivas a um grande número de funcionários.

Aqueles trabalhadores comentavam durante o Enclat/PR que a Sperry New Holand pretende fazer a dispensa em grande número, porque a produção de colheitadeiras caiu muito nos últimos meses.



No último dia de greve a Polícia não agiu bem

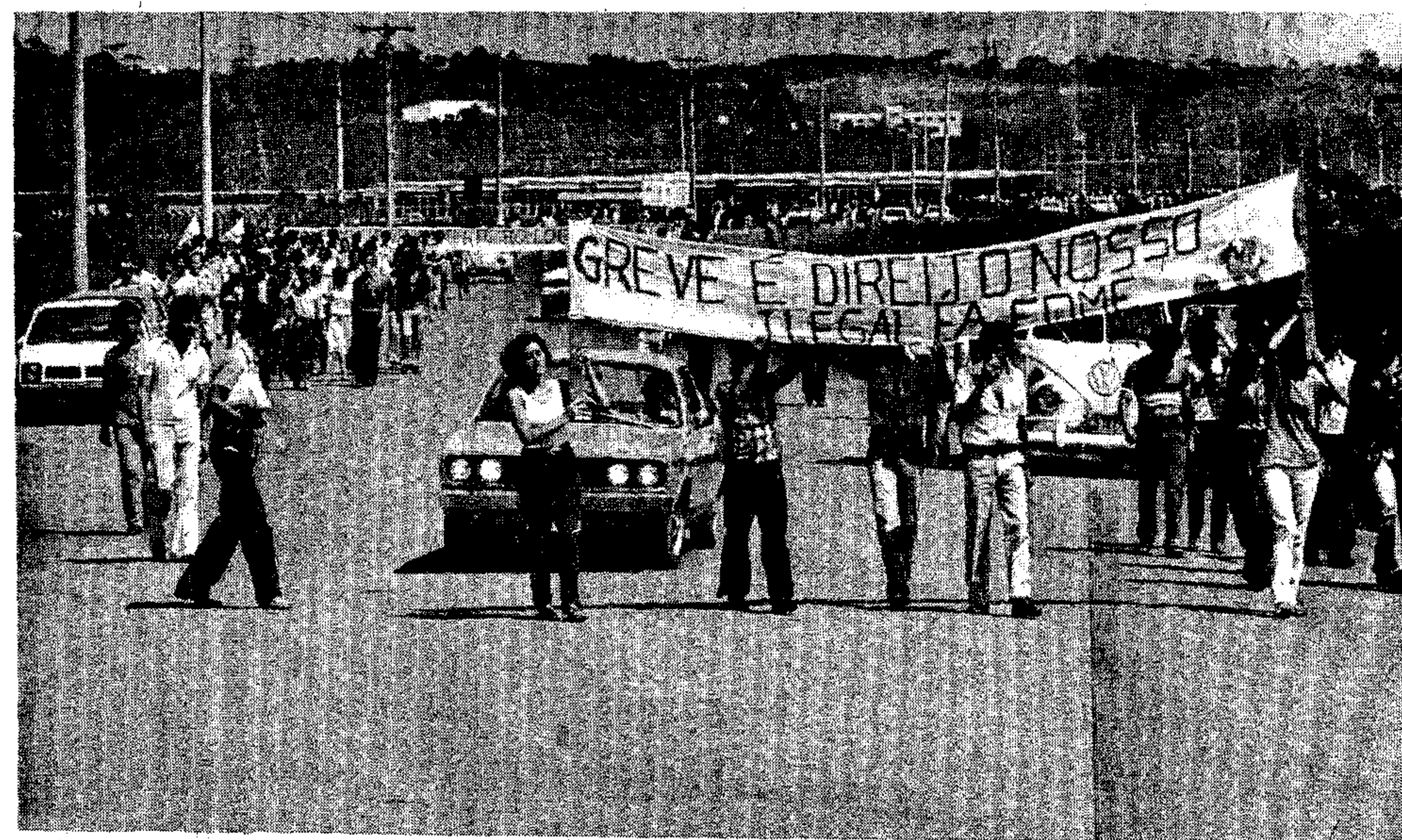
O segundo (e último) dia da greve dos metalúrgicos de Curitiba foi marcado pela atuação dos pelotões da Polícia Militar do Paraná, em frente a todas as fábricas paralisadas, sendo que em algumas ocorreram vários casos de agressão, chegando à prisão de dois operários. Um deles, da Bosch, foi solto logo em seguida, "mediante a entrega de sua carteira de dinheiro", conforme afirmação de seus companheiros. O outro, da Giben do Brasil, teria sido preso por três policiais militares, e levado pela viatura de placa CE 7471. Mais tarde foi solto, segundo os próprios metalúrgicos.

Algumas funcionárias (da Siemens, Krone, Bosch e Inepar) denunciaram agressões morais e físicas, como cutucão com cassetete, empurrões e pontapés, e entre elas, uma está grávida de três meses. A causa das agressões, de acordo com os grevistas que faziam piquete,

ontem pela manhã, em frente à Inepar e Bosch, na Cidade Industrial, foi porque eles procuraram conversar com os companheiros que estavam dentro dos ônibus das empresas, na hora de entrada do trabalho. Foram cinco ônibus, "e muitos de nossos companheiros foram trabalhar por medo, e também porque a Bosch dizia que ia dar o aumento para eles, o que sabemos que é mentira. Alguns queriam sair e unir-se a nós, mas a polícia não deixou".

AJUDANDO OS PATRÕES

A maior reclamação dos grevistas na Cidade Industrial era de que a PM trouxe apenas transtornos. Ontem (terça-feira), a Polícia Civil esteve o dia inteiro com eles e tudo foi pacífico. Mas a chamada do policiamento militar ostensivo, pelas fábricas, causou discussões e agressões no movimento grevista. "Nós estamos na lei, os



A classe demonstrou união em torno da reivindicação

policiais é que estão ilegais, pois vieram para dar cobertura aos patrões".

Pelo menos em três fábricas ocorreram tumultos com os pelotões da PM: na Inepar, Bosch e Furukawa, durante a entrada dos turnos

da manhã e da tarde. De um lado os metalúrgicos tentando aproximar-se dos ônibus que transportavam os operários para dentro das fábricas, alguns com até duas horas de antecedência, "para protegê-los", segundo as direções das empresas, e

de outro os policiais impedindo qualquer manifestação. A maior revolta dos operários é que eles estavam sentados, fazendo piquetes, de forma pacífica, quando sofreram pressões das forças militares, alguns sendo agredidos fisicamente.

Um comício para apaziguar Aumento é de 70 por cento

Por volta das 11 horas, o advogado Edésio Passos, acompanhado de uma comitiva de deputados do MDB, entre eles Darcy Deitos, Nilso Sguarezzi, Nelson Friedrich e Valdir Pugliesi, chegou à Inepar, onde ocorriam problemas com a Polícia Militar. Reuniu os grevistas dessa empresa, da Bosch, Siemens e Krone, entre outras da CIC, que faziam piquetes no local, para um rápido comício.

Na oportunidade, lembrou aos metalúrgicos que os policiais também recebem salários de fome, e estavam ali, sob o sol, como eles, cumprindo ordens. "Não podemos aceitar provocações, continuemos pacíficos, e mesmo que eles dêem cacetadas não vamos reagir. Sei que é difícil, mas é importante mantermos-nos pacíficos". Bastante aplaudido, Edésio perguntou se alguém portava armas. Todos responderam que não. "Então

estamos respondendo à agressão da polícia com nossa força pacífica". Calculam o dia que a CIC parar toda, se só com metalúrgicos precisaram chamar esses policiais todos".

Para o advogado, assim como para os parlamentares, a PM foi ilegal, impedindo os trabalhadores do ordenamento da greve, legal e apoiada pelo Ministério do Trabalho. Nilso Sguarezzi disse esperar o dia em que o Brasil mudará a situação, com policiais ganhando mais. "Haverá um momento em que as Forças Armadas entenderão as nossas necessidades, e defenderão nossos direitos". Para Nelson Friedrich, "a grande infiltração nas fábricas é a fome". Os deputados lembraram aos grevistas que toda a bancada do MDB se solidariza com suas reivindicações.

O Tribunal Regional do Trabalho decidiu ontem, por maioria de votos, conceder aumento para a categoria dos 30 mil metalúrgicos, mecânicos e empregados de indústrias de material elétrico de Curitiba na ordem de 70 por cento. Este percentual incide sobre os salários de dezembro do ano passado e passa a vigorar a partir do próximo dia primeiro.

O aumento é escalonado em 70 por cento para a faixa de trabalhadores que recebe de um a três salários mínimos; 65 por cento para os de três a cinco; 62 por cento para os de cinco a dez e de 58 por cento para os que ganham acima de dez salários mínimos. A decisão do TRT fixou ainda o piso salarial de Cr\$ 4.200,00 para os empregados antes de 30 de novembro de 1978 e de Cr\$ 3.900,00 para os ingressos depois daquela data.

Conforme já haviam deliberado em assembléia, os trabalhadores que se

encontravam em greve desde as primeiras horas de terça-feira, deverão retornar ao trabalho amanhã, visto que hoje é feriado nacional. Caso não retornem, todo o movimento, o primeiro feito pela categoria em 14 anos, e que foi estritamente legal em seu encaminhamento, passará a ser ilegal.

VANTAGENS

No julgamento do dissídio pelo TRT, foi vitoriosa a proposta conciliatória formalizada no último sábado pelo delegado regional do Trabalho, general Adalberto Massa, e pelo procurador da Justiça do Trabalho, José Montenegro Antero. Esta proposta, apresentada enquanto o impasse entre a categoria econômica e a de trabalhadores ainda se encontrava na via administrativa, era intermediária entre a proposta patronal (de 68 por cento) e as reivindicações dos empregados (no índice de 85 por cento).

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico no Estado do Paraná

Reconhecido pelo Sr. Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio Processo D.N.T. 12.251 de 11 de Maio de 1.942. Base Territorial - Estado do Paraná

SEDE PRÓPRIA em Curitiba, Praça Santos Andrade, 39 - 5.º andar - C/54 - Edifício Rui Barbosa CURITIBA - PARANÁ

Curitiba, 10 de janeiro de 1967

Of.C. Nº 1/67

Senhor Delegado:

Com o presente temos a grata satisfação de levar ao conhecimento de V.S., que, em data de nove de janeiro do ano em curso, tomou posse a nova Diretoria desta Entidade de classe, a qual deverá reger os destinos da mesma durante o biênio 1967/1968.

A Diretoria empossada esta assim constituída:

DIRETORIA

Presidente: Ladislau Leão Bucenco
Vice-Pres.: Thadeu João Kempa
1º Secret.: Claudionor Braz Rosa
2º Secret.: Eduardo Kalinowski
1º Tezrº. + Carlos Tauchamann
2º Tezrº.: Attilio Racioppe

CONSELHO FISCAL

Presidente: Flavio Bolicenha
Membro : Waldemar Rodrigues
Membro : Paulo Batista de oliveira

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Ladislau Leão Bucenco
Thadeu Joao Kempa
Guarino Fabri

SUPLENTE

Angelo Antonietto
Orlei Lopes da Silva
Reinaldo José Sbrissia
José Martins
Theodoro Welupek
José de Souza Gomes

SUPLENTE

Izair Ribeiro da Silva
Jocelin Pereira de Oliveira
Alfredo Fortunato do Prado

SUPLENTE

Afonso Tozzo
Claudionor Braz Rosa
Miguel Hurmus

Sendo o que se nos oferece para o momento, aproveitamos o ensejo para apresentar os protestos de consideração e apreço.

Ladislau Bucenco
Ladislau Leão Bucenco - Presidente

*A.S.T.
Curitiba 13/01/67
Ozias Algauer
Del.*



Ilmo. Sr.
Dr. Ozias Algauer
M.D. Delegado de Polícia da
D.O.P.S.
N/Capital

RELATÓRIO

Ao Sr. DELEGADO

Dia, 01/10/79

METALÚRGICO, NO ATLÉTICO



J.S. 11/10/79
21
S. I. ...
el ...
J.S. 10/10/79

Do FÁTO

O presente relatório se refere aos fatos e aos agentes ativos da reunião de 28/09, do sindicato dos metalúrgico em assembléia, no atlético.

HISTORICO

Este informante so pode adentrar a reunião por volta das 20:30 h.

- A mesma teve a participação ativa de: Castelo, Paulo, Gilberto, Vilmar, Matias, João.

- Castelo, esse teve total apoio da assembléia, em todas as proposta apresentada, demonstrando liderança sobre os operarios, pela sua capacidade de esclarecimento junto a classe;

- Paulo, esse tambem em apoio ao castelo, demostrou uma parcela de liderança e teve a colaboração dos operarios.

- A reunião se encaminhou normal, com a participação de 900 a / 1000 pessoas, apenas que na escolha da comissão que participariam com a diretoria do sidicato, algumas pessoas mostraram confiante e outras com receio, assim mesmo foi tirada uma comissão, inclusive Castelo fará parte dessa.

- Proxima reunião se fara realizar, sexta-feira 12 de outubro no mesmo local.

é o relatório

ANEXO:

Panfleto - COMPANHEIRO METALÚRGICO

- REINVIDICAÇÕES

- COMPANHEIRO ASSOCIADO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DO ESTADO DO Pr.

R. 492

1. Difusão a todas as O.I. de
área (cl. A-1)

2. Após, que a

for, 2. 10. 79

64

Feito L-forme no 19/79

Em 02/10/79

Pasta: Do Sindicato dos
metalúrgicos.



ESTADO DO PARANÁ

SESP — POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA D e Ordem Política.

43

METALÚRGICOS: 24/10 ?

Marcada Assembléia Geral na forma da Lei para o dia 4 ~~xxxx~~ de Novembro as 14 hs. no Ginásio do Atlético; CNBB-Regional Sul, apóia a campanha de reivindicação dos metalúrgicos. Hoje será concedida entrevista na Séde d a CNBB as 14,30, fazendo-se representar também a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz. Feitas críticas a empresa BRITANIA pela demissão de 15 funcionários em caso relacionado com distribuição de volantes. CASTELLA mantém posição radical. —


GRÁFICOS:

Em Assembléia de ontem, reivindicam reajuste de 130%, realizada na sede do Sindicato.

25/outubro/1979



51, para
S. 1.º

DSI 26/10/79


R. legi

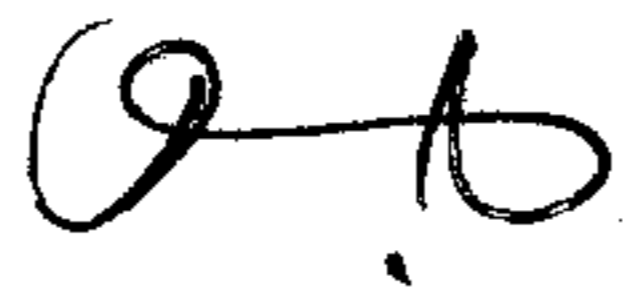
1. Difusão (c. 1.º - A. 1)

2. Autor de fraude de

... CASTELLA.

3. Arquivar.

dat' 28.10.79



Feito Supremo no 32/79

aos O. I. de área.

Em 29-10-79.





Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil

44

RELATÓRIO

Ao Sr. DELEGADO

Dia, 26/10/79

CBA.

DO FATO

O presente relatório se refere aos fatos e aos agentes ativos da reunião do CBA. do dia 25 de outubro, na casa do NARCISO.

HISTÓRICO

A mesma iniciou as 20:30 horas com a participação ativa de; NARCISO, VITORIO, MOACIR, BEIJAMIM.

ASSUNTOS em pauta-

- Apoio aos metalúrgicos
- Concentração dia 9 ou 10 de outubro
- Ficou decidido também que o Moacir irá domingo a Paranaguá para estudar o caso da prisão do cabo da marinha, que tava dando apoio ao movimento popular da ilha de Valadares.

METALÚRGICOS - Haverá uma reunião da oposição sindical dia 28/10 as 19:00 na vila feliz.

NARCISO, entrara em contato com o Edesio para a formação de um comite de apoio a greve dos metalúrgicos.

- Os panfletos de convocação dos metalúrgicos estão sendo feitos no DASCISA-CBA.

VITORIO, Ficou encarregado de mandar um documento esclarecendo a greve dos metalúrgicos, para a SUIÇA.

é o relatório



RELATÓRIO

Ao Sr. DELEGADO

Dia, 29/10/79

METALÚRGICOS



DO FÁTO

O presente relatorio se refere aos fatos e aos agentes ativos da reunião do dia 27 de outubro da oposição sindical metalúrgica de Curitiba, na vila Feliz, no colegio, localizado na via rapida - Novo Mundo a 5 quadra do supermercado parati.

HISTÓRICO

A mesma iniciou as 19:30 horas com a participação ativa de; GILBERTO, ^{Borges} INEZ, IVO, AVELAR, esses fazem parte do comando, como disseram eles, e o JOÃO CASTELO foi escolhido para servir de porta voz, esse não se fez presente; Entre as 200 pessoas que la tiveram, estava: EDESIO / FRANCO PASSOS, MOACYR REIS FERRAZ representando o CBA, BEIJAMIM, e mais representante de 4 associações de bairros, N. Srá. da Luz, vila Maria, teve presente um representante do PASTORAL dos OPERARIOS DE JOAÕVILE -SC, SILVESTRE jornalista policial tambem representando a classe, representante do MOVIMENTO dos MEDICOS se fez presente, mas preferiu ser omitido, essas entidades estavam dando todo apoio para a realização da greve.


AUGUSTO
~~ROSA~~
RUGNACONE
HUGUETE

- GILBERTO, inciou a reunião, fazendo / um esclarecimento da situação de momento e a posição do sindicato com relação ao movimento.

- INEZ, ficou com a palavra para esclarecer as diretrizes que estavam sendo tomada até o dia 10 de novembro, essas decididas pelo COMANDO em reunião anterior / que são as seguintes:

- 2º (segunda feira) não haverá greve; Por falta de base.

cont...

à S/pare
di vulgas e/
purgas
DS/ 29/10/79


Feito Lpeme no 32/79
aos O.I. da área.

Em 29-10-79



- Assembléia do dia 4, sera feita pelo sindicato com o proposito de que a greve não saia; não tera essa reunião importancia, vai quem quiser.

- Assembléia do dia 7, essa terá o apoio da oposição sindical, estavam recrutando a todos, porque é para se fazer presente o maior numero possivel, pois essa é para decidir a greve.

X [- Dia 10 de novembro, manifestação pública com o apoio das entidades.]

SISTEMA DE MOBILIZAÇÃO

Em cada fábrica há um nucleo de COMANDO responsavel em ampliar assim mesmo e levar as resoluções do COMANDO principal.

- Se houver demissões por motivo da greve esses grupos estarão preparados para a paralização a qualquer momento.

- Se fez presente um total de 25 fabricas, já com seus grupos organizados, varia de 1 (um) a 20 (vinte) os participantes / desses grupos.

- D. MARIA, responsavel pelo movimento feminino (esposa dos metalúrgicos), que estavam realizando reuniões paralelas, para apoiar e sustentar as decisões dos maridos.

- EDESIO, falou sobre a legislação e apoiou a greve, dizendo que legal ou ilegal isso não interessa o importante é o resultado da greve.

- Disse que esse movimento é apenas mais um subsidio do trabalho global para derrubar a ditadura militar e fazer o governo dos trabalhadores.

é o relatório

ANEXO:

- CARTA ABERTA AO MISTER COOK
- OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA
- JORNAL - CAMPANHEIRO

§



PT 1987.228

OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA:

APOIO E SOLIDARIEDADE PARA A LUTA OPERÁRIA NA CAMPANHA SALARIAL DE 1979.

1) A Campanha Salarial dos Metalúrgicos é um acontecimento da maior importância, que beneficia não só os 30.000 metalúrgicos e suas famílias, mas interessa também a todo povo. A inflação e os baixos salários pesam sobre todo o povo. E não são os números falados pelo governo, é o peso dos fatos, a dureza da vida, que nos mostram a inflação. Os problemas dos trabalhadores, dos moradores dos bairros e de toda a população são muito parecidos. E está indo o tempo em que os trabalhadores e todo o povo oprimido sofriam calados, aguentando sem chiar a exploração que vemos. Por isso a LUTA É DE TODOS. DEVEMOS NOS AJUDAR PORQUE A UNIÃO FAZ A FORÇA.

2) Nossas principais PROPOSTAS são claras: lutamos por um aumento de 85% sem descontos; por um piso salarial de CR\$ 6.520,00; por um reajustamento salarial de 3 em 3 meses; por um delegado sindical em cada fábrica eleito pelos seus companheiros; garantia de emprego e estabilidade; liberdade de organização e sindicalização; e pelo cumprimento da lei que muitos patrões não respeitam. Defendemos ainda que a mobilização e organização dos operários devem ser pela base, e que as Assembleias de bairro e gerais é que devem decidir os rumos da luta.

3) Por que lutamos por um aumento de 85% sem desconto e piso salarial de CR\$ 6.520,00? Vejam os aumentos dos gêneros de primeira necessidade do trabalhador nos últimos seis anos:

Mercadorias	preços em setembro/73	preços em setembro/79	aumento em 6 anos
Arroz	2,10	19,00	805%
Feijão	4,00	16,50	310%
Carne de 2ª e 3ª	7,00	70,00	900%
Carne Seca	15,00	160,00	960%
Óleo Soja	3,20	36,00	1025%
Banha	4,50	45,00	900%
Tomate	2,50	19,00	660%
Açúcar	1,20	10,00	730%
Cafê	8,20	121,40	1380%
Leite fresco	0,90	7,80	760%
Pão d'água	0,15	1,00	560%
Banana	1,00	10,00	900%
Gás	16,90	120,90	615%
Ônibus	0,40	4,00	900%

O aumento médio desses gêneros foi 775%, os salários aumentaram 630%. Perdemos só com a inflação 145%, mas não perdemos só isso, a lei nos assegura um percentual que corresponda ao aumento da produtividade, que nesses 6 anos foi de 35%. Então quanto deveria ser o nosso aumento para recuperar a inflação nos últimos 6 anos, e termos direito ao aumento da produção por trabalhador? 180%. Estamos pedindo só 85% sem desconto...

A CONSTITUIÇÃO GARANTE O PISO DE CR\$ 6.520,00

O Decreto-Lei 399, diz que um trabalhador precisa para viver durante um mês a seguinte alimentação:

6,6 Kg de carne	6 Kg de pão	4,5 Kg de feijão
7,5 Lts de leite	3 Kg de arroz	90 bananas
600 G. de café	3 Kg de açúcar	6 Kg de batatas
1,5 Kg de trigo	750 G. de manteiga	
900 G. de banha		

Nos preços de hoje, somando tudo isso dá: CR\$1.206,45, para cada pessoa. Para uma família de 3 dá: 3 x 1.206,45 = 3.619,35. Mais moradia, roupa, ônibus dá Cr\$ 6.520,00 pelo menos! Conforme o Artigo 165 da Constituição que diz que o salário tem que ser suficiente para toda a família.

4) Hoje mais do que nunca, devemos reunir todo o esforço possível em APOIO à Campanha Salarial de 1979.

Nós da oposição sindical metalúrgica decidimos lutar com todas as nossas forças pelas reivindicações propostas. Essa luta é para ter um salário que dê uma vida digna às nossas famílias, para melhorar as condições de trabalho e para que os trabalhadores se organizem livremente nos lugares onde trabalham.

No caminho dessa luta, a oposição sindical está diante de muito trabalho, muitas dificuldades, de muitos inimigos e conta também com muitos aliados. As dificuldades vão por conta que não temos o Sindicato nas mãos e temos contra a Diretoria, e nesta Campanha apesar das aparências a Diretoria está se mexendo para desmobilizar a luta, e para dividir a categoria.

Mas contamos por outro lado, com muitos aliados: todos aqueles que acreditam na classe operária e na sua luta, numa direção do movimento que se oponha ao peleguismo e seus métodos traiçoeiros, que lute de fato pela libertação dos Sindicatos. Contamos com as Associações de bairro, comunidades de base, grupos de jovens, pastorais, grupos de mulheres, estudantes, profissionais liberais (advogados, médicos, economistas, etc...), os trabalhadores conscientes de todas as categorias, associações e entidades que lutam pelo povo.

5) Pedimos à população organizar todas as formas de apoio e solidariedade aos operários em Campanha. Muitos podem ser os jeitos de organizar apoio à nossa causa. Damos aqui algumas idéias nossas que poderão ser meditadas e melhoradas pelos companheiros.

Vemos dois jeitos importantes para o trabalho de apoio à Campanha e à luta que virá: o apoio material e o apoio de divulgação.

O APOIO MATERIAL é o levantamento de recursos para a Campanha e a organização de um fundo de greve, nós estamos em Campanha e se não acontecer acordo com os patrões pode nascer a greve. O fundo é muito importante para garantir a resistência e a confiança dos operários em luta, e a ajuda aos companheiros que estão sendo demitidos, a ex. das firmas Britânia, New Holland e Omeco. Esse apoio pode ser arrecadando dinheiro alimentos, roupas, medicamentos, etc...

O APOIO DE DIVULGAÇÃO nos bairros, fábricas, escolas, falando de nossa luta e nossas reivindicações, e mantendo toda a população informada dos acontecimentos, sobretudo quando sabemos que nestas horas os patrões procuram distorcer os fatos.

Portanto a atuação dos Comites de Apoio e Solidariedade têm três papéis importantes: apoiar o movimento dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida e trabalho; apoiar materialmente, com contribuições para o fundo da Campanha, fundo de greve e ajuda aos companheiros demitidos; divulgar e denunciar a repressão dos patrões.

6) Convidamos todos os interessados em trabalhar no apoio e sustentação da luta operária na Campanha Salarial que se organize e entrem em contato com a Oposição Sindical Metalúrgica

Vamos formar uma poderosa CORRENTE DE REFORÇO E SOLIDARIEDADE ao movimento, que diz respeito não só à luta salarial dos metalúrgicos, mas que interessa a todo povo.

" OPERÁRIO E POVO UNIDOS JAMAIS SERÃO VENCIDOS "

Curitiba, 27 de outubro de 1979.

Oposição Sindical Metalúrgica de Curitiba.

= = = = =

PT 198722D



Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil

48

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

=SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES=

Sr. Delegado Divisional.

Informo a Vossa Senhoria, que o C.B.A. de Curitiba, estará realizando na A.P.P., a partir das 20:00 horas do dia 31/10/79, uma reunião com o intuito de organizar o COMITÊ DE APÓIO AOS METALURGICOS DE CURITIBA. Para essa reunião estão sendo distribuídos convites às Entidades das quais segue uma relação anexa. A distribuição dos convites está sendo feita em mãos, por JÓÃO BENJAMIM DOS SANTOS.

Informo ainda que, a formação desse Comitê tem total apoio das Associações de Bairros de Curitiba.

Além da reunião já mencionada, o C.B.A. realizará hoje 30/10/79 na A.P.P., as 20:00 horas, uma reunião com seus Associados, e na quinta-feira 1º de 11/79 as 20:00 horas, realizará a tradicional reunião das quintas-feiras só que, desta vez no Diretório Regional do MDB, à rua Dr. Murici nº 542, conjunto 906.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES QUE ESTÃO RECEBENDO O CONVITE :

- MDB-Diretório Regional;
- MDB-Diretório Municipal;
- Associação dos Médicos Residentes;
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Sul;
- Comissão Pontifícia de Justiça;
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - (FETAEP);
- Associação do Teatro Infantil de Curitiba - ATIC ;
- Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais - CEPAED ;
- Associação dos Professores do Paraná-APP;
- Associação dos Moradores da Cidade Industrial;
- Associação dos Moradores da Vila Maria;
- Associação dos Moradores da Vila Formosa;
- Sociedade Paranaense dos Sociólogos;



ep

=segue=

SERVIÇO DE IMPRENSA DA POLÍCIA CIVIL

PT 1987. 228



Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil

49

CONTINUAÇÃO...

fls-02

Centro Brasileiro de Estudos da Saúde - CEDES;
Associação dos Economistas do Estado do Paraná - AEEP ;
Associação Nacional de Ajuda ao Índio - ANAI;
Associação de Estudos Educacionais - AEED;
Movimento de Organização Independente dos Professores -MOIP;
Diretório Acadêmico Rocha Pombo -DARP;
Diretório Acadêmico Anísio Teixeira - DAAT;
Diretório Acadêmico do Setor de Ciência da Saúde- DASCISA;
DASCIESA;
DAST;
DASCA;
Diretório Acadêmico Euclides da Cunha- DAED ;
Centro Acadêmico Hugo Simas- CAHS;
Centro de Estudos de Filosofia;
União Paranaense dos Estudantes Secundários-UPES;
Comitê Estudantil Independente pela Anistia;
Comissão por melhores Condições de Ensino;
Movimento Familiar Cristão;
Diretório Acadêmico Clotário Portugal;
Movimento Ecológico de Curitiba- MOVEC;
Comitê de Defesa da Amazônia e Meio Ambiente - CDAMA ;
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
DCE da Universidade Federal.



É o Relatório.

Curitiba, 30 de outubro de 1.979.-

ed
/



CARTA ABERTA AO MISTER COOK

Caro Sr Mister Cook :



Na carta que voce deu prá nós voce só falou uma verdade. É mesmo um grupo de oposição ao sindicato que está fazendo o nosso movimento pelo aumento.

E isto é mais que claro porque a perseguida do sindicato estão do lado dos patrões e nunca fizeram nada por nós. e nunca vão fazer. Se fosse por eles ,já tinha acertado os 56% com desconto dos 22,5% que voces ofereceram da primeira vez.

O resto da sua carta, desculpe a franqueza mais foi tudo mentira.

Primeiro, que a New Holland nem tá atendendo os seus funcionários coisa nenhuma ,pois não deu nem a antecipação de 22,5% que as outras firmas tiveram em junho passado. Ela deu só 10,5%.

Segundo que a New Holland não deixa os funcionarios se sindicalizar, porque proibe o desconto da mensalidade do sindicato em folha, o que é contra a lei.

E terceiro, que voces só querem é produção, não importando a saúde dos peão, pois não pagam nem insalubridade que é de lei. E quando alguém vai reclamar no ministério voces arrumam uma justa causa prá ele.

E prá finalizar, vai o nosso recado pro senhor:

NÃO ADIANTA AGORA VIR FAZER FOFOCA QUE A TURMA TÃO UNIDOS NOS 85% !!

OU DÁ OU DESCE ! falo bicho ?

assinado

José Bigorna e a peõesada da Sperry

OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA

APOIO E SOLIDARIEDADE PARA A LUTA OPERÁRIA NA CAMPANHA SALARIAL DE 1979.

1) A Campanha Salarial dos Metalúrgicos é um acontecimento da maior importância, que beneficia não só os 30.000 metalúrgicos e suas famílias, mas interessa também a todo povo. A inflação e os baixos salários pesam sobre todo o povo. E não são os números falados pelo governo, é o peso dos fatos, a dureza da vida, que nos mostram a inflação. Os problemas dos trabalhadores, dos moradores dos bairros e de toda a população são muito parecidos. E está indo o tempo em que os trabalhadores e todo o povo oprimido sofriam calados, aguentando sem chiar a exploração que vemos. Por isso a LUTA É DE TODOS. DEVEMOS NOS AJUDAR PORQUE A UNIÃO FAZ A FORÇA.

2) Nossas principais PROPOSTAS são claras: lutamos por um aumento de 85% sem descontos; por um piso salarial de CR\$ 6.520,00; por um reajustamento salarial de 3 em 3 meses, por um delegado sindical em cada fábrica eleito pelos seus companheiros; garantia de emprego e estabilidade; liberdade de organização e sindicalização, e pelo cumprimento da lei que muitos patrões não respeitam. Defendemos ainda que a mobilização e organização dos operários devem ser pela base, e que as Assembleias de bairro e gerais é que devem decidir os rumos da luta.

3) Por que lutamos por um aumento de 85% sem desconto e piso salarial de CR\$ 6.520,00? Vejam os aumentos dos gêneros de primeira necessidade do trabalhador nos últimos seis anos:

Mercadorias	preços em setembro/73	preços em setembro/79	aumento em 6 anos
Arroz	2,10	19,00	805%
Feijão	4,00	16,50	310%
Carne de 2ª e 3ª	7,00	70,00	900%
Carne Seca	15,00	160,00	960%
Óleo Soja	3,20	36,00	1025%
Banha	4,50	45,00	900%
Tomate	2,50	19,00	660%
Açúcar	1,20	10,00	730%
Café	8,20	121,40	1380%
Leite fresco	0,90	7,80	760%
Pão d'água	0,15	1,00	560%
Banana	1,00	10,00	900%
Gás	16,90	120,90	615%
Ônibus	0,40	4,00	900%

O aumento médio desses gêneros foi 775%, os salários aumentaram 630%. Perdemos só com a inflação 145%, mas não perdemos só isso, a lei nos assegura um percentual que corresponda ao aumento da produtividade, que nesses 6 anos foi de 35%. Então quanto deveria ser o nosso aumento para recuperar a inflação nos últimos 6 anos, e termos direito ao aumento da produção por trabalhador? 180%. Estamos pedindo só 85% sem desconto...

A CONSTITUIÇÃO GARANTE O PISO DE CR\$ 6.520,00

O Decreto-Lei 399, diz que um trabalhador precisa para viver durante um mês a seguinte alimentação:

6,6 Kg de carne	6 Kg de pão	4,5 Kg de feijão
7,5 Lts de leite	3 Kg de arroz	90 bananas
600 G. de café	3 Kg de açúcar	6 Kg de batatas
1,5 Kg de trigo	750 G. de manteiga	
900 G. de banha		

Nos preços de hoje, somando tudo isso dá CR\$1.206,45, para cada pessoa. Para uma família de 3 dá 3 x 1.206,45 = 3.619,35. Mais moradia, roupa, ônibus dá CR\$ 6.520,00 pelo menos! Conforme o Artigo 165 da Constituição que diz que o salário tem que ser suficiente para toda a família.

CO

PT 1987/228

4) Hoje mais do que nunca, devemos reunir todo o esforço possível em APOIO à Campanha Salarial de 1979.

Nós da oposição sindical metalúrgica convidamos lutar com todas as nossas forças pelas reivindicações prometidas. Essa luta é para ter um salário que dê uma vida digna às nossas famílias, para melhorar as condições de trabalho e para que os trabalhadores se organizem livremente nos lugares onde trabalham.

No caminho dessa luta a oposição sindical está diante de muito trabalho, muitas dificuldades, de muitos inimigos e conta também com muitos aliados. As dificuldades vão por conta que não temos o Sindicato nas mãos e temos contra a Diretoria, e nesta Campanha apesar da aparência a Diretoria está se mexendo para desmobilizar a luta, e para dividir a categoria.

Mas contamos por outro lado, com muitos aliados: todos aqueles que acreditam na classe operária e na sua luta, numa direção de movimento que se oponha ao peteulismo e seus métodos traiçoeiros, que luta de fato pela libertação dos Sindicatos. Contamos com as Associações de bairro, comunidades de base, grupos de jovens, pastorais, grupos de mulheres, estudantes, profissionais liberais (advogados, médicos, economistas, etc...), os trabalhadores conscientes de todas as categorias, associações e entidades que lutam pelo povo.

5) Pedimos à população organizar todas as formas de apoio e solidariedade aos operários em Campanha. Muitos podem ser os jeitos de organizar apoio à nossa causa. Damos aqui algumas idéias nossas que poderão ser meditadas e melhoradas pelos companheiros.

Vemos dois jeitos importantes para o trabalho de apoio à Campanha e à luta que virão: o apoio material e o apoio de divulgação.

O APOIO MATERIAL é o levantamento de recursos para a Campanha e a organização de um fundo de greve, nós estamos em Campanha e se não acontecer acordo com os patrões pode nascer a greve. O fundo é muito importante para garantir a resistência e a confiança dos operários em luta, e a ajuda aos companheiros que estão sendo demitidos, a ex. das firmas Britânia, New Holland e Omeco. Esse apoio pode ser arrecadando dinheiro, alimentos, roupas, medicamentos, etc...

O APOIO DE DIVULGAÇÃO nos bairros, fábricas, escolas, falando de nossa luta e nossas reivindicações, e mantendo toda a população informada dos acontecimentos, sobretudo quando sabemos que nestas horas os patrões procuram distorcer os fatos.

Portanto a atuação dos Comites de Apoio e Solidariedade têm três papéis importantes: apoiar o movimento dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida e trabalho; apoiar materialmente, com contribuições para o fundo da Campanha, fundo de greve e ajuda aos companheiros demitidos; divulgar e denunciar a repressão dos patrões.

6) Convidamos todos os interessados em trabalhar no apoio e sustentação da luta operária na Campanha Salarial que se organizem entrem em contato com a Oposição Sindical Metalúrgica

Vamos formar uma poderosa CORRENTE DE REFORÇO E SOLIDARIEDADE ao movimento, que diz respeito não só à luta salarial dos metalúrgicos, mas que interessa a todo povo.

OPERÁRIO E POVO UNIDOS JAMAIS SERÃO VENCIDOS

Curitiba, 27 de outubro de 1979.

Oposição Sindical Metalúrgica de Curitiba.

= = = = =

RELATÓRIO

Ao Sr. DELEGADO

Dia, 06/11/79

METALÚRGICO

DO FATO

O presente relatório se refere aos fatos e aos agentes ativos da reunião do Comitê de Solidariedade aos metalúrgicos, do dia 05 de novembro no DASCISA.

HISTÓRICO

A mesma iniciou as 20:00 h, com a participação de 20 pessoas, entre elas; Narciso, Vitorio, Marcelo, Roberto representando os metalúrgicos, Antonio, construção civil, Carlos, da Unidade, Arlete, Nazare, Elena.

Pauta - Encaminhar as tarefas das comissões.

- Promover shows musicais, para arrecadar fundos, e também levar esclarecimento político nas vilas.
- ATO PÚBLICO, sábado na vila feliz, será decidido quarta feira na próxima reunião do comite.
- Proxima reunião do Comitê de Solidariedade aos Metalúrgicos, sera no Regional do MDB as 20:00 h, quarta feira.

NOTA

Construção civil,

Antonio, junto com ele mais 4, comentou que os elementos já mobilizados, irão dar ajuda financeira de apoio aos metalúrgicos. Em reunião anteriores, esse grupo tiveram participação.

é o relatório.



à S. I. para
divulgar
DSI 6/11/79
Car

Tecido Imbric no 391-9
ao O. I. da área.

Em 06-11-79
S. I.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO DO PARANÁ.

Conforme reunião realizada na Delegacia Regional do Trabalho, dia 1º.11.79 entre as comissões de salários e de acordo com a nova política Salarial, damos a seguir, salvo erro de interpretação a tabela dos salários que deverão vigorar em duas etapas:

- 1ª em 1º.11.79
2ª em 1º.12.79

1ª ETAPA:

Dia 1º.11.79 o salário mínimo de categoria = CR\$ 3.036,00

2ª ETAPA: De 1 a 3 Salários mínimos.

Salario base - 1º.12.78 exemplo:

Table with 4 columns: Quem ganha, CR\$ amount, and percentage increase. Rows show transitions from 2.500,00 to 4.200,00 (68%), 5.000,00 to 8.400,00 (68%), and 8.798,40 to 14.780,00 (68%).

2ª FAIXA: De 3 Salários Mínimos a 10 Sal. Mínimos.

Exemplo:

Quem ganhava em 1º.12.78 CR\$ 10,000,00

Calculation table for the 2nd band. Shows 10.000,00 minus 8.798,40 (multiplied by 1,68) and 1.201,60 (multiplied by 1,64) resulting in 6.750,62.

10.000,00 + 6.750,62 = 16.750,62 = 67,5

Limite da 2ª Faixa CR\$ 29.328,00

Calculation table for the 2nd band limit. Shows 29.328,00 minus 8.798,00 (multiplied by 1,68) and 20.530,00 (multiplied by 1,64) resulting in 19.120,80.

29.328,00 + 19.120,80 = 48.448,80 = 65,5

3ª FAIXA: Acima de 10 Salários Mínimos .

Exemplo:

Calculation table for the 3rd band. Shows 35.000,00 minus 29.328,00 (multiplied by 1,58) resulting in 22.410,56.

35.000,00 + 22.410,56 = 57.410,56 = 64%

Como trata-se de uma Lei nova, pode ocorrer que os nossos calculos sejam alterados, todavia, as variações serão mínimos, os exemplos da tabela acima corresponde as tres etapas distintas previstas na Lei: Isto é de 1 a 3 salários mínimos o maior

no país - CR\$ 2.932,80 até CR\$ 8.798,40 = 68%

DE - CR\$ 8.798,40 a CR\$ 29.328,00 = 64%

Acima de - CR\$ 29.328,00 = 52% + 6% de produtividade = 58%

Como os calculos são cumulativos e sobrepostos apresentam porcentagens a mais.

Esta circular é apenas para orientar a nossa Assembléia, tão logo esteja em vigor a nova Convenção faremos uma outra circular que deverá sanar as dúvidas que possam existir.

Lembramos o que já foi divulgado na circular anterior, assinada por todos os membros da comissão de salários, uma greve poderá resultar em diminuição da atual proposta, já que só podemos discutir produtividade da Categoria Profissional.

ATENCIOSAMENTE,

PRESIDENTE E COMISSÃO DE SALÁRIOS.

PT 1987.228





Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil

75

1 - Anotar
2 - Arquivar
Joh. 4.12.79
E.S.

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
=SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÃO=

A Anotar
↓

SR. DELEGADO DIVISIONAL



No dia 20/11/79, no período da tarde, encontrei-me com INÊS PELIZZARO, (do comando de greve dos metalúrgicos), na Rua Emeliano Pernetta, Inês estava conversando com um grupo de grevistas da construção civil, dizia à eles que, continuassem a luta que acabariam vencendo, como venceram os metalúrgicos. A mesma ao ver que as pessoas saíam às janelas, e que simpatizavam com o movimento, pedia para que estas telefonassem aos jornalistas, e dissessem que os grevistas estavam se dirigindo para a praça Zacarias. Ao chegar na Praça a referida ficou penalizada de ver os grevistas sem liderança. Dirigiu-se então para o escritório de EDESIO FRANCO PASSOS e expôs a situação do pessoal da construção civil, Edésio disse que, DAVID e JOAQUIM já se encontravam ajudando o pessoal que ele ia até a praça para ver o que poderia fazer pelos grevistas. Como Inês não manifestou desejo de segui-lo, perdi-o de vista.

Anotar No trajeto até o escritório de Edésio a metalúrgica encontrou-se com quatro deputados do MDB, entre os quais NELTON FRIEDRICH, o qual disse que ia ver como estava a situação dos grevistas.

ANGELO CARLOS VANHONI (TICO), da UCP, encontrava-se entre o pessoal da construção civil na Praça Zacarias, conversando com vários deles.

Às 19:20 horas, juntamente com JOÃO BENJAMIM DOS SANTOS, (CBA), ALBERTO, (METALÚRGICO), (NEW HALAND) e MARINALVA GONÇALVES DA SILVA (SIEMENS), dirigimo-nos até a praça Zacarias, onde João Benjamim e Alberto manifestaram-se dizendo, os grevistas estão em desorganização total, hoje não há condições de ajudá-los.

Hoje, 21/11/79, às 20:00 horas, haverá reunião do Comitê de Solidariedade na rua Marechal Deodoro, nº 228, 2º andar.

E o relatório.

Curitiba, 21 de novembro de 1.979.-

E.P.

PT 1987.228

SERVIÇO DE IMPRENSA DA POLÍCIA CIVIL

REUNIAO - DO COMITE DE SOLIDARIEDADE

HOJE AS 20:00 h.

- LOCAL - Rua. MARECHAL DEODORO, 228
2º Andar.

21/11/71.

- SEDE DOS SOCIOLOGOS -

- AS 16:00 na PRAÇA do Atlético p/ uma nova ASSEMBLEIA.

- AS 14:00 h. A COMISSÃO de NEGOCIAÇÃO ESTARÃO REUNIDOS junto com ~~Gy~~ Friedmann

- A COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ,
NA SEDE DA CURIA.

- DCE - CARLOS e ROGERIO.

FIZERAM UMA FAIXA - DIZENDO,

- OS ESTUDANTES APOIAM OS TRABALHADORES.

- OS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM O DISCISA.

- SE ENCONTRA NO MEIO DOS TRABALHADORES, TENTANDO PROMOVER A
MISSA, p/ QUE A MESMA NAO PARE.

- UM TOTAL DE 30 ESTUDANTES.

[Dia 22 - Atlético = 16 horas
CJS MOACIA

Anotado no dia 26/3/80.

PASTA GREVE DA CONSTRUÇÃO
CIVIL

Handwritten signature



76

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA

Metalúrgicos - 30/11/79 - Rua Lamenha Lins, sede
do Sindicato, as 19:00 horas

Objetivos - apreciação:

- 1 - Demissão com base na participação no vomi
mento grevista;
- 2 - Represálias e pressão a funcionários;
- 3 - Falta de pagamento aos dias parados.

Presença de ⁺ 200 trabalhadores (Edésio)

Serão intentadas ações trabalhistas em conjunto,
para sanar os problemas acima.

Se persistirem as pressões, farão novas paraliza
ções, dentro das próprias fábricas.

Origem das pressões: Siemens, Furukawa, Magius,-
Lider e Britânia.

Uma nova reunião foi marcada para o dia 08/12/79
as 18:00 horas, na sede do Sindicato.

A oposição sindical dos metalúrgicos se reunirá
na próxima 4ª feira (05/12/79), as 19:00 horas, na Vi
la Feliz, antigo Colégio Emílio de Menezes.

.....

[Handwritten signatures]



à SI para
di vulgares

DSI 3/12/79

R. Lezi

1. Disposição (A-1)
2. Análise de...

Ida 4.12.79

OB

Facto Infame no 52/79 aos

O. I. da área

Em 05-12-79



Secretaria de Estado da Segurança Pública Polícia Civil



RELATÓRIO 12/79
de informações

[Handwritten signatures and initials]

Ao Sr. DELEGADO
Dia, 06/12/79
METALÚRGICOS - COMITÊ

DO FATO

O presente relatório se refere aos fatos e aos agentes ativos da reunião da oposição sindical metalúrgicas, na vila feliz e do Comitê, na sede / dos Sociólogos, realizadas no dia 05/12 do corrente ano.

HISTÓRICO

- Metalúrgicos, as 19:00 Vila Feliz

OBJETIVOS;

- Preparar a assembleia do dia 08/12/79, na / sede do sindicato.

- Fazer pressão ao Sindicato para que o mesmo cumpra com as tarefas determinadas na Assembleia.

INFORMES:

- Associação da Vila Formosa, pede a presença dos metalúrgicos sábado as 16:00 horas na sua sede (dia 08/12/79), para discutir e encaminhar o movimento de greve dos marceneiros.


- Padre Antonino ^(ANTONIO LAZARIN) entregou 2.000 convites a ser distribuido entre os trabalhadores - segue anexo o mesmo.

quillome Teve presente 16 pessoas entre: Gilberto, Roberto, Paulinho, Luiz, Paulo (não metalúrgico) e Pedro, além de Ines e Marinalva. *GONÇALVES DA SILVA*
PELIZZARO

Benedito

Coera Mo

51

6/12/79


R. Lige
1. Anotação
~~Definição (A)~~
(antes nome, idade, preço
dos participantes)

~~2. Anotação~~

2. Anotação

Sol, 6.12.79

LA

Anotado no dia 26/03/80.-

PASTA GREVE DOS METALÚRGICOS

Attestado.



76

Secretaria de Estado da Segurança Pública Polícia Civil

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE, 22:00 horas
na sede dos Sociólogos.

PAUTA:

- Situação do Comitê
- Auto-crítica
- Ato público, junto ao CBA
- Segue anexo panfletos
- Próxima reunião do Comitê dia 14/12/79
as 19:30 horas, na sede dos Sociólogos..

Ato público, reunião hoje as 20:00 horas no DASCISA para
encaminhamento prático (06/12/79).

- Presença das Associações e outras Enti-
dades e Diretórios Estudantis.

É o relatório.



OPOSIÇÃO

CHAPA 2 INFORMA



SEXTA FEIRA, DIA 31, ÀS 19:00 h., NA IGREJA DO GUADALUPE (ATRÁS DA RODOVIÁRIA VELHA) VAI TER A ASSEMBLÉIA DO SINDICATO SOBRE A CAMPANHA SALARIAL. O NOSSO AUMENTO, A INSALUBRIDADE E OUTRAS COISAS ESTÃO EM JOGO. VAMOS LÁ DEFENDER AS NOSSAS PROPOSTAS:



- 1 – SALÁRIO MÍNIMO DO METALÚRGICO: Cr\$ 14.400,00
- 2 – REAJUSTE: O AUMENTO DO GOVERNO E MAIS 25% SOBRE O SALÁRIO ATUAL.
- 3 – PAGAMENTO DA TAXA DE INSALUBRIDADE PARA TODOS OS QUE TRABALHAM EM EMPRESAS METALÚRGICAS, NO SETOR DA PRODUÇÃO.
- 4 – EXIGIMOS O PAGAMENTO DOS DOIS DIAS DA GREVE DO ANO PASSADO POR AQUELAS EMPRESAS QUE NÃO PAGARAM, ALÉM DOS DEMAIS DIAS DESCONTADOS (DOMINGO E FERIADOS DIA 15/11/79) EM VALORES ATUAIS.
- 5 – EXIGIMOS UM EXAME MÉDICO COMPLETO PARA OS FUNCIONÁRIOS QUE FOREM DISPENSADOS OU DEMITIDOS DO EMPREGO.
- 6 – EXIGIMOS ESTABILIDADE DE 1 ANO PARA TODOS OS METALÚRGICOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DE TRABALHO.
- 7 – EXIGIMOS 1 REPRESENTANTE SINDICAL PARA CADA 100 EMPREGADOS, E 1 PARA AS EMPRESAS QUE POSSUÊM MENOS DE 100 EMPREGADOS, SENDO TODOS COM ESTABILIDADE NO EMPREGO ATÉ 1 ANO APÓS O MANDATO E ELEITO PELOS PRÓPRIOS TRABALHADORES.
- 8 – EXIGIMOS QUE OS REAJUSTES SEJAM DE 3 EM 3 MESES.
- 9 – EXIGIMOS ESTABILIDADE DE 2 ANOS PARA OS CIPEIROS.
- 10 – EXIGIMOS QUE HAJA UMA COMISSÃO DE FÁBRICA OU EMPRESA ELEITA PELOS TRABALHADORES, COM ESTABILIDADE NO EMPREGO.
- 11 – EXIGIMOS SALÁRIO IGUAL PARA MULHER, HOMEM E MENOR QUE EXECUTAM AS MESMAS FUNÇÕES.
- 12 – EXIGIMOS QUE A JORNADA DE TRABALHO SEJA DE 40 HORAS SEMANAIS, SEM PREJUÍZO DO SALÁRIO.

- 13 – EXIGIMOS O FIM DO **CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**.
- 14 – EXIGIMOS O PAGAMENTO DE 50% **NAS PRIMEIRAS 2 HORAS** EXTRAS APÓS O TÉRMINO DO EXPEDIENTE NORMAL E 100% NAS DEMAIS.
- 15 – EXIGIMOS **VESTUÁRIO GRATUITO** (MACACÃO, BOTAS, GUARDA-PÓ, ETC) E EQUIPAMENTOS DE **SEGURANÇA**.
- 16 – EXIGIMOS QUE TODAS AS EMPRESAS **ACEITEM OS ATESTADOS DO INAMPS**, MESMO AQUELAS QUE JÁ POSSUEM CONVÊNIO COM OUTRAS CLÍNICAS.
- 17 – EXIGIMOS QUE O PAGAMENTO E DESCONTO DO DOMINGO SEJAM **PROPORCIONAIS** AS HORAS TRABALHADAS DURANTE A SEMANA.
- 18 – EXIGIMOS **REFEIÇÕES NO LOCAL DE TRABALHO**, COM O PREÇO EQUIVALENTE A 0,1% DO PISO SALARIAL, O QUE SERIA HOJE Cr\$ 5,40.
- 19 – EXIGIMOS QUE TODAS EMPRESAS CUMPRAM O DECRETO LEI DA CLT "SOBRE A CRIAÇÃO DE **CRECHES** EM FIRMAS COM MAIS DE 20 MULHERES EM IDADE FÉRTIL".
- 20 – EXIGIMOS QUE AS EMPRESAS DO RAMO METALÚRGICO **NÃO CONTRATEM** EMPREGADOS CONTRATADOS PELAS **EMPREITEIRAS DE MÃO-DE-OBRA** (PROVISÃO, GELRE, ETC.)
- 21 – EXIGIMOS O **SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO**: (PAGAMENTO DE SALÁRIO IGUAL P/FUNCIIONARIOS QUE EXERCEREM FUNÇÕES DEIXADAS POR OUTROS FUNCIONÁRIOS).
- 22 – EXIGIMOS O **PAGAMENTO DAS FÉRIAS EM DOBRO**.
- 23 – EXIGIMOS **ESTABILIDADE DE 1 ANO PARA QUEM VOLTA DO SEGURO**.

ESTAS PROPOSTAS SÃO RESULTADO DAS PESQUISAS FEITAS EM MUITAS FÁBRICAS PELA TURMA DA OPOSIÇÃO CHAPA 2.

O CUSTO DE VIDA, TODOS SABEMOS, ESTÁ MUITO ALTO (125%). O QUE PEDIMOS É ALTO, MAS É PARA PODERMOS ENFRENTAR ESTA SITUAÇÃO. O QUE CONSEGUIRMOS DOS PATRÕES A MENOS, FICARÁ COMO PROVA E DENÚNCIA DA EXPLORAÇÃO QUE ESTAMOS SOFREDO. O SINDICADO DISSE QUE SÓ ENTRA COM A CARTEIRINHA DE SÓCIO MENTIRA ! TODO O METALÚRGI DEVE IR, PORQUE ESTÁ EM JOGO O AUMENTO DE TODA A CATEGORIA.

TRAGA A SUA CARTEIRA PROFISSIONAL.

TODOS À ASSEMBLÉIA. UNIDOS VOTAREMOS AS MELHORES PROPOSTAS.

ATÉ SEXTA FEIRA, DIA 31, ÀS 19:00 H, NA IGREJA DO GUADALUPE, ATRÁS DA RODOVIÁRIA VELHA

TRABALHADOR UNIDO, JAMAIS SERÁ VENCIDO !



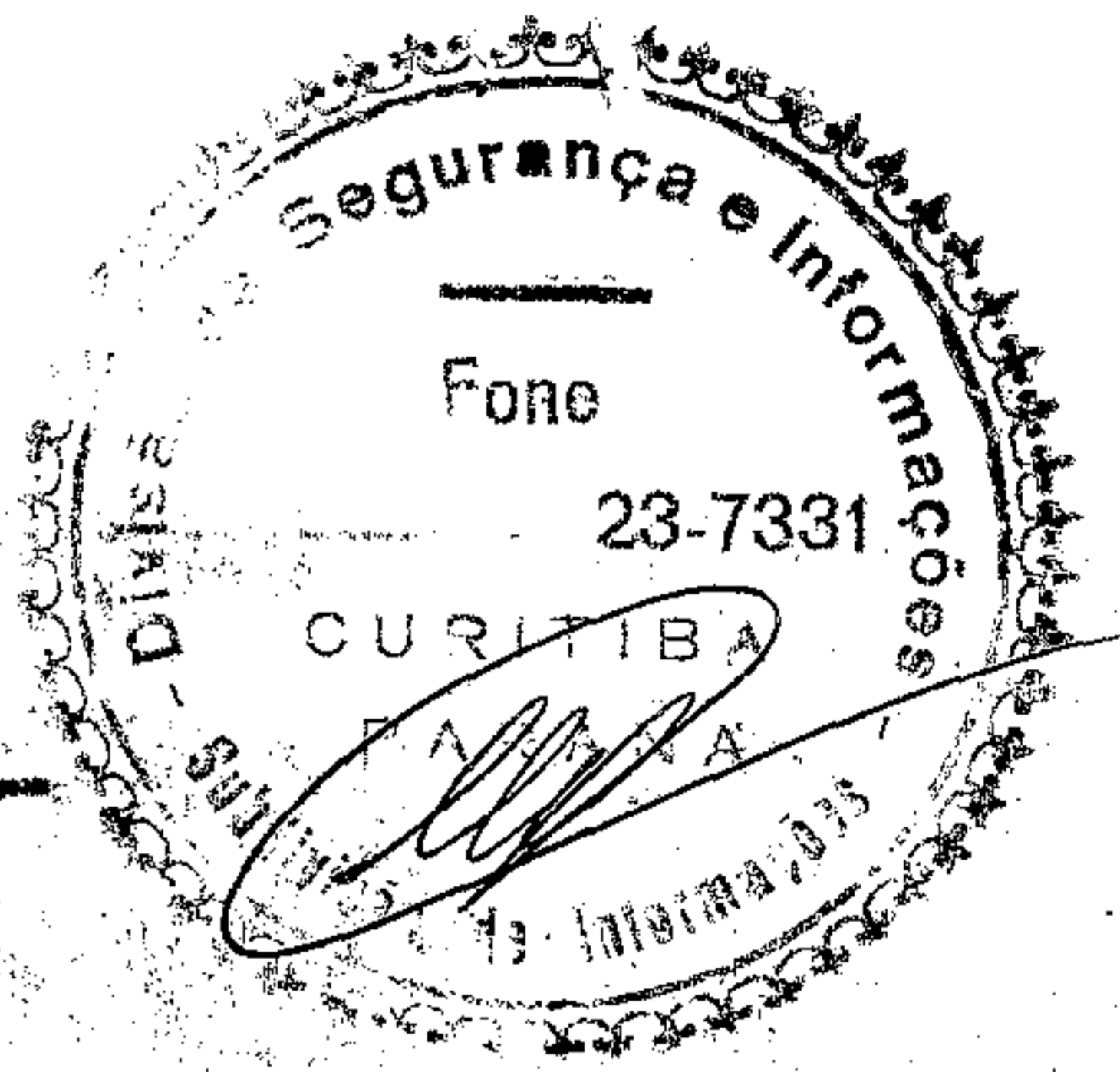
ESTADO DO PARANA

SESP - POLICIA CIVIL - DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

~~SECRETARIA DE EXERCÍCIOS PÚBLICOS SOCIAIS~~

SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

98



- 3 CLASSIFICAÇÃO A-1
- 4 DIFUSÃO SNI/ACT-E/2-5*RM/DE-DPF/PR-CI/SESP-PMPR
- 5 REFERÊNCIA
- 6 ANEXO: UMA CÓPIA XEROX

INFORME.	Nº	401/80
INFORMAÇÃO	Nº	

RESPONSABILIDADE DO SIGILO

Foi realizada uma Assembléia dos Metalúrgicos, no Auditório da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe, no dia 31/10/80, às 20:00 horas.

A mesa foi composta por 05 (cinco) elementos, sendo presidida por OLÍVIO ou LÍDIO e mais o advogado do Sindicato Dr. EDÉSIO FRANCO PASSOS, MATIAS MARTINS, e um representante da classe de Telêmaco Borba, conhecido por "POLAKI" e JOÃO MACIEL.

O objetivo dessa Assembléia, foi dar ciência a classe metalúrgica do constante no impresso "CHAPA 2 INFORMA", dividida em 23(vinte e três) itens, conforme segue em anexo.

Foi aprovada a formação de uma Comissão para discutir junto a classe Patronal as reivindicações.

Será marcada nova Assembléia oportunamente e consequentemente avisada toda classe metalúrgica,

Durante a Assembléia dois outros metalúrgicos, GILBERTO CARVALHO e ARIEL, pediram a palavra e defenderam as reivindicações contidas na "CHAPA" 2. Um terceiro metalúrgico de nome ALCEU, fez uma denúncia contra a "SIDEPAR" Siderúrgica Paranaense, dizendo que a mesma não paga a insalubridade a seus funcionários.

=segue=

PT 1987.228

CONFIDENCIAL





99

~~DELEGACIA DE ORDEM POLICIAL~~

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =
~~SERVIÇO DE ORDEM POLICIAL~~

DATA, 04 / 11 / 80

- 1 ASSUNTO
- 2 ORIGEM
- 3 CLASSIFICAÇÃO
- 4 DIFUSÃO
- 5 REFERÊNCIA



CONTINUAÇÃO DO INFORME Nº 401/80.

~~INFORME~~

Presenciou à Assembléia, PAULO ROBERTO DE ALMEIDA E filho de Mario de Almeida Melo e Antonieta Bueno Melo, natural de Cornélio Procopio/Pr, nascido em 28 de abril de 1958, auxiliar de cartório, o qual foi membro do Grupo Radical "MOBILIZAÇÃO DE BASE", que atuou no movimento grevista dos metalúrgicos, ocorrido nessa Capital no ano de 1979.

Durante a referida Assembléia, foram distribuídos diversos jornais, tais como: "VOZ DA UNIDADE", "CORREIO SINDICAL", "ZÉ BIGORNA". A Assembléia contou com a participação de aproximadamente 800 pessoas e foi encerrada, por volta das 21:30 horas.

(.....)

B-15



PT 1987.228

OPOSIÇÃO

CHAPA 2 INFORMA



SEXTA FEIRA, DIA 31, ÀS 19:00 h., NA IGREJA DO
GUADALUPE (ATRÁS DA RODOVIÁRIA VELHA) VAI TER A
ASSEMBLÉIA DO SINDICATO SOBRE A CAMPANHA
SALARIAL. O NOSSO AUMENTO, A INSALUBRIDADE
E OUTRAS COISAS ESTÃO EM JOGO. VAMOS LÁ DE-
FENDER AS NOSSAS PROPOSTAS:



- 1 - SALÁRIO BÁSICO DO METALÚRGICO: R\$ 14.400,00
- 2 - REAJUSTE: O AUMENTO DO GOVERNO E MAIS 25% SOBRE O SALÁRIO ATUAL.
- 3 - PAGAMENTO DA TAXA DE INSALUBRIDADE PARA TODOS OS QUE TRABALHAM EM EMPRESAS METALÚRGICAS, NO SETOR DA PRODUÇÃO.
- 4 - EXIGIMOS O PAGAMENTO DOS DOIS DIAS DA GREVE DO ANO PASSADO POR AQUELAS EMPRESAS QUE NÃO PAGARAM, ALÉM DOS DE MAIS DIAS DESCONTADOS (DOMINGO E FÉRIADOS DIA 15/11/79) EM VALORES ATUAIS.
- 5 - EXIGIMOS UM EXAME MÉDICO COMPLETO PARA OS FUNCIONÁRIOS QUE FOREM DISPENSADOS OU DEMITIDOS DO EMPREGO.
- 6 - EXIGIMOS ESTABILIDADE DE 1 ANO PARA TODOS OS METALÚRGICOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DE TRABALHO.
- 7 - EXIGIMOS 1 REPRESENTANTE SINDICAL PARA CADA 100 EMPREGADOS, E 1 PARA AS EMPRESAS QUE POSSUEM MENOS DE 100 EMPREGADOS, SENDO TODOS COM ESTABILIDADE NO EMPREGO ATÉ 1 ANO APÓS O MANDATO E ELEITO PELOS PRÓPRIOS TRABALHADORES.
- 8 - EXIGIMOS QUE OS REAJUSTES SEJAM DE 3 EM 3 MESES.
- 9 - EXIGIMOS ESTABILIDADE DE 2 ANOS PARA OS CIPEIROS.
- 10 - EXIGIMOS QUE HAJA UMA COMISSÃO DE FÁBRICA OU EMPRESA ELEITA PELOS TRABALHADORES, COM ESTABILIDADE NO EMPREGO.
- 11 - EXIGIMOS SALÁRIO IGUAL PARA OS QUE EXECUTAM AS MESMAS FUNÇÕES.
- 12 - EXIGIMOS QUE A JORNADA DE TRABALHO SEJA DE 40 HORAS SEMANAIS, SEM PREJUÍZO DO SALÁRIO.

PT 9987-228

301

Data: 31.10.80

Local: Auditório da Igreja do Guadalupe

- Composição da mesa:

Sr. Orlei - Presidente do Sindicato

Sr. Matias - Representante da Federação.

Sr. Edézio - Advogado do Sindicato.

Sr. "Polaco" - Presidente do Sindicato do Papel de Telemaco Borba.

Sr. João Maciel - Representante da Oposição.



Abertura às 20:15 horas em segunda convocação.

* Palavra inicial do Presidente do Sindicato

- Leitura das proposições aos patrões (Apresentada na íntegra as reivindicações da OPOSIÇÃO). Anexa.

N.B: Às referidas acresceu-se duas reivindicações, a saber:

- a) No item 3 ficou vinculada a percepção do adicional periculosidade juntamente com o de insalubridade quando ambos forem devidos, contrariando a legislação vigente.
- b) Correção da taxa de mensalidades do sindicato, passando de um valor fixo para o percentual de 1% sobre o salário nominal do associado.

* Em seguida o Dr. Edézio apresentou uma rápida análise de cada uma das reivindicações.

* Dando prosseguimento o Sr. Presidente passou a palavra à oposição para defesa de cada item;

1ª) Sr. Gilberto Carvalho:

- Esclareceu que para estabelecer o piso salarial proposto de Cr\$ 14.400,00 realizou-se durante o mês de Setembro em algumas empresas uma pesquisa para a fixação do mesmo.
- Comparou o INPC com a realidade do custo de vida, frisando a defazagem entre ambos justificando nisso o acréscimo de 25% sobre o aumento do governo; diminuindo assim tal defazagem.

201.
S. S. / plane
de fusão
ES / 6/11/80
[Signature]

Comprova.
[Signature]

Leito sufe complementar 422 ao
Inferno 401/80
Em 18/11/80
[Signature]

A S.F.A. para anotar
Em 20/11/80
[Signature]

Unidade - em nicho de 400
de 400 - em nicho de 400
de 400 - em nicho de 400
de 400 - em nicho de 400
de 400 - em nicho de 400

- 1.
- Enfatizou a união das chapas concorrentes na luta pelas reivindicações salariais.
 - Elogiados os elementos que participaram do Movimento Metalúrgico de 1979 e que foram dispensados das empresas.

2º) Sr. João Maciel-

- Limitou-se apenas a reler algumas das proposições.

3º) Sr. Ariel:

- Limitou-se a reforçar alguns itens principalmente os que se referem a estabilidade.

4º) Sr. Paulo

- Enfatizou a questão das dispensas por justa causa utilizadas pelas empresas, alegando que a estabilidade não vinga em virtude das dispensas forjadas e que a sua legalidade envolve na Justiça do Trabalho um prazo de aproximadamente 2(dois) anos.
- Propôs a escolha de um elemento do plenário para integrar a Comissão de Salários.

5º) Sr. Oridio José Teodoro:

- Reforçou alguns itens reivindicatórios tais como atestados do INAMPS, alimentação(seu custo).
- Enfatizou a não contratação de mão-de-obra não metalúrgica através de empresas prestadoras de serviços.(item 20)

- * Após a defesa das propostas o Sr. Presidente submeteu as reivindicações à votação pelo plenário, as quais foram aprovadas por unanimidade.
- * Em seguida o Sr. Matias teceu algumas considerações sobre o processo de negociação e os participantes da mesma.
- * Dando prosseguimento o Sr. Presidente apresentou ao plenário a Comissão que acompanhará os trabalhos junto ao Sindicato Patronal. Sendo assim constituída- Sr. Gilberto, Sr. Oridio, Sr. Ariel, Sr. João Maciel e Sr. Paulo Jorge P. da Silva além dos representantes do Sindicato (diretoria atual).
- * Em seguida o Sr. Edézio esclareceu sobre os poderes da Comissão a qual restringir-se-á a apresentar e acompanhar o desenrolar dos trabalhos, sendo que o acordo ou a recusa das propostas dos patrões serão analisadas e votadas em Assembléia Geral.
- * Agradecimentos do presidente e encerramento.

Curitiba, 31 de outubro de 1980



RELATÓRIO DA ASSEMBLÉIA DOS METALÚRGICOS REALIZADA NO AUDITÓRIO DA
IGREJA NSª SENHORA DA GUADALUPE NO DIA 31.10.80 às 19:00 Hrs.



A referida assembléia teve seu início às 20:00 horas sendo que a mesa foi formada por cinco elementos, sendo o presidente o elemento de nome Olívio ou Lídio e mais o Advogado do sindicato, Edésio; Matias Martins, e um representante da classe de Telemaco Borba conhecido por "Polaki", que além desses quatro citados estava sentado à mesa um metalúrgico de nome João Maciel.

Que, o objetivo dessa Assembléia foi dar ciência a classe metalúrgica do constante no impresso "CHAPA 2 INFORMA", dividido em 23 itens (anexo no relatório); e após explicações do advogado Edésio, do constante desses itens, foi aprovado a formar-se uma comissão (conforme consta do jornal "Zé Bigorna", anexo) para discutir junto a Classe Patronal as reivindicações.

A próxima Assembléia conforme explicações da mesa, será marcada oportunamente e, assim sendo, a classe metalúrgica será cientificada.

Durante a Assembléia, dois outros metalúrgicos tomaram a palavra, Gilberto Carvalho e Ariel, os quais defenderam as reivindicações da Chapa 2, apoiando a comissão, sendo que um outro metalúrgico de nome Alceu, fez uma denúncia contra a SIDEPAR- Siderúrgica Paranaense Ltda, a qual não paga a insalubridade a seus funcionários.

Foi distribuído na ocasião jornais como "Zé Bigorna", Voz da Unidade e Correio Sindical, e que participaram da assembléia cerca de 800 pessoas.


A assembléia foi encerrada por volta das 09:30' horas.

É O RELATÓRIO.

Curitiba, 03/Novembro/80.


Renato Wisniewski


José Lourenço de Oliveira Jr.


Manoel Santana Neto


Francisco de Lima Cruz


Moacyr Bora

EMISSÃO
16.341/80
08.12.80

RELATÓRIO DA ASSEMBLÉIA DOS METALÚRGICOS REALIZADA NO AUDITÓRIO DA
IGREJA NS^ª SENHORA DA GUADALUPE NO DIA 31.10.80 às 19:00 Hrs.



A referida assembléia teve seu início às 20:00 horas sendo que a mesa foi formada por cinco elementos, sendo o presidente o elemento de nome Olívio ou Lídio e mais o Advogado do sindicato, Edésio; Matias Martins, e um representante da classe de Telemaco Borba conhecido por "Polaki", que além desses quatro citados estava sentado à mesa um metalúrgico de nome João Maciel.

Que, o objetivo dessa Assembléia foi dar ciência a classe metalúrgica do constante no impresso "CHAPA 2 INFORMA", dividido em 23 itens (anexo no relatório); e após explicações do advogado Edésio, do constante desses itens, foi aprovado a formar-se uma comissão (conforme consta do jornal "Zé Bigorna", anexo) para discutir junto a Classe Patronal as reivindicações.

A próxima Assembléia conforme explicações da mesa, será marcada oportunamente e, assim sendo, a classe metalúrgica será científica.

Durante a Assembléia, dois outros metalúrgicos tomaram a palavra, Gilberto Carvalho e Ariel, os quais defenderam as reivindicações da Chapa 2, apoiando a comissão, sendo que um outro metalúrgico de nome Alceu, fez uma denúncia contra a SIDEPAR- Siderúrgica Paranaense Ltda, a qual não paga a insalubridade a seus funcionários.

Foi distribuído na ocasião jornais como "Zé Bigorna", Voz da Unidade e Correio Sindical, e que participaram da Assembléia cerca de 800 pessoas.

A assembléia foi encerrada por volta das 09:30 horas.

É O RELATÓRIO.

Curitiba, 03/Novembro/80.


Renato Wisniewski


José Loureço de Oliveira Jr.


Manoel Santana Neto


Francisco de Lima Cruz


Moacyr Bora

João A. Hobmeir:~

EMISSÃO
DATA
PROTÓCOLO
16341/80
08.12.80

77 1987.228

A. P. P. com o nome de A. P. P.
A. P. P. com o nome de A. P. P.
de 03/00/80

[Signature]

CBP, a carteira classada em guarda
de acordo com o processo.

[Signature]

feito Smp nº 401/80

Em 05/11/80

[Signature]



ESTADO DO PARANA

SESP — POLÍCIA CIVIL — DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

~~RELEVAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO EXERCÍCIO~~



SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES
SERVAÇÃO DE INFORMAÇÃO

DATA, 04 / 11 / 80

- 1 ASSUNTO ASSEMBLÉIA DOS METALÚRGICOS
- 2 ORIGEM SI/DSI/PC/PR
- 3 CLASSIFICAÇÃO A-1
- 4 DIFUSÃO SNI/ACT-E/2-5ªRM/DE-DPF/PR-CI/SESP-PMPR-
- 5 REFERÊNCIA _____
- 6 ANEXO: UMA CÓPIA XEROX

INFORME.	Nº	401/80
<u>INFORMAÇÃO</u>	Nº	

Foi realizada uma Assembléia dos Metalúrgicos, no Auditório da Igreja Nossa Senhora do Guadalupe, no dia 31/10/80, às 20:00 horas.

A mesa foi composta por 05 (cinco) elementos, sendo presidida por OLÍVIO ou LÍDIO e mais o advogado do Sindicato Dr. EDÉSIO FRANCO PASSOS, MATIAS MARTINS, e um representante da classe de Telêmaco Borba, conhecido por "POLAKI" e JOÃO MACIEL.

O objetivo dessa Assembléia, foi dar ciência a classe metalúrgica do constante no impresso "CHAPA 2 INFORMA", dividida em 23(vinte e três) itens, conforme segue em anexo.

Foi aprovada a formação de uma Comissão para discutir junto a classe Patronal as reivindicações.

Será marcada nova Assembléia oportunamente e conseqüentemente avisada toda classe metalúrgica.

Durante a Assembléia dois outros metalúrgicos, GILBERTO CARVALHO e ARIEL, pediram a palavra e defenderam as reivindicações contidas na "CHAPA" 2. Um terceiro metalúrgico de nome ALCEU, fez uma denúncia contra a "SIDEPAR" Siderúrgica Paranaense, dizendo que a mesma não paga a insalubridade a seus funcionários.

PT 1987.228

~~CONFIDENCIAL~~

17 11 2

10

1000

1000

Anetado

Am 17.11.80

Qus

Pasta: Sindicato dos

metalúrgicos.



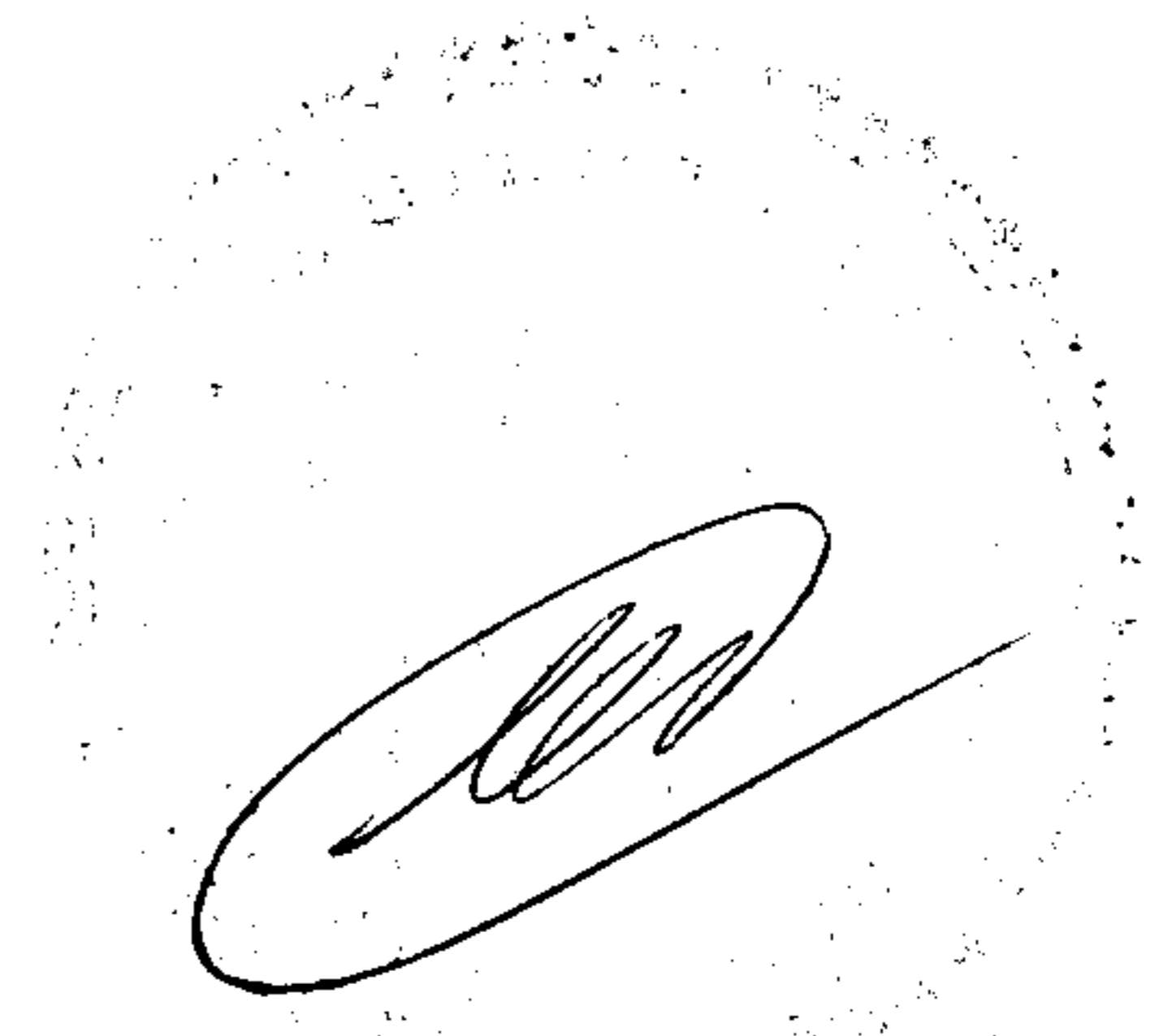
SESP — POLÍCIA CIVIL — DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

~~SEÇÃO DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA~~

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =
~~SERVIÇO DE EXATIDÃO~~

DATA 04 / 11 / 80

- 1 ASSUNTO
- 2 ORIGEM
- 3 CLASSIFICAÇÃO
- 4 DIFUSÃO
- 5 REFERÊNCIA



CONTINUAÇÃO DO INFORME Nº 401/80.

~~INFORME~~

Presenciou à Assembléia, PAULO ROBERTO DE ALMEIDA ME
 Filho de Mario de Almeida Melo e Antonieta Bueno Melo, natu-
 ral de Cornélio Procopio/Pr, nascido em 28 de abril de 1958, au-
 xiliar de cartório, o qual foi membro do Grupo Radical "MOBILIZA
 ÇÃO DE BASE", que atuou no movimento grevista dos metalúrgicos,
 ocorrido nessa Capital no ano de 1979.

Durante a referida Assembléia, foram distribuídos di-
 versos jornais, tais como: "VOZ DA UNIDADE", "CORREIO SINDICAL",
 "ZÉ BIGORNA". A Assembléia contou com a participação de aproxi-
 madamente 800 pessoas e foi encerrada, por volta das 21:30 horas.

(.....)



O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
 PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE
 DOCUMENTO (n.º 79099/77 Regu-
 lamentação de 1977 - Art. 1º - Parágrafo 1º - Assuntos Sigilosos)

B-15

PI 1987-228